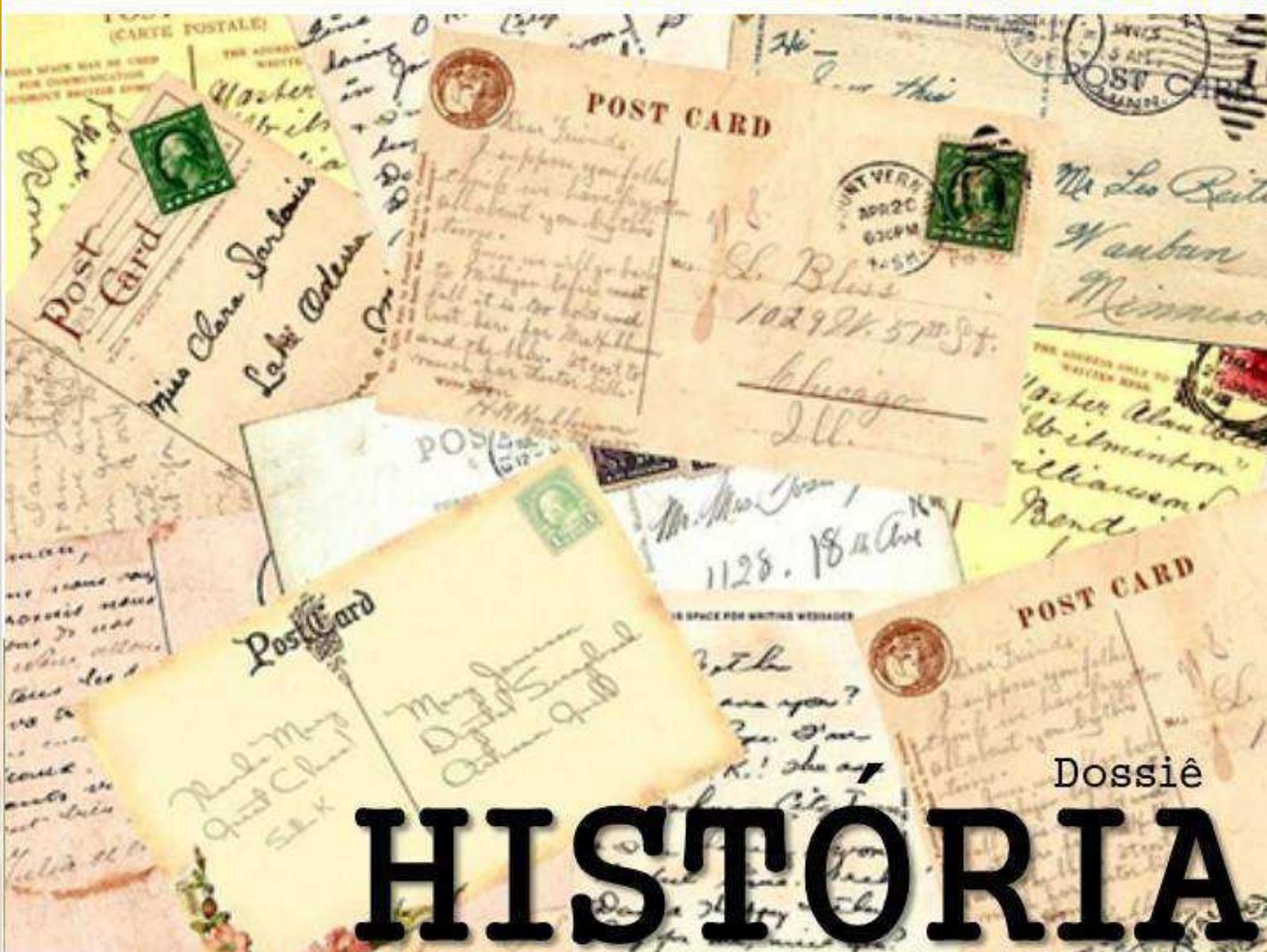




Mnemosine Revista

Volume 8, n. 3, jul/set 2017 | ISSN: 2237-3217



Dossiê

HISTÓRIA e Correspondências



Mnemosine Revista

vol. 8, número 3, 2017

MNEMOSINE REVISTA / Programa de Pós-Graduação em História. Centro de Humanidades
Universidade Federal de Campina Grande. n. 3 (2017). Campina Grande: CH / UFCG, 2017-Trienal
ISSN 2237-3217
1. História I. Universidade Federal de Campina Grande. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em História

CDD 900

Rua Aprígio Veloso, 822, Bodocongó
58.439-900 – Campina Grande – PB – Brasil
e-mail: menmosinerevista@gmail.com

Equipe de Realização:

Edição de Texto: Noemia Dayana de Oliveira
Arte: Rodrigo Ribeiro de Andrade

Mnemosine Revista

vol. 8, número 3, 2017

MNEMOSINE REVISTA

Volume 8 – Número 3 – Jul/Set 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor: Prof. Dr. Vicemário Simões Filho

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Coordenadora Administrativa: Prof. Dr. Roberval da Silva Santiago

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenador: Prof^a. Dr^a. Marinalva Vilar de Lima

COMITÊ EDITORIAL

Prof^a. Dr^a. Juciene Ricarte Cardoso – Editora

Prof. Dr. José Otávio Aguiar – Editor Adjunto

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Antônio Gomes Ferreira,

Faculdade de Educação, Universidade de Coimbra, PORTUGAL

Dr. Cristian Wick,

*Lecturer for European and Atlantic History, University of the West Indies,
TRINIDAD E TOBAGO*

Dr^a. Elizeth Payne Iglesias,

Escola de História/CIHAC, Universidad de Costa Rica, COSTA RICA

Dr. Gervácio Batista Aranha,

*Decano da Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande,
BRASIL*

Dr. Iranilson Burití de Oliveira,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Jean-Frédéric Schaub,

L'Ecole Des Hautes Etudes en Sciences Sociales

Dr. Joanildo A. Burity,

Pesquisador Sênior, Fundação Joaquim Nabuco, BRASIL

Dr^a. Juciene Ricarte Apolinário,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Dr. Martin N. Dreher,

Professor Emérito de História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Dr. Paulo D. Siepierski,

Professor Titular de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, BRASIL

Dr. Ronald P. Morgan,

Professor of History, Abilene Christian University, Abilene/TX, UNITED STATES

CONSELHO CONSULTIVO

Alarcon Agra do Ó,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

André Figueiredo Rodrigues,

Professor de História, Universidade Estadual Paulista/Assis, São Paulo, BRASIL

Ângela Maria Vieira Domingues,

Professora de História na Universidade Nova de Lisboa, PORTUGAL

Antonio Carlos Jucá de Sampaio,

Professor de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, BRASIL

Antônio Clarindo Barbosa de Souza,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Antônio Torres Montenegro,

Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Carla Mary S. Oliveira,

Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Dilton Cândido Santos Maynard,

Professor de História, Universidade Federal de Sergipe, BRASIL

Durval Muniz de Albuquerque Junior,

Professor de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, BRASIL

Edson Silva,

Professor de História, Universidade Federal de Pernambuco, BRASIL

Eduardo França Paiva,

Professor de História, Universidade Federal de Minas Gerais, BRASIL

Elizabeth Christina de Andrade Lima,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Geraldo Silva Filho,

Professor de História, Universidade Federal de Tocantins, BRASIL

Marcos Fábio Freire Montysuma,

Professor do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, BRASIL

Marinalva Vilar de Lima,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Mary Catherine Karasch,

Teacher of History, Oakland University, Rochester/MI UNITED STATES

Patrícia Cristina Aragão Araújo,

Professora de História, Universidade Estadual da Paraíba, BRASIL

Regina Célia Gonçalves,

Professora de História, Universidade Federal da Paraíba, BRASIL

Regina Coelli Gomes Nascimento,

Professora de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Rodrigo Ceballos,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Severino Cabral Filho,

Professor de História, Universidade Federal de Campina Grande, BRASIL

Silvia Hunold Lara,

Professor de História, Universidade Estadual de Campinas, BRASIL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: HISTÓRIA E CORRESPONDÊNCIA: "VESTÍGIOS DE ESTRANHA CIVILIZAÇÃO"?

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira e Marinalva Vilar de Lima.....5

ARTIGOS DE FLUXO

"MEU CARO FREGUÊS DOS DOMINGOS": CARTAS DE MONTEIRO LOBATO A ANÍSIO TEIXEIRA

Emerson Tin.....9

"CUMPRO MEU DESTINO DE PORTEIRO-APRESENTADOR NESTE NORDESTE": A CORRESPONDÊNCIA DE LUÍS DA CÂMARA CASCU DO E JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA (1922-1978)

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira.....23

ACUIDADE MIRACULOSA DO POETA NADA: CÂMARA CASCU DO ENTRE CARTAS, ENSAIOS E POEMAS

Marcos Silva.....40

ENTRE AMIGOS: DIÁLOGO EPISTOLAR ENTRE VINGT-UN ROSADO E RAIMUNDO NONATO DA SILVA

Paula Rejane Fernandes e Hélia Costa Morais.....48

O GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIOVARGAS E AS LIDERANÇAS POLÍTICAS DO RIO GRANDE DO SUL E DE SÃO PAULO (1930-1932)

Antônio Manoel Elíbio Júnior.....63

PARA SEREM ATENDIDAS: CARTAS AO INTERVENTOR MAGALHÃES BARATA, PARÁ (1930-1935)

Michele Rocha da Silva.....75

DOS LEITORES: CARTAS AO JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO" (1961-1964)

Vitor Arzani Martins.....107

ESCRITOS E DESLOCAMENTOS: LITERATURA EPISTOLAR NO PROCESSO DE E/IMIGRAÇÃO PORTUGUESA (SÃO PAULO-PORTUGAL 1890-1950)

Maria Izilda Santos de Matos.....121

CARTAS E DESCOBERTAS: O TERRITÓRIO PAULISTA NOS ESCRITOS DE TAUNAY (1865-1866)

Airton José Cavenaghi.....140

COMUNICA-ME AS OCORRÊNCIAS DA CASA: O PADRE IBIAPINA E AS MINORIAS SEGREGADAS DO SÉCULO XIX

Noemia Dayana de Oliveira e João Marcos Leitão Santos.....156

CARTA A PROBA, DE SANTO AGOSTINHO

Marinalva Vilar de Lima.....170

APRESENTAÇÃO

História e Correspondência:
"vestígios de estranha civilização"?

(...) "Sábios em vão
Tentarão decifrar
O eco de antigas palavras
Fragmentos de cartas, (...)
Vestígios de estranha civilização" (...)
(*Futuros amantes* – Chico Buarque,
Paratodos, 1993)

Em um mundo de comunicação instantânea possibilitada pelas tecnologias da informação e comunicação, talvez soe estranho o interesse de historiadores pelas correspondências em seus mais variados estilos e épocas. Distância e ausência são, até os dias atuais, motivos para a efetivação do ato de escrever cartas, de se corresponder. As cartas, como os *e-mail's* e mensagens enviadas por aplicativos como o *whatsapp*, movem-se entre a presença e ausência, ao mesmo tempo em que à distância, mantemos os vínculos. Forma utópica da conversa, registro particular do mundo, a troca de cartas, cuja origem se perde na antiguidade, atingiu o auge na Europa Ocidental, como forma de escrita pessoal, durante os séculos XVIII e XIX, e como consequência do processo maciço de alfabetização.

Cartas são necessariamente escritas para um destinatário, seja uma única e particular pessoa, seja um conjunto maior de leitores, conhecido ou não pelo remetente que, por sua vez, também pode ser um indivíduo ou um coletivo. De maneira geral, cartas são escritas para serem lidas por certa pessoa,

selando um "pacto epistolar" abarcando assuntos variados e até íntimos e um pouco secretos. Nesses casos, elas podem ser cuidadosamente guardadas pelo destinatário, como um bem de valor afetivo incomensurável, como um "objeto de memória". Contudo, não é incomum que, justamente pelas mesmas razões, elas sejam destruídas (até a pedido do remetente) ou sejam mantidas a distância de qualquer outro leitor, como se uma aproximação indevida pudesse implicar invasão de privacidade, não importando a distância decorrida entre o momento da escrita da carta e o da leitura efetuada.

A concepção desse dossiê surgiu a partir de nossos interesses em articular História e Correspondência, por ser este um campo em que temos atuado, por considerarmos bastante profícuo para a compreensão da produção intelectual. Campo que vem sendo bastante praticado, sobretudo contemporaneamente, na academia a partir da disponibilização dos acervos privados de intelectuais que mantiveram a prática epistolar. No entanto, ressalte-se que a prática epistolar pode ser localizada já nas sociedades do antigo Oriente Próximo, na Grécia Helênica, no império Romano, no medievo romano-germânico, etc. Há, sem dúvida, uma vasta documentação que se apresenta ao historiador interessado em produzir biografias privadas, intelectuais, políticas, dentre as muitas outras dimensões que este tipo de fonte congrega.

Assim, o dossiê teve como objetivo maior juntar artigos e

pesquisadores que focalizem o contato entre História e correspondência, propondo-se, portanto, a explorar os múltiplos aspectos da correspondência, a partir dos resultados de investigações que aprofundem o uso dessa fonte como objeto da produção historiográfica.

O primeiro artigo que compõe o dossiê, "*Meu caro freguês dos domingos*": cartas de Monteiro Lobato a Anísio Teixeira, de autoria de Emerson Tin, aborda a leitura da correspondência mantida entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira nos permitindo não apenas reconstruir as relações de admiração e afeto mantida entre esses dois importantes intelectuais da primeira metade do século XX, mas também refletir sobre o papel da imprensa na história do Brasil, a partir da reconstrução do curioso caso "Miss Brasil", narrado por Lobato a Anísio Teixeira.

O segundo artigo "*Cumpro meu destino de porteiro-apresentador neste Nordeste*": a correspondência de Luís da Câmara Cascudo e José Américo de Almeida (1922-1978), Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira busca demonstrar que Cascudo, mesmo tendo estabelecido uma rede de sociabilidade intelectual "modernista", não deixou de estabelecer contatos com uma rede de sociabilidade intelectual "regionalista". Embora a respectiva correspondência com José Américo de Almeida não estabeleça um circuito fechado de diálogos e ideias, é possível, por intermédio de um cotejamento minucioso das fontes, remontarmos aspectos dessa experiência e de sua relevância para

a formação intelectual de Luís da Câmara Cascudo.

O terceiro artigo, *Acuidade miraculosa do poeta nada: Câmara Cascudo entre cartas, ensaios e poemas*, Marcos Silva problematiza a condição ensaísta de Luís da Câmara Cascudo nos campos de literatura e cultura com maior atenção para sua poesia e correspondência. Este texto comenta o estudo de Dácio Galvão sobre a Poesia de Câmara Cascudo presente no corpo da correspondência estabelecida com Mário de Andrade e realça seus diálogos com aqueles outros gêneros textuais.

No quarto artigo, *Entre amigos: diálogo epistolar entre Vingt-un Rosado e Raimundo Nonato da Silva* Paula Rejane Fernandes e Hélia Costa Moraes exploram e analisam a correspondência trocada entre os intelectuais Jerônimo Vingt-un Rosado Maia e Raimundo Nonato da Silva. Por meio das correspondências, as autoras acreditam que podemos ler a respeito das pesquisas que vinham realizando e, principalmente, sobre as formas como os dois intelectuais mobilizavam forças para publicar suas obras e o modo como a troca de cartas auxiliou neste processo.

No quinto artigo, *O Governo provisório de Getúlio Vargas e as lideranças políticas do Rio Grande do Sul e de São Paulo (1930-1932)* Antônio Manoel Elíbio Júnior, pretende discutir as articulações das elites políticas do Rio Grande do Sul e de São Paulo, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, arregimentadas em torno do Partido Republicano Riograndense – PRR, Partido Libertador – PL, Frente Única

Gaúcha – FUG, Partido Republicano Paulista e Frente Única Paulista - FUP. Após a “Revolução de 1930” as lideranças políticas destes dois estados procuraram mobilizar inúmeros artifícios e estratégias para viabilizar suas demandas e interesses junto ao Governo Vargas. Assim, o que se analisa, principalmente a partir das correspondências trocadas pelas elites partidárias, são os embates acerca da participação das alianças na esfera de poder do executivo federal.

O sexto artigo, *Para Serem Atendidas: cartas ao Interventor Magalhães Barata, Pará (1930-1935)*, escrito por Michele Rocha da Silva apresenta como diversos segmentos sociais, pela ótica de seus efeitos, em diálogo com o Governo, vivenciaram a experiência política em seu cotidiano frente às propostas reformistas da primeira Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) no Pará. Para tanto, investigou-se as cartas que homens e mulheres enviavam ao Interventor. Com bases nos suportes teóricos da história social e cultural, essa pesquisa buscou compreender que ideias, crenças, valores, identidades culturais, próprios dos missivistas e construídos em meio as suas experiências e vivências culturais, econômicas e políticas, foram fatores determinantes para a reinterpretação do discurso do Governo de Intervenção e, nos limites de suas possibilidades, permitiram a negociação com o mesmo.

No sétimo artigo, *Dos Leitores: cartas ao jornal “O Estado de São Paulo” (1961-1964)*, Vitor Arzani Martins busca a problematização das

correspondências entre público leitor e jornal ao passo que discute os procedimentos metodológicos para a análise deste tipo de fonte. Levanta hipóteses acerca da seleção, publicação e diagramação das cartas e seus significados, bem como problematiza a veracidade de tais documentos.

No oitavo artigo, *Escritos e deslocamentos Literatura epistolar no processo de e/imigração portuguesa (São Paulo-Portugal 1890-1950)* Maria Izilda Santos de Matos investiga a presença dos e/imigrantes portugueses em São Paulo (1890 e 1950). Entre várias questões abordadas, buscando recuperar as redes constituídas, as sociedades de saídas e de acolhimento, os preparativos para viagens, desejos de reunificação familiar e sensibilidades envolvidos nesse processo. O texto encontra-se assentado numa ampla documentação epistolar, as cartas analisadas foram localizadas na antiga Hospedaria dos Imigrantes (atualmente depositadas no Arquivo Público do Estado de SP-APESP) e em Arquivos Distritais portugueses.

No nono artigo, *Cartas e descobertas: o território paulista nos escritos de Taunay (1865-1866)*, Airton José Cavenaghi analisa a produção epistolar de Alfredo de Taunay (1865-1866), durante sua jornada na região do conflito da Guerra do Paraguai, quando atravessou o território da Província de São Paulo. Procura compreender os aspectos narrativos e etnográficos desta produção textual, associando-a as percepções do caminho e ao território da jornada, a recepção recebida nos lugares de hospedagem,

bem como a análise e recuperação de narrativas associadas aos processos constituintes do setor de serviços de hospitalidade, nesse momento histórico específico. Além disso, apresenta a relação entre a produção das narrativas de Taunay, associando-a a outras produções documentais de outros personagens, presentes ou não, nas suas narrativas originais.

No décimo artigo, Comunica-me as ocorrências da casa: o Padre Ibiapina e as minorias segregadas do século XIX, Noemia Dayana de Oliveira e João Marcos Leitão Santos a luz das categorias de instituições e minorias oferecem importante chave analítica para compreender processos socioculturais do Nordeste do século XIX. Principalmente a partir da intervenção do padre Ibiapina que geria as Casas de Caridade através de cartas, como se evidencia de forma mais precisa nas correspondências dirigidas a irmã superiora Demásia de Pocinhos/PB. Ao recolher essas cartas e observá-las amiúde os autores problematizam as relações institucionais travadas entre o idealizador desse projeto expressivo em termos sociais e culturais, além da significativa extensão territorial, e as mulheres responsáveis pela organização e manutenção desses espaços. Igualmente, interroga-se o discurso do padre que se direciona a defesa dos pobres e miseráveis, sem perder de vista a importância de colaborar para a transformação do cotidiano de muitos homens e mulheres em situação de pobreza que caracterizava a sociedade do Nordeste oitocentista.

O último artigo que compõe o respectivo dossiê, *Carta a Proba*, de Santo Agostinho, Marinalva Vilar de Lima analisa a carta-resposta de Agostinho a Proba; cujos temas, da valorização da beatitude, da felicidade, da vida bem-aventurada, do cuidado com as ilusões provocadas pela riqueza material, pelos deleites e pelos desejos carnis, constituem a base de sua argumentação. Carta que, a priori, foi destinada à viúva Proba, mas que posteriormente integra o hall da produção agostiniana em sua vontade de edificação e defesa do credo cristão, projetando a “vida eterna” em detrimento da “vida no tempo”.

Por fim os artigos aqui apresentados, nos mostra que caberá ao historiador decidir o que irá buscar nesses documentos, fazendo deles fontes ou objeto de História da Literatura, da Educação, da Cultura, etc. Ao consideramos as cartas como fontes de pesquisa, é nos solicitado todos os procedimentos de crítica documental que são usualmente empregados a toda documentação escrita, acrescida da preocupação baseada no seu caráter subjetivo anteriormente mencionado. As considerações feitas sobre essa dimensão da “escrita de si” remete à constatação que as informações nelas contidas serão sempre versões individuais ou coletivamente construídas sobre determinados fatos e acontecimentos. Esperamos que esta coletânea venha a estimular esse profícuo debate.

Prof. Dr. Giuseppe Roncalli Ponce Leon de Oliveira (Bolsista PNPd-CAPES/PPGH/UFGC e
Profa. Dra. Marinalva Vilar de Lima(UAHis/PPGH/UFGC)

“Meu caro freguês dos domingos”: cartas de Monteiro Lobato a Anísio Teixeira

Emerson Tin
(FACAMP)

Resumo

A leitura da correspondência mantida entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira nos permite não apenas reconstruir as relações de admiração e afeto mantida entre esses dois importantes intelectuais da primeira metade do século XX, mas também refletir sobre o papel da imprensa na história do Brasil, a partir da reconstrução do curioso caso “Miss Brasil”, narrado por Lobato a Anísio Teixeira.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; Anísio Teixeira; correspondência.

Abstract

The reading of the correspondence of Monteiro Lobato and Anísio Teixeira allows us not only to reconstruct the relations of admiration and affection maintained between these two important intellectuals of the first half of the twentieth century, but also to reflect on the role of the press in the history of Brazil, from the reconstruction of the curious case “Miss Brazil”, narrated by Lobato to Anísio Teixeira.

Keywords: Monteiro Lobato; Anísio Teixeira; correspondence.

O “companheiro ideal”

Ao que tudo indica, Anísio Teixeira e Monteiro Lobato conheceram-se nos Estados Unidos, quando este era adido comercial em Nova Iorque e aquele, diretor-geral de Instrução do Estado da Bahia, aceitara uma bolsa de estudos do Teachers College da Columbia University of New York.

A presença de Anísio Teixeira em Nova Iorque deixou profundas marcas na vida familiar de Lobato durante o período em que viveu nos Estados Unidos. Mais até do que a de Alarico Silveira, amigo marcante também nesse período e cuja ausência após visitar Lobato seria registrada em carta de 10 de abril de 1928, quando Lobato lamenta a perda do “companheiro ideal”:

Meu caro Alarico,

Isto ficou muito triste depois que você foi. Não há nada mais raro na vida do que um companheiro que saiba ver e veja pelo mesmo ângulo da gente. Durante um mês tive esse companheiro – e regalei-me de ver a fundo e *comme il faut*. Mas agora, que escuridão! Não saí mais, não fui mais a nenhum teatro nem cinema – e até gripe tive. Caí doente, eu e todos da casa, exceto Purezinha, que é de ferro. (LOBATO, 1964c: 228)

Lobato aponta, por meio de exemplos, organizados gradativamente, como a presença do “companheiro ideal” estava lhe fazendo falta: “Não saí mais, não fui mais a nenhum teatro nem cinema – e até gripe tive. Caí doente, eu e todos da casa, exceto Purezinha, que é de ferro” (LOBATO, 1964b: 228). Como afirma Anne Vincent-Buffault, “a encenação da ausência e da falta determina a retórica epistolar” (1996: 21).

Quase ao final da carta, ao pedir notícias da saúde de Alarico, o tema é retomado, em reforço ao início da carta:

E você, como vai da sua gripe e asma? Que pena aquele acesso

ter impedido que aproveitássemos a contento os seus últimos dias de New York! Dizem que os museus que não vimos são ótimos – dizem, não sei, não vi – nem tenho coragem de lá ir só. Você viciou-me com o seu saber ver. (LOBATO, 1964c: 230)

Assim Lobato apresenta o quadro ao destinatário: a nostalgia do “companheiro ideal” o impedia de prosseguir no cotidiano instaurado em sua presença. Mais do que em relação a Alarico Silveira, porém, Lobato expressará em suas cartas a Anísio Teixeira não só a nostalgia do “companheiro ideal”, mas também a nostalgia de um modelo de conduta. É o que lemos, por exemplo, na abertura da carta escrita em julho de 1929:

Bagdad-over-the subway¹, Julho, 929

Caro Anísio

Chegou-me tua carta do *Gelria* e lemo-la cinco vezes, eu três e Purezinha duas. Deixaste nela uma entusiasta, a ponto de te excluir sempre, como exceção única, quando tem de meter as botas na nossa gente masculina. Meu caro Anísio, tua saída desfalcou a sério esta imensa cidade e a vítima maior do desfalque fui eu. Fiquei sem que fazer dos meus domingos e tive de inventar uns *outings* de auto, com Muniz² e outros, pelo estado de Connecticut a dentro, para tapar o buraco que abriste nos meus *Sundays*. A primeira parte deles ainda está boa, pois enche-a o nosso suculento e *matter-of-fact-minded Times*; mas as tardes ficaram miseráveis. (VIANNA, 1986: 32)

Não é só Lobato quem se ressentido da ausência do amigo, mas, pelo que diz na carta, também a esposa, Purezinha, que passará a ver em Anísio Teixeira um modelo de conduta, como se lê em 16 de outubro de 1929: “aqui em casa continuas lembrado vivamente e Purezinha sempre que precisa puxar um exemplo completo vem com o Anísio. Creio que você jamais conquistou uma admiradora mais consciente e sólida” (VIANNA, 1986: 42). Lobato aguardava que algum acontecimento propiciasse a volta de Anísio, como lemos nessa mesma carta: “estou sempre à espera de que de repente os fados te propiciem uma nova fuga para cá e possamos retomar os nossos inesquecíveis cavacos dos domingos” (VIANNA, 1986: 42).

As expressões de afeto são reafirmadas na carta de 15 de janeiro do ano seguinte, logo após as saudações:

Meu caro Anísio, creia que nunca serás esquecido aqui e que não se passa domingo sem que te recordemos as queridas e eufóricas visitas. Já não tenho com quem trocar idéias e a língua me enferruja. Tirando o [Artur] Coelho, aonde vou às vezes, não tenho prosa. Até Almeida (com o qual aliás não havia conversar e sim ouvir) anda desgarrado, parido daqueles planos gigantescos e jururu. Só o Anísio era o Anísio e só ele sabia fazer-se esperar com ansiedade e ser *misses* quando falhava. (VIANNA, 1986: 47)

Lobato expõe ao amigo Anísio a melancolia que sua ausência provocava. Não somente pela

¹ Essa parece ser uma corruptela de “Bagdad-on-the-Subway”, a expressão pela qual o escritor norte-americano O. Henry (1862-1910) gostava de chamar a cidade de Nova Iorque.

² “MUNIZ, Manuel Carreiro – auxiliar de Monteiro Lobato em seu escritório nos Estados Unidos” (VIANNA, 1986: 112).

ausência, que podia ser remediada pela correspondência, mas também e sobretudo pela qualidade dessa ausência – afinal, “só o Anísio era o Anísio e só ele sabia fazer-se esperar com ansiedade e ser *missed* quando falhava”. O fecho dessa carta retoma o trecho transcrito acima:

Adeus, meu caro amigo dos inesquecíveis domingos de New York. Escreve de vez em quando e abre-te. Comigo terás de ser o contrário do que te aconselhei – não sou a platéia política, nem dou a jornais cartas íntimas. Adeus. Saudades de Purezinha – uma tua amiga maior do que poderás imaginar – e da Rute. Adeus

Lobato (VIANNA, 1986: 49)

A despedida se prolonga: por três vezes a palavra “adeus” é escrita, pontuando a conclusão da carta tal como o afastamento paulatino daquele que desaparece por uma estrada. Nessa conclusão, a retomada de três tópicos: os temas recorrentes da nostalgia do “companheiro ideal” – na referência aos “inesquecíveis domingos de New York” – e do modelo de conduta – de modo oblíquo, ao mencionar o grau de amizade que Purezinha lhe dedicaria – ; o pedido para que escreva cartas em que se exponha, ao contrário dos conselhos políticos, o tema da carta; e a menção à publicação de cartas em jornal, tema de uma carta anterior, datada de 10 de setembro de 1929.

Público X Privado

Nesta carta de setembro, Lobato queixava-se a Anísio a

respeito da publicação de uma carta que havia endereçado a Herbert Parentes Fortes, “professor, escritor e gramático baiano” (VIANNA, 1986: 111), com quem tinha começado a se corresponder por intercessão de Anísio:

Encontrei no Estado de S. Paulo, onde João Ribeiro mantém uma coluna diária, um artigo *headlined* com o meu nome. Vou ler e... assombro dos assombros: era a transcrição da carta que escrevi ao Herbert. Caí do Woolsworth. Como o Herbert me prega semelhante peça? Uma carta íntima, livre, onde falei mal dos portugueses e da Academia com a franqueza que costumo usar na intimidade, como vai ele dá-la a público? *I am very worried*. É a quarta vez que isso me acontece e de cada uma tenho jurado só escrever a amigos de absoluta confiança, que sei que jamais cometeriam semelhante indiscrição, como você, por exemplo.

É horrível isso de pôr em jornais cartas íntimas. Dá-me a sensação de ser posto em ceroulas diante do público esculhambador. E na carta que mandei ao Fontes³ eu tive ainda por cima o mau gosto de escrever uma horrível banalidade sobre a Academia, algo sem sal nem espírito, além de que muito repetido. Ora, tenho lá dentro muitos amigos e vão todos ficar aborrecidos comigo com muita razão. Eu estou proibido de me manifestar sobre esse grêmio visto como me apresentei candidato um dia e fui solenemente recusado. Tudo quanto eu diga cheirá a despeito. (VIANNA, 1986: 39)

Ainda aqui Anísio aparece como modelo de conduta, um correspondente exemplar, que não cometeria “semelhante indiscrição”. Mas o mais importante a ressaltar

³ Na verdade, Fortes. Trata-se de um erro persistente de Lobato que, em várias cartas, escreve “Fontes” em vez de “Fortes”.

aqui, talvez, seja a dualidade público/privado que Lobato expressa. Numa carta bastante anterior, escrita a 10 de outubro de 1911, Lobato dizia a Rangel:

O que na Revolução Francesa me interessa é o que os estúpidos historiadores à moda clássica não contam. Eu quero fatias de vida da época, conservadas aqui e ali em memórias, em panfletos de despeitados. Interessa-me o *bas-fond* da revolução o formigueiro dos interesses inconfessáveis, a trama secreta dos bastidores, os fios que movimentavam os polichinelos políticos – os subornos. A história fala no patriotismo de Danton, na virtude de Robespierre, mas o que me interessa conhecer é o apetite de Danton, a ambição de Robespierre.

Os grandes homens aparecem infinitamente mais interessantes, mas *homens*, quando despidos das falsas atitudes com que os veste a História – esse reposteiro. (LOBATO, 1964a: 314-5)

Ora, o mesmo interesse que Lobato demonstrava ter em relação ao *bas-fond* da Revolução Francesa o público brasileiro demonstrava por suas cartas. É que, talvez, Lobato não se visse como um “grande homem”, e não pensava que interesse poderiam ter as suas cartas.

Ademais, Lobato se queixa justamente porque se tratava de uma carta íntima, escrita com “a franqueza que costume usar na intimidade”. Isso porque, como lemos noutra carta a Rangel, datada de 28 de novembro de 1928, Lobato de dividia em dois, o público e o privado: “*Tu quoque!* Até você a publicar trechos de cartas minhas!

Não há nada que me desaponte tanto, porque sou um perante o Respeitável Público e outro na intimidade.” (LOBATO, 1964b: 311)

O mesmo vimos no trecho transcrito acima na carta a Anísio Teixeira. Vê-se aqui um conflito entre a *persona* extrínseca, a imagem pública, e a *persona* intrínseca, a imagem privada. Publicamente, Lobato era adido comercial em Nova Iorque, escritor consagrado, havia sido candidato à Academia Brasileira de Letras por duas vezes, editor revolucionário que havia falido recentemente, mas renascido na Companhia Editora Nacional, escritor de livros infantis em ascensão. Na intimidade, Lobato aparecia como um amigo dedicado, nostálgico de conversas, mas também um crítico violento, que não hesitava por vezes em chegar ao absurdo em suas argumentações. Daí o conflito e o aborrecimento por ver suas cartas publicadas.

Essa dualidade público/privado aparece no outro tema da carta, os conselhos políticos dados a Anísio, cujo nome havia sido aventado para deputado. Na carta de 08 de dezembro de 1929, diz Anísio para Lobato: “já não sou diretor de Instrução; anda a política cogitando – tranquilize-se! sem grandes probabilidades – de fazer-me deputado” (VIANNA, 1986: 45). Diante disso, manifesta-se Lobato na carta de 15 de janeiro de 1930:

Deputado. Bravo. Como situação pessoal, como comodidade nada melhor. Mas com tua mentalidade renovada e toda brotos, como vais sofrer, meu caro amigo, com a disciplina partidária – que é a

mesma disciplina mental católica em outro campo. Aconselho-te, para facilidade tua, ceticismo por dentro e convicção por fora. Nunca sejas sincero em matéria política. Nunca sejas *yourself*. Leia Maquiavel e condene-o em público. Use da palavra para esconder o pensamento – e nunca saias do partido, quer dizer, da sombra de uma árvore. Não há lugar entre nós para os isolados. (VIANNA, 1986: 47)

Mas o conselho era para o público. Para Lobato, Anísio deveria escrever e abrir-se, fazendo “o contrário do que te aconselhei” afinal, não era “a plateia política, nem [dava] a jornais cartas íntimas” (VIANNA, 1986: 49), tal como Anísio, o “companheiro ideal” e o modelo de conduta, que não cometeria “semelhante indiscrição”.

A nostalgia do amigo é retomada na carta seguinte, de 12 de abril de 1930, respondendo a Anísio que estivera em peregrinações pelo sertão:

Apesar do muito que há por cá, daria algo, certos momentos, para achar-me lá, de prosa contigo na calçada, espichado numa preguiçosa e acompanhando com os olhos e o comentário os raros passantes que a cruzam. E havia o que te dizer, meu caro freguês dos domingos. (VIANNA, 1986: 51)

O “companheiro ideal” Anísio se consagra como a inesquecível companhia dos domingos de Nova Iorque, companhia que Lobato teria prazer em ter ao lado para conversar. Como isso não é possível, o remédio são as cartas. Remédio falho, porém, pois nem tudo se pode

dizer numa carta, seja pelo perigo de ver o seu conteúdo exposto em público – embora não corresse esse perigo com Anísio, que como exemplo de conduta, não cometeria “semelhante indiscrição” –, seja pela própria limitação do gênero. Assim, Lobato teria muito a contar a Anísio

Só a história das minhas aventuras de cinco meses ininterruptos na Wall Street encheria uma tarde.

Porque entrei de ponta cabeça na especulação em *stocks*, logo no dia do *crash* de 29 de outubro, e na maranha estou até agora. Dei tacadas estupendas e fiz burradas inda maiores, o que há de *thrilling*. Mas... só contado. Carta é uma joça. (VIANNA, 1986: 51)

Anos depois, em carta de 20 de maio de 1945, Lobato voltaria a se queixar da limitação do gênero epistolar:

Sempre que me sento à máquina para “liquidar” a correspondência, penso em escrever a você – e não escrevo. Não escrevo porque há tanto a dizer que o veículo carta é raso demais – é gôndola, e o assunto é tanto que pede todo um navio-tanque de carregar petróleo. Além disso há sempre a vaga esperança de que, de repente, o Otales me diga (como das outras vezes): “Sabe que o Anísio chega no dia tanto?” Mas os meses se vão passando e nem carta, nem Anísio. (VIANNA, 1986: 96)

A carta é “joça”, é veículo “raso demais”, é “gôndola”, mas, em todo caso, é o remédio. Então, sendo a carta limitada, Lobato tenta ampliá-la o máximo possível. Pinta, então, ao destinatário, na carta de 12 de

abril de 1930, um retrato do cenário em que escreve:

Estou a escrever-te na sala de jantar, com Purezinha defronte, de óculos a Harold Lloyd⁴ no nariz, também a fazer a correspondência interminável das quintas, e a Rute botando bigodes nas figuras dum Shadowland. Está também a Marta e ainda uma intrusa que não conheces, Miss Joyce. É uma americanazinha nascida a 29 de fevereiro deste ano, no Woman's Hospital, que me pregou a peça de me fazer *grandfather* quando menos o esperei. Avô, estou essa coisa, Anísio... (VIANNA, 1986: 51)

Mas a cena não é descrita para mera ilustração da carta. É a maneira original que Lobato imagina de contar a Anísio que se tornou avô: descreve a cena, enumera as personagens e, no meio delas, uma desconhecida, a neta, que vem a ser apresentada.

A nostalgia do "companheiro ideal" e do modelo de conduta reaparece no corpo da carta:

Anísio, Anísio – deixaste marca nesta casa. Continuas lembrado e citado. Ninguém se aperta quando precisa de um termo de comparação – eu em matéria mental, Purezinha em matéria de delicadeza de sentimentos e finuras morais. Agarramos logo no Anísio. Ainda ontem, comentando um deslize de certa pessoa, Purezinha te puxou à baila.

– "Estava livre de um Anísio fazer isso."

E fique certo, meu caro, que você diminuiu New York com a deserção. Deixou nossos domingos vazios e insípidos – e estragou museus e novidades. Se

vou sozinho, sinto nostalgia dum companheiro; se vou acompanhado, arrependo-me. Comparo o companheiro que tive e acho muito vulgares e *flat* os que o acaso me depara. (VIANNA, 1986: 52)

O mesmo era dito a Alarico Silveira, de cuja ausência Lobato também se ressentia. Mas não bastava alegar a falta que o amigo fazia. Era necessário provar:

E a prova de que não te esqueço está no recorte incluso. Ao ler esse "desânimo" da Galli Curci⁵ quanto às óperas lembrei-me daquele nosso Wagner no poleiro do Metropolitan e cortei o comentário para to mandar quando regressasses do sertão, glorioso com os tatus e carrapatos abatidos. Lá vai ele. (VIANNA, 1986: 52)

Lobato, o amigo nostálgico, encerra a carta a Anísio, o "companheiro ideal", pedindo-lhe que escreva: "Adeus, Anísio. De vez em quando faça-se presente com uma prosinha escrita que nos encontrará todos de cérebro e coração abertos. Adeus". Novamente aqui, a repetição do "adeus", que prolonga a despedida e pode ser interpretada como uma dificuldade em abandonar o papel, que significaria banir a presença do outro, já que a carta, por definição uma conversa escrita, torna presentes os ausentes.

O caso "Miss Brasil"

As cartas americanas de Lobato, porém, não se restringem somente à nostalgia do amigo. A Anísio, assim como a Alarico Silveira,

⁴ "LLOYD, Harold – comediante norte-americano. Seu personagem mais conhecido usava um peculiar óculos de tartaruga." (VIANNA, 1986: 112).

⁵ Amelita Galli-Curci (1882-1963), soprano italiana radicada nos Estados Unidos.

em carta de 28 de maio de 1929, Lobato também narra o caso da Miss Brasil. Na carta a Alarico Silveira, vemos uma narrativa longa e minuciosa do que chamaria de "mentira sistemática":

Ando assombrado com o que se passa em relação à recém-chegada Miss Brasil. O famoso Barnum⁶ está positivamente reencarnado em alguém. O plano dele é deslumbrar o Brasil com um fogo de artifício de hábeis carapetões de modo que os jornais possam continuar sua exploração do público marchante. Tenho acompanhado o que se passa aqui e o que é telegrafado para aí, e confesso que nunca em tempo algum jamais houve mistificação mais bem engendrada.

Exemplo. Barnum leva a menina a City Hall, casa aberta a todo o mundo, e de surpresa a apresenta ao Mayor. Um comparsa *kodaka* a cena. Pronto. está obtido o material de prova que vai permitir a arquitetura dum formidável telegrama sobre a estrondosa recepção que a menina teve do governador da cidade. Depois, Ziegfeld⁷. Vai a menina para um camarote e em dado momento um ator, a pedido de Barnum (pedidos feitos sempre em nome do Brasil), aponta para ela e diz ao público que é Miss Brasil. O homem do holofote gratifica-a com dois segundos de luz. O público olha e desaponta. *She must have nerve* é o comentário. Não há *uma palma*. O espetáculo prossegue. Pronto. Está obtido material para outra peta deste tamanho. "Miss Brasil glorificada por Florenz Ziegfeld".

A coisa vai nesses termos por aí além e a tantas chega do Rio um telegrama como o que o "Times" publicou ontem: "o povo do Rio prepara grande manifestação ao embaixador americano para agradecer as excepcionais

homenagens que New York prestou à Miss Bergamini⁸, embaixadora do good will que fez mais pelo seu país que todos os embaixadores brasileiros acreditados" (Nabuco inclusive). Isso é enorme. É de deixar a gente de cara no chão. Não houve nada. New York não homenageou ninguém. New York é *too big* e *too busy* para distrair-se com tais bobagens. Desde que aqui estou só vi New York prestar atenção numa coisa: o voo de Lindbergh. Só. Além disso o tal concurso de Galveston é uma coisinha regional que a gente só sabe pelos jornais do Brasil. Arranjos da Câmara do Comércio de lá para atrair gente das redondezas.

Este regime de mentira sistemática revolta e me parece muito nocivo ao Brasil. Provém de uma coisa muito simples: Barnum é temperamentalmente jornalista – e jornalista do Rio. Tudo quanto faz o faz jornalisticamente, tendo em vista a *headline*. Acho que a imprensa no Brasil tem feito mais mal que bem – e entre os seus males verifico agora mais este, de conformar deste modo a alma e o cérebro dos que na mocidade passaram por ela.

Assim Lobato encerra a narração do *affair* Miss Brasil. Note-se que a associação do responsável pelas notícias sobre a *Miss*, que não era ninguém menos que o cônsul-geral do Brasil em Nova Iorque, Sebastião Sampaio – em carta de 20 de junho de 1929 a Godofredo Rangel, Lobato reforçaria a atuação de Sampaio no caso: "O fato é esse. O mais é Cônsul Sampaio e reporters vindos daí. Mas pelos jornais há de ter visto como esse nada foi transformado em tremenda glorificação da beleza indígena. Manipulação pura!" (LOBATO, 1964b,

⁶ Trata-se, possivelmente, de Phineas Taylor Barnum (1810-1891), empresário de espetáculos norte-americano. "Diretor de circo, difundiu, após 1871, o circo de três picadeiros. Proprietário de uma galeria de fenômenos, deixou um curioso livro de memórias (1855)." (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v.3, p.650).

⁷ Florenz Ziegfeld Jr. (1868-1932), produtor norte-americano de *music-hall*. "Em 1907, criou um gênero que o consagrou: a revista. A partir de 1909, as *Ziegfeld's Follies* revolucionaram o espetáculo tradicional de variedades pelo luxo, elegância, audácia e pelas célebres coristas. Também produziu musicais como *Sally* (1920) e *Barco das Ilusões* (1927)." (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998, v.24, p.6056).

⁸ Olga Bergamini de Sá, a *Miss* Brasil que viajara a Galveston para participar do concurso para a escolha da "Miss Universo".

317) – à figura de Barnum, diretor de circo, ironiza o caso (Sampaio agia como Barnum, organizando um espetáculo para o público brasileiro), além de ocultar o nome do principal envolvido. O que ajuda a explicar a ressalva com que, ao final, Lobato fecha a narrativa: “estas coisas eu não digo a ninguém exceto a você, que é discreto *beyond measure* e amigo verdadeiro”. Ainda mais uma vez é o “companheiro ideal” que se configura: Lobato se permite confidências justamente porque o destinatário é excessivamente discreto e amigo verdadeiro. Ademais, Lobato faz crer que somente a Alarico conta o que conta, e a mais ninguém, procurando realçar a cumplicidade existente entre ambos.⁹

Porém, Lobato também narraria o “caso Miss Brasil” a Anísio Teixeira, na carta já citada de julho de 1929:

Um dia de New York vale uma vida no Brasil – pelo menos ensina mais que ela. Dias eufóricos, galopados, sucessão de *screen continuity*, só estragados com a chegada dos jornais daí. Não imaginas como coramos de vergonha com a cínica mistificação a que deu lugar a vinda da Miss Brasil. Dois ou três piratas do jornalismo carioca vindos com ela, de parceria com o nosso barrigudo *double SS*¹⁰, fantasiaram quanto cabia no caso e foram despejando as petas telégrafo abaixo. Todo mundo aí as engoliu com patriótica emoção – todos os jornais, inclusive o embezerrado e ciprestal *Estado* em que vais colaborar. Fica certo duma coisa: nunca, desde que Eva comeu a jaca e o mundo começou, nunca um povo foi mais extensa e cinicamente empulhado

em sua boa fé e *mondronguice* ingênita como no caso da Miss Brasil. Tudo mentira da mais careca. Não houve nada, nada do telegrafado.

Essa capacidade de ser mentindo impunemente deu-me uma nova medida do meu país. Leste aquela história do vigarista que no Rio vendeu um bonde da Light por 15 contos à vista a um mineiro tabaréu? Toda a gente aí riu-se da ingenuidade do pobre mineiro e no entanto o caso de Miss Brasil que é senão a réplica desse conto do vigário, não a um pobre mineiro sarambé, mas a um país inteiro?

Ao contrário, contudo, da carta em que narrou o mesmo fato a Alarico, a carta a Anísio é muito mais sucinta. Talvez passado mais de um mês do caso o furor de Lobato tenha arrefecido, talvez o assunto não interessasse tanto ao professor Anísio. O fato é que o nível de detalhamento aqui é infinitamente menor. Mas o que era narrado com indignação, mas se atendo apenas aos fatos, aqui aparece já sob a lente da reflexão: “essa capacidade de ser mentindo impunemente deu-me uma nova medida do meu país.”

A mistificação em torno do *affair* Miss Brasil não é exagerada por Lobato. A tanto chegou o caso que, pouco mais de um ano depois, a revista TIME chegou a afirmar, ironicamente, numa nota intitulada “Vingança” que a questão quase se tornara um incidente diplomático: “Há um ano todo o Brasil estava nas pontas dos pés de excitação quando sua campeã, graciosa, da cor da azeitona Senhorita Olga Bergamini de Sá participou da competição internacional de beleza em Galveston, Texas. (TIME, 24 de junho

⁹ O “caso Miss Brasil” foi narrado também, com maior ou menor detalhamento, nas cartas para Godofredo Rangel (em 20 de junho de 1929), para Arthur Neiva (nessa mesma data) e para Oliveira Vianna (em 23 de agosto de 1929).

¹⁰ O cônsul-geral Sebastião Sampaio.

de 1929). Apesar dos almoços e dos chás em New York organizados pelo cônsul geral brasileiro e por essa fervorosa admiradora da beleza brasileira, a Electric Bond & Share Corp., apesar dos telegramas especiais que repetiam minuto a minuto para a América do Sul as descrições dos feitos da Miss Brasil, ela não venceu. Pior de tudo, com dez prêmios para serem concedidos, ela nem mesmo obteve colocação. O *affair*

Bergamini-Galveston transformou-se quase num incidente diplomático. Os brasileiros fizeram um poderoso juramento de que nunca, nunca mais eles mandariam uma de suas filhas para exibir-se diante dos incompreensivos habitantes de Galveston. Na última semana o Brasil realizou o seu próprio Concurso Internacional de Beleza. Em meio a belezas da França, Alemanha, Turquia etc. etc. a Miss Brasil do ano de 1930, Srta. Yolanda Pereira, venceu sem dificuldade, foi formalmente coroada Miss Universo, agarrou um cheque de \$10.000 e deu vivas ao eco. A pátria mãe do Brasil, Portugal, ganhou o segundo prêmio, a Grécia o terceiro. Completamente negligenciada foi uma loira conhecida como Miss Estados Unidos. 'Francamente,' disse o brasileiro chefe do júri, 'eu sou incapaz de apreciar o assim chamado tipo loiro nórdico.'" (REVENGE, 1930).

A 04 de agosto de 1929, finalmente, a mistificação seria desmascarada, como queria Lobato. O "gravebundo" *O Estado de S. Paulo* publicaria notícia, intitulada "O concurso de Galveston", em que denunciaria o que chama de "notícias inverídicas"

Temos visto cartas numerosas de patrícios nossos residentes nos Estados Unidos protestando contra as notícias inverídicas que sobre o concurso de beleza publicaram os jornais brasileiros e que só contribuem para nos expor a um lamentável ridículo.

Será que alguma carta do adido comercial Monteiro Lobato teria chegado ao conhecimento do *Estado*? É possível. Além disso, reproduzem-se no jornal, em "cliché", partes da matéria publicada na revista *Time*, e que teria lançado ao ridículo a imprensa brasileira e, por extensão, todo o país.

O Brasil, sempre o Brasil

Ainda refletindo sobre o Brasil é que Lobato, na carta de 15 de janeiro de 1930, vai se utilizar de outra narrativa – a "história do homem sem papo", atribuída a Cornélio Pires:

Tua viagem à América foi um erro, como foi a minha. Se o soubesse não teria vindo. Sabes a história do homem sem papo? Parece que é o Cornélio Pires quem conta isso. Foi ele dar com os costados numa aldeia de Goiás onde toda a população era papuda e lá teve entrada em casa de certa família. Havia na parede o retrato de um moço sem papo.

– "Quem é?" perguntou ele.

– "Ah, é o pobre do nosso Quinzinho no tempo em que ele era 'doente'. Hoje está diferente, já sarou"

O pobre informante queria dizer com isso que o Quinzinho já estava normal, isto é, de papo.

Quando aí eu desconfiava do papo nacional. Desconfiava apenas, não tinha certeza certa.

Hoje sei que o papo mental é que é a normalidade e que quem não é papudo está desgraçado. (VIANNA, 1986: 48)¹¹

A "história do homem sem papo", entretanto, não é trazida à baila para a simples ilustração da carta. Como um "caso" contado numa conversa, a narrativa guarda um significado que será explorado na continuação da carta, em que Lobato confirma o que denominou de "teoria do papo", a propósito de uma conferência de Luís Guimarães Filho:

Li ontem uma conferência do L. Guimarães Filho, *entitled* "Brasil, terra da promessa" – e me confirmei na teoria do papo. Esse o tem lírico e pelo sucesso que alcançou tal conferência vejo que a mais alta expressão de papo no Brasil é a lírica. (VIANNA, 1986: 48)

Segue-se a citação de vários trechos da conferência e, ao final, Lobato arremata:

Papuásia.

Lê com atenção essa conferência. É sintoma de doença em estado agudíssimo. País cujos ministros e imortais chegam a esse espasmo está na beira de tremenda catástrofe. Eis por que tenho convicção absoluta de que a falada revolução vai rebentar – e que desta vez será revolução de verdade, isto é, tumor vindo a furo. A história um dia apontará essa conferência de um ministro plenipotenciário do Brasil como prova de que o carnegão estava taludo demais para ficar retido. A conferência teve tamanha repercussão que foi transcrita em corpo 14 pela *Gazeta da Bolsa*, uma revista comercial. As mulheres literatas deliraram.

Houve uma que mijou-se toda num telegrama espasmódico passado ao poeta e transcrito pelas folhas. (VIANNA, 1986: 49)

É interessante notar que, nessa carta, inverte-se a lógica das coisas: Lobato, nos Estados Unidos, é quem noticia e comenta os eventos ocorridos no Brasil. Se uma das funções primeiras da carta é justamente a informação, não faria sentido o remetente informar ao destinatário sobre eventos que supostamente este teria mais condições de conhecer que aquele. Logo, nesse caso, a carta aparece com uma função muito mais argumentativa, procurando aconselhar e advertir o destinatário que estava ameaçado de entrar na política, que com uma função informativa.

República das Letras

A carta também cumpria uma função de sociabilidade entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato. Vimos que Lobato participa o nascimento da neta a Anísio. Em carta de 23 de setembro de 1937, por sua vez, Lobato parabenizará Anísio pelo nascimento da filha: "Bravos! Vejo o telegrama anunciando a rumorosa e cirúrgica entrada no mundo de Ana, e muito nos alegrou saber que dona Emilinha resistiu à tragédia. Cesárea, devia chamar-se a pequena" (VIANNA, 1986: 85).

Também as leituras aparecem como tema recorrente. A conversa sobre livros, além de um tema comum entre letrados, tem algumas vezes o objetivo sutil de sugerir a leitura ao destinatário ou de trocar

¹¹ A mesma narrativa será empregada numa carta a Oliveira Vianna, datada de 23 de agosto de 1929, bem como no livro *Fábulas*, cuja primeira edição é de 1922.

impressões de leitura. Na carta de 16 de outubro de 1929, Lobato comenta dois livros do juiz Bernard Barr Lindsey que estava lendo:

Estou lendo o *judge* Lindsey e assombrado da grandeza e fortaleza desse maravilhoso exemplar humano. Que glória para a América produzir homens tais e poderem eles livremente organizar suas campanhas contra o puritanismo e o bigotismo. Que clareza de estilo e que penetração ele tem. Como é sadio. Estou lendo o *Companionate marriage* e o *Revolt of modern youth*. (VIANNA, 1986: 42)

É interessante lembrar aqui que o livro *Companionate marriage* havia sido exaustivamente comentado por Lobato em uma carta ao cunhado Heitor de Moraes, que era advogado e que havia demonstrado interesse pelo livro – diz Lobato em carta de 04 de julho de 1928 ao cunhado: “*Companionate marriage!* Como estás muito interessado, hei de mandar-te o livro do Juiz Lindsey, o pai da idéia. Vou lê-lo e depois te passarei” (LOBATO, 1964c: 255). Para Anísio, contudo, o comentário é sucinto: Lobato fala do livro como uma de suas leituras no momento, mas não se alonga, pois o assunto poderia não interessar ao destinatário.

Noutra carta, a 03 de junho de 1944, Lobato sugere explicitamente a leitura de um livro, *A grande síntese*, de Pietro Ubaldi¹², não sem todo um longo preâmbulo:

Todos nós, Anísio, temos o vago sonho de encontrar um *livro* que nos seja como uma casa definitiva – a casa de sonho que

procuramos. Um livro no qual moremos, ou passemos a morar como um rato dentro dum queijo. Um livro que seja casa e comida. E se, como dom João saltava duma mulher para outra em busca da *única* ou da *certa*, nós vivemos, como gafanhotos, a pular de livro em livro, é que nunca aparece o *nosso livro*. Quando santo Agostinho dizia temer o homem de um só livro, ele se referia ao perigo que é o homem que encontra o *seu livro*. Pois creio que encontrei o *meu livro* – o queijo para casa e comida do rato velho que sou. E chama-se *A grande síntese*, de Pietro Ubaldi. Foi traduzido por Guillon Ribeiro e publicado pela Federação Espírita. Temos de lê-lo de rabo a cabo – começando pelo fim. Estou a vogar em alto mar desse livro e tonto, deslumbrado, maravilhado e inclinadíssimo a reescrevê-lo, tal a minha certeza de torná-lo três vezes mais claro. Guillon sabe a língua e tem estilo, mas não procura facilitar a compreensão do leitor. Eu procuraria – à força de clareza.

Quis mandar-te o livro, em vez de apenas indicá-lo, mas não achei nenhum nas livrarias; estão tirando nova edição. Fica aí de alcateia para fisgar um quando este saia. E leia-o como estou fazendo: sem pressa nenhuma, com a simpatia aberta como uma flor; leia digerida e traduzidamente, isto é, retraduzindo mentalmente em palavras tuas, ou mais próprias, os períodos que o tradutor obscurece com o seu “excesso de bom português”. Estou ainda pouco avançado na leitura – tanto me deslumbro e paro pelo caminho; e tenho um medo imenso de que com você não se dê a mesma coisa. Mas há de dar-se. impossível que você não veja o que esse livro é. E sabe que *A grande síntese* está cá em casa há quase dois anos, e só *agora eu a descobri?* Purezinha morou nela todo esse tempo, e foi essa persistência que me atraiu a atenção. Abri-a ao

¹² Pietro Ubaldi (1886-1972), filósofo e escritor espírita nascido na Itália e radicado, a partir de 1952, no Brasil. *La grande síntese* teve sua primeira edição na Itália em 1937.

acaso, comecei a lê-la... e eis-me evangelizante! Eis-me a escrever ao Anísio para a leia também. Por que ao Anísio e não a outro qualquer? Porque você é a Inteligência Pura, Anísio, e tenho a certeza de que a tua opinião sobre o livro só pode coincidir com a minha – e que glória para mim tê-la eu indicado? (VIANNA, 1986: 91-2)

Para convencer Anísio e levá-lo à leitura do livro, num processo de captação da benevolência, Lobato constrói um preâmbulo em que resgata uma alegoria que já havia utilizado numa carta a Godofredo Rangel: o livro como casa. Em carta de 07 de maio de 1926, dizia Lobato:

Ando com ideias de entrar por esse caminho: livros para crianças. De escrever para marmanjos já me enjoiei. Bichos sem graça. Mas para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me de como vivi dentro do *Robinson Crusoe* do Laemmert. Ainda acabo fazendo livros onde as nossas crianças possam morar. Não ler e jogar fora; sim morar, como morei no *Robinson* e n'Os Filhos do Capitão Grant. (LOBATO, 1964b: 292-3)

Todavia, se, na carta a Rangel, a alegoria se aplicava somente às crianças, nessa carta a Anísio Teixeira a alegoria é ampliada a todos, adultos e crianças. Dessa tese, exposta no primeiro parágrafo transcrito, Lobato desenvolve um raciocínio dedutivo, afirmando que encontrara o *seu livro*, "o queijo para casa e comida do rato velho que sou". Mas não bastava somente a indicação do livro, Lobato queria tê-lo enviado também, mas diz não ter encontrado nenhum exemplar.

Em contrapartida, constrói um detalhado roteiro de leitura e, como último argumento, o elogio do destinatário: "por que ao Anísio e não a outro qualquer? Porque você é a Inteligência Pura". A despeito de toda a argumentação, Anísio responderia, em carta de 26 de agosto de 1944, recusando, de forma polida, a indicação do livro.

Contudo, talvez a grande tônica das cartas a Anísio tenha sido mesmo a nostalgia do "companheiro ideal", contaminada pela admiração de Lobato pelo destinatário, retomada na carta de 20 de maio de 1945:

O buraco que você deixou em São Paulo parece buraco de estrada de rodagem da China – aqueles que ficam abertos a vida inteira. Todos dizem isso. Você é um fazedor de buracos impreenchíveis. Ninguém te substitui, Anísio. Não há no mundo uma personalidade e uma mentalidade mais viva, penetrante e iluminadora que a sua. A vida sem o Anísio é uma porcaria – saiba disso. Adeus. Volto à esperança de sempre: uma telefonada do Otalles: "Sabe, Lobato, que o Anísio está a chegar?" (VIANNA, 1986: 96)

É a tônica presente também na última carta de Lobato a Anísio de que se tem notícia, datada de 1º de janeiro de 1947, vivendo Lobato em Buenos Aires, e Anísio, em Paris, como conselheiro de educação superior da comissão preparatória da UNESCO. A carta se inicia com uma abertura lisonjeira, que expressa a concessão de um privilégio ao destinatário: "minha primeira carta

do ano novo quero que seja para você” (VIANNA, 1986: 101). No seu fecho, Lobato, nostálgico da presença do amigo, propõe-lhe que vá a seu encontro; na despedida, a reafirmação de Anísio como o “companheiro ideal” – por meio da expressão “culto anisiano” – e a repetição da palavra “adeus”, num alongamento da despedida:

E se depois eu fosse para aí, a fim de te ajudar nalguma coisa? Poucos anos terei de vida, estou boiando no mundo e tanto posso morar aqui como na China ou aí. Pense nessa hipótese, Anísio, e escreva-me. Use o endereço abaixo, porque ao vir da carta posso já não estar aqui.

E receba lá um abraço da Purezinha e outro da Rute, a qual rivaliza comigo no culto anisiano. Adeus, adeus, adeus, Anísio querido...

Lobato
Cale Piedras 346 (VIANNA, 1986: 103)

Essa, como disse, é a última carta a Anísio. A admiração pelo amigo, porém, apareceria numa carta ao baiano João Palma Neto, datada de 28 de março de 1948, meses antes de sua morte – o que reforça a postura de Lobato, nas cartas a Anísio, como seu admirador:

Eu tenho por Anísio uma adoração absoluta. É-me uma honra viver no mesmo tempo que ele. Você não o conhece como eu. Anísio é um diamante imenso sob forma humana. Moralmente e sentimentalmente, é a criatura mais perfeita que encontrei na vida. E intelectualmente, é a

única criatura diante da qual me sinto chato como percevejo – e com que prazer me achato quando é um Anísio que me achata!... (LOBATO, 1964d: 272-3)

Considerações finais

A leitura da correspondência mantida entre Monteiro Lobato e Anísio Teixeira nos permite reconstruir o cotidiano dessas duas grandes personalidades da história brasileira da primeira metade do século XX. Por meio de suas cartas, temos acesso às discussões que travavam, às preocupações que os afligiam, às leituras que faziam e podemos, nessas idas e vindas das cartas, refazer o percurso intelectual que os unia numa relação de admiração e afeto que, podemos nos arriscar a dizer, era recíproca.

Não é apenas isso, porém. Além de conhecer a relação que se estabeleceu entre dois grandes escritores ligados à literatura infantil e à educação, a leitura da correspondência de Anísio Teixeira e Monteiro Lobato nos leva, a partir da reconstrução de acontecimentos como o curioso caso do concurso de *Miss* em Galveston, em que, por meio da manipulação da imprensa, as notícias chegavam distorcidas aos jornais e ao conhecimento dos brasileiros, refletimos sobre a história do Brasil e o papel que a imprensa exerceu e exerce na divulgação dos fatos.

Referências bibliográficas

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. São Paulo: Nova Cultural, 1998.

LOBATO, José Bento Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, t.1, 1964a.

LOBATO, José Bento Monteiro. *A barca de Gleyre*. São Paulo: Brasiliense, t.2, 1964b.

LOBATO, José Bento Monteiro. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, t.1, 1964c.

LOBATO, José Bento Monteiro. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, t.2, 1964d.

NUNES, Cassiano (org.) *Monteiro Lobato Vivo*. Rio de Janeiro: MPM Propaganda/Record, 1986.

O CONCURSO DE GALVESTON. O Estado de S. Paulo, 4 de agosto de 1929, p.4.

REVENGE. Foreign News. *TIME Magazine*, 22 de setembro de 1930. Disponível em: <<http://www.time.com/time/archive/preview/0,10987,740338,00.html>>.

Acesso em: 9 dez. 2017.

VIANNA, Aurélio , FRAIZ, Priscila (org.) *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986.

VINCENT-BUFFAULT, Anne. *Da amizade: uma história do exercício da amizade nos séculos XVIII e XIX*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RECEBIDO 10/12/2017

ACEITO 11/12/2017

**"CUMPRO MEU DESTINO DE
PORTEIRO-APRESENTADOR
NESTE NORDESTE": A
CORRESPONDÊNCIA DE LUÍS DA
CÂMARA CASCUDO E JOSÉ
AMÉRICO DE ALMEIDA (1922-
1978)**

"I FULFILL MY DESTINY AS PORTER-
GUIDE OF THE NORTHEAST": THE
CORRESPONDENCE OF LUIS DA
CÂMARA CASCUDO AND JOSÉ
AMÉRICO DE ALMEIDA (1922-1978)

Giuseppe Roncalli Ponce Leon de
Oliveira
(Bolsista PNPd/CAPES – PPGH/UFCG)

Resumo: Através deste artigo, pretendemos demonstrar que Cascudo, mesmo tendo estabelecido uma rede de sociabilidade intelectual "modernista", não deixou de estabelecer contatos com uma rede de sociabilidade intelectual "regionalista". Embora a respectiva correspondência com José Américo de Almeida não estabeleça um circuito fechado de diálogos e ideias, é possível, por intermédio de um cotejamento minucioso das fontes, remontarmos aspectos dessa experiência e de sua relevância para a formação intelectual de Luís da Câmara Cascudo.

Palavras-Chaves: Correspondência, Luís da Câmara Cascudo, José Américo de Almeida.

Abstract: In this paper, we intend to demonstrate that not only did Cascudo have a network of "modernist" intellectual sociability, he was also successful to establish a network of "regionalist" intellectual sociability. Although his correspondence with José Américo de Almeida does not have a perfect and complete system of dialogues and ideas, it is possible to reconstruct, through a detailed comparison of the sources, aspects of this experience and its relevance to Luís da Câmara Cascudo's intellectual development.

Keywords: Correspondence, Luís da Câmara Cascudo, José Américo de Almeida.

1- Introdução:

Veríssimo de Melo¹ (1993a), relatando uma visita feita ao escritor José Américo de Almeida em seu solar de Tambá (João Pessoa, PB), indagou ao mesmo sobre uma possível correspondência com Cascudo e qual seria a sua impressão. José Américo informou a Veríssimo que a troca de missivas com Cascudo iniciou-se desde 1922, ano em que se conheceram pessoalmente, até meados de 1978 (MELO, 1993a, p. 6).

Em pesquisa realizada no *Ludovicus - Instituto Câmara Cascudo* e na *Fundação Casa de José Américo de Almeida*, pudemos comprovar aquela informação. Sendo que das cartas das décadas de 1920, existem apenas as que foram enviadas de José Américo de Almeida para Luís da Câmara Cascudo, espaçadas entre os anos de 1922 (uma carta), 1924 (duas cartas) e 1929-1930 (duas cartas não datadas, sendo contextualizadas tanto pelo ao tipo do papel utilizado como pelo assunto discutido); os demais registros dos respectivos interlocutores se distribuem do seguinte modo: de Cascudo temos cartas enviadas para José Américo em intervalos que vão entre os anos de 1952 (uma carta), 1966 (duas cartas), 1975-1976 (duas cartas, uma para cada ano, respectivamente), e uma que não está datada, mas devido ao conteúdo, deve ter sido escrita entre 1966 e 1976. De José Américo para Cascudo, ainda teremos cartas em 1966 (uma carta), 1972-1973 (duas

¹ Veríssimo de Melo nasceu no dia 9 de julho de 1921, na cidade de Natal. Concluiu o curso de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, exercendo as funções de advogado, juiz municipal, professor de Etnografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de Natal e de Antropologia Cultural da Universidade Federal Rio Grande do Norte, além de jornalista. Em 1989, depois de aposentado, Veríssimo de Melo dedicou-se, com mais afinco, aos estudos folclóricos e ao jornalismo. Foi, também, membro do Conselho Estadual de Cultura e da Academia Norte-Rio-grandense de Letras. Faleceu no dia 18 de agosto (mês do folclore) de 1996, em Natal, RN. Foi organizador do livro *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo* (2000).

cartas, uma para cada ano, respectivamente); 1977-1978 (três cartas, uma no início do intervalo e duas ao final)².

Através deste artigo, pretendemos demonstrar que Cascudo, mesmo tendo estabelecido uma rede de sociabilidade intelectual "modernista", não deixou de estabelecer contatos com uma rede de sociabilidade intelectual "regionalista". Embora a respectiva correspondência com José Américo de Almeida não estabeleça um circuito fechado de diálogos e ideias, é possível, por intermédio de um cotejamento minucioso das fontes, remontarmos aspectos dessa experiência e de sua relevância para a formação intelectual de Luís da Câmara Cascudo.

2- Década de 1920: Primeiros contatos, crítica literária e interlocuções com Mário de Andrade

Na carta não datada, Cascudo dirá em breve passagem que conheceu José Américo de Almeida em maio de 1922, no V Congresso Brasileiro de Geografia, na Paraíba³. Infelizmente, não temos registros epistolográficos de Câmara Cascudo que tratem com maior profundidade sobre esse encontro, mas percebe-se por intermédio das cartas que José Américo de Almeida enviou durante a década de 1920 e no decorrer do recorte temporal de nossa pesquisa mensagens que evidenciam uma grande estima do autor da *Bagaceira* pelo etnógrafo potiguar.

Em carta de sete de maio de 1922, vemos José Américo de Almeida tecer comentários sobre o

envio de uma obra de Cascudo para a sua apreciação. Desculpa-se pela demora em responder dizendo crer que o amigo "não ficaria contente, se [...] tivesse enviado apenas o registro do correio", que precisava recolher primeiro "a impressão do seu talento, com uma leitura a vontade, para ao cabo mandar dizer-lhe o que tinha recebido". Embora não deixe explícito qual livro teria sido, pelo modo como se referiu, e pelo ano da carta, devia se tratar do primeiro livro de Câmara Cascudo, *Alma Patrícia*, escrito em 1920:

Acabo de ler sua carta. Não seja (mais) para os estafetas! ... Seu livro logrou-me as mãos com toda a regularidade pontual. Mas v. não ficaria contente, se eu lhe tivesse enviado apenas o recibo do correio. Era preciso que eu recolhesse, primeiro, a impressão do seu talento, com uma leitura a vontade, para ao cabo mandar dizer-lhe o que tinha recebido. V. revela uma compreensão definida de arte, recursos de estilo e vivacidade de imagens. As cadências e a abundância verbal vão por volta dos tipos da mocidade. Com uma disciplina mas paciente da língua e a descoberta da vaidade de citação, com um pouco mais de sobriedade, enfim, v. será, se já não amanhecer, ecos ainda de um escritor, de verdade, digno de toda a consideração desse título. Agita seus feridos esse sofrer de mocidade que extrema símbolos literários do pioneiro dos lugares comuns. A crítica impressionista talvez seja mais oriunda da solidariedade local do que de um rigoroso processo de selecção. Mas v. comprova, às vezes, seus (galbos) como uns modelos que o homem (e) as letras de sua terra com preciosos subsídios para o nosso acervo intelectual (JAA, 7-V-1922).

² Embora seja uma documentação inédita, só nos ateremos aqui às cartas que tratam dos temas referidos a nosso objeto de estudo.

³ Na Fundação Joaquim Nabuco, é possível encontrar uma carta de Cascudo enviada a Mário Sette, em dez de maio de 1922, onde vemos o escritor potiguar informar sobre o evento: "Sigo esta semana para a Parahyba representando o Centro Polymático no VII Congresso de Geographia. Ironias da sorte zombeteira. Se me perguntarem os limites do Rio Grande do Norte fui de pestanejar aturdido, sem resposta razoável. Mas... estava escripto que acabaria geographo. Deus me defenderá de um relatório ou demais [sic]. remoídos durante as sessões de [sic]" (CC, 10-V-1922). Desse modo, percebe-se que o evento mencionado já se encontrava na sétima versão, e não na quinta. Outro aspecto curioso é que a primeira carta de José Américo localizada no Ludovicus – Instituto Câmara Cascudo é de sete de maio de 1922, e pela abertura da carta é possível entender que eles já se conheciam antes do evento, ao menos por intermédio de troca de correspondências.

Podemos perceber que apesar dos elogios estabelecidos ao jovem escritor, temos nessa carta uma crítica severa que deve ser tomada como estímulo de aprimoramento de estilo e produção intelectual. O livro de estreia de Cascudo, intitulado *Alma Patrícia*, foi dedicado exclusivamente a autores norte-rio-grandenses, com predomínio de poetas e destaque secundário para jornalistas, registrando uns poucos dramaturgos, sem maior entusiasmo. De acordo com Marcos Silva (2013), o título dessa obra, diante de seu conteúdo, permite pensar sobre o projeto de definir um “nós” – os potiguares, os patrícios –, dotados de uma alma, através de sua leitura. Ao mesmo tempo, o adjetivo “patrícia” também evoca condição aristocrática, algo que se destaca do comum: nós, potiguares, já temos uma alma, e essa alma não se nivela por baixo; a literatura erudita do Rio Grande do Norte, mesmo que falha, nobilitava o estado (SILVA, 2013, p. 221-222).

Em carta de trinta de maio de 1924, temos outra carta onde José Américo volta a iniciar se justificando pela não assiduidade em escrever ao jovem amigo potiguar, pois o mesmo não saía de sua lembrança, tão pouco de seu apreço intelectual. Por isso, escrevia imediatamente em resposta à carta em que Cascudo reclamava o seu “aclamado livro”, que por se tratar da época em que foi escrita, deveria se tratar de *A Paraíba e seus Problemas*⁴ publicado em 1923:

Não, Luiz da Câmara Cascudo, v. não saiu da minha lembrança, nem do meu apreço intelectual. Por isso, quando me chegou sua

carta, reclamando o meu aclamado livro, eu já havia coincidentemente, cumprido, havia dois dias, esse dever de solidariedade literária. [...] Leia-me v., se não com generosidade, pelo menos com a paciência devida (JAA, 30-V-1924).

Na última carta de José Américo enviada a Cascudo no ano de 1924, vemos o escritor paraibano estabelecer uma crítica bastante positiva ao livro *Histórias que o tempo leva...*, do jovem escritor potiguar, apontando que a obra, por sua forma quase literária, auxiliava os “admiradores da leitura amena, continu[asse] a sua função educativa e moral”:

Somente hoje achei de ler seu livro. Muito obrigado. V. proporcionou-me algumas horas de grande recreação espiritual. Essas histórias o tempo não levou porque v. as arrebatou do passado, atribuindo-lhes o fremito de vida e de suavidade de quem sabe contar. Aprecio muitíssimo o querer que v. objetou. Nesta quadra de versos à cultura, de sua capacidade para as amplitudes do estado e do pensamento, é preciso contar a história, reverter os fatos, dar forma, dar ficção, para que essa disciplina, aceita, assim pelos admiradores da leitura amena, continue a sua função educativa e moral. Seu livro ele não é para se guardar depois de voltada a última página. Voltarei nestes poucos dias a seu começo para uma impressão mais duradoura (JAA, 16-VII-1924).

Percebe-se, através da apresentação dessas últimas cartas enviadas por José Américo de Almeida a Câmara Cascudo, ocorrer aquela condição já trabalhada no

⁴ Em *A Paraíba e seus problemas* (1984), José Américo de Almeida discute todos os pontos que, segundo ele, conduziram aquele estado e o Nordeste a uma situação econômica e política desfavorável no cenário nacional. Situação essa decorrente da omissão injustificável da classe dirigente, isto é, da classe política, que se pautou, na mais pura inércia, ou mais gravemente em uma “despudorada renúncia”. Em sua análise, ele traz a lume a indicação daquilo que acreditava ser a solução para esses mesmos problemas. Os principais pontos problemáticos da Paraíba e da região eram os seguintes: em primeiro lugar, timidez e ineficiência política dos homens públicos paraibanos e nordestinos, que teve como consequência o não aparelhamento desses Estados – a exceção, em parte, Pernambuco e Bahia – em rodovias, ferrovias, comunicações, portos etc. Evidenciando-se, no caso paraibano, para a evasão de impostos. Em segundo, a ausência de educação técnica para melhor aproveitamento na agricultura e pecuária. Por fim, a falta de investimentos na produção agrícola, o que levava os agricultores ao endividamento, em virtude da agiotagem (ASSIS, 2005, p. 37).

capítulo três deste livro, por intermédio de Machado (2012), ou seja, houve entre os respectivos interlocutores o uso da correspondência para compartilhar manuscritos no intuito de divulgação e solicitação de crítica à produção intelectual que estavam desenvolvendo à época.

Nas últimas duas cartas da década de 1920, vemos José Américo tratar de assuntos que não são de ordem intelectual, mas ao final da segunda carta, encontramos um trecho que chamou a nossa atenção. José Américo comenta com Cascudo a respeito de Mário de Andrade, dando a entender que trocava correspondências com o mesmo. Solicitou ao amigo potiguar que trouxesse Mário ao Nordeste e a Parahyba do Norte⁵: “Por que não vem até aqui com o Mário? Ele tem escripto de S. Paulo. Está muito saudoso do nordeste. O Mario é bom como quê!” (JAA, s./d.).

Com a respectiva menção a Mário nas cartas de José Américo enviadas a Cascudo, tratamos de buscar nos acervos das instituições pesquisadas alguma referência que comprovasse a existência da troca de correspondências entre José Américo e Mário de Andrade.

Inicialmente, verificamos que no catálogo virtual do IEB/USP, não constam cartas enviadas por José Américo a Mário.

Através do levantamento feito nas obras de Mário de Andrade, encontramos em *O Turista Aprendiz* (1983) e *Táxi e Crônicas no Diário Nacional* (1976), referências sobre a aproximação de Mário e José Américo. Em *O Turista Aprendiz*, temos que o encontro ocorreu entre

os dias vinte e oito de janeiro e cinco de fevereiro de 1929. Nessa narrativa, vemos Mário tratar da sua recepção na cidade da Paraíba do Norte por José Américo e a intelectualidade local, como da impressão que teve do autor da *Bagaceira*:

Cheguei contente na Paraíba com os amigos, José Américo de Almeida, Ademar Vidal, Silvino Olavo me abraçando. [...] E Paraíba além de outras coisas tem José Américo de Almeida, autor da *Bagaceira*, todos no Brasil sabem. Aliás José Américo de Almeida nasceu no “brejo” em Areia para onde vou amanhã. Mas José Américo mora na capital, jurisperito, conhecedor profundo do nordeste, míope dos olhos apenas, secretário geral do Estado, modesto e justamente célebre (ANDRADE, 1983, p. 307, 316).

Já em *Táxi e Crônicas no Diário Nacional*, encontramos uma crônica de Mário sobre José Américo de Almeida escrita em dezesseis de novembro de 1930. Nesse texto, Mário, ao noticiar a nomeação de José Américo como ministro da viação, comentou que “o célebre autor e justamente célebre, da *Bagaceira*, agora se viu transformado inteiramente [...] de homem público das Letras, para homem público do Brasil”, em dado momento Mário reclamou da ausência de resposta das cartas que enviou ao amigo; afirmou que compreendia o fato, sabia que o amigo sofria mais que ele próprio, pois tinha os inúmeros afazeres da vida política:

⁵ Atual João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

Aliás fazia muitos meses que José Américo de Almeida estava afastado já de mim. Desque arreventou o caso de Princesa⁶. Vivi Princesa com uma intimidade dolorosíssima. Isso era natural em quem como eu viajara o Nordeste e faz dois anos colhe todos os seus momentos livres pra edificação dum livro sobre Aquele Brasil puro. [...] Me limitei por isso a cultivar o meu pombal de cartas amantes, buscando os amigos paraibanos que sofriam. De minha casa sei que as pombas partiram. Se chegaram aos destinatários não sei. Falava-se que havia censura no Correio de lá. José Américo de Almeida nunca que respondeu. Mas não zanguiei porque ele inda sofria mais do que eu [...] (ANDRADE, 1976, p. 275).

Ao constatarmos por intermédio dessa crônica que Mário havia enviado cartas a José Américo de Almeida, fomos à busca de algum elemento que fundamentasse as evidências disso. Em dado momento da pesquisa, nós nos deparamos com o *Catálogo da Correspondência de José Américo de Almeida (cartas: 1915-1952)*, de Ana Isabel de Souza Leão Andrade (1983), por intermédio desse catálogo, pudemos constatar nossa hipótese: nele, estão registradas duas cartas de Mário. Uma delas, de vinte e sete de dezembro de 1929, escrita logo após o seu retorno a São Paulo, que tratou do projeto de criação do livro *Na Pancada do Ganzá*⁷, e a outra, de vinte e sete de julho de 1930⁸, em que se apresentam os reclames postos por intermédio da crônica supracitada:

Jurei pra mim não incomodar você porém não venço a saudade, banco o amante sem brio e

mando estas linhas. Si não tiver tempo não responda não faz mal, não zango não. Mas você deve se interessar pelo que eu trouxe aí do Nordeste e aqui vai notícia detalhada pra você mostrar também pro Ademar, pra evitar repetição. O livro se chamará "*a Pancada do Ganzá*", terá Prefácio, três partes (I A Poesia; II A Música; III Documentação). Índice analítico, bibliografia, etc. No Prefácio faço uma relação sucinta da minha viagem e exponho os fins do livro talvez minha maneira de conceber o Folclore. Isso não sei se ponho porquê faço questão de não ser folclorista, ou pelo menos não bançar o folclorista, que não tenho especialização para tanto. Em todo caso demonstrarei ou indicarei certas doutrinas bem recentes de conceber o folclore, aceitando a criação individualista. Isso é importante porquê o individualismo do individuo popular nordestino é mesmo desnorteante nas peças livres como os loucos. Um documento chega a mudar inteiramente de apresentação dum lugar para outro. Nas outras partes os títulos já indicam a natureza dos estudos que vêm nelas. Separo a documentação da exposição crítica da poesia e da música, pra metodisar mais a leitura e porquê os documentos estão ou estarão recheados de notas, indicação de variantes, descrição de bailes etc. etc. E tudo junto ficaria a leitura penosa. E como na exposição crítica virão as referências sistematizadas aos números da documentação que provam a afirmativa quem quiser pode imediatamente se reportar à documentação. Não escrevi nenhuma linha do livro ainda e provavelmente tão cedo não escreverei. Estou sempre passando a limpo o que trouxe daí, estudando a colheita e estudando a matéria nos livros. O que já tenho de notas, esclarecimento, citações é formidável, perto de mil papeletas, é interessantíssimo.

⁶ No que tange ao conflito em Princesa Isabel, PB, as considerações de José Américo sobre os problemas da resistência são extremamente significativas e pertinentes, haja vista centrar a questão no Comando e não na tropa, ou seja, o que ocorria na tropa era o reflexo das desinteligências ocorridas na condução da luta, bem como o bloqueio imposto ao estado. Para Américo, "só a visão direta evitaria o colapso. Andava nessa causa aos trancos e barrancos, estava por assim dizer, nas últimas e nada se sabia de positivo...", e o que ele acreditava ser necessário fazer era "... representar a autoridade única, corrigindo os distúrbios causados pela rivalidade entre comandos..."; assim, precisava estar no local do conflito. As notícias que chegavam à cidade da Paraíba eram que havia "... uma cinta em torno (de Princesa), a contê-la", o que não era verdade, porquanto das informações de invasão de outras áreas do Cariri e Sertão, até pouco tempo, infensas às desordens. Assim, Américo percebia em seu deslocamento para o sertão, que "... alastrava-se o conflito. As coisas não estavam boas; o inimigo vinha vindo" (ALMEIDA, 1978, p. 72-76; ASSIS, 2005, p. 95).

⁷ Na *Pancada do Ganzá* consistia num projeto (obra em preparo) em que Mário de Andrade pretendia reunir o amplo material poético-musical-coreográfico recolhido em suas viagens etnográficas, apoiando-se nos estudos e coletâneas existentes. Esse cancionário deveria se escorar de segurança teórica e terminológica, daí a confecção simultânea de outra obra de fôlego, o *Dicionário Musical Brasileiro*, iniciada no mesmo ano de 1929. Para essas obras, o autor indicaria um processo de trabalho na relação das "Leituras iniciadas prá Na pancada do Ganzá", cujo registro em seu arquivo no Instituto de Estudos Brasileiros/USP consigna uma bibliografia de 837 obras. É no âmbito da "atitude interessada", das reflexões e da postura obsessiva de Mário de Andrade de levar a termo esse projeto de preservação da "autenticidade" da cultura brasileira, que ele projeta, planeja, esboça, organiza suas recolhas e estudos, e inicia as escrituras de sua obra "grandiosa". A vida, no entanto, não lhe reservaria tempo para concluí-la (LOPES; GOMES, 2014, p. 166).

⁸ Os respectivos documentos pertencem ao acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida.

Desconfio muito que a bibliografia, que conterà só obras citadas no texto apresentará pra mais de 200 numeros! Si não tiver mais, pois que tenho 50 obras referidas ao livro. Uma coisa me entristece um bocado. Sou o primeiro a registrar integralmente, texto e musica, todas as danças dramáticas nordestinas. Bumba, Bonzo, Chegança, Fandango, Caboclinho, maracatú. Não registrei nenhum pastoril, por serem estas musicalmente menos interessantes. Agora estou burramente arrependido. Fica uma falha feia no livro. É uma pena. Quanto à demora peço mais dois anos. Em fins de 1931, o livro estará pronto. Mas também garanto que vocês não se arrependerão da amizade inesquecível que me deram. Quando penso nela fico mesmo comovido. E o abraço que vai aqui pra você é sinceramente o mais fraterno. E me recomende carinhosamente aos seus (MA, 27-XII-1929)⁹

Estou exausto de escrever pra você, pro Ademar, sem receber resposta. Será que enfim você recebe esta? Nem carta escrevo mais, quasi na certeza de você não receber. Quantas já partiram e que certamente teriam uma palavrinha de bom dia como volta, si aí chegassem!... Faço muita papelada e mais uma vez, sem dizer nada, só comovido, comovidíssimo, mando este abraço verdadeiro de quem vive com o pensamento em vocês. Si estiver com o Ademar abrace-o tambem por mim. E fico aqui, machucado, estragado por dentro, nesta sensação dolorosíssima de que vocês, não recebendo nada de mim, possam imaginar um ingrato que esqueceu a amizade de vocês. Isso é impossível em mim [...] (MA, 27-VII-1930).

Se voltarmos à passagem em que José Américo comenta com

Cascudo a saudade que ele sentia de Mário do Nordeste, subentende-se que o escritor paraibano tinha conhecimento das cartas que o escritor de *Macunaíma* lhe enviou. Pelo comentário apresentado nas duas cartas, vemos que essas não foram as únicas tentativas de Mário de estabelecer diálogo epistolar com o autor da *Bagaceira*. Sendo as únicas existentes e preservadas, percebe-se que o contato estabelecido com José Américo e seu grupo intelectual paraibano foi bastante relevante para a coleta etnográfica realizada pelo escritor paulista¹⁰. Com o retorno para São Paulo, como vemos na transcrição da carta de 1929, iniciou-se a tentativa de interpretação e elaboração de um árduo trabalho de sistematização dos dados e fontes bibliográficas, mas que infelizmente não chegou à conclusão. O Departamento de Cultura da cidade de São Paulo e outros projetos foram cada vez mais tomando o seu tempo, ficando a cargo de Oneyda Alvarenga, sua amiga e colaboradora, a editoração e publicação dos inéditos postumamente.

Esse aspecto inusitado presente no corpo da correspondência de Cascudo e José Américo demonstra o quão importante foi para Mário estabelecer contato com Cascudo. Neste ponto, notamos mais uma vez, que ao contrário do que se divulgou nas teses de Veríssimo de Melo e dos demais estudiosos que seguiram a linha de argumentação até o presente momento sobre a relação entre Mário de Andrade e Câmara Cascudo, idealizada como o mestre modernista e o discípulo folclorista,

⁹ Vale salientar que tais aspectos foram também tratados, em carta de Mário de Andrade enviada a Câmara Cascudo (Cf. MA, 6-VIII-1929 apud CASCUDO, 2010a, p. 163).

¹⁰ Fora os argumentos presentes na carta de vinte e sete de dezembro de 1929, podemos ver, por exemplo, a passagem presente n'O *Turista Aprendiz* (1983) "Logo de entrada [na praia de Tambaú], pra me indicar a possibilidade de bom trabalho musical por aqui, topei com os sons dum coco. O que é, o que não é: era uma crilada gasosa dançando e cantando na praia. Gente predestinada pra dançar e cantar, isso não tem dúvida. Sem método, sem ritos coreográficos do coco, o pessoalzinho dançava dos 5 anos aos 13, no mais! Um velhote movia o torneio batendo no bumbo e tirando a solfa. Mas o ganzá era batido por um piazote que não teria 6 anos, coisa admirável. Que precocidade rítmica, puxa! O piá cansou, pediu pra uma pequena fazer a parte dele. Essa teria 8 anos certos mas era uma virtuose no ganzá. Palavra que inda não vi, mesmo nas nossas habilíssimas orquestrinhas maxixeiras do Rio, quem excedesse a paraibaninha na firmeza, flexibilidade e variedade de mover o ganzá. Custei sair dali" (ANDRADE, 1983, p. 308).

ela não se sustenta. Além de comprovar o caráter eclético dos interlocutores, que se valiam das cartas para estabelecer redes de sociabilidade que promovessem o debate intelectual, sem a necessidade de enquadramento em estéticas e cartas programas de manifestos artísticos culturais... Veríssimo muito se esforçou na busca tanto de confirmação da correspondência entre Cascudo e Mário, como entre Cascudo e José Américo, em momentos distintos; tendo em vista seu franco interesse por correspondências entre intelectuais¹¹, é no mínimo intrigante pensar por quais razões Veríssimo não questionou Almeida sobre o recebimento de cartas de Mário de Andrade.

3-Década de 1950: Política, Seca e Regionalismo

Após esses aspectos discutidos por intermédio das cartas que José Américo enviou para Câmara Cascudo no decorrer da década de 1920, nós nos voltaremos para a primeira carta enviada por Cascudo presente no acervo da Fundação Casa de José Américo de Almeida. A mensagem foi escrita em quatorze de julho de 1952 e nela, vemos Cascudo se dirigir ao velho amigo de outrora como o governador do Estado da Paraíba¹², e comentar sobre um plano seu, que gostaria de articular com os "amigos queridos que são atuais Governadores em Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte": convidar o editor José Olympio "para ele visitar cada um desses Estados, três ou quatro dias apenas, conhecer o que não

conhece e ama ter um contacto mais vivo com o ambiente provinciano". Entretanto, Cascudo não queria ser colocado como idealizador dessa iniciativa, mas que o convite fosse feito por José Américo, o escritor que teve seu celebre livro *A Bagaceira*, publicado pelo editor e que na ocasião, na condição de governador e grande articulador político do Nordeste; sendo esta "uma ocasião única para ele [José Olympio] ver o que é nordeste e os problemas enfrentados pelos governadores, desajudados ou pouco ajudados":

Querira merecer-lhe o obséquio de ouvir e responder a esta sugestão que faço com todos os segredos de justiça e mistérios do Santo Ofício. Não desejo de modo algum aparecer no meio porque o valor será justamente o ato pessoal do grande José Américo. Lembrei de pedir aos amigos queridos que são atuais Governadores em Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, que fizessem um convite ao editor José Olympio para ele visitar cada um desses Estados, três ou quatro dias apenas, conhecer o que não conhece e ama e ter um contacto mais vivo com o ambiente provinciano. Não se trata de convite coletivo e sim um convite seu, direto. Depois combinar-se-ia o programa de viagem geral. José Olympio não é o grande editor, é também e acima de tudo, o editor do nordeste, àquele que maior número de originais nordestinos que tem divulgado. Seria uma ocasião única para ele ver o que é nordeste e os problemas enfrentados pelos governadores, desajudados ou pouco ajudados (CC, 14-VII-1952).

¹¹ Além da publicação das Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo e de seus artigos que tem esta correspondência como mote, Veríssimo de Melo ainda publicou mais dois livros com a correspondência de outros interlocutores: Ascenso Ferreira e Oswald Lamartine de Faria (Cf. MELO, 1989b, 1995).

¹² Para o aprofundamento desse aspecto da biografia política de José Américo de Almeida, ver os estudos de Assis (2005) e Barbosa (2012).

A seca enfrentada pelos paraibanos durante o governo de José Américo de Almeida – mais especificamente entre os anos de 1951-52 – se inicia meses antes de sua posse, verificada no dia primeiro de fevereiro de 1951. Os primeiros indícios de uma calamidade iminente foram sentidos em alguns municípios do interior do Estado ainda na segunda metade do ano de 1950. Embora as primeiras notícias referentes a essa problemática tenham surgido ainda no governo do udenista Osvaldo Trigueiro, passando pelo curto período da administração de seu sucessor e vice-governador, José Targino, os problemas relacionados a esse prenúncio de grande estiagem só receberam a atenção merecida a partir dos primeiros meses da gestão americista (BARBOSA, 2012, p. 185).

Nos primeiros meses da administração de José Américo de Almeida, o retrato da paisagem desoladora vivenciada diariamente por uma grande parcela dos habitantes do estado paraibano e da maior parte da região Nordeste – ou que já observaram a distância em alguma fotografia, documentário, filme, ou leram em alguma obra literária ou científica – foi muito bem descrita por José Lins do Rêgo em uma matéria publicada pelo jornal *A União* durante esse período de estiagem (Id. Ibidem, p. 185):

As histórias de Raquel de Queiroz, de José Américo, de Graciliano Ramos, passam da ficção vigorosa para a realidade pungente. As retiradas se farão com as vias-sacras de um povo que morre aos pedaços. Os lares se desfazem, as pestes se

concentram, a terra abandonada se reduz a nada. Sol e fome, sol e doença, sol e morte de todos os tamanhos (RÊGO, 1951, p. 3).

O autor da matéria, e os demais escritores anunciados no fragmento, tiveram seus livros editados e distribuídos no mercado editorial brasileiro por José Olympio. Vale salientar que a inauguração da casa editorial de José Olympio ocorreu em junho de 1934, tendo José Lins do Rêgo em noite de autógrafos no lançamento das edições feitas por Olympio na recém-inaugurada sede da editora no Rio de Janeiro. A compensação pela ousadia do editor não veio propriamente da venda das edições (que levaram cinco anos para se esgotar), mas sim do fluxo de escritores para a editora “doida o bastante para imprimir dez vezes mais que a tiragem normal de um novo romance brasileiro, e ainda pagar adiantado” (HALLEWELL, 1985, p. 355). Ousadia comercial que despertou o interesse de romancistas, poetas e artistas plásticos de diferentes regiões do país. Devendo-se notar ainda que, progressivamente, o deslocamento dos artistas ditos regionalistas para a capital federal significará, também, uma nacionalização das discussões sobre o Regionalismo-Tradicionalista-Nordestino (CHAGURI, 2009, p. 64-65), evidenciando o peso da literatura de ficção no fortalecimento desse universo de pensamento.

Embora não tenhamos comprovação de que a iniciativa tenha ocorrido, a carta que Cascudo enviou para José Américo em 1952 é um bom exemplo de como são enredadas as alianças regionais de

várias ordens (políticas, intelectuais e pessoais), demonstrando que a tentativa de Cascudo de convencer José Américo para convidar um dos maiores editores brasileiros para visitar os estados nordestinos não é meramente uma iniciativa de cunho cultural, mas acima de tudo um ato político, pois Cascudo queria com aquele gesto chamar a atenção da política nacional para os problemas que a região Nordeste vinha sofrendo na ocasião. Utilizando-se do "discurso da seca", tido nesse contexto por Albuquerque Jr. (2011) como o elemento responsável pela progressiva unificação dos interesses regionais e detonador de práticas políticas e econômicas que envolviam todos os estados sujeitos a este fenômeno climático; vemos que nesse discurso Cascudo faz da seca a principal arma para colocar em âmbito nacional os interesses dos políticos dos estados nordestinos, delimitando assim uma zona de solidariedade entre todos aqueles que se colocavam como porta-vozes desse espaço social sofrido (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 72-73).

4-Década de 1970: Prêmio Juca Pato, I Semana de Cultura Nordestina e Segundo Manifesto Regionalista

As duas últimas cartas enviadas por Cascudo a José Américo entre os anos de 1975 e 1976 são breves bilhetes de apresentação. Na primeira, ao apresentar Jorge Batista, refere-se ao mesmo como "um jornalista teimoso do MOVIMENTO, semanário que se apregoa 'nacional'", sendo certamente uma referência feita ao

modernismo. Na segunda, comentou que "os nossos verdes e teimosos anos de oiticica não estabelecem distancia com a geração nova, rapazes e moças que irão viver no Ano 2000", e após esse pequeno introito, apresenta Paulo de Assis Cavalcanti, pintor, e escritor de contos, novelas, que buscou inspiração em obras de José Américo, tais como a *Bagaceira*, *Coiteiros*, *Boqueirão*, colocando-se por fim como "porteiro-apresentador neste Nordeste":

JOSÉ AMÉRICO, amigo jovem de maio de 1922. Tenho a oportunidade de apresentar-lhe Jorge Batista, jornalista teimoso, do MOVIMENTO, semanário que se apregoa 'nacional'. Pelo menos de bom gosto. V. não escapa ao destino publicitário. JORGE BATISTA sonha ouvi-lo e levo este facínora até as doces áreas auditivas de sua confidencia gentil (CC, 12-X-1975).

JOSÉ AMÉRICO ALMEIDA, amigo. Os nossos verdes e teimosos anos de oiticica não estabelecem distancia com a geração nova, rapazes e moças que irão viver no Ano 2000. Visitam. Louvam. Pleiteiam. Permita-me apresentar-lhe o jovem PAULO DE ASSIS CAVALCANTI, morador em Arco Verde, na bôca do Sertão pernambucano. É pintor, de côres vibrantes e desenho firme, documentando a paisagem em que vive, com as figuras humanas na legitimidade do contorno e movimento. Tem livros de contos e novelas, com a mesma autenticidade vibrante e lógica, aquela que se modelou na BAGACEIRA, COITEIROS, BUQUEIRÃO. Já tem merecido algumas distinções e sucessos positivos. Um seu insistente desejo é ouvir, de viva-voz, o nosso JOSÉ AMÉRICO. Cumpro meu destino de porteiro-

apresentador neste Nordeste (CC-21-1-1976).

A amizade entre Cascudo e José Américo, perdurará até à morte deste último em 1981. O último ano da série dessa correspondência será 1978.

Antes de finalizar o presente artigo, faz-se necessário realizarmos uma breve incursão sobre os acontecimentos vividos por Câmara Cascudo no ano de 1978. Folheando o jornal *A República*, vemos que o primeiro semestre do ano foi extremamente movimentado para o autor. No dia vinte e cinco de fevereiro, aquele jornal noticia que Cascudo havia ganhado o Prêmio Juca Pato, 1977, mas que não acreditava, mesmo tendo sido a informação noticiada pela TV e pelo jornal impresso:

A notícia já veiculada pela Folha de São Paulo e a TV Globo não bastou para convencer o folclorista e escritor Luiz da Câmara Cascudo de que ele foi o vencedor do prêmio Juca Pato, concedido anualmente a quem mais se destaca em obras literárias. A láurea é uma das mais importantes do país, concedida pela União Brasileira de Escritores. Para este ano estavam indicados Barbosa Lima Sobrinho, Jamil Almasur Daddad, Gilberto Freyre e Wilson Martins. "Eu nem sabia que estava nessa relação" disse o escritor Câmara Cascudo, ao ser consultado ontem pela "A República". Disse contudo que "foi uma grata surpresa, porque não houve inscrição voluntária. Pode ser até um bom trote. Só acredito quando receber o prêmio e uma comunicação da União Brasileira de Escritores". [...] (s./a. "Cascudo não acredita no prêmio - TV e Jornal dizem que

Câmara Cascudo ganhou o Juca Pato". In. *A República*, 25-II-1978).

Em cinco de março, numa matéria de foto estampada, vê-se em letras garrafais: "CÂMARA CASCUDO É DOUTOR HONORIS CAUSA DA UFRN". Segundo a matéria, a concessão desse título já teria sido comunicada a Cascudo pelo Reitor Domingos Gomes de Lima que, em reunião com o colegiado superior da instituição, propôs o nome e foi aceito por unanimidade. Embora só nesse momento tenha sido anunciada, a notícia já era do conhecimento do escritor e folclorista potiguar desde as comemorações de seu aniversário, em trinta de dezembro de 1977. Entretanto, a entrega do título só seria feita em solenidade a ser marcada para o semestre de 1978 (s./a. *A República*, 05-III-1978).

Poucos dias depois, em doze de março, nova matéria que tratando da consagração de Câmara Cascudo, desta vez, seria o fato de o folclorista ter sido escolhido como o intelectual do ano pela União Brasileira de Escritores, seção São Paulo, responsável pela escolha e premiação. Segundo informe da matéria, Cascudo teria recebido cento e quarenta e quatro votos e o informante da láurea teria sido o escritor Raimundo de Menezes, num telefonema recebido nesse dia por D. Dhália Cascudo:

O escritor e folclorista Luiz da Câmara Cascudo foi escolhido pela União Brasileira de escritores, secção de São Paulo, como o "intelectual do ano", seguindo comunicação do presidente daquela entidade, feita

através de telefone para a residência do escritor potiguar. Quem recebeu a comunicação foi a esposa D. Dhália, tendo o Sr. Raimundo de Menezes, escritor paulista, dito na ocasião que a decisão tinha sido tomada por 144 votos. [...] Antes mesmo da votação já se tinha como praticamente certa que a escolha, este ano, recairia no nome de Câmara Cascudo, principalmente porque o intelectual potiguar completou 79 anos em plena atividade de pesquisa [...] (s./a. "São Paulo escolhe Cascudo como intelectual do ano". In: *A República*, 12-III-1978).

Tamanhas foram as loas proferidas a Câmara Cascudo que José Américo de Almeida tornou-se conhecedor dessas notícias e, em vinte e dois de março de 1978, parabenizou o amigo potiguar "pela grande vitória com a obtenção do Prêmio Juca Pato". José Américo tinha intenção de entregar-lhe pessoalmente o prêmio, haja vista que o mesmo havia sido premiado no ano anterior, e caso seu estado de saúde não lhe permitisse viajar, mandaria seu discurso para ser lido, como havia feito Menotti Del Picchia consigo no ano anterior, saudando-o em nome da UBE:

Venho abraça-lo pela sua grande vitória com a obtenção do Prêmio Juca Pato. Competindo com tantos valores você conquistou uma auréola que consagrou por seus extraordinários métodos de historiador e folclorista. Terei grande alegria em transmitir-lhe o troféu em data que combinarmos. Caso meu estado de saúde não me permita viajar, mandarei o meu discurso para ser lido, como fez comigo Menotti Del Picchia, o ano passado, saudando-me em nome da UBE (JAA, 22-III-1978)¹³.

Para a apoteose de Luís da Câmara Cascudo, fora escolhida a *I Semana de Cultura Nordestina*, ocorrida entre vinte e um e vinte e seis de maio de 1978. O evento teve culminância com homenagens feitas a Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e José Américo de Almeida. As notas da imprensa local, em especial do jornal *A República*, comentaram inclusive que não só Cascudo, mas que Freyre e José Américo, também seriam laureados com o título de "Doutor Honoris Causa", além da entrega do Prêmio Juca Pato a Câmara Cascudo, como poderemos observar através das transcrições realizadas a seguir:

Nesta mesma oportunidade será entregue o título de Doutor Honoris Causa ao sociólogo e escritor Gilberto Freyre e, para o encerramento, da instalação da I Semana de Cultura Nordestina, o madrigal da UFRN estará se apresentando. Um dos temas de maior importância será apresentado na terça às 15 horas "A Cultura Popular na obra de Luís da Câmara Cascudo", exposto pelo escritor Manuel Diégues Júnior. [...] Outro título de Honoris Causa será entregue aos escritores José Américo de Almeida e Luís da Câmara Cascudo, além da entrega do título ao reitor Domingos Gomes de Lima de Sócio Benemérito da Academia Norte-Riograndense de Letras. No decorrer da I Semana de Cultura Nordestina haverá apresentações de peças teatrais e shows. [...] Para a entrega do Prêmio Juca "Juca Pato" da União de Escritores Brasileiros, ao escritor e historiador que reside nesta capital Luís da Câmara Cascudo, será realizada sessão solene, às 21 hs da sexta-feira na Academia Norte rio-grandense de Letras (s./a. "RN reúne por uma

¹³ No ano de 1976, José Américo de Almeida recebeu o Prêmio Juca Pato por intermédio da obra *Antes que me esqueça*, sendo escolhido com 311 votos. Cascudo fora premiado em 1977, com *O Príncipe Maximiliano* no Brasil, obtendo 323 votos. Disponível em: <http://www.amigosdolivro.com.br/lermis_materias.php?cd_materias=3232>. Acesso em: 14 fev. 2016.

semana maiores expoentes da cultura nordestina". In: *A República*, 21-V-1978).

A *I Semana de Cultura Nordestina* ocorreu nas dependências do Teatro Alberto Maranhão, em Natal. Esse evento contou com a participação de vários escritores brasileiros que pensavam a cultura da região Nordeste, dentre eles, como já vimos anteriormente, os três autores a quem Moacyr Cirne, no jornal *A República*, se referiu como "monstros sagrados" da região – Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e José Américo de Almeida (SALES NETO, 2008, p.49-50) –, tal qual podemos ver a seguir:

Louve-se o esforço do jornalista Wodem Madruga na organização da Semana: debates durante o encontro, intenso programação artística, lançamento de livros, exposições de artesanato e de artes plásticas (a destacar os trabalhos de Leopoldo Nelson, J. Medeiros e Falves Silva) show de música popular apresentação de grupos folclóricos, culminando com homenagens a três "monstros sagrados" da região (Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e José Américo de Almeida). Além da divulgação de um manifesto, assinado por cerca de 50 nomes. Segundo alguns jornais do Rio a Semana teria sido perfeita em todos os níveis (CIRNE, 1978).

A *Folha de São Paulo* cobriu o evento em seu último dia, vinte e seis de maio de 1978. Segundo o correspondente, a solenidade do prêmio Juca Pato ocorreria às 21 horas, na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e seria entregue por José Américo de Almeida,

contando com a presença de Raimundo Menezes presidindo o momento e Francisco Rangel Pestana como representante da *Folha de São Paulo*, pois o evento era uma parceria estabelecida com a União Brasileira de escritores:

NATAL (Do Correspondente) – O escritor Luís da Câmara Cascudo receberá hoje às 21 horas na Academia Norte-Rio-Grandense de Letras o Troféu "Juca Pato" por ter sido eleito o "Intelectual do Ano de 1977" num concurso promovido pela *Folha* em colaboração com a União Brasileira de Escritores, seção de São Paulo. A entrega será feita por José Américo de Almeida, ganhador do troféu no ano anterior numa solenidade presidida por Raimundo de Menezes com a participação de Francisco Rangel de Pestana, representante da *Folha*. Cascudo é o décimo-sexto "Intelectual do Ano" eleito em concurso de âmbito nacional, do qual participaram mais de 1200 eleitores. Pela primeira vez o "Juca Pato" está entregue fora de São Paulo (s./a. "O Folclore Luís da Câmara Cascudo Recebe hoje em Natal o Troféu 'Juca Pato' como intelectual do ano de 1977". In: *Folha de São Paulo*, 26 de maio de 1978).

A última matéria posta sobre a *I Semana de Cultura Nordestina*, no mês de maio, ocorreu no dia vinte e sete, um dia após a conclusão da Semana, no periódico local *A República*. No jornal, observa-se a seguinte chamada da matéria: "Cascudo e José Américo tiveram título da UFRN". Além do tema exposto, a matéria falou do último dia do evento, de algumas palestras como a proferida por Homero Homem, que se dedicou ao tema *O*

futebol na literatura Nordestina, como também a pronunciada por Eduardo Portella, que abordou *O Nordeste na literatura brasileira*. O ponto alto da respectiva matéria foi a entrega do Prêmio Juca Pato a Cascudo, como do título de Doutor Honoris Causa ao folclorista potiguar, e a José Américo de Almeida. A matéria finalizou informando que Gilberto Freyre, logo após o seu regresso, teria telegrafado ao Reitor Domingos Gomes de Lima elogiando a iniciativa:

Segundo o programa da I Semana de Cultura Nordestina, a Academia Norte-Riograndense de Letras realizou uma sessão solene às 21h para entregar, o prêmio "Juca Pato" ao escritor Luiz da Câmara Cascudo, conferido pela União de Escritores Brasileiros. Nessa mesma sessão a Universidade Federal do Rio Grande do Norte entregou o título de "Doutor Honoris" aos escritor[es] Luiz da Câmara Cascudo e José Américo de Almeida. [...] O escritor e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, depois de encerrar a sua participação como um dos expositores na Primeira Semana de Cultura Nordestina, enviou um telegrama ao Reitor Domingos Gomes de Lima, onde elogia a renovação que a atual administração vem dando a UFRN. Em sua mensagem, Gilberto Freyre diz que o Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é exemplo ideal de combinação de modernidade com elogia e tradição (s./a. "Cascudo e José Américo tiveram título na UFRN". In: *A República*, 27-V-1978).

Com esses aspectos tratados até agora, poderíamos pensar que tudo ocorreu conforme o que foi

noticiado, e que por intermédio dos respectivos documentos aqui apresentados, teríamos "a verdadeira história" da *I Semana de Cultura Nordestina*. Entretanto, antes de realizarmos a coleta da correspondência de Câmara Cascudo e José Américo, tivemos a oportunidade de consultar os *Anais da I Semana de Cultura Nordestina* e nele percebemos algo de intrigante: em nenhuma das seções do documento, encontramos referência a pronunciamentos de José Américo de Almeida feitos no decorrer do evento. As únicas menções a José Américo ocorrem nas duas mesas-redondas que abordaram os cinquenta anos de *A Bagaceira* e as contribuições da obra para o romance brasileiro e o romance nordestino, presididas por Odylo Costa Filho e Juarez da Gama Batista, respectivamente (ANAI, I Semana da Cultura Nordestina, 1978, p. 253-288), conforme podemos ver a seguir:

Devo reconhecer que não é tão grande a minha dificuldade, porque José Américo é um tema muito familiar ao meu espírito. E, dentro de José Américo, "A Bagaceira". Cada vez que a releio a minha admiração renasce. É um livro muito importante na vida do Brasil. Não digo na vida do romance brasileiro. Porque a verdade é que os romancistas brasileiros nunca foram desgarrados do povo. Nós precisamos acabar com essa idéia de que o romance brasileiro, de que a poesia brasileira, não tinha o sabor do Brasil. [...] (COSTA FILHO, 1978, p. 255).

É o caso do livro extraordinário, o romance que criou o romance brasileiro, e de que hoje

comemoramos o cinquentenário: "A Bagaceira", do escritor José Américo de Almeida. Vieram sendo eles, autor e obra, vagarosamente remoçados pelos anos, revigorados pelas suas constatações, madrugadoras, redescobrimo-se pelas revelações de suas redescobertas do mundo e das alternativas do humano. Que se tornaram uma riqueza sem conta, mel que se apura com um gosto de malva-rosa. Estamos lendo e redescobrimo agora mesmo este admirável "Canto de Muro" que é a história dos nossos gestos, de uma das criaturas mais jovens deste país. Dom Luís da Câmara Cascudo, conde e barão do Potengi, protetor benefactor, senhor da cidade do Natal e territórios anexos, com respectivos gentios e instrumental, das capitânicas da Paraíba, Pernambuco e seus arredores, que vão até Alagoas e ao Maranhão (DANTAS, 1978, p. 274).

As respectivas mesas-redondas foram noticiadas pelo jornal local *Tribuna do Norte* em vinte e cinco de maio de 1978, sob o título: "Obras de José Américo em Debates nas duas mesas-redondas de hoje", nem mesmo nessa matéria houve menção direta à presença de José Américo de Almeida no respectivo evento, nem que fosse para prestigiar os pronunciamentos feitos em torno de si e de sua obra. Como vimos, a apologia de José Américo de Almeida e da *Bagaceira* terminou por se confundir com Cascudo e seu romance *Canto de Muro*, por acreditarem que os autores e as respectivas obras tratam dos temas relevantes à cultura nordestina, e por tal razão deveriam ser igualmente reverenciados.

Voltando ao contexto das cartas, lembramos que na mensagem de vinte e dois de março, José Américo demonstrou que ansiava muito por participar daquele evento, de saudar o velho amigo; mas temia não poder fazê-lo devido a seu estado de saúde. E, conforme podemos perceber em carta escrita em vinte e cinco de maio de 1978, que ele não esteve durante o evento da Semana na cidade do Natal. Lamentava ter perdido o que considerou como o que poderia ter sido um dos maiores momentos de sua vida:

Você não pode avaliar como sinto não estar presente ai no seu grande dia. Tensionava saudá-lo de improviso por estar com a vista um tanto perturbada e ser o meu forte. Aconteceu porém que amanheci hoje doente e não tenho esperança de recuperar-me em poucos dias. Perco desse modo um dos maiores momentos da minha vida. Redigi umas palavras que serão lidas pelo escritor Juarez da Gama Batista, seu grande amigo e admirador. Ele entregá-lhe à uma copia do trabalho que foi feito na cama, sem o vigor que deveria conter. Uma esplendida noite é o que lhe desejo como mais uma etapa de sua gloriosa carreira de escritor (JAA, 25-V-1978).

Não pretendemos recontar a história da *I Semana de Cultura Nordestina*, o que houve foi apenas o estabelecimento de contrapontos entre as narrativas presentes nos documentos consultados e colocados para apreciação. O fato é que aquela carta de Almeida enviada a Câmara Cascudo ficou guardada em seus pertences e pela alegria e tristeza do momento silenciou o ocorrido. O

certo é que mesmo não estando presente em gesto, cor e forma, esteve em suas palavras, de forma magnífica, saudando a gloriosa carreira do escritor amigo.

5-Considerações Finais:

A associação feita de Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e José Américo de Almeida ao regionalismo tradicionalista foi ainda ratificada em momento posterior ao evento na imprensa pernambucana. Em notícia de página inteira, publicada no *Jornal do Comércio*, do Recife, em quatro de junho de 1978, um dos participantes da *I Semana de Cultura Nordestina* e autor do *Segundo Manifesto Regionalista*, Audálio Alves, informou que o evento teria atingido um consenso entre os participantes acerca de quais rumos deveriam tomar aqueles que se interessavam pela cultura da região¹⁴. Além disso, Alves argumentou que a *Semana* havia discutido as bases do regionalismo-tradicionalista e chegado à conclusão de significativa contribuição daquele movimento para a cultura, depois de passados cinquenta anos da pregação dessas ideias em virtude dos caminhos que abria e das repercussões que obtivera. Nesses termos, o autor do artigo, a *I Semana de Cultura Nordestina*, teria inaugurado um novo momento da cultura brasileira: uma nova fase regionalista, que reagiria às “distorções criadas pela civilização tecnológica” da sociedade contemporânea ao evento. Mesmo que tenhamos feito a ressalva por intermédio da carta que José Américo teria enviado a Cascudo em vinte e cinco de maio de 1978; Audálio

Alves, confirma a presença de Gilberto Freyre, Câmara Cascudo e José Américo, possivelmente para atribuir uma maior credibilidade à nova fase regionalista, “uma vez que os três escritores teriam estado presentes já na década de 1920”¹⁵, ou seja, teriam feito parte do Movimento Regionalista-Tradicionalista, conforme vemos na passagem a seguir (SALES NETO, 2008, p. 52-53):

[...] a presença mesma, naquele Manifesto assinado pelos participantes da I SEMANA DE CULTURA NORDESTINA, de três escritores representativos da fase inicial do regionalismo, como é o caso de Gilberto Freyre, José Américo de Almeida e Luís da Câmara Cascudo, emprestou ao NOVO REGIONALISMO o caráter de continuador ou dinamizador de certas tradições, conquanto se reconheça em favor deste último, o seu cunho renovador, ao dar pela necessidade de urgentes modificações na maneira de ver e tratar as coisas do Nordeste (ALVES, 1978b).

Por fim, esse aspecto foi tão contundente para a intelectualidade norte-rio-grandense, que vemos ainda em matéria apresentada no jornal *A República* no ano de 1979, a associação de Câmara Cascudo, Gilberto Freyre e José Américo de Almeida ao regionalismo tradicionalista freyriano irá colocar os referidos autores em pé de igualdade como fontes inesgotáveis para tratar das coisas telúricas, do chão doméstico, do Nordeste e de sua cultura e, por essa razão, Cascudo enobrecia o Rio Grande do Norte:

¹⁴ Conforme o argumento presente no texto do segundo Manifesto Regionalista: “Incumbe, assim, a toda a intelectualidade brasileira, e em particular a nordesti[n]a, fazer com que as produções artísticas que aqui incidam sobre essa espaço cultural não dissimulem nem esvaziem as forças do contexto vivencial que então experimentamos, com toda a significação histórica e social, a fim de que mantenhamos o conceito de área onde se embalam as grandes reservas morais e cívicas da nacionalidade” (ALVES, 1978a, p. 367).

¹⁵ Embora tenhamos no capítulo anterior demonstrado a existência de laços de amizade entre Gilberto Freyre e José Américo de Almeida desde o início da década de 1920; não podemos dizer que o mesmo tenha participado do *I Congresso Regionalista do Nordeste*. Entretanto, é notória a tentativa de Freyre em associar José Américo ao seu ideal regionalista tradicionalista, conforme constatamos na passagem a seguir: [...] “Isto sem deixar de se sugerir ter essa influência se projetado no chamado romance social do Nordeste, iniciado a seu modo com *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida e depois desse início singular, tão expressivamente regionalista e tradicionalista, nas novelas de José Lins do Rêgo, Amando Fontes, Rachel de Queiroz, Jorge Amado, Graciliano Ramos” [...] (FREYRE, 1976, p. 17).

Realmente um homem plural, com muitas dimensões, Câmara Cascudo como Gilberto Freyre e o nosso eminente José Américo de Almeida, é tema inesgotável em que ensaístas e pesquisadores encontrarão sempre o que extrair do rico veeiro de pedras preciosas, que se contém nesse monstro sagrado que tanto

enobrece o Rio Grande do Norte. Como Gilberto Freyre e José Américo [...] Câmara Cascudo também se destaca pelo seu telurismo, visgado que ficou, por toda vida ao chão doméstico da província, em que pese a universalidade do seu espírito e da sua obra (SOARES, 1979).

Referências:

- ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. **Catálogo da correspondência de José Américo de Almeida**. João Pessoa: Fund. Casa de José Américo, 1983.
- ANDRADE, Mário de. **Cartas de Mário de Andrade a Luis da Câmara Cascudo**. Introdução e notas, Veríssimo de Melo. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.
- _____. **O turista aprendiz**. São Paulo: Duas Cidades: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 2. ed. 1983.
- _____. **Táxi e crônicas no Diário Nacional**. São Paulo: Duas Cidades; Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia de SP, 1976.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3. ed. João Pessoa, PB: A União, 1984.
- ALVES, Audálio. Fundamentos de um manifesto à Nação. In: Jornal do Comércio, Recife, 04 de junho de 1978.
- ASSIS, Guaracy Medeiros de. **“A Paraíba pequenina e doida”: José Américo e a Revolução de 30**. Dissertação (Mestrado) – PPGH/UFPE, Recife, 2005.
- BARBOSA, Jivago Correia. **Política e assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida**. Dissertação (Mestrado) – PPGH/UFPB, João Pessoa, 2012.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Câmara Cascudo e Mário de Andrade: cartas 1924-1944**. Marcos Antonio de Moraes (Org.). São Paulo: Global, 2010a.
- _____. **Alma Patrícia: crítica literária**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998a.
- CHAGURI, Mariana. **O romancista e o engenho: José Lins do Rêgo e o regionalismo nordestino dos anos 1920 e 1930**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; ANPOCS, 2009.
- CIRNE, Moacy. Sobre a 1ª Semana de Cultura Nordestina. In: **A República**, Natal, 16 de julho, 1978.
- COSTA FILHO, Odylo. 50 anos de A Bagaceira: Américo e o romance brasileiro. SEMANA DE CULTURA NORDESTINA, 1. 1978, Natal. **Anais**. Natal: Editora Universitária, 1979. p. 253-264.
- DANTAS, Paulo. 50 anos de A Bagaceira. J. A. A. e o romance nordestino. SEMANA DE CULTURA NORDESTINA, 1. 1978, Natal. **Anais**. Natal: Ed. Universitária, 1979. p. 282-283.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto Regionalista**. 6. ed. Recife: MEC/ Inst. Joaquim Nabuco, 1976.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. São Paulo: T. A. Q. Editor; EDUSP, 1985.

LOPES, Beatriz; GOMES, André Luís. Cultura popular nos arquivos de Mário de Andrade: Na Pancada do Ganzá e os Fundos Villa-Lobos. In: **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 39, n. 66, p. 164-186, 2014.

MELO, Veríssimo de (Org.). **Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

_____. (Org.). **Cartas e cartões de Oswald Lamartine**. Natal: Fund. José Augusto, 1995.

_____. **Cascudo: o escritor de cartas**. Brasília: Ed. Thesaurus, 1993a.

_____. (Org.). **Cartas de Ascenso Ferreira**. Natal: ANRL; Nordeste Gráfica Ltda, 1989b.

_____. A Obra folclórica de Cascudo. **A República**, Natal, RN, 26 de outubro de 1986.

RÊGO, José Lins. Seca no Nordeste. In: **A União**, PB, 16 de março de 1951, p. 3. s./a. Cascudo não acredita no prêmio – TV e Jornal dizem que Câmara Cascudo ganhou o Juca Pato. In: **A República**, 25 de fevereiro de 1978.

s./a. Câmara Cascudo é Doutor Honoris Causa da UFRN In: **A República**, 05 de março de 1978

s./a. "São Paulo escolhe Cascudo como intelectual do ano". In: **A República**, 12 de março de 1978

s./a. "RN reúne por uma semana maiores expoentes da cultura nordestina". In: **A República**, 21 de maio de 1978.

s./a. "O Folclore Luís da Câmara Cascudo Recebe hoje em Natal o Troféu 'Juca Pato' como intelectual do ano de 1977". In: **Folha de São Paulo**, 26 de maio de 1978.

s./a. "Cascudo e José Américo tiveram título na UFRN". In: **A República**, 27 de maio de 1978.

s/a. Câmara Cascudo celebra 60 anos de jornalismo na imprensa potiguar. In: **A República**, Natal, RN, 20 de outubro de 1978. s/p.

SALES NETO, Francisco Firmino. **Palavras que silenciam: Câmara Cascudo e o regionalismo-tradicionalista nordestino**. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2008.

SEMANA DE CULTURA NORDESTINA, 1. 1978, Natal. **Anais..** Natal: Ed. Universitária, 1979.

SILVA, Marcos. *Allegro rubato*: gêneros textuais e campos de saber em Câmara Cascudo. In: SILVA, Marcos (Org.). **Câmara Cascudo e os Saberes**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, p. 220-233.

SOARES, Eptácio. Câmara Cascudo em dois tempos. In: **A República**, Natal, 27 de outubro de 1979.

RECEBIDO 10/10/2017

ACEITO 14/10/2017

ACUIDADE MIRACULOSA DO POETA NADA:

**Câmara Cascudo entre cartas,
ensaios e poemas.**

NOTHING POET'S MIRACULOUS ACUITY:

**Câmara Cascudo among letters,
essays and poems.**

Marcos Silva

(Departamento de História da
FFLCH/USP)

RESUMO

Câmara Cascudo é mais conhecido como historiador, etnólogo e ensaísta nos campos de literatura e cultura mas também produziu poesia (limitadamente) e correspondência (abundantemente). Este texto comenta o estudo de Dácio Galvão sobre a Poesia de Câmara Cascudo e realça seus diálogos com aqueles outros gêneros textuais.

PALAVRAS-CHAVE

Câmara Cascudo – Modernismo brasileiro – Correspondência – Poesia – História – Ensaio.

ABSTRACT

Câmara Cascudo is better known as historian, ethnologist and essayist in the fields of literature and culture. However he also produced poetry (limitedly) and correspondence (abundantly). This text comments Dácio Galvão's study on the poetry of Câmara Cascudo and highlights his dialogues with other textual genres.

KEYWORDS

Câmara Cascudo – Brazilian Modernism – Correspondence – Poetry – History – Essay.

Dácio Galvão (GALVÃO, D.) cita três referências particularmente esclarecedoras a respeito da ainda pouco conhecida poesia de Câmara Cascudo:

- 1) Um artigo de Câmara Cascudo, publicado em 1959 pela revista *Cactus*, sensível à "acuidade miraculosa da Poesia", onde o etnógrafo salienta que "Ao lado

do sensitivo e experimental o Poeta vê, ouve e sente acima e abaixo de todas as diagramas do percurso cerebral" – é dotado de uma Razão peculiar, portanto (CÂMARA CASCUDO, 1959).

- 2) Uma carta de Manuel Bandeira para Mário de Andrade, na qual o poeta caracteriza Câmara Cascudo como "Historiador, que poeta nada!" – como já dizia Aristóteles, Poesia e História operam de modos muito diferentes, talvez opostos (BANDEIRA, in: ANDRADE E /BANDEIRA. ARISTÓTELES).
- 3) Uma carta de Mário de Andrade para Câmara Cascudo e o primeiro escritor afirma: "Mande tudo, tenho fome de ler o que você fez em poesia" (ANDRADE, in: ANDRADE/CÂMARA CASCUDO).

Aquele texto de Câmara Cascudo faz evocar a importância permanente da poesia em sua vida intelectual, do primeiro livro publicado – *Alma patrícia* (CÂMARA CASCUDO, 1998), dedicado à Literatura potiguar, com largo espaço para esse gênero literário – a suas obras de plena maturidade, como *Prelúdio e fuga do real* (CÂMARA CASCUDO, 1974 – diálogos imaginários com grandes clássicos universais, inclusive poetas, como Luís de Camões e Teresa d'Ávila), passando pelos estudos fundamentais sobre poesia popular e literatura oral – *Vaqueiros e cantadores* (CÂMARA CASCUDO, 1984) e *Literatura oral no Brasil* (CÂMARA CASCUDO, 1952), por exemplo -, sem esquecer o ensaio *Dante Alighieri e a cultura popular no Brasil* (CÂMARA CASCUDO, 1963) nem as biografias memorialísticas *Nosso amigo Castriciano* (CÂMARA CASCUDO, 1965) e *Vida breve de Auta de Souza* (CÂMARA CASCUDO,

1961), dedicadas a importantes nomes da poesia potiguar com quem conviveu desde a mais tenra infância.

A tese de Dácio aborda um gênero literário (poesia) que, produzido por Luís da Câmara Cascudo em pequena escala e quase só nos anos 20 do século passado, sempre foi comentado largamente por ele nos ensaios etnográficos, literários e históricos, serviu mesmo de espinha dorsal para toda sua trajetória intelectual.

A carta de Manuel Bandeira, embora tenha demorado a ser conhecida publicamente, sintetiza um juízo que se consolidaria depois, inclusive entre alguns dos mais lúcidos comentaristas do escritor potiguar, como Tarcísio Gurgel (GURGEL) e Constância Duarte/Diva Cunha (DUARTE/CUNHA): a superioridade do historiador e ensaísta em relação ao poeta Câmara Cascudo.

E a carta de Mário de Andrade revela uma admiração crítica em relação àquela poesia, vinda de um leitor sempre severo (ANDRADE, in: ANDRADE/CÂMARA CASCUDO): atíçar a fome de Mário de Andrade não era pouco para nenhum escritor.

O limite quantitativo (ou mesmo qualitativo, para muitos dos comentaristas) dos poemas não aboliu a força poética da prosa cascudeana, apontada por Gurgel e Duarte/Cunha. A tese de Galvão contribui para uma reavaliação cuidadosa daquela poesia, trazendo muitas contribuições inovadoras em sua interpretação.

Dácio amplia o debate sobre relações na obra de Câmara Cascudo entre ensaísmo e poesia, sem esquecer da epistolografia. E

aprofunda o estudo a respeito dos vínculos entre esse poeta e a vanguarda do Modernismo brasileiro. Certamente, as relações do escritor potiguar com Mário de Andrade já eram bem conhecidas ao menos a partir de estudos de Humberto Hermenegildo de Araújo (ARAÚJO, 1995. IDEM, 1997), Edna Duarte (DUARTE, 1999. IDEM, 2001) e Sylvia Byington (BYINGTON, 2000. IDEM, 2001) e da edição de sua correspondência com o autor de *Macunaíma* (ANDRADE/CÂMARA CASCUDO), precedida pela edição da correspondência de Mário para Luís (ANDRADE, 1991). Galvão permite, junto com isso, conhecer o diálogo de Câmara Cascudo com a Antropofagia de Oswald de Andrade, cotejando temas e soluções poéticas de ambos.

Essa questão é de grande importância geral para a compreensão da obra de Câmara Cascudo. Muitos comentaristas enfatizam o declarado monarquismo do escritor e suas simpatias em relação a conservadorismo ou a novas tendências de direita naquela época (Fascismo e, pouco depois, Integralismo), mais patentes fora de seus livros – *Viajando o sertão*, relato de uma viagem junto com uma comitiva governamental pelo Rio Grande do Norte, faz menção breve a um nazista que ele conheceu no trajeto (CÂMARA CASCUDO. 1975). Dácio Galvão registra o antifascismo de Mário (sua recusa a saudar publicamente Marinetti, apoiador de Mussolini, em visita do escritor futurista a São Paulo) e nem precisa falar sobre o esquerdismo de Oswald, muito conhecido.

É com esse povo modernista que Câmara Cascudo dialogava nos

anos 20, e não com Cassiano Ricardo ou Plínio Salgado... Embora Dácio não chegue a discutir mais detidamente essas questões políticas, vale lembrar que Câmara Cascudo não escreveu livros propriamente fascistas nem integralistas. E Boris Schnaiderman, em conversa pessoal, falou-me sobre marginalia de Cascudo nos livros de Gustavo Barroso (que merece ser estudada sistematicamente) consultada no Memorial Câmara Cascudo – hoje em dia, esse acervo se encontra no Ludovicus / Instituto Câmara Cascudo. Tais anotações rejeitam claramente o antisemitismo do escritor cearense. Lembro os belos trabalhos, a partir da marginalia de Mário de Andrade, desenvolvidos por Maria Helena Grembecki e Nites Therezinha Feres (GREMBECKI. FERES), que poderiam ser fonte de inspiração para pesquisas similares em relação ao escritor natalense.

Câmara Cascudo e Mário de Andrade, na correspondência que trocaram, são surpreendidos em diálogos sobre questões em aberto, como o verso livre, e o paulista chega a falar em leis desse procedimento de escrita, contra o que considera arbitrário (experimentação?) no confrade norte-rio-grandense.

A tese de Dácio se dedica prioritariamente à análise dos poemas de Câmara Cascudo, sem ignorar diálogos temáticos e mesmo interpretativos entre esses escritos e outros gêneros que o autor cultivou, menos explorados por Galvão que o primeiro viés mas sempre evocados por ele. Os laços entre esses diferentes gêneros, nos planos de temas e até problemáticas, são fortes

e permanecem como potencial para novos estudos.

Um exemplo disso é oferecido pelo tema do sertão. O poeta que dizia “Não gosto de sertão verde” publicou, no volume *Histórias que o tempo leva*, o ensaio “Fanáticos da Serra de João do Vale”, evocando argumentos e procedimentos literários de Euclides da Cunha (CÂMARA CASCUDO. CUNHA), como também se observa nas imagens textuais de cabeças de frade e cardeiros, presentes naqueles poemas. Esse vínculo intertextual com Cunha contribui para superar a noção de “Pré-Modernismo”, de natureza cronológica e até teleológica, limite que ainda pode ser identificado num conhecido livro de Alfredo Bosi (BOSI, 1973) – como se o Modernismo fosse um destino... É bem melhor pensar numa Modernidade que, entre nós, já se elaborava desde fins do século XIX e continuou depois. O mesmo Bosi caminharia depois nessa direção interpretativa, indicando autores como Lima Barreto e Graciliano Ramos – Silvio Romero e Machado de Assis, anteriores a esses dois, poderiam vir junto deles (BOSI, 1997).

Em sentido similar, o poema “Brasil de madrugada”, sobre descobrimento e começo da colonização, pode ser aproximado dos ensaios de Câmara Cascudo, escritos naquela década ou pouco depois, a partir de documentação parecida, dedicados ao mesmo campo temático e incluídos nos volumes *O homem americano e seus temas* e *Informação de História e Etnografia* (CÂMARA CASCUDO, 1933. IDEM, 1940).

Embora se dedique a claro exemplo de Modernismo em elaboração fora dos maiores centros urbanos brasileiros, Galvão abre sua tese falando sobre o peso de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais naquele universo artístico e intelectual, falando até em "repercussão" dele noutras áreas do Brasil. Não se trata de negar o referido peso. Acontece que a tese de Galvão contribui para se entender como o Modernismo nascia em diferentes áreas do país, superando a imagem histórica de que fora daqueles centros, o resto era apenas traço influenciável ou regional. A atuação de Câmara Cascudo, a partir de Natal, para divulgar Mário de Andrade na Argentina (ANDRADE/CÂMARA CASCUDO) evidencia que sua produção era influente, muito mais que local ou regional, e que havia co-elaboração (colaboração) no fazer do Modernismo.

Simultaneamente, sua "permeabilidade a aspectos aparentemente díspares, como o regionalismo de Gilberto Freyre e o vanguardismo internacional futurista de Marinetti" (GALVÃO, D., p 9) pode ser interpretada também à luz das considerações de Pascal, comentadas por Goldmann, a respeito de ser necessário buscar a coerência nas aparentes disparidades da Bíblia (PASCAL. GOLDMANN). Nessa passagem, o filósofo francês foi além da mera crença numa coerência evidente do sagrado, estabeleceu a necessidade de uma razão humana no estabelecimento daquela coerência. No caso de Câmara Cascudo, não se trata de apenas apontar as disparidades, é preciso

explicá-las na condição de canibalismo cultural – no tempo da Antropofagia oswaldiana.

Uma dessas disparidades aparentes reside no ato de "contrariar a linguagem predominante do cânone", partindo de um ensaísta e crítico que simplesmente estabeleceu o cânone literário potiguar em *Alma patricia* (CÂMARA CASCUDO, 1998). É possível que essa faceta também se vincule ao diálogo com Mario de Andrade, tão ousado em muitas experimentações poéticas e ficcionais, sem perder de vista o cânone andradino às vezes polêmico, como nos comentários sobre Lima Barreto e Machado de Assis (ANDRADE, 1972). Daí, a desistência "das ofertas de cenários pujantes que se organizam sob seu olhar", no poema "Não gosto de sertão verde", tanto corresponder a um viés contrário à tautologia quanto exemplificar vontade de estabelecer novas pujanças.

Essa busca se manifestou em metáforas inesperadas, como no verso "Tarde morrendo em vermelho", do "Poema 1", indicador do tempo que passa e, através da evocação de sangue, da vida humana que se vai como a tarde. Da mesma forma, repetições vocabulares no "Poema 2", como "Tardinha, tardinha" e "Água quieta, água quieta", introduzem tensões entre mudança e estabilidade no cenário descrito e no mundo interior dos homens, remetendo outra vez para passagem do tempo, vida e morte na menção final: "A Mãe-da-lua canta". São problemas poéticos também presentes no "Poema 3", com suas repetições de "é vermelho, é

vermelho", "pedras brancas / pedra-branca" e "verdes, verdes, verdes", igualmente associadas a passar de tempo, vida e morte.

O registro de Galvão sobre "inventário e créditos que dizem respeito à ecologia, à lexicografia" remetem para a clássica questão da Literatura como suporte de conhecimento no Brasil, discutida por Antonio Cândido ([MELLO E SOUZA]), ampliada ainda mais num poeta mais para bissexto, que era contumaz ensaísta e epistológrafo.

Num balanço preliminar sobre os versos que Câmara Cascudo dedicou ao sertão, Dácio assinala serem "a formação de um escritor e suas preferências temáticas (...) sempre determinadas por conjunturas históricas, movimentos" (GALVÃO, D., p 42). Faltou acrescentar serem, igualmente, determinantes de conjunturas e movimentos, como toda a tese demonstra em relação à invenção do Modernismo, ângulo que poderia se beneficiar de um diálogo metodológico com Marx (a definição do homem como fazedor de História dentro de condições que escapam a seu controle – MARX) e Bourdieu (a noção de estruturas estruturantes – BOURDIEU).

Num verso do poema "Brasil de madrugada" ("*Mapas de Cantino, Waldseemuller, Krunstmann*"), Dácio identifica a geração de "ícones tropicalistas" (GALVÃO, D., p 47). Cabe lembrar, evitando anacronismos, que os tropicalistas brasileiros dos nos 60/70 do século XX retomaram algumas dessas soluções modernistas (particularmente, antropofágicas) e as imagens da "Cruz de Cristo

sangrando na vela-grande" ou dos versos "Cruzeiro de pau na Terra selvagem / cruzinha de chumbo no índio curvado" (Martírio de Cristo, martírio dos colonizados) poderiam ser cotejadas com metáforas similares depois presentes nas bonitas letras de canções escritas por Torquato Neto, Capinam, Tom Zé, Caetano Veloso e Gilberto Gil, a partir de 1967. Essa modernidade da poesia de Câmara Cascudo se expressou, portanto, como tentativa de "apreender o ufano pelo oposto" e "antiglória sem enaltecimento laudatório" (GALVÃO, D., pp 48 e 54) – tópicos que o Tropicalismo, depois, retomaria (SILVA, 2010).

Sobre o poema "Banzo", Galvão registra o referencial artístico africano e primitivo nas vanguardas de Europa e Brasil. No último caso, é preciso salientar que África e primitivismo eram aqui! E os "ferros nas lanças", que Dácio qualificou como "arcaicos" (GALVÃO, D., p 59), exemplificavam a única metalurgia produzida naquele Brasil e fora das regras proibitivas da metrópole portuguesa (Pacto colonial), tema geral estudado pelo historiador Caio Prado Jr. (PRADO JR.).

A alusão ao Negrismo (GALVÃO, D., p 60) se beneficiaria de um diálogo com as imagens de Lasar Segall, tanto pelo evidente fascínio desse artista por cores e texturas de peles e cabelos de negros, em pinturas e desenhos, quanto pelo ato de se autorretratar como negro – o quadro "Encontro", de 1924. Câmara Cascudo trabalhou nesse campo temático simultaneamente às mudanças que a imagem do negro sofria na produção artística e intelectual brasileira (ANDRADE.

PRADO) e mesmo em aspectos do discurso governamental a partir dos anos 30, com sua transformação em padrão de brasilidade – samba, comida, Nossa Senhora Aparecida transformada em Padroeira do Brasil (SCHWARCZ). Nos comentários sobre o lundu (GALVÃO, D., p 81), seria muito bom dialogar com a tese de Claudio Galvão respeito das relações entre Câmara Cascudo e música (GALVÃO, C.) e também evocar o próprio *Macunaíma* (ANDRADE, 2008), definido pelo autor como rapsódia e analisado por Gilda de Melo e Souza a partir dessa face musical (MELLO E SOUZA, G.).

Valeria a pena ressaltar que as traduções de Walt Whitman realizadas por Luís da Câmara Cascudo foram divulgadas durante a Segunda Guerra Mundial, com a presença militar norte-americana em Parnamirim, perto de Natal, a crescente hegemonia da língua inglesa nos meios intelectuais brasileiros e o escritor assumindo funções importantes no esforço de

mobilização contra o Eixo, período estudado por Flávia de Sá Pedreira (PEDREIRA).

A definição de Poesia como gênero literário dotado de "*acuidade miraculosa*" sugere que todos aprendem com ela, inclusive os ensaístas e epistológrafos.

Diante disso, a tese de Dácio Galvão se revela um estudo sobre o aprendizado inicial de Câmara Cascudo como intérprete e produtor de poemas. O abandono desse último fazer pelo antropólogo potiguar não inibiu a reflexão a seu respeito nem cancelou a riqueza daquele aprendizado. E Dácio amplia solidamente, através do estudo de poemas, cartas e outros gêneros textuais, o conhecimento sobre aquela década tão decisiva na produção intelectual de Câmara Cascudo, com desdobramentos em seus escritos posteriores.

FONTES CITADAS.

ANDRADE, Mario de. *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*. Edição organizada por Veríssimo de Mello. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Villa Rica, 1991.

IDEM. *Macunaíma*. Rio de Janeiro, Agir, 2008 (1ª ed.: 1928).

IDEM. "A Psicologia em ação", in: *O empalhador de passarinho*. São Paulo/Brasília: Martins/INL, 1972, p 149/153 (Texto original de 19.11.1939).

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Jorge Fernandes: o lirismo nos quintais pobres*. Natal: Fundação José Augusto, 1997.

IDEM. *Modernismo anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal, EDUFRRN, 1995.

ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução de José Américo Motta Pessanha. São Paulo: Abril, 1984 (Pensadores) (provavelmente registrada entre 335 a.C. e 323 a.C.).

BANDEIRA, Manuel e ANDRADE, Mario. *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. Organização de Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: EDUSP, 2000.

BOSI, Alfredo. *O Pré-Modernismo*. 4ª ed. São Paulo: Cultrix, 1973 (A Literatura Brasileira – V).

IDEM. "As Letras na Primeira República", in: FAUSTO, Boris (dir.). *O Brasil republicano. Sociedade e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, pp 293/319 (História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, volume 2).

BOURDIEU, Pierre. "A Força do Direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico". In: *O Poder Simbólico*; Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BYINGTON, Sylvia Ilg. *Pentimentos modernistas. As cores do Brasil na correspondência entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura, defendida na PUC/RJ. Rio de Janeiro: digitado, 2000.

IDEM. "No balanço da rede: A correspondência entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade, um território de amizade intelectual", in: ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de (Org.). *Histórias de Letras – Pesquisas sobre a Literatura no Rio Grande do Norte*. Edição citada, pp 119/144.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Alma patricia – Crítica literária*. 2ª ed. Natal: Fundação José Augusto, 1998 (Biblioteca Potiguar). 1ª ed.: 1923.

IDEM. *Dante Alighieri e a tradição popular no Brasil*. Porto Alegre: PUC/RS, 1963.

IDEM. *Histórias que o Tempo Leva (Da história do Rio Grande do Norte)*. São Paulo: Monteiro Lobato & Co., 1924.

IDEM. *O homem americano e seus temas: tentativas de síntese*. Natal: Imprensa Oficial, 1933

IDEM. *Informação de História e Etnografia*. Recife: Tradição, 1940.

IDEM. *Literatura Oral no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

IDEM. *Nosso amigo Castriciano*. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

IDEM. *Prelúdio e fuga do real*. Natal: Fundação José Augusto, 1974.

IDEM. "A Poesia é a quinta dimensão do mundo". 1959. <http://www.jornaldepoesia.jor.br/lcamara01c.html>

IDEM. *Vaqueiros e cantadores: folclore poético do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*. 3. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Ed. da Universidade de São Paulo, 1984. 1ª ed.: 1939.

IDEM. *Viajando o sertão*. Natal: Gráfica Manimbu, 1975. 1ª ed.: 1934.

IDEM. *Vida breve de Auta de Souza*. Recife: Imprensa Oficial, 1961.

CÂMARA CASCUDO, Luís da e ANDRADE, Mario de. *Câmara Cascudo e Mário de Andrade: cartas 1924-1944*. Organização de Marcos Antonio de Moraes. São Paulo: Global, 2010.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: Campanha de Canudos*. São Paulo: Ubu/SESC, 2016 (1ª ed.: 1902).

DUARTE, Constância Lima & MACEDO, Diva Maria C. P. de. *Literatura do Rio Grande do Norte: Antologia*. Natal: Fundação José Augusto, 2001.

FERES, Nites Therezinha. *Leituras em francês de Mario de Andrade*. São Paulo: IEB, 1969.

GALVÃO, Claudio Augusto Pinto. *Alguns compassos – Câmara Cascudo e a música (1920/1960)*. Tese de Doutorado em História Social, defendida na FFLCH/USP. São Paulo: digitada, 2010 (defendida em 2011).

GALVÃO, Dácio Tavares de Freitas. *O poeta Câmara Cascudo: um livro no inferno da biblioteca*. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem, Área de Literatura Comparada. Natal: digitado, 2012.

GOLDMANN, Lucien. *Le Dieu caché. Étude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*. Paris: Gallimard, 1983 (1ª ed.: 1956).

GOMES, Edna Maria Rangel de Sá. *Correspondências: Leituras das cartas trocadas entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade*. Dissertação de Mestrado em Literatura Comparada, defendida no Programa de Estudos de Linguagem da UFRN. Natal: digitado, 1999.

IDEM. "Arquivo confidencial", in: ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de (Org.). *Histórias de Letras – Pesquisas sobre a Literatura no Rio Grande do Norte*. Natal: Scriptorin Candinha Bezerra / Fundação Hélio Galvão, 2001, pp 95/118.

GREMBECKI, Maria Helena. *Mário de Andrade e L'Esprit Nouveau*. São Paulo: IEB, 1969.

GURGEL, Tarcísio. *Informação da Literatura Potiguar*. Natal: Argos, 2001.

MARX, Karl. "O dezoito brumário", Tradução de Leandro Konder, in: *O dezoito brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, pp 9/159 (1ª ed.: 1852).

[MELLO E SOUZA], Antonio Cândido de. *Formação da Literatura Brasileira – Momentos Decisivos 1750 a 1880*. 13ª ed. São Paulo: Ouro Sobre Azul, 2012 (1ª ed.: 1959).

MELLO E SOUZA, Gilda. *O tupi e o alaúde. Uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

PASCAL, Blaise. *Pensamentos*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (Pensadores.) (1ª ed.: 1670).

PEDREIRA, Flávia de Sá. *Chiclete eu misturo com banana*. Natal: EDUFRN, 2005

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (1ª ed.: 1928).

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Brasiliense, . (1ª ed.: 1943).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade", in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, pp 173/244 (História da vida privada no Brasil – 4).

SILVA, Marcos. "Tropicalismo: música, performance e paródia trágica". *Karpa. Dissident theatracalities, Visual arts and Culture*. Summer issue 2013. ISSN1937-8572

<http://www.calstatela.edu/misc/karpa//KARPA6.1/Site%20Folder/KARPA6.1.html>

RECEBIDO 31/12/2017

ACEITO 03/01/2017

Entre amigos: diálogo epistolar entre Vingt-un Rosado e Raimundo Nonato da Silva

Paula Rejane Fernandes
Professora do Departamento de
Ciências Sociais e Humanas – UFRN
Doutora em História pela UFES
Hélia Costa Morais
Mestranda no Programa de Pós-
Graduação em História da
Universidade Federal da Paraíba –
UFPB

RESUMO

Este artigo busca explorar e analisar a correspondência trocada entre os intelectuais Jerônimo Vingt-un Rosado Maia e Raimundo Nonato da Silva. Por meio das correspondências podemos ler as respeitos das pesquisas que vinham realizando e, principalmente, podemos ler sobre as formas como os dois intelectuais mobilizavam forças para publicar suas obras e o modo como a troca de cartas auxiliou neste processo.

Palavras-chaves: Cartas. Vingt-un Rosado. Raimundo Nonato.

ABSTRACT

This article seeks to explore and to analyze the letters exchanged between two intellectuals called Jerônimo Vingt-un Rosado Maia and Raimundo Nonato da Silva. Through these letters we can understand about the researches they were doing and, mainly, we also can perceive how both of intellectuals moved struggles to publish their works and how the exchange of those letters helped in this process.

Keywords: Letters. Vingt-un Rosado. Raimundo Nonato.

Rio, 26. 8. 66

Prezado 21 Rosado:

Já lhe escrevi, esta semana, mandando a cópia que você solicitou sobre Seu Rosado, o professor.

Hoje, apesar da chuva e do frio, já fui lá pras bandas da Praça da Harmonia, no Pongetti, pegar o recibo total do livro, que lhe remoto em duas vias.

Anexo, o boletim deles com muita vida do Rio G. NORTE. E também uma carta do Rodolgo, bom amigo.

O livro do Rodrigues, a respeito de Afonso Bezerra já ai pelo meio, paginado.

Vou trabalhando no Dicionário. Rec, de R. NONATO¹

Raimundo Nonato escreve ao amigo 21 Rosado – Jerônimo Vingt-un Rosado Maia – para enviar-lhe notícias a respeito de assuntos que eram de muita importância aos dois: a pesquisa e a publicação de livros. Nonato escrevia a Vingt-un pedindo contribuições para a sua pesquisa e perguntando pelas publicações que deveriam sair pela Coleção Mossoroense². De Mossoró, Vingt-un escrevia ao amigo residente no Rio de Janeiro para lhe pedir alguns favores como visitar arquivos, conseguir cópias de livros ou acompanhar de perto a edição dos livros pela editora Irmãos Pongetti. Deste modo, a correspondência trocada entre os dois amigos, quase sempre escrita em tom informal, dar a ler ao leitor a intimidade existente entre remetente e destinatário. Assim, pretendemos analisar como esses dois intelectuais mobilizavam forças para publicar suas obras e o modo como a troca de cartas auxiliou neste processo.

1. Entre arquivos pessoais e cartas

Luciana Heymann (1997) alerta o pesquisador sobre os riscos de tomar o arquivo pessoal como

¹ Optamos por respeitar a grafia original.

² Editora criada em 1949, na cidade de Mossoró-RN, por Jerônimo Vingt-Un Rosado Maia, que objetivou reunir e publicar documentos, pesquisas e obras nos campos da política, história, etnografia, ciências agrárias, etc, tendo sob pano de fundo a cidade de Mossoró, a mesorregião do Oeste Potiguar e o Nordeste como um todo.

uma verdade dada a respeito do personagem estudado. Os riscos podem ser causados por alguns fatores. Para a nossa discussão destacamos três. O primeiro é o encantamento que os arquivos pessoais causam nos pesquisadores, pois, *"foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens"* (HEYMANN, 1997: 41). O segundo encontra-se na constituição do arquivo, visto que, nem tudo encontrado nele foi produzido, organizado ou arquivado pelo titular que dá nome ao fundo. O terceiro refere-se a seleção dos documentos para composição do arquivo, porque nem tudo que foi recebido, foi arquivado.

O arquivo pessoal nasce de um ato voluntário, do desejo pessoal de arquivar a si mesmo, mais precisamente, de guardar aquilo que é tido como relevante e interessante para ser lembrado. Deste modo, ele não possui apenas a função comprobatória assumida pelos arquivos de modo geral, possui também a afetiva e a biográfica, uma vez que ajuda a construir uma narrativa sobre si, dando sentido à vida da pessoa que dá nome ao fundo. Por se tratar de um ato voluntário, a pergunta realizada pelo historiador não deve ser sobre a produção, mas sobre os motivos que conduziram a acumulação, quem ajudou no processo de acumulação, os critérios adotados, os imprevistos (HEYMANN, 1997, 2009). Tais

perguntas contribuem no entendimento de que o arquivo não pode ser tomado como *"espelho da trajetória de seu titular"* (HEYMANN, 1997: 44).

Assim como Heymann, Camargo (2009) também discute a função comprobatória dos arquivos pessoais. Segundo Camargo, eles servem para comprovar alguma ação de indivíduos, representando-os após sua morte. No caso de intelectual e/ou artista, os arquivos pessoais ajudam a entender como era o seu processo de criação, o seu círculo de amizade, as suas expectativas e anseios, bem como contribui para inseri-los dentro do tempo no qual viveu.

Para que o entendimento seja possível, precisamos analisar tanto a informação presente no documento quanto o suporte que a contem, pois, ele também produz sentidos (LOPES, 2003). Assim sendo, o documento não deve ser entendido como a soma de duas partes (conteúdo e suporte), mas como síntese da informação e do suporte que permite a veiculação da produção. Suporte e informação são frutos de uma vontade que orienta o processo de escolha existente na produção do documento. Significando dizer que tanto o conteúdo quanto o suporte não devem ser vistos como neutros, porém, como sendo produtores de sentidos. A escolha do papel, o tipo de escrita, o uso da caneta tinteiro, de caneta esferográfica ou máquina de datilografar, a forma de assinar o nome, de iniciar a carta, os rabiscos, os acréscimos feitos à mão, todos esses elementos devem ser considerados na análise das cartas.

Carlos Eduardo Bezerra e Telma Maciel da Silva (2010) destacam alguns pontos que podem servir de norte na análise de cartas. O primeiro ponto destacado é a importância de entender como se iniciou o processo de troca de correspondências. Isso permite entender o grau de intimidade entre os correspondentes. Segundo ponto destacado pelos autores é identificar os correspondentes, para tanto, os dividem em dois grupos, sendo estes: os envolvidos diretamente e os envolvidos indiretamente. Os primeiros são remetentes e destinatários e os segundos são indivíduos que vão sendo citados ao longo das cartas. Os correspondentes diretos e indiretos compõem uma rede de relações que em alguns casos só encontram nas cartas o seu único registro (Idem: 62). Os autores também destacam que as cartas estabelecem uma ponte com a biografia ou com autobiografia, pois, na correspondência é possível falar de si mesmo sem o receio de ser criticado, haja vista que ela é inserida dentro do espaço privado.

De acordo com Catherine Hobs (2016), mais do que analisar o documento pessoal como prova de que a pessoa existiu, ele deve ser analisado pelos tipos de ações que nos dar a ler, pelas indagações que nos permitem fazer a respeito das experiências sentidas por quem o produziu e por quem o guardou. Pontua que *"A caligrafia, o papel, até mesmo o cheiro da carta trazem seu autor de volta à memória e recolocam a emoção em circulação, ainda que, como se sabe, esse aspecto emocional se altere com o*

passar do tempo." (HOBS, 2016: 319).

Entendemos e analisamos as cartas como sendo um documento/monumento (LE GOFF, 2003), isto é, são escritas a partir de escolhas carregadas de interesses e vontades que movimentam sentidos sobre quem escreveu e quem leu a carta, tendo como características *"o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)"* (LE GOFF, 2003: 536). E, como toda escolha, são desprovidas de neutralidade. Logo, devem ser analisadas como frutos de práticas sociais historicamente localizadas.

Foi analisando o rico universo da correspondência trocada entre Raimundo Nonato da Silva e Jerônimo Vingt-un Rosado Maia que podemos ler a respeito dos pedidos de informações para complementar pesquisas que mais tarde se tornaram livros, sobre as dificuldades de conseguir verba para a publicação de novos exemplares, sobre os laços de amizade existente entre os dois, sobre como pensavam seus papéis dentro da chamada "Batalha da Cultura".

No ano de 1947, Jerônimo Dix-sept Rosado Maia se lança como candidato à prefeitura de Mossoró e convida seu irmão mais novo, Vingt-un Rosado, para criar uma proposta no seguimento cultural da cidade. Vingt-un acreditava que era necessário criar espaços fomentadores de cultura, sendo assim, propôs a criação do Museu Municipal, da Biblioteca Pública e de um Boletim que publicasse inicialmente atividades da sua gestão

e posteriormente estudos sobre Mossoró. Tais ações foram nomeadas como "Batalha da Cultura". O nome batalha, que sugere um campo de disputas, foi tomado de empréstimo a Jerônimo Rosado, pai de Dix-sept e Vingt-un. O velho Rosado soube construir para si o lugar de homem de ciência e, principalmente, o lugar de homem a serviço de Mossoró, que teceu batalhas pela cidade a exemplo da "Batalha da Água". Iniciada no ano de 1908, começo do século XX, Mossoró tinha problemas com abastecimento de água e de acordo com Lucas (1998), a ideia de batalha era utilizada por Jerônimo Rosado para se colocar como benfeitor de Mossoró e para se projetar politicamente. Essa estratégia também foi usada por seus filhos que se colocaram na política fazendo uso da ideia de que tinham um projeto modernizador para a cidade e que eram seus benfeitores. Projeto que passava pelo desenvolvimento da cultura mossoroense.

A paixão pelos livros e pela pesquisa histórica permitiu o estreitamento de vínculos de amizade e projetos em comum numa espécie de destino manifesto em prol das letras e da cultura. Para além de um projeto escriturário que visasse à construção e manutenção de um poder local³, as cartas e as obras que ambos vieram a legar têm em comum a paixão pelas letras.

No livro "Apostila do afeto" de 1986, Raimundo Soares de Brito⁴ comenta sobre a *corrente da amizade*, que seria o nome dado pelos membros deste círculo intelectual a esta rede de troca de cartas. Raibrito denomina de instituição epistolar a rede de

sociabilidade estabelecida através da troca de missivas, que se mostrou capaz de aproximar os que se faziam distante espacialmente, assim como as narrativas do lugar de onde se remetiam.

Para nós que lemos as cartas, deslocadas do tempo em que foram escritas, e, principalmente sem compartilhar da comunidade interpretativa na qual os envolvidos no pacto estavam inseridos, em muitos momentos podem nos parecer sem sentido. Porém, para os missivistas eram carregadas de sentidos produzidos a partir de seus lugares de fala. Pois, como sugere Chartier (1990, 2002), a comunidade interpretativa se caracteriza por seus participantes partilharem dos mesmos referenciais e concepções de mundo. E, deve ser entendida levando em conta a sua relação com a rede de sociabilidade dos intelectuais estudados. Posto que são frutos da sua época e estão inseridos dentro das discussões existentes nela, seja concordando ou discordando delas. O historiador francês Jean-François Sirinelli (2003) nos auxilia ao se referir às redes de sociabilidade, constituídas como ferramentas para a compreensão de como se dá a organização e a dinâmica dentro do campo intelectual. As cartas, por sua vez, figuram como mecanismos fundamentais ao entendimento destas redes.

A noção de campo intelectual pensada por Pierre Bourdieu (2002) auxilia neste ponto ao sugerir uma análise do meio no qual se estabelecem os intelectuais e suas práticas escriturárias. Assim, é possível inserirmos as relações de

³ Não abordaremos o mérito de questionamentos acerca de um projeto político em torno da Coleção Mossoroense por não ser o cerne das discussões aqui ensejadas, uma vez que temos como objetivo pensar a troca de missivas entre ambos.

⁴ Raibrito, como ficou conhecido, foi escritor, memorialista, historiador, membro de instituições como o IHGRN, ICOP, etc, mantenedor de intensa amizade com os missivistas em questão.

disputas e trocas dentro dos espaços que estes intelectuais compartilhavam, como a Coleção Mossoroense, por exemplo. Atentando que nestes espaços, os agentes sociais posicionam-se e utilizam-se de capitais, sejam eles econômicos, culturais, simbólicos ou sociais, se valendo deles para definir hierarquias e construir relações arquitetadas de maneira a legitimar uns aos outros. De modo que os intelectuais tendem a constituírem-se dentro de um campo de elaboração e colaboração mútua. Basta observar o modo como os intelectuais que escreviam na Coleção utilizavam suas escritas para conferir legitimidade umas às outras e corroborar com determinadas representações.

2. Personagens do pacto epistolar

2.1. Raimundo Nonato da Silva

Raimundo Nonato da Silva foi um intelectual nascido na cidade de Martins, estado do Rio Grande do Norte, mas que morou boa parte da vida na cidade de Mossoró. Formado pela Escola Normal de Mossoró, tornou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Alagoas, posteriormente nomeado juiz, em cuja função se aposentou. A partir de 1949 dedicou-se à escrita, publicando em torno de 80 livros. Membro de instituições como: o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), o Instituto Cultural do Oeste Potiguar (ICOP), a Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, a Associação Brasileira de Escritores, a Sociedade Brasileira de Folclore, etc⁵. A mudança de Raimundo Nonato para a

cidade do Rio de Janeiro permitiu a troca das cartas a serem expostas aqui.

2.2. Jerônimo Vingt-un Rosado Maia

Agrônomo e professor nascido em Mossoró (RN), em 25 de setembro de 1920, responsável pelo projeto que resultou na criação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) em 1967, hoje Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Membro da família Rosado, principal grupo político da cidade de Mossoró e uma das famílias mais tradicionais do estado do Rio Grande do Norte. Vingt-un também foi o idealizador e editor-chefe da editora Coleção Mossoroense.⁶

3. Correspondência e publicação de livros

As cartas trocadas entre Nonato e Vingt-un nos permitem ler a respeito de suas ações no âmbito público e privado. Quando nos referimos ao homem público, não estamos falando unicamente das funções que Vingt-un realizou em instituições públicas como a ESAM ou do Raimundo Nonato professor, juiz e escritor renomado. Entendemos que o ato de redigir uma carta é uma forma de se tornar público para alguém, de se fazer presente e de se dar a ler. E na medida em que a frequência da correspondência crescia, é possível observar as formalidades diminuindo, os vínculos se estabelecendo e conteúdos diversos sendo trazidos à baila.

Raimundo Nonato costumava colocar Vingt-un a par do que estava escrevendo, projetos futuros e todos

⁵ Ver: MORAIS, Hélia Costa. *Varal das Memórias: O Oeste Potiguar na obra de Raimundo Nonato*. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História. – Mossoró/RN, 2013.

⁶ Ver FERNANDES, Paula Rejane. *A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

os demais assuntos sobre escrita e publicações, sendo constante também a menção às suas idas à editora dos irmãos Pongetti – editora na qual Raimundo Nonato publicou vários dos seus livros fora da Coleção – que ao que parecem eram constantes.

Natal, 9/6/59

Prezado Vingt-un:

Em face do seu telegrama, acabo de escrever ao Pongetti, remetendo o original do mesmo e, pedindo para entrar em entendimento, diretamente com você, quanto antes, fornecendo orçamento e ajustando compromisso para a publicação do livro do Padre.

Nas horas vagas, vá juntando nomes e notas para o Dicionário Biográfico, oportunidade em que Mossoró deverá aparecer em lugar de relêvo.

Recado e abraço do
R. Nonato (APVR)⁷

Por meio das cartas, Raimundo Nonato e Vingt-un, correspondentes diretos, estabeleciam intenso diálogo a respeito de edição de livros e nos permite ler a respeito de Rodolpho Pongetti, aqui, correspondente indireto (BEZERRA, SILVA, 2010).

Os irmãos Rodolpho, Ruggero e Henrique Pongetti eram os donos da editora Irmãos Pongetti. De acordo com Fábio Franzini (2015), a família Pongetti possuía uma gráfica localizada na cidade do Rio de Janeiro e passou a investir no ramo editorial aproveitando o crescimento que o setor teve no Brasil na década de 1930. Ainda de acordo com Franzini, nesse contexto os donos de editoras “[...] pareciam dispostos a pôr o país em sintonia consigo mesmo e com o mundo, publicando a nova literatura

nacional e vários outros gêneros, da biografia à divulgação científica, além de traduções de autores clássicos e contemporâneos.” (FRANZINI, 2012: 9). Dentro desse projeto de educar o povo brasileiro por meio de livros, os Irmãos Pongetti publicavam obras consagradas da literatura nacional e internacional, obras que pagavam os custos da editora. Publicavam também obras de autores não consagrados, autores desconhecidos no mercado editorial, como eram os casos dos nossos personagens Raimundo Nonato e Vingt-un Rosado, este publicou no ano de 1940 o seu primeiro livro, cujo título era *Mossoró*, quando ainda fazia o curso preparatório de engenharia.

Em carta datada de 8 de junho de 1965, Vingt-un escreve a Raimundo Nonato se queixando da ausência de verbas.

Mossoró, 8/06/65,
Raimundo:

[...]

3- Não há possibilidade para o Lampeão pela Coleção. Acredito que a Prefeitura tinha obrigação de me ouvir na utilização das verbas que a meu pedido 20 [Vingt Rosado] e 18 [Dix-huit Rosado] colocaram no orçamento da Republica. Tenho sido desde 1948, no trabalho cultural de Governo Municipal, o unico funcionario da Prefeitura que tem custado aos seus cofres exatamente de dispendio de zero cruzeiro. O certo é que andaram gastando dinheiro daquela verba federal sem me comunicarem. Comuniquei porém ao Dr. Cascudo que fizesse saber ao pessoal da Prefeitura que não concordaria com a utilização desrestante dessas verbas sem que fosse previamente consultado.

[...]

Um abraço muito amigo de

⁷ A sigla APVR significa Arquivo Pessoal de Vingt-un Rosado. O arquivo ficava sob a guarda da Fundação Vingt-un Rosado, depois do fechamento da Fundação, o acervo foi deslocado para o Museu Lauro Escóssia.

Vingt-un (APVR)

A queixa expressa na carta nos permite ler que Vingt-un fazia uso das posições políticas ocupada por seus irmãos Vingt Rosado, deputado federal, e Dix-huit Rosado, senador, para conseguir verbas que financiariam projetos culturais e publicações de obras. Essa carta nos permite pensar a respeito dos personagens envolvidos nas redes de sociabilidade nas quais estavam inseridos os intelectuais. Essas redes incluíam personagens que não eram do mundo das letras, personagens que transitavam por outras esferas, como a política. Tais personagens muitas vezes eram responsáveis por assegurar meios, no caso expresso na carta, meios econômicos, de manutenção do grupo intelectual. Reforçando o tom de queixa, Vingt-un fala de sua atuação no cenário cultural afirmando ser o único funcionário da prefeitura de Mossoró que não acarretava ônus para ela, trabalhava por paixão, por amor ao "País de Mossoró".

Em 1968, Nonato escreve a Vingt-un falando sobre as dificuldades de conseguir dinheiro para publicação de uma nova obra bem como para a reedição do livro *Lampião em Mossoró*, uma de suas obras mais reconhecidas, cuja primeira edição se deu pela Pongetti em 1955, vindo posteriormente a ser publicada pela Coleção. Também demonstra o interesse de entidades importantes nos seus escritos, no caso, o Instituto Nacional do Livro que intencionava comprar mil exemplares do livro em questão para distribuição nas bibliotecas do país.

Rio de Janeiro, 20/05/68.

Prezado 21,
[...] Falei aqui, pelo telefone, com o prefeito e êle de boca, prometeu estudar o caso da publicação dos VELHOS PROFESSORES, pela Prefeitura. Disse para telegrafar na volta dele e mandar um orçamento módico. Foi quanto consegui tirar das guélas do Pongetti. E para fim de conversa, peço ao amigo falar com Cascudo, que é o homem chave. No caso da decisão ser favorável, era só mandar-me o original, via aérea. Da outra banda, ele abria as burras do municipalismo, mandando os 50% da entrada. O resto, seria mais um livro sobre Mossoró, ruim, reconheço, mas feito com boa vontade e espírito de continuar servindo a terra e salvando alguns dos velhos nomes, que o Nordeste sopra para o esquecimento. E você sabe disso... [...] Outra notícia que não é fora de tempo: Fiz ligação com o Instituto Nacional do Livro, e o diretor que é uma pessoa humaníssima e muito boa, recebeu Lampião e mexeu o volume entre as mãos dizendo – "o seu nome eu já conhecia e até ouvira falar desse livro. Porém só agora vejo que é um trabalho de muito mérito. O Instituto pode comprar volumes para distribuir com as bibliotecas do Brasil. Eu estou disposto a lhe dar uma grande ajuda. Tire uma nova edição que o Instituto comprará 1000 livros". [...] Agora, o problema estar neste pé: com os mil volumes comprados, quando saírem, é claro, coisa de 3 a 500 ou 4 mil cruzeiros, eu posso tirar, em Pongetti, 2 mil exemplares, e ainda fico com um saldo de mais de 500 mil cruzeiros. E por cima ainda 1000 livros para novas

vendas no mercado das livrarias. Aí, porém, para o jumento. Cadê o dinheiro para a edição? Rec. do R. Nonato.

Nessa citação Nonato nos dá a ler que os livros eram publicados com muita luta, havia um esforço para conseguir o dinheiro que custearia a tiragem dos livros. Segundo ele, o esforço era pautado na “boa vontade” e no “espírito de continuar servindo a terra”. Sentimento também nutrido e posto em circulação por Vingt-un que se considerava um soldado a serviço da “Batalha da Cultura”.

Os assuntos abordados na carta tornam-se mais inteligíveis a nós quando entendemos um pouco a respeito do Instituto Nacional do Livro (INL). Visando desenvolver a cultura no Brasil, no ano de 1937, Getúlio Vargas criou o decreto-lei nº 93 autorizando a criação do instituto cujos objetivos eram publicar obras raras que fossem de interesse nacional, estimular a edição de livros no país, facilitar a importação de obras importantes, difundir a organização e manutenção de bibliotecas pelo país, em síntese, difundir a cultura nacional (TAVARES, 2014).

O INL teve várias fases desde a sua criação. Para esse artigo é preciso dialogar com o período no qual o general Humberto Peregrino esteve à frente da direção do INL, anos de 1967 a 1970. Destacamos essa fase, pois é aqui que a carta de Nonato do ano de 1968 cruza com a direção de Peregrino, natalense radicado no Rio de Janeiro. De acordo com Tavares (2014), durante a sua gestão foi criada a Comissão de

Alto Nível. A referida comissão era responsável por avaliar obras publicadas no país, caso alguma delas fossem consideradas importantes, o INL compraria exemplares e distribuiria nas bibliotecas públicas do Brasil. Na carta de 1968, Nonato nos permite ler que o presidente do INL mostrou interesse em comprar exemplares do livro *Lampião*. Pela data de escrita acreditamos que o livro seria adquirido dentro do contexto da Comissão de Alto Nível.

Outra recorrência nas cartas é o relato de impressões de livros em gráficas no Rio, como a Pongetti, mas que saíam com a “chancela da Coleção Mossoroense”. Raimundo Nonato costumava descrever boa parte das negociações referentes às publicações, tiragens e valores nas missivas aos membros da *corrente da amizade*.

RIO, 12/10/1977

Prezado Vingt-un,

Hoje sem ter o que fazer, banquei o doido, fui a Gráfica Olímpica e entreguei os originais do livro SERRA DO MARTINS.

A Prefeitura da querida terra não pode ajudar em nada e eu resolvi tirar o livro da conta própria.

Vai sair por uns vinte e oito mil bagarotes.

“Coleção Mossoroense”.

Depois mande o número.

Aqui fico dando nó em pingo d’água.

Rec. R. Nonato - Lampião

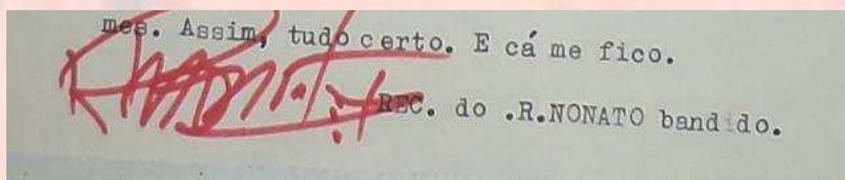
Foi preciso dar “nó em pingo d’água” por diversas vezes, pois, o dinheiro nem sempre era suficiente para publicar as obras. A Coleção

Mossoroense teve fases diferentes. A primeira marcada por um reduzido número de publicações custeadas pela Prefeitura Municipal de Mossoró. A segunda fase tem início no ano de 1974 quando a Coleção Mossoroense começou a receber ajuda financeira da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM). A ajuda foi possível porque em março de 1974 Vingt-un havia tomado posse do cargo de diretor da ESAM. A partir de 1976, o financiamento que a ESAM dava para a Coleção Mossoroense passou a ser feito por meio da Fundação Guimarães Duque (FGD) que tinha como um dos seus objetivos "divulgar dados científicos através de publicações especializadas" (ROSADO, 1980: 29). A união entre FGD e Coleção Mossoroense permitiria a realização do objetivo, uma vez que as pesquisas realizadas sobre a agricultura e a pecuária no semiárido eram publicadas em forma de livros pela editora.

A terceira fase se iniciou no ano de 1994 e teve como uma de

suas marcas o fim dos repasses de dinheiro realizados pela FGD. O motivo foi a divergência entre Joaquim Amaro Filho, diretor da ESAM entre os anos de 1992 e 1996 e Vingt-un Rosado. Aquele determinou que a ESAM e a FGD não fariam mais repasses para a publicação de livros e que a primeira não sediaria mais nenhum evento vinculado a "Batalha da Cultura". Objetivando contornar esse entrave, Vingt-un criou no ano de 1995 a Fundação Vingt-un Rosado (FVR) cujo propósito era angariar fundos para publicar novas obras.

As cartas de Raimundo Nonato possuíam uma escrita peculiar, por meio delas percebemos que Raimundo e Vingt-un tinham uma relação de amizade que permitia algumas liberdades na escrita da missiva. Isso é percebido na forma como Nonato se referia a Vingt-un chamando-o de "Prezado véio amigo 21 Rosado", "Amigo véio 21", "Amigo 21 Rosado".



Raimundo Nonato costumava assinar por "Jagunço", "R. NONATO bandido" e suas cartas faziam referência a acontecimentos históricos da cidade de Mossoró.

Rio. 13. 6. 71
Prezado véio amigo 21 Rosado
Hoje, DIA DE S. LAMPIÃO,
amanheci com saudades de

Mossoró e de uma cartinha sua.
(APVR)

Ao se referir ao "DIA DE S. LAMPIÃO", Nonato estava falando do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, conhecido como Lampião, em referência à invasão realizada por ele e seu bando a cidade de Mossoró, no

dia 13 de junho de 1927. Dias depois da invasão, o jornal *O Mossoroense* publicou diversos telegramas enviados ao então prefeito da cidade, Rodolpho Fernandes, parabenizando a resistência organizada por ele juntamente com os moradores de Mossoró. Na historiografia local e na memória dos mossoroenses, a resistência ao bando de Lampião é descrita como sendo bem sucedida, pois além da expulsão, conseguiram ferir um de seus cangaceiros, o temido Jararaca, preso e morto em Mossoró. A historiografia mossoroense se apropriou desse fato, utilizou-o de modo a construir a identidade de Mossoró em torno da ideia de "cidade da resistência". Um dos autores que contribuiu para essa construção foi o próprio Raimundo Nonato, estudioso do cangaço, por meio da publicação de *Lampião em Mossoró*, no ano de 1955 pela Editora Pongetti.

Em 1968, Nonato escreveu para Vingt-un falando a respeito dos preparativos de uma nova obra.

RIO. 21. 3. 68

Amigo 21 ROSADO

VAI AÍ, a capa de Jesuíno Brilhante. O trabalho vai para mais de 400 páginas datilografadas. A parte de anotação aos documentos, muito grande, aliás, está mais alentada do que o LAMPIÃO. (APVR)

As publicações da Coleção Mossoroense também dependiam de convênios e parcerias feitas com universidades, bancos e outros órgãos financiadores. Na carta do dia 27 de março de 1979, Raimundo Nonato pedia para Vingt-un dirigir-se ao Banco Nacional Norte SA objetivando pedir dinheiro. A carta

não deixou claro se era por meio de empréstimo ou doação: "[...] *nesta corrida de tomar dinheiro de Banco para livro, vá ao Banco Nac. Norte SA, fale com o dono, para vê se ele manda publicar a 4ª. Edição de LAMPIÃO EM MOSSORÓ*" (APVR, grifos do autor). Era possível que o desejo fosse conseguir doação, porque Nonato aconselha Vingt-un a proceder do seguinte modo, "*Conte o caso do Banco do Nordeste, talvez, ele abra os peitos e será mais um número na Coleção*".

A crise financeira as vezes era resolvida por meio do uso do nome de Vingt-un Rosado.

Rio de Janeiro, 10/07/73.

VEIO AMIGO VINGT-UN

Pax do SENHOR IRMÃO!

PONGETTI está lhe remetendo, frete pago, aqui, 100 volumes do SOAMDNO. A Fundação bancou duro e só me deu duzentos "libros". Ursada... O preço é de 20 cruzeiros, dado as correções internas. NÃO PENSE EM PAGAMENTO... Só quando Deus der bom tempo... E mesmo, aqui, você em PONGETTI, é sempre um cheque ouro, só MENÇÃO DO SEU NOME. FUTURAMENTE, segundo suas ordens, ANDRÓ, esse judeu sem compostura, entra e circulação.

R. NONATO.

A missiva acima evidencia o peso do nome de Vingt-Un nas relações editoriais estabelecidas no Rio de Janeiro. Peso este que certamente ajudou nas negociações realizadas. Mesmo o nome de Vingt-un sendo "*um cheque ouro*" não sanava todas as dificuldades financeiras enfrentadas para publicar alguma obra.

Na correspondência trocada entre os amigos também encontramos relatos de pedidos.

Rio, 02/09/81

21 R. amigo

Está voltando o que foi pedido.

O retrato será entregue aqui ao neto.

Continue pedindo e mandando.

REC. do R. NONATO jagunço.

O uso de correspondência para obter documentos, livros, orçamento para novas publicações, informações sobre o livro no prelo era uma prática recorrente entre intelectuais. Gilberto Freyre escrevia a José Lins do Rego pedindo que falasse com o José Olympio, editor e dono da editora José Olympio, para solicitar correções no livro *Sociologia*, que estava no prelo (LIMA; FIGUEIREDO JÚNIOR, 2000: 248). De acordo com Fernando Amed (2004), é possível encontrar na

correspondência de Capistrano de Abreu, endereçada aos amigos residentes na Europa, diversos pedidos para que eles fizessem cópias de documentos sobre a história do Brasil que eram necessários à sua pesquisa. Os pedidos iam acompanhados com a descrição do local onde o documento podia ser encontrado e com a sugestão de que a cópia deveria ser feita por um bom copista.

Das cartas enviadas por Raimundo Nonato algumas foram escritas em papel timbrado do Ministério da Educação e Cultura, outras em papel com o timbre da Editora Pongetti. Em sua maioria, eram datilografadas e ao final assinadas a mão. O acréscimo de recortes de jornais, fotos, cartões são entendidos como anexos da correspondência (BEZERRA; SILVA, 2010).

Rio, 21.06.78.

Prezado confrade Vingt-Un.

Grato pelo seu amável bilhete para cuja tradução tive de comer bolacha seca da padaria de Zé Camelo com Pega-Pinto do Café de Enéas, ali na Travessa de Monte Primo, o primeiro logradouro empedrado em Mossoró - calçamento - que o povo já reclamava dizendo que o calor ia aumentar com o sol batendo nas pedras. Mentalidades!...

Se ainda bem me lembro, lá estavam / naquele ponto, junto do aramazém do depósito de bebidas de Pedro Ramalho, um cearense que depois se foi, as duas figuras: "SEU" Rodolfo, o Prefeito, "SEU" Rosado, o dono do afeto da cidade. Mestre / João Dias, falando gago, levantava o nivelamento para o assentamento das pedras.

Mas, que diabo, estou respondendo um bilhete e começo a fazer memória!.-

Seu escrito foi para Belo Horizonte para o Walter, pois você fala dos dois, dele e do jagunço. Recomendei para que entrasse em entendimento com o Waldemar Barbosa a respeito / do que você pede.

Nonato iniciou a carta falando da péssima caligrafia de Vingt-un Rosado, conhecida como sendo de difícil entendimento, "amável bilhete para cuja tradução". Além da caligrafia, ele destacou e descreveu em sua carta uma Mossoró afetiva. O passeio que nos leva a fazer na cidade, por meio da sua

escrita, é afetivo. Sob a orientação de Nonato é possível caminhar pelas travessas, pelas primeiras ruas calçadas em Mossoró, ação realizada pelo presidente de intendência Rodolpho Fernandes, no final da década de 1920. A missiva de Nonato nos dar a ler uma Mossoró ainda em ritmo lento. Também nos fala da

resistência manifestada pelas pessoas em torno do calçamento das ruas. São miudezas que nos dizem muito do remetente e do destinatário, bem como da época na qual escreveram. Morando há muitos anos longe de Mossoró, o remetente escolheu falar das suas memórias. Memórias que compartilha com seu amigo Vingt-un, a quem confia suas divagações. Ao perceber o seu excesso de divagações, repreende a si mesmo, mas, mesmo assim, não reescreve a carta, colocando-a nos correios. A confiança depositada no destinatário, no pacto epistolar, permite que a carta acabe por ganhar um tom autobiográfico (BEZERRA; SILVA: 2010).

A confiança existente entre remetente e destinatário permite que a escrita contemple miudezas relacionadas ao dia a dia, de modo que, muitas vezes, o cotidiano se tornava o grande motivo que o levava, assim como a seus correspondentes, a se sentarem em frente a uma folha em branco e se colocarem a escrever. E mesmo quando os assuntos pareciam meras descrições do cotidiano, é possível mapear e investigar os assuntos que os envolvidos na correspondência entendiam como sendo importantes para serem narrados. A escolha do assunto e o seu entendimento só era possível, pois, os envolvidos no pacto epistolar compartilhavam do mesmo universo de sentidos que os instrumentalizavam a entender o assunto expresso na carta e a sentirem sensações – emoções como alegria, tristeza, medo, raiva, esperança, incerteza – que talvez o remetente tenha tentado expressar no ato da sua escrita.

4. CONSIDERAÇÕES

FINAIS

Ao final desta sucinta análise compreendemos e reiteramos que as cartas são impregnadas pelas concepções dos missivistas que as delineiam. Num ato de transmissão de informações a outras pessoas, tratando-se de uma tarefa desprovida de neutralidade, onde “o modelo de uma razão produtora escreve-se sobre o não lugar da folha de papel” (CERTEAU, 1994: 225). Sendo assim, o mosaico que compõe a escrita epistolar forma-se através de um repertório de diferentes palavras, modelos, gestos, conceitos e costumes que expressam o mundo exterior ao qual se remetem. De modo que a materialidade da escritura se faz conforme a leitura que se faz dela, podendo expressar determinadas convicções sobre seus interlocutores, sejam elas sociais, econômicas, políticas, etc.

A escrita epistolar carrega consigo particularidades emblemáticas acerca do estudo das relações, das trocas e vínculos que se constituem no espaço de sociabilidade privilegiado que é o universo da correspondência. Como destaca Angela de Castro Gomes, há sempre razões para escrever: “informar, pedir, agradecer, desabafar, rememorar, consolar, estimular, comemorar etc.” (GOMES, 2004: 19). Sendo esta uma prática marcada por temporalidades distintas, isso porque, os acontecimentos narrados podem se situar no passado, no presente ou no futuro, evidenciando projetos planejados em conjunto. No caso dos nossos personagens, as epístolas demonstram como estes utilizavam

este espaço para trocar informações sobre a publicação de obras e projetos em comum.

5. REFERÊNCIAS

- AMED, Fernando José. A configuração de um deslocamento: a prática da escrita de cartas em Capistrano de Abreu. In: *Revista de História*, São Paulo, n. 151, v. 2, p. 53-71, 2004.
- BEZERRA, Carlos Eduardo; SILVA, Telma Maciel da. A correspondência de escritores brasileiros como fonte de pesquisa para os estudos literários e históricos. In: *Historiæ*, Rio Grande, 1 (1): 61-74, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Itinerário de um conceito. s/l: Montessor, 2002.
- BRITO, Raimundo Soares de. *Apostila do afeto: Câmara Cascudo*. Coleção Mossoroense, série C – Vol. CCCXXXVI, 1986.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida Camargo. Arquivos pessoais são arquivos. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Ano 45, n. 2, p. 26-39, jul./dez, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. "Escutar os mortos com os olhos". IN: *Estudos Avançados*, São Paulo, 24 (69), p. 7-30, 2010.
- _____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- _____. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- FERNANDES, Paula Rejane. *A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-un Rosado Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN) – 1920-2005*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.
- FRANZINI, Fábio. Da Rua do Ouvidor à Rua São Clemente: encontros e desencontros com José Olympio. In: *Revista de Fontes*. São Paulo. n. 3, pp 1-13, 2015.
- _____. Um editor entre homens e livros: a atuação e a imagem de José Olympio no cenário intelectual do Brasil dos anos 1930. In: *Anais do XXI Encontro Estadual de História – ANPUH-SP – Campinas*, setembro, 2012.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. pp. 7-24
- HEYMAN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, Ano 45, n. 2, p. 40-57, jul./dez, 2009.
- _____. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, 1997.
- HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal. Reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (orgs.). *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. pp. 303-341

- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- LIMA, Sônia Maria van Dijck; FIGUEIREDO JÚNIOR, Nestor. De Gilberto Freyre para José Lins do Rego. In: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Battella (Orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pp. 241-250.
- LOPES, André Porto Ancona Lopes. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. In: *Gragoatá*, Niterói, n. 154, p. 69-82, 2º sem., 2003.
- LUCAS, Ana Maria Bezerra. *O mandonismo da família Rosado em Mossoró – 1917 a 1980*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.
- MORAIS, Hélia Costa. *Varal das Memórias: O Oeste Potiguar na obra de Raimundo Nonato*. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História. – Mossoró/RN, 2013.
- ROSADO, Vingt-un. *Notícia sobre a Fundação Guimarães Duque* (Homenagem ao VII Congresso Brasileiro de Zoologia). Mossoró: Coleção Mossoroense, Volume CVII, 1980.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p. 231- 269.
- TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livros e as disputas editoriais entre 1937-1991. IN: *Aedos*, nº 15, v.6, Jul/Dez. 2014. P. 164- 180. Porto Alegre.

RECEBIDO 10/10/2017

ACEITO 11/10/2017

O GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIOVARGAS E AS LIDERANÇAS POLÍTICAS DO RIO GRANDE DO SUL E DE SÃO PAULO (1930-1932)

Antônio Manoel Elíbio Júnior
Doutor em História Social-UNICAMP
Professor Adjunto do Departamento
de História-UFRN

Resumo: Este artigo pretende discutir as articulações das elites políticas do Rio Grande do Sul e de São Paulo, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, arregimentadas em torno do Partido Republicano Riograndense - PRR, Partido Libertador - PL, Frente Única Gaúcha - FUG, Partido Republicano Paulista e Frente Única Paulista - FUP. Após a "Revolução de 1930" as lideranças políticas destes dois estados procuraram mobilizar inúmeros artifícios e estratégias para viabilizar suas demandas e interesses junto ao Governo Vargas. Assim, o que se analisa, principalmente a partir das correspondências trocadas pelas elites partidárias, são os embates acerca da participação das alianças na esfera de poder do executivo federal.

Palavras-chaves: Elites políticas, Governo Provisório, Getúlio Vargas.

Abstract: This article intends to discuss the articulations of the political elites of Rio Grande do Sul and during the Provisional Government of Getúlio Vargas, organized around the Rio Grande Republican Party - PRR, Partido Libertador - PL, Frente Única Gaúcha - FUG, Republican Paulista Party and Frente Única Paulista - FUP. After the "Revolution of 1930" the political leaders of these two states sought to mobilize innumerable devices and strategies to enable their demands and interests with the Vargas

Government. Thus, what is analyzed, mainly from the correspondence exchanged by the party elites, are the clashes about the participation of the alliances in the sphere of power of the federal executive.

Key-words: Elites políticas, Provisional Government, Getúlio Vargas.

Após a "Revolução de 1930" havia entre as elites políticas riograndenses, a expectativa em adensar sua esfera de participação no executivo federal. Tanto o grupo de políticos organizados em torno da Frente Única Gaúcha (FUG), quanto os políticos do Partido Republicano Riograndense (PRR) e do Partido Libertador (PL) procuravam dissuadir o Chefe do Governo Provisório quanto à nomeação de interventores em outros estados garantindo-lhes benefícios e favores. Todavia, o que esse artigo pretende demonstrar é que tais demandas não foram suficientes para convencer Getúlio Vargas da necessidade de responder positivamente às articulações das elites políticas do Rio Grande do Sul. As constantes investidas foram, de certa forma, rechaçadas por Vargas que capitaneava, desde a mobilização de 1930, a centralização do poder. Podemos exemplificar essa situação, a qual as lideranças do Rio Grande do Sul acreditavam na primazia deste estado devido a "Revolução", por meio de uma carta enviada pelo Secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, Antunes Maciel, ao Presidente Getúlio Vargas.

"(...) No Rio Grande assenta - não é demais repeti-lo - todo o segredo da estabilidade do Governo Provisório. (...) como compreender que não alce essa

caríssima terra ao apogeu do prestígio, e se lhe regateiem auxílios em momentos difíceis (...)? O Rio Grande fez a Revolução e ainda sangra, porque a fez. O Rio Grande é o fiador da vitória.”¹

Para Maciel, portanto, ao Governo Provisório caberia “auxiliar” o Rio Grande do Sul, na medida em que a estabilidade da ordem governamental estaria assentada nos compromissos com aquele estado. A insatisfação com a consecução da política centralizadora do Governo Provisório subsidiava a crescente oposição da FUG e tornava crônica a instabilidade política de Vargas. Todavia, o intransigente posicionamento de Vargas em não ceder espaço na máquina do governo federal, ocasionou a demissão pública de todos os riograndenses que ocupavam cargos federais e tentavam torná-los representativos dos interesses da FUG. Essa situação chamada de “a crise dos demissionários gaúchos”, evidenciava a delicada correlação de forças entre os interesses regionais oligárquicos e a política centralizadora de Vargas. O posicionamento político do então Ministro da Justiça, o gaúcho Maurício Cardoso, foi o móvel da cisão.² Declarando-se abertamente pela constitucionalização do país e pela liberalização do regime, Cardoso confrontava-se com Vargas e tornava-se o principal porta-voz dos interesses da FUG.

A discórdia também colocava em “cheque” o PL de Assis Brasil e Raul Pilla. Uma carta enviada em fevereiro de 1932 do líder libertador Raul Pilla a Assis Brasil, descrevia a posição do PL a partir de um

consenso em que o diretório estadual do partido havia chegado:

“(...) por unanimidade e dever de acompanhar os democratas paulistas, tão cruelmente ludibriados por mais de um ano. Mas, não querendo ser acusado amanhã de imprudência, votou a moção inclusa, estabelecendo, porém, que esperaria apenas vinte dias pela prometida solução. Disto se dará conhecimento ao Lusardo, para que ele atue junto ao governo provisório como julgar melhor. (...) não me furtarei a uma impressão: o abandono dos democratas, por nossa parte, seria um golpe no prestígio do nosso partido e, pior do que isso, encorajaria os tenentes a continuarem tripudiando sobre o paiz.”³

Uma outra carta, desta vez enviada por João Neves da Fontoura aos líderes da FUG e a Flores da Cunha, relatava os entendimentos políticos entre o “Rio Grande e S. Paulo”, sobretudo no que concernia à nomeação de um interventor paulista e a constitucionalização do país. O clima de incertezas e as divergências políticas em que se assentavam a República e o Governo Provisório deveriam ser resolvidos com a “aliança” pretendida para a “reconstrução da ordem civil e política do Brasil.” Para tanto, as “combinações políticas” e a resolução da conflitante situação nacional somente seriam alcançadas quando o “caso paulista” fosse resolvido. Segundo Fontoura, o “ponto nevrálgico” dos problemas era São Paulo, na medida em que “só haveria paz no Brasil, quando aquele Estado estivesse governado por elles, a aprazimento delles, autonomamente como o Rio Grande e Minas.” De

¹ Carta de Antunes Maciel a Getúlio Vargas, 09-10-1931.

² Concordamos com Murray Edelman quando o autor afirma que as opiniões de indivíduos sobre questões políticas mudam com as transformações em suas situações sociais e a percepção de possíveis consequências futuras atinentes às ações políticas. Esse posicionamento inconstante e invariável está relacionado aquilo que Edelman identifica quanto ao acesso desses agentes políticos às fontes ou aproximação do poder autoritário e às propostas políticas daí decorrentes. (EDELMAN, 1988:18)

³ Carta de Raul Pilla a Assis Brasil, 01-02-1932.

acordo com essa análise, as conspirações e a convulsão revolucionária “*pululavam em São Paulo e alhures*”. A ressalva de Fontoura é enfática ao afirmar que: “(...) *sem a solução paulista, a contento dos paulistas, nada estará feito. Será, a meu ver, a revolução inevitável. Quanto ao aspecto de compromisso para uma luta armada, espero que o exame do material e das informações do Glycerio me permitirão receber de vós a palavra definitiva. Essa deve ser bem meditada, pois estamos diante de um braseiro.*”⁴

Em anexo à carta de Fontoura, foi enviado a Raul Pilla, Borges de Medeiros e Flores da Cunha um extenso documento intitulado “*Entendimento preliminar*”, que estabelecia as diretrizes políticas da FUG e da Frente Única Paulista (FUP). Claro que como uma diretriz política “*preliminar*”, as assertivas do documento ponderavam sobre as incertezas que se seguiriam ao acordo. O documento ressaltava que o término do acordo estaria condicionado quando estivesse “*empossado o primeiro governo constitucional*”. Para as lideranças das duas frentes políticas, esse “*entendimento*” baseava-se numa interpretação justa e racional do “*sentimento uniforme das populações de ambos os Estados*”. Nesse sentido, partindo da constatação que o momento exigia uma “*coordenação de esforços cívicos*”, o acordo estabelecia uma espécie de conjugação de atividades comuns. A combinação de uma política de mão dupla em que se definia a não cooperação com Vargas, alinhava as

duas frentes de oposição em torno da constitucionalização do país.

*“Animados de um alto espírito público, sem a menor consideração personalista ou regionalista, os componentes das duas formações partidárias, esperam da articulação de seus esforços o prompto advento do regimen constitucional em moldes compatíveis com a média da opinião brasileira, a experiência decorrente do regimen republicano terminado a 24 de outubro de 1930 e os progressos do direito.”*⁵

O pacto, como foi definido o acordo, procurava demonstrar a Vargas que a organização partidária das frentes únicas estaria coordenada de forma indissolúvel e assentada em uma certa solidariedade política. A articulação política entre a FUG e a FUP deveria basear-se nas seguintes cláusulas:

*“ 1a) – O rio Grande se compromete, de maneira geral, a não aceitar accordo algum com o governo dictatorial sem que antes seja definitivamente resolvido o caso de São Paulo pela entrega, sem restricções, do seu governo à frente única paulista. 2a) – Para a cabal execução da 1ª cláusula os dois Estados obrigam-se a assumir todas as responsabilidades delle decorrentes. 3a) – Resolvido o caso de São Paulo, os dois Estados se obrigam a manter a mesma união na constituinte.”*⁶

A definição da FUG e da FUP em distanciarem-se do Governo Provisório, impondo-lhe condições para a superação dos impasses políticos, antecipava, ainda, 4 princípios que deveriam conduzir o processo constituinte.

⁴ Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

⁵ Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

⁶ Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

"a) - autonomia ampla dos Estados, isto é, manutenção da forma republicana federativa; b) - regimen presidencial, ressalvadas as modificações que a experiência dos quarenta annos de República venha aconselhar; c) - representação parlamentar proporcional a população das unidades federadas e dentro do espirito da pura doutrina democrática liberal; d) - os Estados aliados negarão apoio a qualquer iniciativa tendente a admitir a representação de classes em funções políticas propriamente ditas."⁷

Podemos inferir que a oposição no Rio Grande do Sul não era unânime quanto a um movimento armado de contestação ao regime ou mesmo às diretrizes federativas, cuja "doutrina democrática liberal" e a "autonomia ampla dos Estados" eram os principais argumentos das frentes únicas. O posicionamento das lideranças da FUG, com estreita aproximação com as forças políticas de São Paulo, não deve ser entendido como um total afastamento das elites políticas do Rio Grande do Sul ao governo federal.⁸ Antes, ocorre uma reaproximação com o estado, através do Interventor Flores da Cunha e outras lideranças políticas, como Assis Brasil e Oswaldo Aranha, que procuraram, insistentemente, estabelecer um acordo conciliatório e pacífico com Getúlio Vargas.

Em março de 1932, Assis envia a Vargas uma extensa carta em que relata os "sentimentos dominantes" dos partidos políticos do Rio Grande do Sul. Em reunião, no dia anterior ao envio da carta, com os dirigentes partidários do PL e do PRR, Assis Brasil procurou dissolver as resistências que impediam o "restabelecimento da confiança

recíproca" entre o Governo Provisório e a FUG. Para Assis, a "solidez do bloco" não obstaculizaria um acordo que buscasse a fidelidade das lideranças da FUG ao único programa legítimo da nação, o da Aliança Liberal. Todavia, diferentemente de Borges de Medeiros e Pilla, Assis Brasil considerava que a "demora do provisório" não aumentava as "probabilidades de incidentes perturbadores". As "crescentes malezas" que pipocavam no Brasil deveriam ser combatidas, pois poderiam levar o país aos "germens da fatal deterioração". Assim, Assis Brasil reafirmava sua posição no conflito provocado por "elementos interessados na dissolução social".⁹

De qualquer forma, não estamos afirmando que essa estratégia de Assis Brasil, ao se manter aliado de Vargas, tornava menos ácida sua crítica quanto à condução política do Governo Federal. Para Assis Brasil, seria fundamental restituir ao país uma "representação verdadeira", através das "urnas livres". Nesse sentido e partindo dessas considerações, Brasil se colocava como mediador das articulações entre a FUG e o Governo Provisório, encaminhando a Vargas os "itens positivos das condições irredutíveis para a continuação da solidariedade" política entre os envolvidos. Até esse momento, início de março de 1932, a FUG, segundo Brasil, procurou um entendimento com Vargas, solicitando um parecer sobre o acordo enviado.¹⁰

O acordo mediado por Assis Brasil consistia em sete pontos. Em síntese, os dispositivos do documento foram organizados da seguinte forma: 1º, ação disciplinar contra os

⁷ Carta de João Neves da Fontoura a Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha, 06-05-1932.

⁸ Conforme analisou Vavy Pacheco Borges, a campanha paulista pela constitucionalização do país recebeu o apoio de "antigos aliados" do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, como também de elementos da PRR que constituíam a FUG. (BORGES, 1992:40)

⁹ Carta de J. F. Assis Brasil e Getúlio Vargas, 08-03-1932.

¹⁰ Carta de J. F. Assis Brasil e Getúlio Vargas, 08-03-1932.

militares implicados no atentado contra as oficinas do Diário Carioca, 2º, restauração do título quarto da Constituição de 1891, 3º, liberdade de imprensa, 4º, nomeação de uma "comissão de notáveis" para a elaboração do projeto da nova constituição, 5º, início do alistamento eleitoral, 6º, o governo federal passaria a assumir a responsabilidade das dívidas dos estados e, finalmente, o 7º, redistribuição orçamentária entre os estados, municípios e União. Parece-nos que as proposições políticas envidadas pelas lideranças da FUG, ainda que bastante amplas, tinham como princípio básico o restabelecimento de uma "ordem federativa e liberal".¹¹ Por sua vez, conforme apontou Vavy Pacheco Borges, mesmo com a pressão para a adoção desse "heptálogo", o governo federal resistiu às críticas criando, dessa forma, um impasse político com a FUG (BORGES, 1992:48).

Em meados de março do mesmo ano, Vargas envia um extenso telegrama em resposta ao documento concernente às "sugestões dos partidos do Rio Grande". As nove páginas de texto telegrafado sinalizam a urgência e a importância para Vargas em dirimir as tergiversações quanto ao impasse político com a FUG. Antes de pormenorizar o "heptálogo" proposto pela FUG, Vargas elabora uma espécie de relatório administrativo, relatando as medidas tomadas em seu governo. Ao assumir a chefia do Governo Provisório, Vargas dizia ter constatado o "completo dismantelo" em que se encontrava a máquina burocrática federal. Além de destacar o desequilíbrio nas contas públicas e

a moratória da dívida externa, Vargas afirmava que as consequências dessa organização financeira acarretavam graves problemas aos setores produtivos e exportadores. Nesse sentido, partindo dessa constatação, o governo precisou envidar esforços administrativos para restaurar e equilibrar as finanças. Foi preciso "sanear o ambiente moral e material", impondo sacrifícios de "desintoxicação pelo jejum".¹²

Essas medidas, para Vargas, não estavam no plano da política, permeado por pressões externas e regionais; em sua compreensão, seria mesmo contraditório quaisquer interferências políticas na administração do Estado. A política, como um lugar passional e permeado por contradições e interesses, não poderia, segundo Vargas, conduzir o processo de recuperação econômica e administrativa empreendida pelo governo.

*"Procurei dar tréguas a política e utilizar medidas de rigor cuja adoção, no períodos normais, os empenhos partidários impossibilitam. A missão administrativa, que me impuz levar adiante, tornou-se de tal forma absorvente que cheguei a despreocupar-me das contingências políticas."*¹³

A análise política realizada por Vargas, procurava demonstrar o equívoco de uma administração pública de se submeter ao debate e ao jogo político. A fronteira entre a instância administrativa e os revezes da política deveria ser impermeável às contradições e aos interesses regionais, do contrário, o país

¹¹ Em 24 de fevereiro de 1932 ocorre um ataque de militares do Clube Três de Outubro contra o Diário Carioca, jornal de propriedade de José Eduardo Macedo Soares, maior opositor ao clube no Rio de Janeiro. Conforme analisou Borges, a não punição dos responsáveis gerou uma crise política nas relações entre o governo federal e a FUG, aumentando a tensão entre Borges de Medeiros do PRR e Raul Pilla do PL com Getúlio Vargas. (BORGES, 1992:48). A restauração da seção segunda do título quarto da Constituição de 1891 dizia respeito especificamente à "Declaração dos Direitos". Entre os artigos dessa seção, destacamos o art. 72 sobre o direito à liberdade e à propriedade; o parágrafo 4º sobre a laicidade do ensino público; o parágrafo 18º sobre a inviolabilidade da correspondência; o parágrafo 28º sobre a não privação dos direitos civis e políticos por motivo de crença religiosa. Já o artigo 73 trata sobre a acessibilidade de todos os cidadãos brasileiros, civis ou militares, aos cargos públicos. Constituição da República do Estado Unidos do Brasil, 1891, Editora Livrarias do Globo.

¹² Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

¹³ Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

correria o risco de regressar ao período das “contingências políticas” que resultaram na “depreciação” e na “ruinosa política econômica”. Isso explicaria, segundo Vargas, o “aproveitamento de militares em algumas interventorias” no momento que “eram os mais capazes de manterem um regime de autoridade”. Os militares, na interpretação de Vargas, incólumes às pressões locais e sem “ligações partidárias”, não estariam subordinados aos “postulados e interesses dos partidos”:

“Não fiz política, na acepção comum que se dá entre nós aos vocábulos. (...) Consagrei-me a administrar. Se quizesse desenvolver actividade política nada mais fácil: bastaria abrir o cofre dos favores, seguindo os precedentes. Procurei, assim, governar afastado das influências partidárias. Surgiu a reacção política e em consequência os choques entre os próprios elementos revolucionários. Não era intenção minha, afasta do governo, a política. Antes queria, passada a hora da trégua, assegurar, com isenção absoluta, o surto de todas as actividades partidárias. Os atos praticados ajustavam-se a este critério. A phase até agora decorrida do governo provisório não teve finalidade política.”¹⁴

Nesse ponto, reafirma as implicações de uma administração influenciada pela política. Para ele, na primeira etapa do seu governo, livre das admoestações partidárias e regionais, teria alcançado um “notável” resultado. Ao entreabrir uma nova etapa, dizia contar com a “atuação edificante” dos partidos do Rio Grande do Sul, “irmanados em

frente única”. Importante destacar que, embora Vargas procurasse dizer que seu governo havia suprimido as pressões regionais, no mesmo documento, afirmava a Assis Brasil sua “boa vontade e constante desejo de atender” os interesses “materiaes e inspirações de ordem política” do Rio Grande do Sul. Evidentemente, não estamos afirmando que para Vargas poderia haver quaisquer contradições nessa fórmula política. Antes que, ao “interpretar as aspirações da coletividade”, seu governo soube mobilizar recursos suficientemente capazes para livrar o país da estagnação econômica. Em outras palavras, essa percepção, segundo Ângela de Castro Gomes, compartilhada tanto por liberais quanto por autoritários, postulava a solução técnica da “organização” governamental como única fórmula capaz de criar riqueza e desenvolvimento. Nesse sentido, os homens que faziam política eram identificados como portadores de uma incapacidade de analisar a realidade social (GOMES, 1994:2). Ora, se o mal é político, seria fundamental a criação de uma administração pública eficiente e técnica, portanto, segundo Vargas, despolitizada.

Acreditamos que ao detalhar suas “impressões” sobre as propostas da FUG, Vargas pretendia evitar a publicação na imprensa, dos contenciosos entre os partidos do Rio Grande do Sul e o Governo Provisório. Essa estratégia constituía-se como uma forma de ocultar, ao debate público, questões que poderiam causar-lhe maiores dificuldades. Assim, ainda que tenhamos encontrado nos jornais do

¹⁴ Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

Rio Grande do Sul, tanto no Correio da Manhã como no A Federação e Correio do Povo, muitas dessas tratativas transcritas, foi possível observarmos, através da análise das missivas, a elaboração dos embates políticos, os projetos e a reflexão das contendas políticas, os debates e a recepção de críticas que não apareciam nos jornais. Nesse sentido, o expediente epistelográfico tornava-se uma tática de gestão política ao *"coordenar pontos de vista e limitar divergências e mal entendidos"*.

Para Vargas, a apuração dos responsáveis e o castigo dos autores ou incitadores, militares e civis, envolvidos no atentado contra o "Diário Carioca", somente seria possível na justiça comum. Diferentemente da proposta da FUG, Vargas dizia que a criação de uma *"justiça especial"* não teria maior *"eficiência do que a normal e legal"*. Portanto, quanto ao item 1º das proposições da FUG, seria *"fundamental reformulá-lo dentro das normas vigentes"*. Sobre a revogação dos direitos civis, expressos no título 4º da Constituição de 1891, Vargas afirmava que em função da natureza do *"governo, foi este forçado a suspender, no artigo 5º, apenas as chamadas garantias constitucionais e não os direitos."* Na prática, há a suspensão das declarações que asseguravam os direitos civis, medida justificada por Vargas porque *"eles limitam o poder indispensável ao governo de facto"*. Para ele, entre a decretação do estado de sítio e as restrições aos direitos políticos e civis, o Governo, *"emanado de uma revolução"*, havia optado pela segunda alternativa. Para o

Presidente, seria plenamente indispensável à ordem pública as *"faculdades discricionárias"* do governo federal, assim como vinham adotando outros países da Europa como a Itália e a Alemanha.¹⁵

Por conseguinte, na análise sobre os itens 3º, 4º e 5º, Vargas afirmava que seu governo havia envidado ações para a consecução e urgência da elaboração e aprovação da lei eleitoral. Quanto aos itens 6º e 7º, diretamente ligados às questões econômicas, Vargas procura esclarecer os procedimentos adotados pelo Governo Federal para a reforma do sistema tributário federativo. O decreto nº 20.631, de novembro de 1931, instituiu uma comissão técnica de estudos financeiros e econômicos, com o objetivo de analisar e reformular a política de impostos, orçamentos e empréstimos. Ao criar e instalar dentro do aparelho de Estado – ministérios e secretarias – um corpo de *"serviços técnicos"*, Vargas acreditava investir na arquitetura governamental, uma gerência especializada na definição de políticas econômicas e sociais. Em outras palavras, a comissão constituída por Antonio Carlos, Macedo Soares, Oscar Weinschenk, Agenor de Roure, Pandiá Calogeras, Tavares de Lyera, Joaquim Catramby, Eugenio Gudin e Valetim Bouças indicava a preocupação do Governo Provisório em estabelecer um novo modelo de relações entre Estado e sociedade civil.¹⁶

Apesar da extensa resposta de Vargas por telégrafo, acreditamos que esse veículo, apesar da agilidade, limitava a discussão e execução dos acordos políticos. Em

¹⁵ Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

¹⁶ Telegrama de Getúlio Vargas a Assis Brasil, 17-03-1932.

18 de março de 1932, em resposta a Vargas, Assis Brasil telegrafa acusando o recebimento da mensagem. No mesmo documento, ele afirma que enviaria uma outra "carta aérea" "mais extensa, discreta e intimamente do que permite o Telegrafo, dos últimos deveres".¹⁷ Possivelmente, por exigir um mediador que opera a máquina, geralmente instalada em repartições públicas, esse suporte de comunicação poderia trazer aos remetentes, algum desconforto e intimidação. Além disso, em muitos casos, o operador editava as mensagens, apressando e restringindo a possibilidade de se revê-las.¹⁸ Nesse sentido, mesmo que tenhamos encontrado em nossa pesquisa um número maior de telegramas entre as lideranças da FUG, Flores e o Governo Federal, as cartas constituíam-se, para os missivistas, como um espaço de vigorosa reflexão e embates políticos.

Contudo, apesar da mediação de Assis Brasil e Flores com o Governo Provisório, o rompimento não parecia algo inevitável. Tampouco podemos afirmar que essas tentativas conciliatórias, "apesar do nervosismo da situação", não poderiam ser interpretadas tanto por Vargas e seus aliados quanto pelas lideranças da FUG, como uma possibilidade de um "desenlace honroso para o Governo e para todos". Em carta enviada a Oswaldo Aranha, em 09 março de 1932, por exemplo, Augusto Simões Lopes dizia que o acordo parecia próximo devido à "amizade sempre vigilante do nosso bom General e do Dr. Maurício". Além disso, embora as contradições ficassem cada vez mais

visíveis, Lopes afirmava que a "alta serenidade e superior critério do Dr. Borges", levaria a uma solução consensual e pacífica ao desentendimento entre a FUG e o Governo Federal.¹⁹

Por sua vez, Flores da Cunha também acenava ao Governo Federal, após as reuniões com as lideranças da FUG nos primeiros dias de março de 1932, a viabilidade de um acordo político. Para Flores, seus esforços para um "termo que recomponha a cordial solidariedade entre todos" resultava do seu "caráter e de sua linha de conduta". Em 10 de março daquele ano, Flores dizia acreditar que após a reunião com Borges, Pilla, Cardoso, Antunes Maciel, Sinval Saldanha e Simões Lopes teria "chegado a uma fórmula que, com dignidade para todos, permita uma reconciliação definitiva". Na interpretação de Flores, "apesar da excitação dos espíritos" dos "learders" do PL, todos acatariam as deliberações acordadas entre Assis Brasil e Borges de Medeiros. Mesmo "não tendo dissipado todas as nuvens", conforme escreveu Flores a Vargas, a solução parecia-lhe próxima.²⁰

As evidências mostram-nos que as projeções de Flores não se concretizaram. Em resposta a Vargas, desta vez sem qualquer mediação, Raul Pilla e Borges de Medeiros enviam-lhe um extenso telegrama, destacando a crise provocada com a renúncia de Mauricio Cardoso, Lindolfo Collor, Baptista Luzardo e João Neves da Fontoura dos cargos que ocupavam na administração federal. Acompanhando essas lideranças do PL e do PRR, também Sérgio Oliveira,

¹⁷ Telegrama de Assis Brasil a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

¹⁸ Nos telegramas enviados e recebidos no Palácio da Presidência e no Palácio do Governo Estadual, há no canto esquerdo superior um espaço para identificação do operador telegráfico.

¹⁹ Carta de Augusto Simões Lopes a Getúlio Vargas, 09-03-1932.

²⁰ Carta de Flores da Cunha a Getúlio Vargas, 10-03-1932.

Ariosto Pinto, Fernando Antunes e Aníbal Barros Cassal abandonaram seus postos no governo. A saída desses “colaboradores”, segundo os missivistas, não deveria ser entendida por Vargas como uma demonstração de “oposição sistemática” ao Governo Provisório; antes, o que ocorria, na interpretação de Pilla e Medeiros, era uma incompatibilidade e “inibição” da FUG com o governo federal.²¹

Essa delicada situação, em que os missivistas afirmam sua solidariedade e respaldo, parecia se arrastar por muito tempo, sendo necessário “deixar passar em silêncio” para não “criar nem agravar as dificuldades que absorvem a governação da República”. A invasão do Diário Carioca, as acusações de prisões, a morosidade de Vargas no atendimento às reivindicações das lideranças da FUG, a “intolerância e a violência”, segundo os missivistas, tendiam a corroborar a instauração de um “regime de terror em todo o país”. A instabilidade social e política, golpeada pela truculenta ação militar durante os comícios em comemoração à data da fundação de São Paulo, além do “nefando atentando a liberdade de imprensa”, constituíram-se como os principais argumentos para o rompimento com o Governo Provisório. A “impotência do governo”, aliada à expansão das “classes armadas”, tornava insustentável o acordo político entre a FUG e Vargas.

O esvaziamento do Governo Provisório, provocado com a renúncia de diversos líderes da FUG, evidencia o acirramento dos conflitos existentes pelo controle da máquina

administrativa federal. As argumentações desenvolvidas pelos políticos da FUG procuram ser bastante convincentes, na medida em que denunciam a “*ascensão de tendências extremistas*” e a supressão das liberdades civis e políticas. Com o “*espesinhamento*” de jornais, claramente de oposição, ao governo federal e com a violação das “*garantias democráticas*”, questionavam os missivistas, o que restará do “*regime Republicano?*”.²²

Embora a crise instalada no governo federal, com o afastamento de nomes importantes dos quadros da FUG, parecesse irremediável, Pilla e Medeiros dão um ultimato a Vargas. Para eles, a tranquilidade institucional, a ordem e, conseqüentemente, a estabilidade do governo provisório, somente seriam possíveis com a aprovação das sugestões formuladas pela FUG. Com isso, acreditavam os missivistas, se o Governo Provisório havia sido o único responsável pelos agravos sociais e pelo clima de incerteza política, por sua vez, a superação dessas circunstâncias seria resultante do “*benevolente regosijo cívico da FUG*”. Além do atendimento ao “*mínimo das aspirações da opinião riograndense*”, caberia, ainda, ao chefe do governo provisório, convocar os líderes das “*diversas correntes revolucionárias*” para com eles organizar “*um plano de ação governamental*”.²³

A reação de Vargas às constantes pressões das lideranças da FUG não tardou a aparecer nas cartas, sobretudo naquelas enviadas a Flores e a Mauricio Cardoso. Podemos observar, através da correspondência, a forma como o Presidente da República declarava-se

²¹ Telegrama de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

²² Telegrama de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

²³ Telegrama de Raul Pilla e Borges de Medeiros a Getúlio Vargas, 18-03-1932.

"intimidado" e "ultrajado" diante das deliberações de Borges de Medeiros e Raul Pilla. Em carta enviada no dia 26 de março de 1932, Vargas comenta a Mauricio Cardoso sua apreensão quanto ao telegrama que havia recebido de Assis Brasil. O Presidente, de forma bastante incisiva, afirmava a necessidade de "deixar esclarecido um ponto" da divergência entre o Governo Federal e a FUG. Por tal motivo, ele retomava a trajetória da discussão, mediada por Assis Brasil, em que as "sugestões da frente-única" lhe haviam sido submetidas à avaliação. Para Vargas, a "forma reservada dessa correspondência e o desejo de entendimento" teriam lhe provocado a "convicção de que se tratava de abrir as primeiras demarches para uma troca de impressões". Com isso, segundo a interpretação de Vargas, o processo para a resolução do impasse estaria instituído em uma sequência cadente de trocas e ajustes a serem combinados através das missivas.²⁴

Mas, diferentemente da avaliação do Presidente, o enredo desenrolado foi outro. Se para o chefe do Governo Federal, a tramitação não teria quaisquer contratempos, haja vista a necessidade da manutenção do "combinado", o contrário ocorria, causando-lhe profundo ressentimento.

"(...) Ao contrário do esperado, recebo, porém, um telegrama descortez, cheio de censuras, redigido em tom de intimação, logo publicado e ainda expedido em forma circular aos Ministros e Interventores, tudo com enorme espalhafato, dando a impressão

de que me queriam humilhar perante a opinião do país. Não exagero. Ponho as coisas no seu lugar próprio. Até agora não compreendo como semelhante documento fosse subscrito por um homem ponderado e experiente qual o dr. Borges."²⁵

Se na resposta de Vargas para Assis Brasil, quanto ao acordo conciliatório entre a FUG e o Governo Federal, podemos identificar uma evidente formalidade política e uma tentativa de manter a aliança, na missiva enviada a Mauricio Cardoso, o chefe do executivo federal não esconde sua indignação e mesmo revolta.²⁶ A análise feita por ele, considerava a ação dos partidos políticos do Rio Grande Sul uma atitude deliberada de traição. Nesse momento, Vargas considerou à manobra de Borges como uma "decisão extremista", saturada de hostilidades e oportunista. Para ele, além do envolvimento do líder do PRR no processo conspiratório, também o jornal "O Estado do Rio Grande", periódico oficial do PL, reiterava constantemente severas "críticas e restrições" ao Governo Provisório.

Em carta escrita em Buenos Aires e enviada a Vargas em julho de 1932, Assis Brasil dizia que os acontecimentos políticos no Brasil causavam-lhe "tamanho surpresa quanto desolação". Para Assis Brasil, seu antagonismo no que se refere à direção política nacional não seria suficiente para lhe colocar numa posição de isolamento político, desde que, ressaltava o missivista, a "remodelação democrática do Brasil" iniciasse a "implantação da reforma eleitoral". Contudo, na missiva aparecem as divergências sem

²⁴ Carta de Getúlio Vargas a Mauricio Cardoso, 26-03-1932.

²⁵ Carta de Getúlio Vargas a Mauricio Cardoso, 26-03-1932.

²⁶ Em um excerto da missiva podemos verificar a indignação de Vargas sobre a posição política da FUG. "Não mantenho intransigências, nem prevenções, quanto a esta ou aquela sugestão. Apenas quero que me tratem com a consideração devida. As divergências políticas não excluem a boa educação. Tudo isso que aconteceu e está acontecendo, é, certamente, muito lamentável. A verdade indisfarçável, entretanto, é que se creou entre o Governo Provisório e os partidos do Rio Grande um ambiente de desconfiança recíproca, que não sei si o tempo conseguirá destruir." Carta de Getúlio Vargas a Mauricio Cardoso, 26-03-1932.

qualquer comedimento ou restrição diante de possíveis contragostos políticos. Nesse sentido, o líder do PL sustentava três itens que para ele deveriam ser resolvidos:

*"1º a demora da Convenção Nacional, que sustentei devia instalar-se dentro de noventa dias após o triumpho; 2º a tentativa de alteração do programma do movimento nacional, que devia continuar idêntico ao da Aliança Liberal, synthetizado na representação verdadeira e na justiça independente, deixando tudo mais para ser discutido e resolvido pela Nação legitimamente representada e confiante nas sancções judiciárias; 3º a conquista de São Paulo, ou outro Estado, por intrusos desconhecidos, incapazes e naturalmente offensivos aos mais nobres sentimentos locais. Ainda arriscando ser injustamente confundido com os vulgares prophetas de obra feita, presumo que os acontecimentos confirmaram os sombrios presentimentos que tantas vezes vazei nos nossos encontros e reuniões. Para somente insistir em um ponto capital, estou cada vez mais persuadido de que Getúlio Vargas seria desde muito Presidente constitucional, fazendo administração fecunda, se houvéssemos atravessado a ponte periclitante dos primeiros dias com a rapidez que aconselhei."*²⁷

Considerações finais

Acreditamos que Assis Brasil procurou estabelecer uma conciliação com o Governo Provisório, afastando do PL quaisquer incidências conspiratórias. A proposta de Assis Brasil assentava-se no "restabelecimento da confiança recíproca, por todos desejada, entre o Governo Provisório e o Rio Grande

unido". Para ele, o caminho deveria ser aquele traçado pela "ALIANÇA LIBERAL executado com prontidão que o bom senso exige de um Governo de fato, provisório no nome e na essência". Nesse sentido, sentenciava Brasil, as "crescentes malezas" poderiam ampliar a deterioração do quadro institucional, caso o governo não viesse cumprir as "promessas da revolução". Desta forma, a assertiva de Brasil procurava frisar que o apoio a Vargas não seria incondicional e estaria sujeito às "decisões regulamentares tomadas" pelo PL. A demora pelo processo eleitoral constituinte, as medidas centralizadoras de Vargas e a administração estadual de São Paulo nas mãos de "intrusos desconhecidos" perfaziam as principais divergências entre a FUG e FUP com o Governo Provisório.²⁸ Além destas tergiversações, Assis Brasil enumera outros sete itens para um possível acordo com Governo Federal:

"1º Delegação de um magistrado para apurar o atentado contra as oficinas do "Diário Carioca;

2º Restauração imediata da secção segunda do título quarto da Constituição de 24 de Fevereiro de 1891;

3º Decretação com a possível brevidade de uma Lei, que, mantendo e garantindo a ampla liberdade de imprensa, torne efetiva a responsabilidade dos autores de escritos e editores de publicações periódica, proibindo o anonimato;

4º Nomeação imediata de uma comissão de notáveis para a elaboração do projeto de Constituição que será entregue à apreciação pública e enviando, com as emendas que forem

²⁷ Carta de Assis Brasil a Getúlio Vargas, 14-07-1932.

²⁸ De fato, a coalizão da FUG com FUP e seu rompimento com o Governo Provisório suscitava inúmeras divergências e, evidentemente, cautela nas decisões. Em meados de julho de 1932, Pilla e Borges de Medeiros telegrafam a Francisco Morato e Altino Arantes, lideranças oposicionistas de São Paulo, propondo um acordo com Vargas. "Na expectativa do nosso pronunciamento público a nação que faremos amanhã ratificando solenes compromissos moraes e políticos que nos vinculam ao bravo glorioso povo paulista perguntamos aos illustres correligionários como receberiam a propositura de comum acordo conosco o interventor federal neste estado afim de serem examinados os meios da cessação definitiva da lueta e do apaziguamento geral do paiz." Telegrama de Borges de Medeiros e Raul Pilla a Francisco Morato e Altino Flores, 12-07-1932. Em resposta as lideranças políticas da FUG, Francisco Morato telegrafa imediatamente dizendo aos "eminentes chefes" que não poderia interromper as operações a que foram "arrastados" pela intolerância do Governo Provisório. Caso a "dictadura" quisesse qualquer entendimento com as forças sediciosas, Morato afirmava que deveria partir do Governo Provisório a cessação dos combates. Telegrama de Francisco Morato a Borges de Medeiros e Raul Pilla, 13-07-1932.

recebidas, à Assembléa Constituinte;

5º Providências administrativas imediatas para que tenha lugar no prazo do Decreto o início do alistamento eleitoral em todo o Território da República, prosseguindo-se regularmente no respectivo processo na forma de lei;

6º Durante o período pré-constitucional assumirá o Governo Provisório em nome da União, a responsabilidade das dívidas dos Estados que, a juízo dele, forem considerados insolváveis providenciando para sujeita-los daí em diante a um plano orgânico que lhes assegure a restauração financeira;

7º O Governo Provisório organizará com os técnicos necessários um conselho que estabeleça em novos moldes mais condiscntes com a experiência e a discriminação das rendas entre a União, os Estados e os Municípios e fixe as bases para a reconstrução econômica do País".²⁹

Perpassando esse amplo projeto de reivindicações, proposto

pelos líderes do PL, encontrava-se também o discurso pautado no posicionamento do líder do PRR, Borges de Medeiros. Por meio desse discurso, ressaltavam-se as iniciativas que iam desde a liberdade de imprensa e o fim do cerceamento aos partidos de oposição, à elaboração de um "projeto de Constituição" e redistribuição orçamentária dentro de princípios federativos. Nesse sentido, o acordo encaminhado por Assis Brasil e Pilla ao Governo Federal se assentava numa relação de interdependência entre os poderes municipal, estadual e federal, garantindo, assim, as "bases para a reconstrução econômica do país". Além disso, Brasil e Pilla acordavam ainda sobre a necessidade do governo em tomar "providências imediatas" para o alistamento eleitoral e para a resolução das dificuldades financeiras de vários Estado.

²⁹ Carta de Assis Brasil a Getúlio Vargas, 14-07-1932.

Referências bibliográficas

BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1992.

EDELMAN, Murray Jacob. Constructing the political spectacle. Chicago: Chicago University, 1988.

GOMES, Ângela de Castro (org.). Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

RECEBIDO 27/09/2017

ACEITO 30/09/2017

PARA SEREM ATENDIDAS: CARTAS AO INTERVENTOR MAGALHÃES BARATA, PARÁ (1930-1935)

**Ms. Michele Rocha da Silva.
Professora da Escola Técnica
Estadual Magalhães
Barata/Secretaria de Educação do
Estado do Pará.
micheleh_rocha@hotmail.co
m.**

RESUMO

O artigo apresenta como diversos segmentos sociais, pela ótica de seus efeitos, vale dizer, como moradores dos espaços urbano e rural, em diálogo com o Governo, vivenciaram a experiência política em seu cotidiano frente às propostas reformistas da primeira Interventoria de Magalhães Barata (1930-1935) no Pará. Para tanto, investigou-se as cartas que homens e mulheres enviavam ao Interventor. Com bases nos suportes teóricos da história social e cultural, essa pesquisa buscou compreender que ideias, crenças, valores, identidades culturais, próprios dos missivistas e construídos em meio as suas experiências e vivências culturais, econômicas e políticas, foram fatores determinantes para a reinterpretação do discurso do Governo de Intervenção e, nos limites de suas possibilidades, permitiram a negociação com o mesmo.

Palavras-chave: Cartas. Experiências Culturais. Interventoria de Magalhães Barata

ABSTRACT

The article shows the point of view of men and women who resided in urban and rural areas and, aside from their daily work, through the political experience of the reformist proposals of the first Intervention by Magalhães Barata (1930-1935) in Pará, they requested the government's intervention to help them achieve their basic social rights. The letters that these subjects sent to the Intervener were investigated. The research seeks to

understand, in light of theoretical support from social and cultural history, the ideas, beliefs, values, and cultural identities of the writers themselves, acquired through their experiences and cultural, economic and political lives were determining factors in reinterpreting the Intervention government discourse, and, overall, within the limits allowed by their possibilities, allowed them to negotiate with government.

For Being Answered: letters to the Caretaker Governor Magalhães Barata, Pará (1930-1935).

Considerações Iniciais

Países desenvolvidos investem grande volume de capital no aprimoramento e descobertas de novas tecnologias. As tecnologias de informação e comunicação (TICs), surgiram no mercado, visando facilitar a vida da humanidade.

No ritmo das transformações tecnológicas, milhares de pessoas usufruem de ferramentas que permitem compor, enviar e receber mensagens através de sistemas eletrônicos de comunicação, comumente conhecida como *e-mail*. O *email* destaca-se em vantagens se comparado à sua "irmã mais velha", as correspondências, uma vez que ele transmite a informação em tempo real, além de alcançar um grande número de interlocutores em várias partes do mundo.

Embora seja reconhecida a ascendência das ferramentas tecnológicas de informação na difusão e propagação dos métodos modernos de comunicação e que essas tenham mudado as formas de comunicar da humanidade, dinamizando a socialização do conhecimento, ainda se

usufrui da forma tradicional para se materializar pensamentos. Antes de a proliferação de telefones fixos, aparelhos celulares, envio de *e-mails*, aplicativos como *what's app* e de o vocábulo "teclar" se tornarem comuns no universo sociocultural de hoje, as cartas e bilhetes foram e, ainda são fundamentais, e jamais perderão sua importância, como instrumentos de comunicação.

No passado, as correspondências trocadas entre reis, governadores, diplomatas, comerciantes, intelectuais, pesquisadores e uma infinidade de pessoas anônimas foram tão importantes, ou até mais, quanto o *e-mail* no atual mundo digital. Elas serviam para anunciar vitórias, derrotas, conquistas, descobertas, arquitetar tramas, comunicar ganhos e ainda informar a chegada de uma pessoa ou um familiar, numa época em o mensageiro era o responsável pela entrega deste meio de comunicação. E ainda vale ressaltar quanto as cartas eram importantes à casais apaixonados como por exemplo aquelas que eram trocadas entre os mais ilustres personagens de nossa história, D. Pedro I e Domitila. Sem falar que elas também se transformam em lindos versos e poesias nas melodias de principais interpretes da música popular brasileira a exemplo da canção "A carta" nas vozes de Renato Russo e Erasmo Carlos.

É sabido que, para escrever uma carta, são necessários alguns elementos estruturais básicos, tais como ter noção da linguagem, da

escrita, além de instrumentos como caneta e papel, que possibilitam a materialização do pensamento. Para a linguista Ucy Soto (2007, p. 94), o gênero carta é de natureza tão convencional que "tradicionalmente é composto de local e data identificados na parte superior do papel, saudação inicial, corpo do texto, despedida na parte inferior, assinatura. O texto epistolar parece estar tão claramente definido, que o que seja uma carta se nos apresenta como evidente."

As cartas, para o historiador, são importantes pela história que elas capturam em seu tempo e época. Como instrumento de conversação que acontece na ausência do interlocutor, o texto descrito em cartas desvela para os pesquisadores a "estrutura de sentimentos"¹ que é própria do autor, demonstrando sentimentos e comportamentos numa determinada situação na sociedade; uma temporalidade, um espaço e uma temática.

Com a amplitude da concepção de história nas últimas décadas, entre as quais está a compreensão de que o acontecer histórico se faz a partir das ações dos homens, "dos homens, no tempo" (BLOCH, 2001, p.55), o campo de abordagens do historiador se alargou e, conseqüentemente, o universo documental também se multiplicou. Dentre uma gama variada de fontes, as cartas estão sendo cada vez mais utilizadas como corpus documental de reflexão. Esse foi um dos fatores que possibilitou o desenvolvimento da proposta dessa pesquisa.

¹ O termo "estruturas de sentimentos" foi criado por Raymond Williams (1979) a partir de reflexões oriundas da discussão de uma teoria marxista de cultura, esse conceito está relacionado à forma como as relações sociais estão imbricadas e como são ativamente vividas e sentidas dentro das formas de produção e de organização socioeconômicas.

Bem longe de ser a carta romântica de mal traçadas linhas de amor da melodia de Renato Russo e Erasmo Carlos, as linhas traçadas em algumas folhas de papel registraram experiências vividas por mulheres e homens. Pessoas reais, algumas eram extremamente simples e pobres, outras mais remediadas que compunham o cenário da história social no primeiro quinquênio da década de 1930 no Estado do Pará. Essa pesquisa problematizou as identidades culturais, de homens e mulheres que usufruíram da produção de cartas como recurso de comunicação com o interventor do Estado do Pará

Os quase cinco anos da Interventoria de Magalhães Barata foram caracterizados pela produção de uma epistolografia que marcou a gestão desse Governo. As cartas “não somente transportam palavras transcritas através do tempo e do espaço, mas que recriam as circunstâncias do momento de sua enunciação. Desde a saudação inicial, se recria um esquema classificatório que reconstrói a vida social e afetiva dos sujeitos envolvidos no ato epistolar” (SOTO, 2007, p. 110).

As narrativas nelas contidas, como a descrita pelo o senhor Cirilo Alves que se valeu desse meio para pedir um emprego, demonstram as experiências vividas por um homem comum em meio às relações estabelecidas no âmbito das situações de trabalho. A narrativa da carta enuncia um misto de denúncia, revolta e esperteza

Ilmo. Snr.

Joaquim de Magalhães Barata
D.D interventor militar do Pará
Comprimeto-vos

Trago ao conhecimento de V.S. que sendo Paraense, com 40 anos de idade, ainda não foi-me possível obter uma pequena collocação em serviços Públicos; talvez pelo simples motivo de não ser pulitico, empreguei minha atividade como auxiliar do comercio, até o anno de 1922, qando o engresso de portuguezes aomentou nesta capital, tive que ser substituído, por que estes eram os preferidos pelos seus conterraneos. Sendo obrigado trabalhar como ajudante de operários em construção civil, confiado no espírito de sentimento e justiça de V.S. que hoje coverna esta terra, levo a minha voz a quem poderar cosolar. Aguardarei a oportunidade para quando for possível, ser aproveitado. Subscrevo me com estima e consideração.
Cirylo Pires Alves²

² Fundo Gabinete do Interventor, série Cartas, Caixa 03. Arquivo Público do Estado do Pará. Em todas as cartas a ortografia foi preservada, tendo em vista permitir o reconhecimento do nível de instrução e alfabetização dos remetentes, revelando o esforço que realizavam para se comunicarem, quando descreviam ao Interventor Magalhães Barata suas experiências vividas cotidianamente.

Ao governo, o missivista se apresenta como um homem trabalhador, ressaltando a trajetória vivida por ele na busca de uma ocupação. Em sua narrativa, destaca que, antes de ficar desempregado e procurar outra forma de sustento, trabalhava no cargo de auxiliar de comércio, no entanto, esse emprego foi ameaçado com a chegada de imigrantes portugueses a Belém, resultando em sua demissão. A preferência de seu antigo patrão português por seus conterrâneos o forçaram a buscar outras alternativas e desempenhar outro ramo de atividade para o sustento da família,

conseguindo outra oportunidade apenas como servente de pedreiro na construção civil. Porém, na altura de seus 40 anos, ele almejava, à época da Interventoria, atuar no serviço público, que se supõe ser para ele um trabalho que parecia mais “leve” se comparado ao que exercia na construção civil, por isso, apelava para o sentimento de justiça do Interventor a fim de obter desse a almejada carreira pública.

Em uma condição de vida diferente da apresentada na carta do senhor Cirylo Pires Alves, as irmãs Eudete e Eunice Caúla de Araujo³ escreveram ao interventor pedindo também emprego. Como eram “*duas moças pobres*”, revelaram ao Governo “*as terríveis dificuldades*” cotidianas que enfrentavam “*para mante-los na sua subsistencia*”. Com o falecimento do irmão, há quatro meses, elas precisavam assumir a responsabilidade da família que era numerosa, havia mais três irmãs menores que precisavam ser educadas, além disso, tinham “*o pae desempregado e doente e a mãe cega*”.

Eram constantes no gabinete do interventor Magalhães Barata correspondências como esta. As cartas representavam instrumentos importantes para diferentes sujeitos, na comunicação junto ao poder público. A movimentação dessas pessoas para a efetivação de suas demandas imediatas possibilitou revelar alguns indícios do cotidiano de uma parcela da população paraense, nos anos de 1930 a 1935.

A Intervenção

O engajamento político de Magalhães Barata no movimento tenentista o levou a participação nos levantes militares de 1922 e 1924 no Amazonas, o que lhe rendeu a indicação de Getúlio Vargas para assumir o cargo de interventor no Pará em 1930. Todavia, as divergências entre as lideranças políticas que o apoiavam e as fortes tensões ocorridas com a coligação oposicionista chamada de Frente Única Paraense no período do processo eleitoral em 1934⁴ levaram Getúlio Vargas, em abril de 1935, a substituir Magalhães Barata por outro Interventor, José da Gama Malcher. No entanto, Barata retornou como interventor em 1943, ficando até a abertura política em 1945. Nesse ínterim, foi eleito senador. Nas eleições de 1950 candidatou-se para concorrer ao governo, não obteve êxito. No pleito seguinte novamente volta a concorrer às eleições, em 1955 vence a campanha e tornar-se governador. Contudo não chegou a concluir o fim do mandato, faleceu em junho de 1959.

Enquanto Interventor estadual no Pará, articulado com lideranças civis, integrantes oposicionistas da política anterior, pertencentes a grupos políticos tradicionais a exemplo da família Chermont; Abel e Mário Chermont⁵, Abelardo Conduru, José Pingarilho, Pe. Leandro Pinheiro, Clementino Lisboa, implementou reformas administrativas buscando atribuir um caráter “moralizador” às instituições públicas. As afirmações desse governo foram acordadas nas diretrizes nacionais do movimento

³ Fundo Gabinete do Interventor, Série Cartas, 1933, Caixa: 3B.

⁴ Ao longo da Intervenção ocorreram sucessivos rompimentos entre os principais representantes que apoiavam o regime, a disputa pela liderança partidária no partido Liberal levaria ao enfraquecimento do grupo político ligado diretamente ao Interventor, o processo dos trabalhos da constituinte em 1934 culminou na ruptura entre Abel Chermont, representante de uma das famílias de líderes políticos tradicionais do Pará e Magalhães Barata. Além disso, membros do partido republicano federal e do partido conservador se uniram, formando a Frente Única Paraense, que estaria sob o comando de Samuel Macdowell e Antonio Sousa Castro (PRF). Sobre os componentes geradores da crise política que culminou na substituição de Magalhães Barata do cargo, cf. Rodrigues, Denise de Souza Simões. Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito. Rio de Janeiro, UPERJ, 1979. p.67-79.

⁵ A influência política da família Chermont no Estado do Pará remonta aos idos do processo de adesão à independência brasileira, além disso, membros dessa família, em momentos variados, no Império e na fase inicial da República, assumiram cargos de executivos do poder político paraense. Cf. Rodrigues, 1979. p.70.

político definido pelo grupo, que estava no poder, como "Revolução de 30"⁶.

A década de trinta, para Vesentini (1997, p. 27), tomou contorno de expressão e se constituiu num império do fato. A memória construída pelos vencedores de 1930 se unia ao fato de que o grupo que estava no poder, a partir de um conjunto de propostas, engendradas no processo de luta, seguia um movimento no qual se decidia onde as interrogações seriam postas, da mesma maneira como se excluía questões que pudessem deixar transparecer a incongruência desse regime.

Magalhães Barata e o grupo político que assumiu com ele o poder político paraense davam-se ao engajamento na efetivação de propostas que culminariam em construções de significações mais amplas. A ação dessa frente política era implementar um suposto Estado moralizador das instituições públicas, cujas implicações transsubstanciavam-se na compreensão dos paraenses acerca da existência de um governo com propostas que beneficiavam a todos.

Nesse sentido, integradas ao discurso da construção do fato orientada de acordo com a perspectiva dos "revolucionários no poder", estavam às camadas populares. A implementação de "mudança" propagandeada por aqueles exigia a idealização desses aos quais o discurso era destinado. Era uma forma de justificar as transformações provocadas pelo governo de

Intervenção como algo que também vinha das aspirações populares. Os vínculos criados de aproximação entre a população e o Interventor assumem, como parte constituinte da legitimação do que constrói a memória histórica política do "vencedor", neste caso dos "revolucionários", isto é, dos homens que assumiram o poder institucional a partir de 1930.

Magalhães Barata executou ações administrativas que mudariam a estrutura organizacional do Estado. Promoveu reformas no judiciário, criou a assistência jurídica aos comprovadamente pobres, redefiniu os limites territoriais dos municípios, além de alterar a denominação de alguns municípios paraenses. Por meio de decreto a cidade de Igarapé-açu e a vila de Quatipuru tiveram seus nomes substituídos por nome de homens e militares que de alguma forma foram adeptos do regime vigente, a primeira recebeu o nome de João Pessoa e a segunda de Siqueira Campos, outras vilas foram inauguradas com a mesma intenção, localizada próximo a região metropolitana de Belém, por exemplo, a vila de Ferreira Pena permanece com mesmo nome até hoje.

A implantação da comunicação direta com o governo foi outra medida dessa construção política. Propondo "solucionar" as reclamações e pedidos que chegavam até ele, Magalhães Barata oficializou o envio de cartas. Dadas as características dos pedidos, queixas e denúncias, elas passaram a ser adjetivadas como cartas-petição, além disso, instituiu a realização de Audiências Públicas. Apoiados nessas

⁶ De acordo com Decca (1984), a "Revolução" foi uma estratégia de dominação, a qualificação de um discurso ideologicamente construído pelo grupo que assumiu o poder em 1930, que sob a égide do progresso e de uma provável reforma social, legitima o exercício de seu poder, ao mesmo tempo em que constrói a memória histórica política do "vencedor", neste caso dos "revolucionários", isto é dos homens que assumiram o poder institucional a partir de 1930.

duas formas de comunicação, as cartas e as audiências públicas, os moradores das cidades interioranas, vilas, distritos e áreas rurais, assim como os da capital, exprimiam suas reivindicações, reclamações e necessidades, estabelecendo, assim, um canal de diálogo com o interventor.

As formas de mediação na Intervenção

A natureza da fonte principal dessa pesquisa; as cartas. O diálogo constante dessa evidência, apresentou questões complexas por que o trabalho poderia se enveredar. A existência de uma parcela de sujeitos que se identificavam nas cartas como “pobres” e “humildes” faria mergulhar também na perspectiva teórico-metodológica da história vista de baixo⁷.

A pesquisa permitiu o contato com uma parcela de sujeitos sociais que revelavam por meio da escrita as experiências vivenciadas na sua condição de pobreza. Explorando essa dimensão desconhecida do passado, foi possível compreender como homens e mulheres exprimiram suas dificuldades cotidianas, enfrentadas na busca por emprego, moradia, assistência jurídica e à saúde. Esta pesquisa se justifica ao problematizar e perceber que os anos 1930 não foram um tempo somente de Magalhães Barata e do grupo político que o apoiava e que estava no poder naquele momento, mas também de outros sujeitos históricos que viveram e fizeram aqueles tempos. Por meio de múltiplas relações, construíram sonhos, envolveram-se em

negociações, conflitaram-se diante de posturas e valores. Em suas formas de ser e viver, expressaram interesses, reivindicaram direitos, comemoraram conquistas e se decepcionaram com as derrotas, tocando para adiante seus projetos de vida.

Ao problematizar o conteúdo das cartas, as correspondências revelaram importantes diferenças entre o modo como Magalhães Barata se apresentava em seus discursos e como eles eram entendidos pelos paraenses. Tais cartas evidenciaram o quanto os missivistas sabiam utilizar o discurso do interventor em benefício próprio. O conteúdo das cartas era construído de argumentações em que a barganha preponderava.

A exemplo das irmãs Eudete e Eunice Araújo, mencionadas anteriormente. Elas recorreram ao Interventor para que providenciasse uma ocupação remunerada para as duas, a fim de amenizar a triste situação a qual se encontravam. Como forma de convencer o Governo, as missivistas exploraram valores de ordem moral, apelaram para a sensibilidade do interventor em compreender os esforços que faziam para manter a sobrevivência da família, sustentar o pai doente, a mãe com problemas visuais e a educação das irmãs menores.

Diziam possuir habilidades profissionais para exercerem os cargos que pediam, *“uma diplomada em dactylographia, outra com pratica de enfermeira com atestado medido”*. Ao declararem *“o nosso desejo não é emprego de posição”*, as missivistas

⁷ A importância de entender as relações sociais de agentes históricos de estratos econômicos e sociais mais baixos alavancou a realização de debates intelectuais acerca das problemáticas oriundas de explorar as perspectivas sociais de sujeitos que nem sempre deixaram registradas na história suas experiências. Hobsbawm (1998) apontou, por exemplo, questões conceituais e problemas práticos, levantando a questão de definir quem seriam as pessoas comuns. Outro problema de ordem técnica diz respeito à ausência de um corpo material pronto para descrever a história dos movimentos populares, possibilitando ao historiador o suscitar de necessária reflexão metodológica.

sugestionavam ao Governo que estavam escrevendo devido suas condições precárias de vida, sua realidade era de miséria, portanto, era condição primordial conseguirem o básico, a providência do Estado em oferecer o emprego de que precisavam, haja visto que elas possuíam qualidades profissionais para desempenharem as funções nos cargos que pleiteavam.

Nota-se que, ao final de sua narrativa, elas se declararam como "*humildes admiradoras*", se colocavam como duas mulheres que compartilhavam de ideias e valores que foram propagandeados pelo Governo, isto é, elas, de forma perspicaz, mostravam estar ao lado Governo. Como eleitoras, poderiam contribuir na candidatura dos políticos que o apoiavam.

Na carta das irmãs Eudete e Eunice Caúla de Araújo, na parte superior, estava em vermelho "*chamar*" e sublinhado também em vermelho a frase "*outra com pratica de enfermeira com atestado médico*", o que sinaliza para uma possível admissão de uma das irmãs para o exercício da profissão de enfermeira.

A abordagem sobre as cartas parte da contextualização do momento histórico oriundo das informações trazidas pelos sujeitos que as escreveram, por isso, em alguns momentos intercalei as problematizações resultantes da análise das correspondências com a própria composição dos missivistas, as quais destaquei em itálico e entre aspas quando essas constituem

citações curtas e ocorrem dentro do próprio texto de análise, esse procedimento metodológico é adotado a partir da missiva do Sr. Francisco Lemos.

A carta do Sr. Francisco Lemos, ex-servidor público, escrita em 19 de fevereiro de 1932, representa um exemplo de negociação com o Governo. O missivista recorreu a Magalhães Barata, para que esse interviesse com relação a seus vencimentos, pedindo-lhe que fizesse uma revisão de seus provimentos e posterior atualização dos mesmos. Como não obteve resposta do Governo em sua primeira carta, o missivista insistiu com uma segunda carta, o que demonstra o esforço empreendido para reaver algo que julgava por direito ser seu. Esse, antes de voltar "*a presença de VEcia*", buscou ajuda a quem poderia fornecer informações e instruí-lo sobre a responsabilidade do Estado quanto à regularização de seu dinheiro, depois de "*deveras consultas*" e "*tendo a certeza que a razão*" o assistia, perseverante, escreve novamente ao Interventor:

Com a devida venia, volto a presença de VEcia para dar o resultado do meu pedido feito a VEcia sobre a conferência de uma conta corrente, que me julgo prejudicado.[...] Bem sei que nenhum direito me assiste de pedir, não prestei serviços a revolução, na ocasião eu achava no Oyapock, no entanto fui sempre adepto da causa e não sou de última hora desde de 1925 quando gerente da Companhia Pontanary Ltda...prestei alguns pequeninos auxílios aos revolucionários prezos, de algum

modo amenizei os sofrimentos de muitos destes heróis, dei trabalho a muitos a alimentei gratuitamente aos que me procuraram em grande número e até contribuir para a fuga de diversos [...] apenas mostro a diferença os dias de ontem e de hoje; já pode amenizar os sofrimentos de muitos homens⁸.

O missivista respalda-se em outras situações politicamente vivenciadas, deixando entrever sutilezas para conquistar seus objetivos frente ao representante maior do Estado paraense. Nesse contexto, a carta tornou-se instrumento de luta na defesa dos interesses dos signatários. Elas trazem ambiências forjadoras de relações sociais. Um direito que é dele, o missivista, a partir de informações adquiridas em meio aos laços de sociabilidades vividas de seu universo cultural, escreveu mais uma vez ao Interventor para cobrar o pagamento que lhe é devido. Como força argumentativa de convencimento, o remetente destaca suas experiências passadas, aos episódios de contestação militar em Magalhães Barata fora envolvido, demonstrando sutilmente o quanto era simpático a mesma causa do interventor. Ao utilizar expressões como as realçadas nos excertos a seguir, "*amenizei os sofrimentos de **muitos destes***", "*alimentei gratuitamente aos que me procuraram em **grande número***", "*contribuir para fuga **de diversos***", o missivista procurou sinalizar ao governo sua importância e prestatividade, mesmo indiretamente, pois quando exercia a profissão de

gerente na empresa Pontanari, localizada no extremo norte do território do Amapá, pode ajudar os que estavam envolvidos na causa, especialmente, quando passavam por aperto, momento em que ofereceu trabalho, alimentou, facilitou a fuga, demonstrando, assim, o quanto sua participação foi engajada. Porém, num tempo presente, quando Magalhães Barata estava como Interventor, a realidade era outra, estava desempregado, por isso cobrava do governo a retribuição dos serviços prestados no passado.

As pessoas tinham como objetivo ser atendidas junto ao interventor em seus mais diversos pedidos, teceram seus textos sinalizando o quanto comungavam da política do Governo, mostravam ser "aliados", correligionários, apoiadores enfim simpáticos às reformas implementadas por Magalhães Barata. Os missivistas demonstravam que também lutaram contra as práticas dos "polítiques prepotentes" de outrora, e assim como ele, o Interventor, alinhavam-se "sempre com as ideias de combater as coisas do mal", nesse caso, os vícios políticos dos governos passados. Portanto, os missivistas diziam ser "*sempre adepito da causa*" de Magalhães Barata e afirmavam que "*não sou (eram) de última hora*".

A exemplo do que escreveu o senhor Francisco Lemos, a existência de negociação entre o Interventor e o signatário sinaliza uma prática cotidiana que amarrava a conquista de objetivos. Quando o Governo propõe "restaurar" e "sanear" o aparelho

⁸ Fundo: Gabinete do Interventor. Série: cartas, caixa 03. Arquivo Público do Pará.

administrativo do Estado, os paraenses se apropriaram de tal discurso a fim de serem agraciados também em seu interesse particular. O enredo das cartas é, decerto modo, um exercício político de enunciações para convencer o governo a fazer com que seus interesses sejam atendidos. Por exemplo, E. Thompson (1998, p. 38) quando analisou a condição de dependência das classes médias na sociedade inglesa do século XVIII acrescentou que “um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa”.

Assim, é preciso considerar que, envolvidos numa teia de complexas relações de poder e enfrentamentos sociopolíticos, sujeitos oriundos de variados segmentos sociais e governo transformaram o espaço paraense em arena de permanentes lutas culturais, “onde não se obtêm vitórias definitivas, mas onde há sempre posições estratégicas a serem conquistadas ou perdidas” (Hall In: Hall, 2003, p. 255). E, aproveitando-se das táticas que lhes eram possíveis, negociaram interesses e perspectivas de uma vida melhor, isto é, nas brechas do discurso do governo, as pessoas faziam sua própria reelaboração e tentavam fazer valer seus direitos sejam elas conscientes ou não de cidadania.

Um exemplo é o da descrição da Sra. Maria Miquelina de Melo, mulher que assumia a responsabilidade de chefe da família, convivendo com a deficiência visual do marido, ela trabalhava havia dois anos

para sustentar a família a fim de evitar que passassem necessidades, porém a situação socioeconômica da missivista ficou ainda mais delicada, visto morarem em casa alugada e terem sido surpreendidos com a intimação do proprietário da residência que a obrigava ao “pagamento dos fôros do terreno ou despejo imediato, [...] veja V.Excia., em que situação nos encontramos sem pão e sem abrigo”⁹. Apelando para a valorização da família, a petionária recorreu ao interventor, pedindo-lhe uma pensão para que pudesse viver com dignidade.

Essas experiências socioculturais diferenciadas trazidas nas narrativas das cartas levam a crer que a popularidade de Magalhães Barata se dava “como uma via de mão dupla, pavimentada e apropriada de diferentes maneiras de acordo com os diversos interesses em jogo” (COSTA; SILVA apud FERREIRA, 2001, p.228), apresentando-se no ir e vir entre o Governo e os sujeitos que dialogaram com ele. Existia uma reciprocidade, as pessoas escreviam em busca de soluções para suas necessidades imediatas, enquanto o governo buscava legitimar os ideais “revolucionários”, a implementação de uma suposta “moralidade” política, ao esforço empreendido por esta Intervenção para a construção de sua memória no sentido que o Estado estava sendo encaminhado para outro rumo, a um “Pará Novo” no discurso do governo.

Certamente esse procedimento fazia parte de uma estratégia maior para a ampliação das bases de

⁹ Arquivo Público do Pará, Fundo Gabinete do Interventor, Série Carta. Caixa 03.

sustentação do Governo, ao transformar promessas e expectativas em procedimentos legais, a partir da abertura institucional para os pedidos, queixas e denúncias via carta ou audiências públicas.

Seguindo perspectivas dessa corrente historiográfica, ao estabelecer a aproximação com homens e mulheres de distintos rostos, traços e formações culturais é percebê-los, não como *massa de manobra*¹⁰, mas como sujeitos históricos ativos no processo de luta por seus direitos e sobrevivências, o olhar amplia-se para ver o palco das vivências históricas produzidas pelas relações entre os paraenses e o Interventor como multifacetadas, dinâmicas e carregadas de tensões, disputas e relações de poder, em que os homens se organizam e agem de acordo com as suas referências culturais, na reafirmação de velhos e na construção de novos símbolos sociais. A cultura não é autônoma quanto às relações sociais, não é um objeto opaco, com vida própria, uma e outra são entendidas concomitantemente, por estarem estreitamente vinculadas nessas experiências¹¹ vividas.

Em uma visão preliminar sobre as correspondências, indagava-se constantemente por que diversos problemas eram levados diretamente ao interventor, em questões que não cabiam à responsabilidade dele, por serem problemas que eram da alçada de outros órgãos competentes como as prefeituras, a área poder judiciário ou mesmo da polícia. Pedidos, como a isenção de pagamento de imposto

predial, emprego, moradia, vaga na escola, permissão para continuar morando na casa que ainda estava em construção, resolução nos conflitos conjugais, denúncia contra o merceiro que roubava na balança quando da venda de produtos, eram levados pelos missivistas a Magalhães Barata.

A *priori*, as indagações que orientaram esta pesquisa eram as mais variadas: Quais as atribuições de um interventor? O que ocorreu? Uma lei? Um decreto delegando a ele poderes de uma administração centralizadora? Os poderes políticos atribuídos a um interventor delegavam ingerência na justiça, na administração dos municípios, na polícia?

Certamente, o período vivido era de exceção, a representatividade do poder legislativo estava temporariamente suspensa, a política se fazia a partir das articulações engendradas entre o interventor, o grupo político que o apoiava e os possíveis alinhamentos estabelecidos a nível nacional com as orientações de Getúlio Vargas.

Quando Magalhães Barata e seus aliados pretenderam impor a elaboração de uma nova memória, os paraenses se apropriaram de seu discurso a fim de conquistar direitos que, durante muitos anos, ficaram sob o jugo de outros critérios. O discurso que sinalizava identificações com o interventor, oferecendo-lhe apoio, no sentido de fazer cumprir a justiça social, respaldou e reforçou o envio de cartas e seus argumentos, pressionando o governo a assumir a sua função social e cumprir o

¹⁰ Jorge Ferreira, ao analisar variadas correspondências que uma ampla parcela da população brasileira endereçava ao então presidente da República Getúlio Vargas, sinaliza para outro aspecto da ação dos trabalhadores na Era Vargas. O autor defende a ideia de que os trabalhadores não repetiam mimética e mecanicamente o discurso dominante da prática política de Vargas, pelo contrário, repensavam, reformulavam e filtravam esse discurso reutilizando-o em proveito próprio. Cf. Ferreira, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

¹¹ Por meio da experiência humana, E. P. Thompson (1981) argumenta que homens e mulheres experimentam situações e relações produtivas determinadas dentro de uma lógica que envolve necessidades, interesses e antagonismos, ao perceberem essa experiência em sua consciência e cultura, agem, por sua vez, sobre a condição estabelecida, criando nesse sentido seus mecanismos de luta e resistência. (Cf. THOMPSON, 1981, p. 182).

prometido. Muitas cartas apresentavam denúncias, seja contra as instituições do governo, seja contra pessoas com as quais compartilhavam sociabilidades cotidianas. Denunciava-se o vizinho por ter invadido o terreno, o agente de polícia, isto é, o servidor público por ter se apropriado do terreno. O outro funcionário público por construir uma barragem, o marido que abandonou a esposa, pedia-se assistência judiciária. As mulheres que escreviam para o interventor eram mães, geralmente viúvas, solicitando amparo para sustentar sua família. Essas pessoas, de certa forma, demonstraram, ao seu modo, através da escrita, um exercício de política, quando buscavam a efetivação seus direitos. O uso desse meio antigo de comunicação teve uma dimensão pública e foi inserido como estratégia de poder por parte do governo, porém este também ganhou amplitude e significado político para essas pessoas.

O rumo das cartas

Além das correspondências, outras fontes foram problematizadas neste trabalho. Citando o historiador inglês Thompson (1987, p. 16) “[...] cada fonte me levava a outra; mas também cada problema levou-se a outro”, é possível dizer que cada carta conduzia ao encontro de outros documentos. Uma das ações que a pesquisa histórica impõe ao historiador é o cruzamento de fontes, nesse sentido deu-se a necessidade de acompanhar a trajetória que esse *corpus* documental percorria. Ao dar publicidade nos jornais diários à

realização de audiências públicas e o encaminhamento de cartas-petição, as reflexões buscavam compreender como era a relação do Governo com a imprensa, como os jornais noticiavam o encaminhamento dado pelo poder público às missivas, quais as consequências da publicidade dessas cartas e de que forma esses jornais colaboraram na construção da imagem do Governo.

Percebeu-se também que algumas correspondências seguiam muitos trâmites. Integrados ao universo das cartas estavam os ofícios conforme a natureza das solicitações, essas podiam ser encaminhadas aos diretores das secretarias, os quais eram os responsáveis em dar uma possível solução às solicitações descritas nas cartas. Os ofícios demonstravam os desdobramentos que uma missiva poderia ter dentro das instituições públicas, bem como revelar o posicionamento do Governo diante dos pedidos e reivindicações.

Analisou-se ainda outras fontes como os relatórios policiais, os quais foram importantes, uma vez que representavam o encaminhamento por parte do Governo às “cartas-denúncias” que chegavam ao gabinete do interventor. Viu-se então que o cruzamento das correspondências com os relatórios de investigação policial apresentavam-se como um rico exercício de recomposição da experiência popular em momentos de tensões e conflitos vivenciados com seus pares, vizinhos e servidores públicos e, ao mesmo tempo, esses documentos permitiram perceber as

reações do governo frente aos problemas apresentados nas mais diversas circunstâncias vividas e descritas pelos missivistas.

Essas missivas constituem-se como *corpus* documental, reúnem indícios que evidenciam como os sujeitos enfrentavam problemas tão comuns vividos na cidade, como, por exemplo, o desemprego, a falta de vagas nas escolas para os filhos, a ausência de política pública para a moradia, o direito à posse da terra. As cartas apresentam também situações de conflitos ocorridos entre pessoas com as quais compartilhavam sociabilidades cotidianas. Ao solicitarem, reivindicarem, denunciarem determinadas situações, as pessoas deixavam registrado seu modo de vida, suas vivências cotidianas e experiências individuais concretas que definiam e revelavam suas identidades culturais.

As audiências públicas e as cartas-petições

Os requerentes tinham dois caminhos oficiais para a comunicação com o Governo. O primeiro era a produção de um pequeno texto, uma espécie de bilhete em que pediam uma Audiência Pública com o interventor, as audiências representavam uma oportunidade de ficar frente a frente com o Governo para exprimir situações e necessidades, como pedir emprego, denunciar ou até receber ajuda pecuniária. O outro caminho era a produção de cartas-petição, e, por escrito, os remetentes narravam a

situação em que se encontravam e os motivos que os levaram a escrever.

Através dessas duas vias oficiais, a realização de Audiências Públicas e das cartas-petições, a Interventoria estabeleceu canais de aproximação que permitiam o contato entre o interventor e os mais diversos sujeitos sociais. O contato pessoal e direto, estabelecido por esses canais de mediação, personificava o Estado na imagem do interventor Magalhães Barata, em que se realçou a figura dele como o político capaz de dar soluções aos problemas sociais daqueles que se chegavam até ele. O hábito de atender pessoalmente os indivíduos que o procuravam, através de Audiências Públicas, desvencilhava-o das formas estabelecidas anteriormente na relação entre Estado e sociedade, o que demonstrava estratégias políticas engendradas pelo grupo que assumiu o poder em 1930, possibilitando assim a consolidação da imagem popular do interventor, ao mesmo tempo em que legitimava as ações de seu governo e permanência política futura.

Audiências Públicas eram realizadas em dois espaços, no gabinete e na residência do interventor. Para se conseguir uma Audiência Pública, o pedido deveria ser por escrito, as pessoas descreviam em poucas linhas o desejo de falar pessoalmente com Magalhães Barata, assim podiam exprimir as razões que levaram a procurá-lo.

É difícil precisar o número exato de missivas endereçadas a Magalhães Barata. Ao longo desses quase dois

anos de pesquisa, no exercício de ir e vir, revisitando a documentação, percebeu-se que tanto as cartas localizadas no Arquivo Público quanto as publicadas nos periódicos, A Folha do Norte, O Imparcial e O Estado do Pará, que sinalizam para um numeroso volume de correspondências. Por exemplo, a nota do jornal O Estado do Pará¹² noticiando a movimentação de pessoas em audiência pública, esse informava que existiam cerca de 500 pessoas no Palácio à espera do interventor. Portanto, é provável que tenha havido um número bem maior de missivas disponibilizadas além das caixas específicas do Arquivo Público do Pará¹³.

Em fase inicial, na construção da pesquisa, esses documentos estavam dispostos em duas caixas, havendo uma divisão interna em pastas correspondentes aos meses e anos das cartas. Na primeira caixa, havia a nomenclatura indicativa dos anos de 1930 a 1935, nessa, estavam incluídas no máximo cinco cartas referentes ao ano de 1935 e quatro correspondências do período da segunda Interventoria, ano de 1944. A segunda caixa continha correspondências do ano de 1934. Nessa primeira fase, foram contabilizadas aproximadamente 700 cartas, de acordo com a capacidade suportada pelo recipiente das duas caixas-arquivo da instituição.

De volta ao Arquivo Público, dando prosseguimento da pesquisa, ficou a impressão de que as cartas se multiplicaram, elas transbordavam pelas caixas. Nesse momento, teve-se

a certeza de que o volume da documentação ultrapassava a estimativa anterior, ao final dessa segunda fase foram fotografadas 950 cartas.

Algumas cartas estavam em precárias condições, deterioradas e corroídas, infelizmente, não puderam ser fotografadas. Outra dificuldade encontrada para a composição da atual estimativa das correspondências esteve relacionada à caligrafia dos missivistas, assim, as cartas, cuja escrita impossibilitava a decodificação do conteúdo, foram igualmente excluídas. Por conta desses fatores adversos vividos como historiadora, na relação da pesquisa com o documento e a natureza própria que o documento impõe, só sobraram 837 cartas.

As cartas restantes foram classificadas conforme as temáticas abordadas em seus conteúdos. Com base na Figura 1, é possível entrever as principais solicitações dos petionários. Também é possível perceber que o volume de missivas nos anos de 1933 e 1934 é consideravelmente maior, certamente essa evidência conduziu a duas reflexões, deduzir que a preservação e conservação das cartas nesse período se mantiveram intactas ou inferir acerca de questões peculiares ao momento histórico vivido. O ano de 1933 era o momento em que se vivia a reorganização político-partidária tanto da base do governista quanto da parte oposicionista, época em que se definiam os representantes do partido político para futuras eleições, período

¹² Jornal O Estado do Pará, 21 de março de 1934. Nota sob o título, As audiências públicas do senhor Interventor federal no palácio do governo.

¹³ A nova nomenclatura dada pelo Arquivo Público do Pará para as cartas referentes à primeira Interventoria quando do retorno às fontes também mostrou uma quantidade maior de cartas, se, anteriormente, na fase de elaboração da proposta desta pesquisa eram duas caixas que alocavam as cartas, no desenvolvimento da produção do trabalho, foram encontradas "novas" cartas que foram distribuídas em outras três caixas.

decisivo para a sedimentação para manutenção deles no poder.

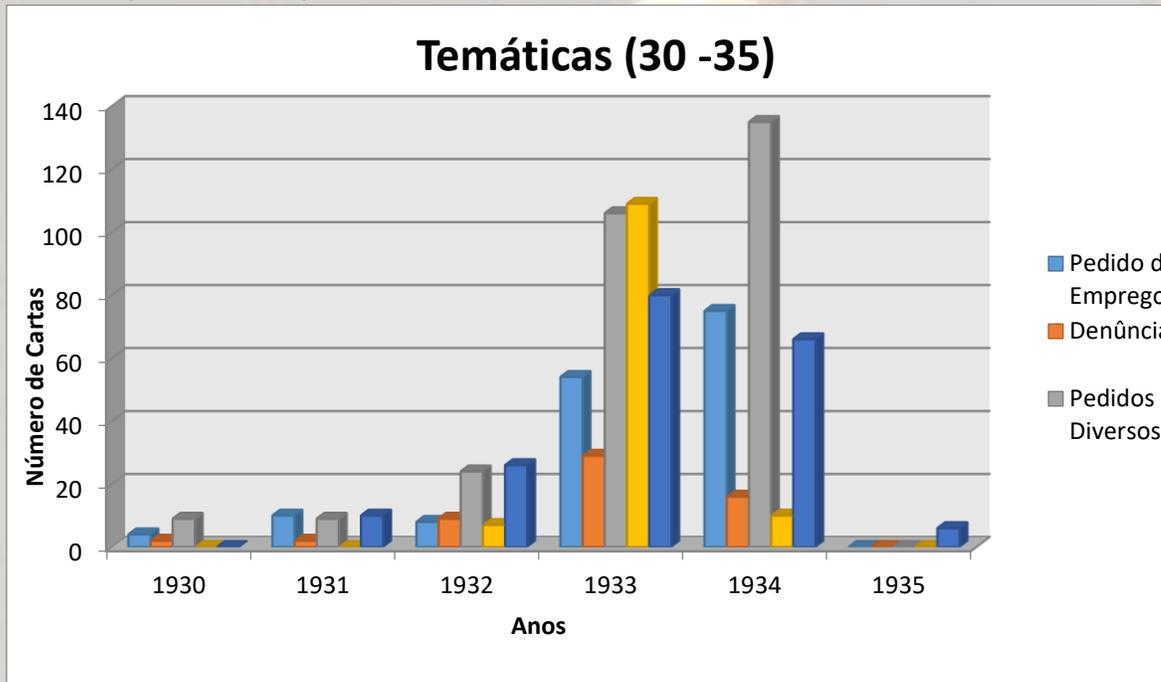


Figura 1: Distribuição por categoria das cartas endereçadas a Magalhães Barata entre os anos de 1930 a 1935

É importante destacar que a Intervenção Estadual começou quase no final da primeira quinzena do mês de novembro de 1930. É natural que o número de cartas nesse período se apresente menor se comparado com os anos de 1931, 1932, 1933 e 1934. Outro dado importante se refere ao ano de 1935, que corresponde ao período de crise política que culminaria na substituição do interventor Magalhães Barata por outro interventor, José Carneiro Malcher, justificando o baixo volume de cartas a Magalhães Barata.

A categoria temática “Pedidos Diversos”, na Figura 1, se apresenta com destaque por ter uma gama

variada de solicitações constantes, sem ser, contudo, numerosa, por isso, foi conveniente agrupá-la em uma única categoria. Os pedidos de passagem, de pagamento de salários atrasados, vagas nas escolas, isenção de taxas escolares, isenção de imposto predial, pensão para os filhos, apesar de se apresentarem em número menor, se comparados às demais temáticas (emprego, audiências e denúncias), foram constantes, porém em pequeno número. Foram incluídas, ainda, nessa mesma categoria, pedidos exclusivos e até inusitados, isto é, pedidos registrados na contabilidade do montante de cartas uma única vez, como, por exemplo, pedido de

brinquedo (boneca), instalação de água na residência, isenção da taxa de água, permissão para fazer segunda chamada de prova na escola, permissão para morar na casa que o solicitante construiu, saber notícias de um parente em outro estado, pedido para o interventor comprar uma máquina de costura. Outras cartas requeriam terreno, casas ou ajuda financeira para construir suas casas, aposentadoria, liberdade condicional para parentes que se encontravam no presídio São José, busca por parentes que moravam fora ou mesmo no próprio estado do Pará, a natureza de pedidos como esses chegam a quase uma dezena de cartas.

Vale ressaltar ainda que o gráfico da Figura 1 mostra que a categoria de Pedidos Diversos se manteve constante nos três primeiros anos (1930, 1931 e 1932) e teve um salto considerável nos dois anos subsequentes (1933 e 1934). Esses representam o montante na variedade da natureza e características particulares de cada pedido. Para o ano de 1934, por exemplo, em que houve o registro elevado dessa categoria, possivelmente, sinalizando para o desdobramento via gabinete do interventor no momento em que se alinhavava a escolha do representante ao governo paraense de acordo com a constituição elaborada naquele ano. É possível também perceber o aumento que houve de solicitações de emprego no serviço público no mesmo período de eleição.

As cartas-petições foram tão utilizadas quanto as Audiências

Públicas, que tinham o mesmo objetivo, isto é, buscar soluções, reclamar, denunciar algo ao governo. Na petição, o indivíduo deveria descrever toda a situação, argumentar e explicar os motivos que o levou a requerer providência do Governo. Porém, essa maneira exigia como condição básica, o domínio da escrita, ou seja, que, no mínimo, a pessoa que utilizasse esse recurso fosse alfabetizada. Muito embora isso não significasse um impedimento de fato, pois, algumas pessoas procuravam outros caminhos, como a colaboração de um vizinho, um parente, um conhecido, ou seja, alguém que sabia escrever era útil para aqueles que não dominavam a escrita.

Dessa forma, procedeu a Sra. Lili Branco, quando escreveu para pedir que o Governo liberasse o dinheiro, que estava retido nos cofres públicos ou, a Sra. Delfina de Souza Pinheiro, que era "*uma pobre velhinha*", muito necessitada, que precisava da pecúnia do filho já falecido, um ex-servidor público que trabalhou como servente no Teatro da Paz. Quando não havia alguém que pudesse fazer essa ponte de comunicação, as pessoas tinham como outra opção a comunicação verbal, via Audiência Pública. O Sr. Francisco Campos, ao justificar o motivo que o levava ao pedido de audiência, demonstrou que tinha dificuldade de exprimir sua situação por meio da escrita, nesse caso, expô-la oralmente representava a única opção.

As missivas apresentam experiências urbanas e rurais

diferenciadas que estão ligadas às identidades socioculturais de quem escreve, tais como o grau de escolaridade, o nível social e a vivência cotidiana, evidenciando assim a trama da história da cidade e também de áreas rurais, destacando as teias entrelaçadas de culturas plurais. Por meio da escrita, as pessoas procuravam construir argumentos e estratégias para que o Governo solucionasse seus pedidos.

Desse modo, os sujeitos deixaram registradas suas experiências numa realidade que se constituiu no discurso político “moralizador” e “saneador” das estruturas institucionais do Estado Paraense no período do Governo Intervencionista, legitimou e oficializou a produção e o envio de cartas para seu gabinete. Empresários, pobres viúvas, operários, donas de casas, desempregados, funcionários públicos, açougueiros, serventes, motoristas, professoras, estudantes, agricultores e ribeirinhos, deixaram registrados indícios e rastros de seu cotidiano.

A dinâmica e os desdobramentos das Audiências Públicas

As audiências públicas inicialmente preenchiam a agenda do Interventor durante três dias na semana, funcionando às terças-feiras, quintas-feiras e aos sábados, de 8:00 às 11:00 horas. A partir de janeiro de 1931, o Governo dobrou a atenção nos procedimentos da realização das audiências, reservando os dias de segunda-feira, quarta-feira e sábado, para os pedidos por escrito de

audiência e os dias de terça e sexta-feira, para receber de maneira aleatória, independente da solicitação por escrito, as pessoas que o procuravam no Palácio.

A expansão desse atendimento revelava os mais variados problemas sociais enfrentados pelos paraenses em seu cotidiano, além de apontar para a pretensão governamental em construir uma cultura política em que a produção epistolar em certo sentido foi uma prática original de estratégia de poder em que estavam imbricados o interventor, os políticos que o regime apoiava e a população. Dessa forma, se elaborava a aparente imagem de um governo justo, proveniente de um Estado de direito, “preocupado” com as necessidades e mazelas dos variados setores sociais, forjando a atuação de um governo isento e neutro diante do processo que exigia dele decisões e soluções na intermediação dos conflitos e tensões que chegavam ao gabinete.

O espaço para realização da audiência era o gabinete do Palácio do Governo e também a residência do interventor, algumas pessoas solicitavam serem recebidas na residência de Magalhães Barata. Por exemplo, o Sr. João Carlos quando pediu “uma audiência, em palácio, ou sua residência” ou a Sra. Maria José Machado, “Venho respeitosamente, solicitar de V.Excia, uma audiência, pedindo, outrossim, que, V. Excia., atenda a requerente em sua casa de residência” e ainda a Sra. Julieta de Vasconcellos Corrêa que “vem respeitosamente solicitar á V. Ex^a.,

desejando uma audiência em vossa residência”.

As audiências em residências eram concedidas para pessoas dos vínculos sociais do Interventor, mas também eram concedidas para outros sujeitos, desde que fossem marcadas com antecedência pelo assistente militar. Com isso, a gestão de Barata objetivava “criar condições” administrativas para que pudesse contrastar o novo governo com as ações dos políticos que o antecederam. Em seus discursos, Magalhães Barata responsabilizava os governos anteriores pela situação de abandono em que se encontravam as pessoas pobres. Aparentemente, atender as pessoas, independente da sua condição social, na residência, demonstrava que a Intervenção era uma gestão “diferenciada”, o que sinalizava para as articulações constituídas na construção de um governante que se “apresentava sensível” e presente às necessidades de cada indivíduo.

De outro modo, a disponibilidade em marcar audiência na residência do interventor demonstrava também a identificação de uma cultura política brasileira tão comum em estabelecer a extensão da política pública para a vida privada, ou mesmo de misturar as duas coisas. Esse comportamento fazia parte das tramas engendradas pelo grupo político que conduzia o Governo de Intervenção, para estabelecer acordos e alianças num momento decisivo e delicado de disputas políticas vivenciado pelo governo de transição.

Além de ocorrerem na residência, as audiências podiam ser de caráter particular. Algumas pessoas requisitavam esse segundo tipo, apontando para a sinalização da segurança de quem solicita ao explicitar uma situação “delicada”, assim, a audiência teria que ser sigilosa, um assunto para o interventor somente. A audiência particular pode ter sido uma subdivisão das Audiências, essas geralmente lotadas, rápidas e, em certo sentido, constrangedoras para quem expunha sua vida particular. O Sr. Raymundo Bruno Vergolino requisitou dessa forma esse pedido especial “*Solicito a V.Excia uma audiência pessoal*”; a Sra. Maria Faustina também requisitou o uso dela, “*Venho pedir a V. Ex. a graça de uma audiência particular*”, tantos outros destacavam em seus bilhetes esse pedido específico.

Expor publicamente, em Audiências Públicas, perante o chefe do Estado e servidores públicos, assuntos que envolviam terceiros, conflitos, tensões entre pessoas do convívio cotidiano, talvez trouxesse consequências negativas, particularmente, se as sociabilidades envolvidas apontassem para a denúncia do vizinho, do patrão e de servidores públicos. Assim, era razoável a cautela da parte de quem a requereu. Talvez, por esse motivo, o Sr. Pedro Ribeiro de Souza, ao pedir Audiência, reiterou para que a mesma fosse reservada:

Pará 07 de agosto de 1933
Exmo Sr. Major M. Barata muito digno Interventor deste

Venho muito respeitosamente pedir a V.Excia. uma conferencia reservada ao fim desta sobre um filho que foi dispensado de uma mercearia onde era empregado a 8 mezes para butar outro no lugar sem motivo justificado explicar como é tratado os empregados nos nossos subúrbios e outras coisas que vende nos estabelecimentos cladestinamente nada mais. Sou de V.Excia.Criado e obrigado. Pedro Ribeiro de Souza¹⁴.

O pedido de audiência do Sr. Pedro Souza se comparava ao de outros poucos solicitantes, uma vez que, geralmente, os bilhetes e cartas que requeriam audiências apresentavam uma composição curta, no máximo um parágrafo completo, entre quatro a seis linhas. Mas, diferia dos demais na forma de solicitar a audiência, pois, aproveitou para relatar o fato que o levou ao pedido da mesma, em suas palavras, "uma conferencia reservada". Nota-se a ansiedade do pai em querer antecipar o quealaria quando estivesse pessoalmente com o interventor, afinal, se tratava de um assunto causador de apreensão e perturbação a um chefe de família, o desemprego, visto que levaria ao desequilíbrio da manutenção e sobrevivência familiar dele.

O relato do Sr. Pedro Souza tanto revela o ressentimento de um pai ao ver o filho ser injustamente dispensado da mercearia em que trabalhava há oito meses, como também mostra a reação do genitor diante da questão. O Sr. Pedro Souza realizou uma espécie de "vingança"

para com o ex-patrão do filho, quando o denunciou ao Governo como um chefe imprudente que, inesperadamente, sem motivo justificado, despediu o rapaz e, também, como um comerciante desonesto, sonegador de impostos, uma vez que vendia produtos clandestinamente.

Outro caso é o da Sra. Henriqueta Maria das Neves, que, com o fim de denunciar um ex-servidor público, escreveu ao interventor também pedindo uma audiência particular "Tendo necessidade de falar com V.Excia. sobre assumpto que prende ao facto do Snr. Erudino Doris ex comissário do Outeiro ter infamado publicamente minhas filhas, venho pedir a V. Excia. a graça de uma audiência particular."

A razão que levou a Sra. Henriqueta das Neves a sair de sua casa para pedir uma audiência e falar da situação pessoalmente ao interventor foi o desrespeito do ex-comissário do distrito de Outeiro, uma área pertence à cidade de Belém, que difamou moralmente suas filhas, ou seja, a violação dos valores morais e familiares por parte de um ex-policial, o que para ela era motivo suficiente para que o Governo fosse conhecedor do assunto. O interessante é que o Sr. Erundino Doris já estava desligado do quadro do funcionalismo público, no entanto, a Sra. Henriqueta Neves, quando da denúncia, fez questão de identificá-lo como ex-comissário, qualificando sua função, cargo que deveria ter como finalidade resguardar o bem da coletividade, o que não

¹⁴ Gabinete do Interventor, Série Cartas, Período 1933 (junho/agosto) 03B.

aconteceu, provocando a indignação da denunciante. Em situações de denúncia, sobretudo contra servidores e ou ex-servidores, previa-se certa precaução, talvez, por isso, a Sra. Henriqueta Neves precisasse buscar uma audiência particular.

Audiências particulares também poderiam sinalizar para um espaço possível, constituinte de configurações plurais de negociações políticas, reservado, para a realização de rearranjos e alinhamentos de novos ou velhos acordos, local ainda de construção de alianças. Um exemplo é o da Sra. Ester Nunes Bibas que *"Necessitando falar a V.Ex^a. assumpto que não pode ser tratado em audiência pública peço queira conceder-me uns minutos de atenção, em palácio ou em sua residência"*. Ela era uma das componentes responsáveis pela associação que reivindicava os direitos políticos da mulher paraense, é provável que por meio desse mecanismo de comunicação, de escrever pedindo uma audiência particular, a Sra. Ester Bibas fosse mencionar propostas de cunho político.

Para outros, era talvez a possibilidade de concessão de um favor advindo do poder público, representava mais um instrumento de consolidação política elaborado por aquela administração, uma forma de garantir a liderança do poder estadual e dos políticos que participavam dela, como o próprio Magalhães Barata, Abel, Eduardo, Mario e Guilherme Chermont, todos integrantes da família Chermont, Aberlado Condurú, major

Fenelon Perdigão, Alberto Engenhard e Clementino Lisboa.

Portanto, os requerentes procuravam uma audiência, pública ou particular, para pedir emprego, para denunciar um funcionário público, um ex-policial, delatar um ex-patrão, tratar de assuntos políticos, pedir passagens de navios ou de transporte ferroviário. Os operários da fábrica de calçados Boa Fama representam um dos exemplos desse universo social, em que o interventor se apresentara como mediador nas relações trabalhistas entre os operários e a instituição destinada a representá-los.

Fundada pelo italiano Nicola Conte em 1912, a sapataria Boa Fama era uma fábrica de calçados, de porte comercial competitivo, instalada em Belém, tinha várias filiais na cidade, seus calçados chegaram a concorrer com a produção da região sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, de acordo com Rosana Sousa (2009, p. 56), a empresa "em 1925 chegou a exportar calçado para alguns países da América do Sul", o que fazia dela uma empresa importante para a região, empregava uma quantidade considerável de mão de obra.

Diferente dos pedidos individuais de Audiência, nessa correspondência, a situação é outra, houve a mobilização coletiva de uma categoria específica, os trabalhadores da sapataria Boa Fama requeriam direitos no sentido de fazer com que Magalhães Barata ouvisse e acatasse a opinião deles sobre a nova organização da associação, destinada a beneficiá-los. Trata-se de uma situação

vivenciada dentro de uma instituição criada para servi-los, o que levou esses homens a almejamem que suas opiniões fossem aceitas pelo Governo, justificando assim, a necessidade da audiência.

[...]Os abaixo assignados empregados e operários syndicalizados da "Fábrica de Calçados Boá-Fama", vêm mui respeitosamente solicitar a V. Exc.^a que se digne conceder-lhes uma audiência, a fim de ouvirem e acatarem a vossa opinião sobre a reorganização da Sociedade Beneficiente dos Operários e Empregados da Bôa-Fama. Confiado no alto espírito de bevolencia de V.Exc.^a Subscrevemos-nos
Antonio Manoel Moraes
Menelau Lobato de Miranda
Manoel João Magalhães
Francisco Addario¹⁵.

A mobilização dos funcionários da empresa demonstra que eles viam na reorganização da sociedade um momento propício para os ajustes e correções necessárias a fim de melhorar situações concretas em benefício da categoria. Requerer coletivamente uma audiência com o interventor sinalizava para o grau de insatisfação dos funcionários na busca de uma solução para essas questões, ao mesmo tempo que chamava a atenção ao exigir melhor empenho do Governo. O que demonstra que as Audiências Públicas também sinalizaram para a movimentação de categorias de trabalhadores a exemplo dos operários da fábrica de calçados.

Audiências Públicas, audiências na residência, audiências particulares,

conferências, são circunstâncias que revelam a imagem de um governo tão próximo, tão íntimo, tão disposto a querer ouvir e atender os pedidos e as queixas dos moradores desta terra paraora. *Que projeto de governo estava inserido em tal ação? Quais eram suas estratégias?*

O Governo, por meio da imprensa, advertiu os missivistas para que endereçassem seus pedidos diretamente ao gabinete. O jornal Folha do Norte publicava o aviso:

"O Sr. Dr. Interventor não mais despachará desta data em diante os requerimentos que lhe chegarem as mãos sem ser por intermédio do protocolo do gabinete. Desse modo é inútil insistirem em dirigir-se diretamente a V excia., pois ficarão sem a solução que pleiteiam dos seus interesses"¹⁶.

Essa documentação sugere o interesse da Interventoria em centralizar e atrelar suas ações no processo de organização das demandas dos pedidos de audiência e cartas. O crescimento dessa dinâmica foi aproveitado, estrategicamente, por Magalhães Barata. A preocupação do Governo em dar conta da grande demanda de cartas que recebia sinaliza para o grau de importância que a administração governamental deu para tal ação, uma ação ardilosa e articulada para destacar a imagem do interventor federal, associando-o a um governante justo e sensível ao anseio de sua população, e, a uma administração capacitada na providência dos pedidos e nas

¹⁵ Fundo: Gabinete do Interventor, Série: Cartas, período: junho/agosto, 1933.Caixa: 3B. Arquivo Público do Pará.

¹⁶ Folha do Norte, 16 de junho de 1931.

resoluções das queixas e denúncias trazidas pelos missivistas.

Aos funcionários do gabinete cabia a organização por toda a correspondência endereçada a Magalhães Barata, fosse no aviamento dos pedidos de Audiências, fosse no encaminhamento das cartas-petições aos setores administrativos responsáveis.

Percebe-se também que havia o consenso entre as esferas do poder Estadual e Municipal para que as providências das petições e os pedidos de Audiências fossem concretizados no gabinete, vale ressaltar que as possíveis soluções vinham dos diretores das secretárias administrativas ou das prefeituras, porém a palavra final do resultado das missivas era dada pelo interventor, sinalizando a construção de uma política centralizadora, que visava à personificação da administração intervencionista estadual em Magalhães Barata, especialmente na relação entre o interventor e os sujeitos que o procuravam.

Segundo Márcia D'Alessio (2002), os anos de 1930 representam uma proposta de projeto político que visava à recriação do Estado-nação brasileiro, partindo da concepção de unificação do país. Os interventores, nesse sentido, seriam os responsáveis

na contribuição para a realização dessa proposta maior de centralização política. Articulados ao governo central, esses faziam convergir para si a administração política em nível estadual, objetivando a uniformização de um projeto político nacional. Para a autora, a criação das Interventorias foi a possibilidade da construção de um novo Estado-nação dentro "de uma visão totalizante de sociedade" (D'ALESSIO, In: SEIXAS; BRESCIANI; BREPOHL, 2002, p. 165).

Ao receber as correspondências, os funcionários do gabinete faziam uma triagem das cartas, separavam o que era pedido de Audiência e o que era petição. Cabia ao assistente militar do governo, Ismaelino de Castro previamente marcar e encaminhar quais Audiências seriam no Palácio, na residência ou particular. Era importante escrever o endereço nas cartas, quando o objetivo era falar pessoalmente com o interventor. Caso o requerente fosse agraciado para uma audiência, era enviada para sua residência um cartão com a logomarca do Governo e a assinatura do Chefe do Gabinete (Figura 2), que continha a data, a hora e o local em que aconteceria o encontro com o representante máximo do Governo do Pará.

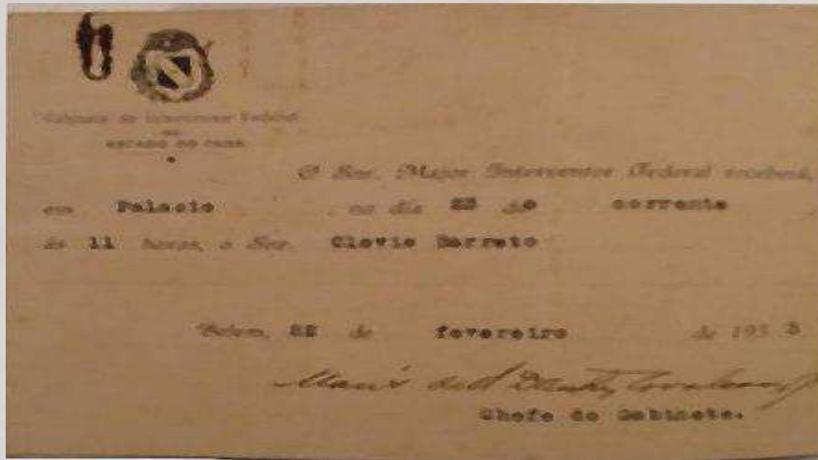
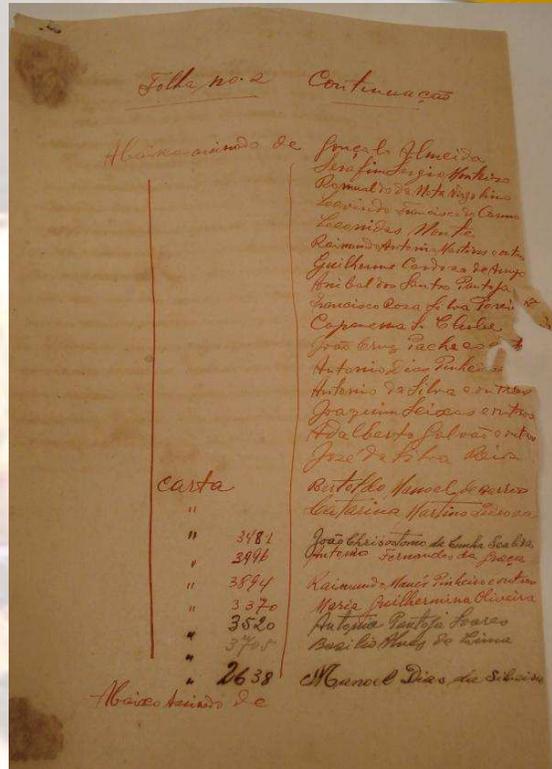
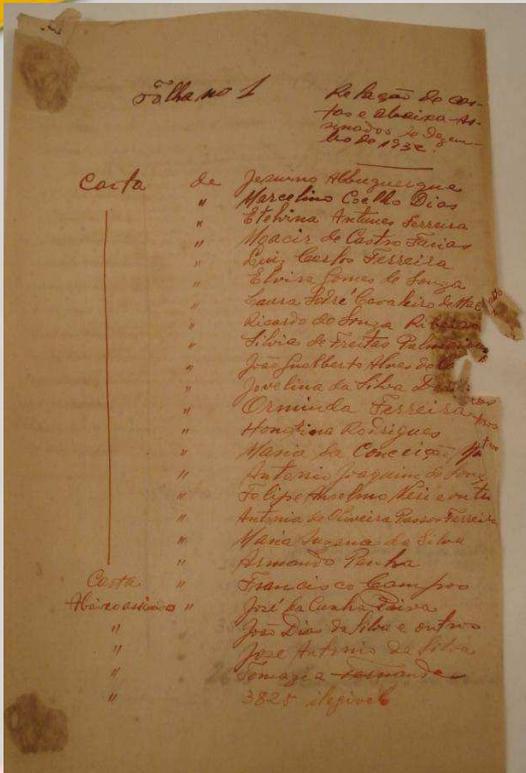


Figura 2- Cartão de concessão para Audiência Pública.

Fonte: Arquivo Público do Para: Fundo Gabinete do Interventor. Série Cartas, Caixa: 03. Período, 1933.

Administrativamente, os funcionários do gabinete organizavam e contabilizavam as correspondências, listavam e registravam conforme as demandas do mês, especificando os que haviam procurado por meio de

carta-petição, abaixoassinados e pedido de audiências. Pode-se observar essa dinâmica no documento representado nas Figura 3 (a, b), datados do ano 1932.



(a)

(b)

Figura 3: Relação de Cartas: (a) relação de cartas, (b) relação de cartas abaixo-assinados. Fonte: Arquivo Público do Pará, Série: Cartas, Caixa: 03, Período: 1930, 1931 e 1932.

Octavio Meira, antes de se tornar promotor público e, posteriormente, presidente do partido Liberal, partido que reuniu as bases de apoio ao Interventor Magalhães Barata, em depoimento autobiográfico, relatou sua experiência ao passar por uma Audiência Pública:

[...] sentindo-me sem emprego, com o casamento marcado para o dia 26 de janeiro de 1931, resolvi dirigir-me pessoalmente ao Interventor Magalhães Barata. Dava audiências públicas no grande salão de sua residência que me era muito familiar, pois o frequentara nos tempos de Dionísio Bentes. Fiquei no grande salão, onde se aglomerava uma massa compacta

de pedintes, de todas as classes sociais. Ouvia sempre barulho de esporas, de ferros militares, nas outras salas. Enfim apareceu o Interventor, fardado, comissionado em Coronel.

Começou por uma das pontas e foi ouvindo, recomendando o postulante a determinada repartição, tendo ao seu lado o oficial de gabinete. Foi chegando a minha vez. Ele não me conhecia, eu o conhecia dos tempos do Correio do Pará, quando certa vez foi me mostrado por um colega da redação:

- Senhor Interventor venho pedir-lhe um emprego. Disse o meu nome e ele respondeu imediatamente:

- Tenho muitas boas informações a seu respeito. O senhor será aproveitado pela Revolução. Não

precisa mais se preocupar. Quando a Revolução precisar do senhor irá buscá-lo. Aguarde acontecimentos. Limitei-me a agradecer as boas referências, mas, sinceramente saí desiludido. Nunca mais se lembraria de suas afirmativas e eu estava proibido de procurá-lo novamente (1975, p. 254).

A experiência vivida por Octavio Meira em uma Audiência sinaliza alguns aspectos no processo de como o interventor tratava os sujeitos que chegavam ao grande salão de sua residência a fim de exprimir direitos e reivindicações. Meira indica que as audiências eram realizadas no grande salão da própria residência do Governo, onde se aglomerava uma quantidade de gente a espera para falar com o interventor, revelando a disposição das pessoas, que, em fila, uma a uma expunha ao Governo suas necessidades.

A descrição demonstra a expectativa que se tinha do contato com o interventor e a dimensão que essa ação do Governo causava. Revela, ainda, a quantidade de gente que buscava esse canal de mediação *"onde se aglomerava uma massa compacta de pedintes"*, na esperança de ver seus anseios atendidos mesmo que para isso ficasse comprimida entre tantas outras pessoas que também buscavam a realização de seus objetivos. Essa dinâmica aponta para as problemáticas socioeconômicas vividas no Estado paraense nesse período.

O relato de memória de Octavio Meira revela como era o procedimento

do Governo quando recebia as pessoas. Na sala reservada para as audiências, o interventor era sistemático, sempre acompanhado pelo oficial de gabinete, ouvia um a um seguindo conforme a ordem da vez, após essa etapa, as pessoas eram encaminhadas às secretarias responsáveis por viabilizar uma possível solução.

Octavio Meira, assim como outros pedintes, estava ali comprimido dividindo o espaço com outras pessoas esperando sua vez. Em tempos da faculdade de Direito, Octavio Meira tinha uma relação de amizade com Luciano Bentes, esse contato também possibilitou uma relação próxima ao pai de seu amigo, o ex-governador Dionísio Bentes. Os laços de amizade construídos entre ele e a família Bentes lhe renderam uma presença constante dentro do Palácio do Governo, por isso, para ele, o salão da residência em que havia as audiências lhe trazia lembrança de bons tempos de outrora.

As memórias de Meira revelam práticas de uma cultura política que evoca e fortalece relações clientelistas. A amizade do memorialista junto à família do ex-governador Dionísio Bentes ou mesmo os vínculos estabelecidos com os políticos que estavam na administração pública estadual anterior a gestão de Magalhães Barata deram a Octavio Meira o privilégio de acumular três cargos no serviço público. Época bem distinta da qual estava vivendo, quando do estabelecimento do regime de Interventoria, Octavio Meira fora

dispensado dos três empregos que tinha. Às vésperas de contrair núpcias e constituir família, Meira precisava estar empregado, recorrer à audiência pública pedindo um emprego à Magalhães Barata era uma questão de necessidade.

Com a Intervenção, o Estado reformulou a estrutura administrativa, suprimiu a câmara legislativa, além de promover a reforma do poder judiciário em que delegava ao interventor poder de nomear, transferir e demitir membros da magistratura. Essa reforma se estendeu às diretorias administrativas estaduais e municipais, houve a extinção de cargos públicos, assim como a criação de outros, o planejamento ideológico desse regime era mostrar a política “nefasta” dos governantes anteriores, preocupados apenas em atender seus interesses particulares.

Magalhães Barata confiscou e bloqueou os bens dos três últimos governadores, sob a alegação de que haviam lesado o tesouro estadual. Com essa atitude, Barata revestia seu governo com o discurso da “moralidade e integridade”, o principal elemento dessa idealização era a “revolução”, que tinha o caráter de ser “divisor de águas” no Estado.

A operação da Interventoria era desarticular o poder das velhas estruturas oligárquicas, visto que, segundo o discurso de intervenção, essas implementavam uma política clientelista de favorecimento pessoal daqueles que tinham vínculos com a administração pública e, conseqüentemente, essa situação

levava ao atraso econômico do Estado, deixando os segmentos sociais em estado de miséria e exclusão social. A legitimação do discurso ideológico da Interventoria estabelecia a “regeneração dos costumes” e “saneamento moral” como proposta de governo.

Nesse sentido, a realização de audiências era mais uma das formas estratégicas instituídas nas relações estabelecidas de poder. Na realidade, as audiências faziam parte de um dos canais de mediação que reforçavam a imagem de uma administração que dispensava intermediários, sinalizava para um interventor que se fazia bem presente diante dos problemas sociais enfrentados pelos paraenses. Um Estado que parecia mostrar-se cumpridor dos atos de justiça mesmo para aqueles que não ajudaram na sua implantação.

Octavio Meira deixou clara sua expectativa nesse primeiro contato, porém, voltou para casa contrariado quando recebeu em tom irônico do interventor a resposta de seu pedido “Quando a Revolução precisar do senhor irá buscá-lo”. “Aguarde acontecimentos” (1975, p. 254). Vale ressaltar que a nova administração precisava definir as bases de apoio e estabelecer acordos políticos com pessoas que não estavam diretamente engajadas ao modelo de Intervenção.

O comportamento de Meira e a resposta do Governo trazem três pontos importantes: o primeiro é o sentimento de descrédito que Meira teve para com a Intervenção, sem o emprego imediato, as palavras de

Magalhães Barata mais pareciam uma promessa vazia feita por um político no poder, até porque não havia recebido garantias de que seu pedido seria realmente aviado, apenas o encontro se encerrou na frase “Quando a Revolução precisar do senhor irar buscá-lo. Aguarde acontecimentos” (1975, p. 254); o segundo é o reconhecimento de uma cultura política que diz respeito às benesses concedidas à base de apoio ao Governo, Meira compreendia que ele estava excluído dessas benesses, visto que não havia colaborado para a sua implementação; e o terceiro é a projeção de Meira em torno da palavra revolução, ao aceitar que o Governo de Magalhães Barata estava ali por meio de uma “revolução”, ele interiorizou as tessituras engendradas do poder vigente dentro da perspectiva projetada pela história do vencedor, para ele, o sentido da “revolução” já estava difundido no todo social.

Para Octávio Meira, a experiência acerca das Audiências Públicas, particularmente, foi um acontecimento positivo, após algumas semanas, ele lia no periódico “A Folha do Norte” sua nomeação como promotor público da capital. No entanto, acredita-se ter sido ainda mais positivo para a Interventoria a realização de audiências, por meio desse canal de mediação, Magalhães Barata pôde construir uma das principais bases políticas para angariar o apoio popular em eleições futuras. Seria uma estratégia peculiar estabelecida a partir de uma relação bem próxima e pessoal do governo,

possibilitando à nova administração maior visibilidade e a construção de futuras alianças. A nomeação de Otávio Meira foi um exemplo, ele passou a ser aliado do Governo. Na administração de Barata percorreu o interior do Estado como promotor, prestando serviços de informação e fiscalização da administração dos prefeitos municipais nas mais longínquas cidades, além de que, posteriormente, se tonou o líder do partido Liberal, partido que representaria o Governo nas eleições de 1934.

Diante de um processo pelo qual uma quantidade numerosa de sujeitos concorria para falar com Magalhães Barata, é importante destacar que as audiências estavam inseridas numa realidade em que o índice de analfabetismo era gigantesco, e para quem a cidadania estava incompleta. É possível que determinadas pessoas percebessem esse canal de mediação como uma concessão, um favor ou mesmo uma cortesia do Estado. O pedido de audiência do Sr. Américo Dutra dá indícios desse modo de cultura política, ao escrever, ele ressaltou que estava confiante “*nos atributos de acessibilidade e cortesia*” do Governo, é possível que acreditasse verdadeiramente no discurso do Governo. A Sra. Elvira Ferreira de Mesquita era um desses casos e solicitou audiência, pedindo-a com urgência. O comandante Vicente Rolim de Moraes, que havia acabado de chegar de viagem, também pediu ao

interventor "a bondade de conceder uma conferencia".

Conforme a complexidade do assunto exposto em Audiência, o peticionário enviava posteriormente uma carta-petição. Quando as petições chegavam ao gabinete, era feita uma prévia leitura em que se grifava com canetas de tintas coloridas os detalhes e informações trazidos no conteúdo das cartas; geralmente, as cores eram azul, vermelho ou laranja. Havia a preocupação em enumerar e subscrever no centro da missiva a letra inicial do autor da carta, uma organização técnica que demonstra o grau de importância que esse instrumento de comunicação tinha para o Governo.

Detalhes importantes eram destacados na carta, como quem a escreveu, qual era o tipo de pedido ou a quem se referia à denúncia, se fosse o caso, quem eram os envolvidos. Por fim era dado prosseguimento às petições. Todas eram enviadas às secretarias que detinham a competência para uma possível solução, o encaminhamento dessas petições era endossado com a assinatura de Magalhães Barata, o que sugere que o interventor era conhecedor das histórias que chegavam ao seu gabinete. Transformada em processo, a petição seguia para Diretoria competente. Era ela que dava o parecer final. Por exemplo, quando o pedido era uma vaga na escola, a petição era encaminhada ao Diretor de Educação e Saúde Pública, esse, por sua vez, dava o parecer, o interessado deveria

buscar na imprensa a resposta da missiva. O jornal Diário Oficial do Estado era o canal responsável em dar publicidade ao pedido que fora feito por meio da petição. No entanto, os principais jornais que circulavam na cidade também davam publicidade a essa ação.

Em casos de denúncia, a complexidade era maior. Antes de tomar qualquer decisão, a preocupação do Governo era primeiramente averiguar a veracidade da situação exposta na carta. As denúncias em sua maioria eram encaminhadas ao diretor da Delegacia Geral. O processo para uma possível solução respeitava a hierarquia dos funcionários da Secretária de Polícia, quando a petição chegava à mesa da direção de segurança pública, era encaminhada ao terceiro delegado que iniciava o processo de investigação, esse, pessoalmente, ia ao lugar da denúncia para ouvir as partes envolvidas.

De posse das informações coletada o servidor público concluía na própria carta seu parecer, posteriormente, a correspondência, já com o parecer do servidor, era entregue ao delegado geral. Do delegado geral, a missiva retornava ao gabinete do interventor, que acatava os argumentos da secretaria incumbida de investigar o caso, só assim era divulgado o resultado final. Salvo algumas restrições, o processo para solucionar os anseios dos postulantes se dava de forma análoga nas outras Secretarias.

A dinâmica da relação população/missivas,

gabinete/interventor, secretarias/instituições, imprensa e, por fim, o retorno à população, pode

ser visualizado no diagrama esquemático da Figura 4.

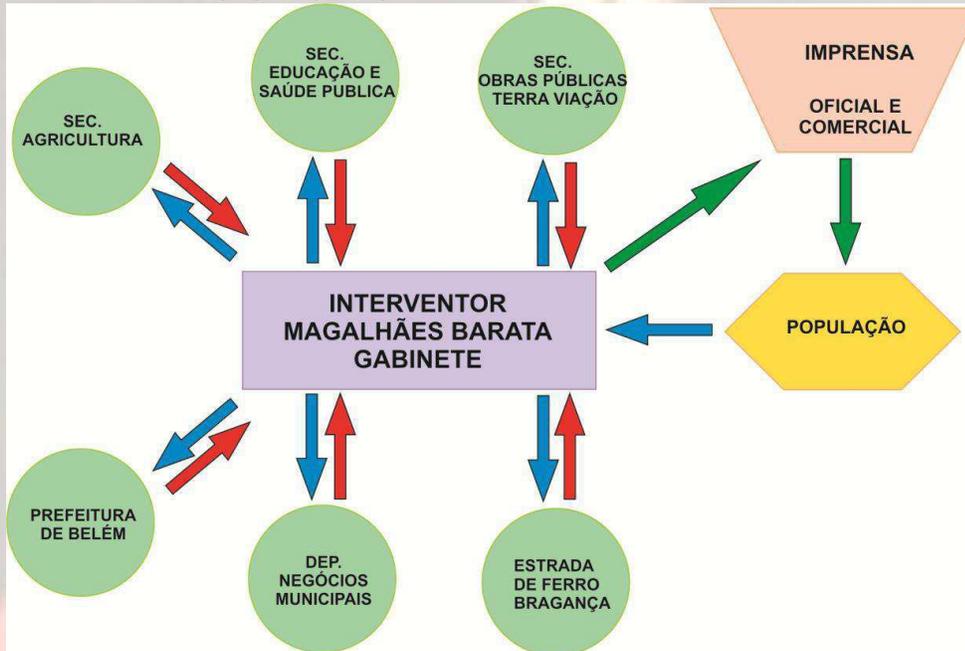


Figura 4 – Diagrama esquemático representando os caminhos percorridos às solicitações da população. Fonte – Elaboração própria

A publicação dos relatos contidos nas missivas remete para “as relações entre jornal, cidade e público leitor” (BALCÃO, 1998, p.49). Na expectativa de verem seus nomes serem publicados na imprensa, os missivistas acompanhavam nos jornais a resposta do Governo para suas solicitações, além disso, os efeitos da publicidade referentes às vivências desses petionários ganharam repercussão diante de outros sujeitos, por meio da divulgação da história de vida desses indivíduos, outras pessoas com experiências sociais diferenciadas entendiam que também podiam buscar e exigir do governo providências para suas necessidades cotidianas.

Ciente de como o Governo procedia diante dos pedidos que chegavam até ele, o Sr. Eustaquio de Azevedo, exímio leitor das páginas do jornal, assim justificou o motivo que o fez tomar a atitude de escrever para o Governo:

Li hoje nos jornaes matutinos que V. Ex^a, por intermédio da Secretaria do Interior e Justiça, pedio ao Snr. Desembargador Procurador Geral do Estado, informações a respeito de três processos de defloramento, de que foram victimas três moças, cujo nomes constam dos ditos jornaes. Lendo essa noticia, veio-me à memória o caso de um crime idêntico cometido há pouco

tempo, nesta capital, e que até hoje não teve a devida punição¹⁷.

Impelido pela notícia apresentada no jornal, o missivista levou ao conhecimento do interventor uma situação semelhante à história que havia lido. O Sr. Eustaquio de Azevedo descreveu na carta que o que relatava não havia ocorrido em seu ambiente familiar, mas era uma situação que fazia parte de seu universo social. O senhor Azevedo afirmava que estava no "bonde" quando ouviu uma conversa entre "duas pessoas que não conhecia", ficando, por sua vez, comovido com a história de vida de uma jovem adolescente e, percebendo, por meio da imprensa, que o interventor "interferia" nesses casos, escreveu ao governo pedindo uma providência.

O missivista relatou a situação da Sra. Julieta de Moura, mãe de quatro filhos, sendo que três eram mulheres. O Sr. Eustaquio de Azevedo contou que essa mulher era "verdadeira martyre", ao enviuar, ela herdou do marido determinada quantia em dinheiro, contudo não pode usufruir da mesma, pois foi enganada por um português de nome "Aguia", que emprestou dela todo o dinheiro, deixando-a na miséria. Acrescentou, ainda, que, além da decadência econômica, a Sra. Julieta de Moura passava pelo abalo moral, sua filha, moça de 14 anos, conhecida pelo "appellido caseiro de Finoquinha foi deshonestada" por um rapaz que "arrotava ser filho de um homem rico".

Diante da triste conjuntura social vivida por essas mulheres e sabendo que as autoridades policiais nada fizeram para solucionar o caso, apenas uma movimentação em "que foi tudo fogo de palha", apresentava o caso ao interventor. O senhor Azevedo compreendia que o interventor daria uma solução visto que ele havia lido no jornal um episódio semelhante. Nessa situação, ele exigiu do interventor o cumprimento de "um acto de justiça do governo". Esse comportamento traz sinais sobre as formulações oriundas da Interventoria em revestir sua gestão como a de um Governo dotado de "justiça", favorecendo sua legitimidade, contudo, ao proceder dessa maneira, o Governo levava também homens, como o senhor Azevedo, a manifestarem suas reivindicações, exigindo a atuação do poder público em cumprir o seu papel.

Apesar de a Interventoria pregar uma suposta "transformação" nas instituições públicas, imprimindo a efetivação da justiça em seu discurso, é interessante verificar por meio da descrição do Sr. Eustáquio de Azevedo, o quanto a impunidade ainda estava presente na vida das pessoas desafortunadas. Primeiro, a respeito do empréstimo que foi realizado pelo português "Aguia", que utilizando de esperteza, deixou a Sra. Julieta Moura sem proventos para o sustento de seus quatro filhos menores, mostrando a ausência de políticas sociais, por parte do Estado, que oferecessem condições dignas para essa senhora viúva no provimento da dignidade da família.

¹⁷ Fundo Gabinete do Interventor. Série: Cartas, 11 de setembro de 1931, Caixa 03.

Quanto à desonra de uma de suas filhas, o relato mostra a relação desigual no ato de executar justiça quando o sujeito envolvido no delito é pessoa de posses, pelo fato de o rapaz ser filho de um homem rico, as autoridades pouco fizeram em favor da honra de "*Finoquinha*", isso revela a morosidade dos serviços prestados pela assessoria jurídica aos pobres, o que refletiu a indignação do missivista, "*A mãe da menor deu parte á policia e houve a principio um pequeno movimento das autoridades em socorro da victima, mas não foi adiante, foi tudo fogo de palha*", o que também mostra o quanto era difícil o acesso à justiça por pessoas pobres, ainda, nesse caso específico, a ausência do próprio Estado que deveria ser o agente cumpridor dessa justiça.

Considerações Finais

Nessas cartas, é possível entrever as mais variadas descrições dos sujeitos, evidenciando espaços e experiências sociais variadas; onde o mundo do trabalho, o direito à moradia, o anseio pela justiça e o desejo pela manutenção da família dão conta de uma pluralidade de vivências sociais. Os missivistas relataram suas histórias, conflitos, tensões e buscaram direitos, nos quais configuraram suas identidades culturais.

Se por um lado, ao solicitar algo do interventor, por meio de bilhetes e cartas, os remetentes procuravam mostrar estrategicamente concordância, admiração e até mesmo identificação com as propostas do Governo, até porque era uma questão

de sensatez e coerência mostrar-se simpático ao discurso do Governo, dada a sua condição de peticionários, por outro lado, o Governo procurava assegurar que sua administração tivesse apoio popular e também o fortalecimento de bases políticas futuras.

Essa dinâmica entre os missivistas e o Governo revela as articulações políticas desenvolvidas pelos sujeitos, a fim de adquirir benesses do interventor. O que estava em jogo era a sobrevivência da família, vacilar na argumentação e no convencimento poderia comprometer talvez a única oportunidade de se ver concretizada, enquanto cidadão, a realização das condições básicas como o direito ao emprego, à saúde, à moradia e à educação. Os elementos constitutivos no jeito de se fazer política para essas pessoas tinham como pressupostos argumentos oriundos das suas reais condições vividas, inseridos em seus modos de vida, fruto das experiências adquiridas em seu meio social.

Outrossim, ainda que houvesse orientação do governo central aos interventores em estimularem o envio de cartas a fim de criar mecanismo de aproximação com os diversos segmentos sociais, tal qual fez Getúlio Vargas e o próprio Interventor Magalhães Barata, no Estado do Pará essa prática teve nuances diferenciadas, acrescentou-se também a realização de Audiências Públicas.

Além disso, a institucionalização de um Interventor próximo e aparentemente propenso às

preocupações e necessidades imediatas daqueles sujeitos que o procuravam em audiências, através do atendimento face a face com o indivíduo, contribuiu para revestir Magalhães Barata certo status de intimidade com a população. Além de que, dadas as características específicas deste meio de comunicação, exigindo apenas a expressão verbal, essas audiências ampliavam a possibilidade de acesso aos analfabetos.

Os limites e os desdobramentos do uso político desse canal de diálogo, pensados e reinterpretados por diferentes segmentos sociais, isto é, se para o poder instituído foi uma forma de potencializar a imagem popular de Magalhães Barata, no outro, se configurou um caminho aberto aos moradores, nos limites de suas possibilidades, às possíveis conquistas de direitos.

Referências

- A FOLHA DO NORTE, novembro a dezembro de 1930; janeiro, fevereiro e agosto de 1931. Janeiro e abril de 1932. Julho, agosto, setembro e outubro de 1934.
- ARQUIVO NACIONAL/RIO DE JANEIRO.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ-CENTUR
- D’ALESSIO, Márcia Mansor. Estado-nação e construções identitárias. Uma leitura do período Vargas. In: SEIXAS, Jacy A.; BRESCIANI, Maria Stella; BREPOHI, Marion (Orgs.). **Razão e paixão na política**. 1. ed. Brasília: Editora UNB, 2002, vol. 1, p 159-180.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **O silêncio dos vencidos**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- DIÁRIO OFICIAL: outubro/1929 à janeiro de 1931. Janeiro de 1933. Junho 1984.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Edição anotada por Étienne Bloch. Tradução André Telles. Zahar Editora. Rio de Janeiro, 2001.
- FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história: debate e crítica**: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.
- FUNDO DOCUMENTO DO GOVERNO. Decretos. Caixa 2415-2416.
- FUNDO GABINETE DO INTERVENTOR. Série: Cartas. Caixas 03, 03 A, 03 B, 03 C, 04. Anos 1930, 1931, 1932, 1933 e 1934.
- _____. **Trabalhadores do Brasil**: o imaginário popular 1930-1945. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 257-58.

HOBSBAWM, Eric. A história vista de baixo para cima. In: **Sobre História: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O ESTADO DO PARÁ: novembro/ 1930 a maio /1935.

MEIRA, Octavio Augusto de Bastos. **Memória do quase ontem**. Rio de Janeiro: Lidador, 1975.

RODRIGUES, Denise Simões de Souza. **Pará/1935: um estudo sobre liderança e conflito**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1979.

SOTO, Ucy. **Cartas através do tempo: o lugar do outro na correspondência brasileira**. Niterói: Ed. UFF, 2007.

SOUSA, Rosana de Fátima Padilha de. **Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social. UFPA, 2009.

THOMPSON, Edward P. O termo ausente: experiência. In: **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Senhores & Caçadores: a origem da lei negra**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Revisão técnica: Antonio Luigi Negro, Cristina Meneguello. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VESENTINI, Carlos Alberto. **Teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec Editora, 1997.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1979.

RECEBIDO 23/02/2018

ACEITO 25/02/2018

DOS LEITORES: CARTAS AO JORNAL "O ESTADO DE SÃO PAULO" (1961-1964)

Autor: Vitor Arzani Martins
Graduado em História pela Universidade Cidade de São Paulo e Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a dissertação O jornal "O Estado de São Paulo" e o governo de João Goulart: ação e percepção (1961-1964), defendida no ano de 2017 sob orientação da Prof.^a Dr^a Olga Brites.

Resumo:

O artigo busca a problematização das correspondências entre público leitor e jornal ao passo que discute os procedimentos metodológicos para a análise deste tipo de fonte. Levanta hipóteses acerca da seleção, publicação e diagramação das cartas e seus significados, bem como problematiza a veracidade de tais documentos.

Palavras-chave:

História e imprensa; Cartas do leitor; História do Brasil.

Abstract:

The article aims at the problematization of the correspondences between reader and newspaper while discussing the methodological procedures for the analysis of this type of source. It raises hypotheses about the selection, publication and diagramming of letters and their meanings, as well as problematizes the veracity of such documents.

Keywords:

History and press; Reader's letters; History of Brazil.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo avançar em questões levantadas pela dissertação de mestrado "O jornal 'O Estado de São Paulo' e o governo de João Goulart: ação e percepção (1961-1964)"

(MARTINS, 2017), defendida em setembro de 2017 na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação de Olga Brites. Durante o período de confecção da dissertação, alguns temas foram afastados do escopo principal do trabalho final, não por representarem abordagens menores ou menos interessantes para o que ali se desenvolvia, mas sim pelo exíguo tempo para conclusão do trabalho.

Dentre os questionamentos levantados e não plenamente abordados, destaca-se a maneira com que as cartas do leitor se misturam ao projeto editorial do jornal, como são selecionadas e qual o seu papel na narrativa principal a ser tecida ao longo das diversas edições que se sucedem no período.

Temos aqui, portanto, questionamentos que visam corroborar com uma análise maior do papel da imprensa no período anterior ao golpe de 1964. Sendo assim, não há pretensão de esgotar o assunto de maneira alguma, mas apenas estabelecer um diálogo com a produção historiográfica atual.

Estrutura analítica

Os veículos de imprensa ao longo de suas trajetórias como empreendimentos de informação buscaram lastrear, ao menos de maneira aparente, suas visões de mundo e sua opinião (e, dentre diversos outros termos aqui utilizados, especialmente, sua ação política na sociedade o qual se encontram) por diversas formas, quer seja por meio de pesquisas de opinião, por análise de dados de vendas por classe social e/ou região ou por meio de manifestações espontâneas de

leitores, como no caso a ser estudado neste breve artigo, as cartas de leitor. Vale observar, contudo, que a análise deste material requer uma série de cuidados que buscaremos evidenciar ao longo deste bloco, mais notadamente metodológico, e que busca na historiografia as formas de evidenciar os embates ideológicos que rondam este suposto meio de comunicação entre periódico e seu público-leitor.

Antes, contudo, é forçoso voltar ao ponto de partida da análise historiográfica da imprensa e seu método, como nos alertam Maria do Rosário e Heloísa Faria: *Pensar a imprensa(...), em primeiro lugar, toma-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas (PEIXOTO et al, 2007)*. Dessa forma, o ponto de partida o qual essa análise toma para si é o do periódico como ator social de papel fundamental, plenamente articulado com os interesses de classe que seus proprietários, diretores e acionistas representam, não sendo possível dissociar o seu trabalho como galvanizador de um público leitor do trabalho da elite de perpetuação do status quo reinante.

Partindo desse pressuposto é no mínimo arriscado ter em mente que a carta do leitor, usualmente publicada na mesma página reservada aos editoriais e artigos de opinião, são, em sua essência, fruto da espontaneidade da opinião pública leitora do jornal. Tomar para si o fato de que a carta do leitor, como todos os demais artigos, reportagens, fotografias e até mesmo anúncios publicitários, são selecionados e

compõem, em sua interação, quer seja nas páginas de uma edição, quer seja durante um determinado período, um discurso coeso e com objetivos previamente definidos pela alta direção do jornal, é de fato compreender essa ação do jornal socialmente. Perder isso de vista significa validar o discurso da fonte sem sequer questioná-la.

Esse questionamento, deve, a partir da ciência da ação do periódico, valer-se de ferramentas críticas que são fundamentais para compreender de que maneira narrativas são criadas dentro do jornal, como fizemos na dissertação de mestrado que gerou este artigo. De maneira a criticar excertos específicos do jornal, não podemos, contudo, perder de vista três elementos de análise aqui elencados como básicos, sendo que todos eles ocorrem sempre por meio dos atritos presentes em uma publicação.

O primeiro deles é o diálogo entre os diversos elementos de uma página, neste caso, da página dos artigos de opinião (ou como o periódico denomina, "Notas e Informações"). Compreender como são posicionados os artigos, a maneira como são assinados, os destaques, títulos, subtítulos e integrações com elementos não textuais, como fotografias, gráficos e publicidade, além de apresentarem uma visão completa de um trabalho que não é percebido de maneira fragmentada, estabelece de que forma determinados conteúdos se articulam, o que nos leva ao segundo elemento, ou seja, a narrativa pretendida.

Essa narrativa se expande e ultrapassa os limites de uma página ou de uma edição, pois permeia um

projeto editorial maior com objetivos e instrumentais definidos de maneira assertiva pelo veículo¹. Essa narrativa considera os elementos textuais e não textuais como partes de um todo estruturado com fins específicos pelo jornal.

Partindo dos dois elementos elencados, temos duas visões que são complementares, ou seja: 1- a maneira como a carta do leitor se articula com o conteúdo opinativo do jornal e 2- como ela está inserida no instrumental narrativo do jornal para atingir determinado objetivo. Contudo, sem que um terceiro elemento as ações do jornal encerrassem em si mesmo, o que não é o objetivo de um jornal, especialmente um de grande circulação como o é o "Estado de São Paulo". Para isso, devemos compreender, na esteira da argumentação previamente apresentada por Maria do Rosário e Heloísa Faria, de que forma a estruturação da narrativa vem a compor uma ação social do jornal em prol de uma determinada manutenção ou ruptura de uma realidade presente.

Assim sendo, compreender como o jornal, sua narrativa, seu instrumental e, no caso deste artigo, a carta do leitor se articulam com a realidade presente deste é, antes de tudo um ponto de partida para compreender o motivo pelo qual determinado conteúdo fora destacado em detrimento de outro.

Conceituação.

A compreensão de certos termos no presente artigo obedece algumas análises já consagradas da historiografia e que já foram objeto de diversas divergências e debates acadêmicos tanto nos últimos anos

quanto em décadas anteriores, por serem revolucionários ou clássicos.

Como já pudemos observar, compreendemos imprensa concordando com Maria do Rosário e Heloísa Faria, no sentido de trata-la como agente que sofre pressões múltiplas advindas quer seja de seu público leitor, quer seja da classe social a qual se reportam seus proprietários. Ainda sim é necessário esclarecer que a estrutura de classe que compreende o período doravante abordado advém da crítica de René Armand Dreifuss em seu clássico "1964 a conquista do Estado" (DREIFUSS, 1981), uma vez que não descartamos aqui o papel pensante da elite brasileira e do veículo aqui estudado.

A imprensa, de acordo com o diálogo destes conceitos, é um instrumento consciente de classe, com objetivos de refletir esta e agir em prol dela. É o que Dreifuss chamou de "elite orgânica" em diálogo com Gramsci, que definiu como "intelectual orgânico" todo aquele que se dedicava a pensar a manutenção, expansão e dominação da elite por sobre o proletariado.

Essa noção é, antes de tudo, abrangente (MARTINS, 2017: 18-20), pois compreende o jornal como um ponto de convergência de interesses ao mesmo tempo que o toma como foco de atrito entre o público leitor e a elite que busca conforma-lo, não havendo ambiguidade entre ambos os papéis, mas sim ações plenamente relacionadas, uma vez que mediante tamanho esforço da elite orgânica tem como resposta vetorialmente oposta as pressões do público leitor.

Tais pressões são sentidas de acordo com aquilo que conceituou

¹ Uma análise mais detalhada das articulações das narrativas do periódico "O Estado de São Paulo" pode ser encontrada no capítulo 2 (Ação política na política editorial) da dissertação doravante citada.

Raymond Williams em seu artigo "A Imprensa e a Cultura Popular: uma perspectiva histórica" (WILLIAMS, 2007), uma vez que dão em diversos campos, quer sejam econômicos (a pressão dos anunciantes, dos grandes compradores, do comprador individual), políticos (governamental, agências de notícias estrangeiras e do próprio condomínio midiático o qual está inserido) e social (pressões da classe dominante e das classes proletárias).

Outro termo que nos será caro neste artigo, ainda que de forma indireta, é o de "Narrativa Catastrófica" (MARTINS, 2017: 71-128), conceitualizado na dissertação originária deste artigo. Trata-se da somatória das ações editoriais do periódico de maneira a construir uma narrativa que venha a corroborar com o plano futuro de derrubada do regime constitucional e instauração de uma ditadura aos moldes do que fora planejado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e seu Grupo de Opinião Pública (GOP)². Essas narrativas foram utilizadas mais tarde como justificativa para a ação, como ficou demonstrado, e acima de tudo, para a manutenção do periódico ante a ruptura institucional.

Por fim temos, complementar ao termo "narrativa catastrófica", o conceito de Doutrina de Segurança Nacional, estabelecido na Escola Superior de Guerra (ESG) e estudado por Maria Helena Moreira Alves em sua obra "Estado e oposição no Brasil (1964-1984)", que define noções como as de inimigo externo e interno, muito presentes nos exasperados textos opinativos que veremos a seguir.

A conveniência dos projetos editorial e gráfico: posicionamento e publicação

Dotados de uma base historiográfica de análise das publicações de imprensa, sobretudo da grande imprensa, nos deparamos com a primeira questão que nos leva a questionar o próprio intento das cartas do leitor: seriam elas espontâneas?

A resposta é menos dualista do que se pode esperar, uma vez que no volume de correspondências recebidas pelo veículo, decerto haverá diversas que se encaixem no perfil desejado pelo jornal, compondo a narrativa escolhida para a edição em questão. A crítica deve versar menos sobre a originalidade e espontaneidade das cartas, mas especialmente de sua seleção, posicionamento e função dentro da edição analisada.

Como adiantamos anteriormente, as cartas possuem funções de corroborar narrativas, mas não se atém somente a isso. Veremos que as cartas também expressam assuntos diários dos supostos remetentes, que por vezes, ainda que indiretamente, corroboram com a narrativa intentada pelo veículo

Revoltas difusas e a difusão da revolta

Na seção "Correspondência" do jornal "O Estado de São Paulo", edição de 03 de março de 1963 (página 16), analisamos carta enviada pela Associação dos Aposentados das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões de São Paulo, que tratava de responder a matéria de título "Nova

² Para maiores informações acerca do IPES e do GOP recomendamos a leitura dos capítulos I, II e IV de DREIFUSS, op. cit. p. 4

sangria na Previdência Social”, publicada anteriormente no jornal. Há uma breve introdução da carta e de seu contexto ao que se segue a reprodução integral desta.

A reprodução da carta não está localizada em nenhum caderno específico e está cercada de matérias que tratam do cotidiano da cidade de São Paulo. Porém, ao analisar a publicação a partir de um recorte temporal maior, podemos notar que o assunto tratado na carta vai de encontro com os sistemas de narrativa observados no jornal, cujo o objetivo era criar um ambiente favorável ao golpe de Estado de 1964.

Há nela, como em diversos editoriais e demais artigos de opinião, um tom catastrófico na escrita, com acusações de peleguismo, politicagem distanciamento da opinião do “trabalhador”. Questões sobre desmonte da estrutura são constantemente levantadas, corroborando para a imagem apocalíptica que se avizinha:

Esta entidade (...) aplaude, incondicionalmente, a nobre atitude assumida pelo articulista que, evidenciando, através de verdades cristalinas, a iminente falência da Previdência Social, operada pelo peleguismo e pela politicagem dos que se dizem representantes dos trabalhadores (...), alerta finalmente seus contribuintes a iniciar uma justa reação.³

A reação esperada pela entidade e endossada pelo jornal na forma de publicação literal da carta visa preservar “das constantes explorações a que se acha exposta [a previdência]⁴, pela inercia e

desonestidade praticadas pelos poderes constituídos da Nação”⁵. De fato, quando analisada de maneira isolada, a carta pode aparentar estar tratando de questões previdenciárias ordinárias, como a falta de funcionários (como descrito mais a frente), desvio de verbas (não necessariamente ilegal) e a luta pelos direitos previdenciários dos trabalhadores.

Contudo a análise das narrativas catastróficas evidenciadas ao longo do estudo que antecedeu este artigo, demonstra que há, na reprodução da carta uma série de semelhanças entre os textos oficiais e àqueles supostamente enviados por leitores. Os tipos de adjetivos, a narrativa da iminente catástrofe e a suposta defesa dos interesses dos trabalhadores em oposição a “demagogia populista” do governo de Goulart estão presentes em ambos os textos, cartas e artigos de opinião escritos pelo próprio jornal.

As hipóteses para essa semelhança são diversas e vão desde àquelas que corroboram com a veracidade da autoria e do discurso do autor correspondente até as que buscam na própria ação do jornal a distintiva prova de falsidade ideológica da carta reproduzida. Mais uma vez não se pode chegar a nenhuma conclusão somente por meio da leitura da carta, sem levar em conta outras cartas e outras edições, bem como a coesão discursiva presente nas narrativas identificadas.

A título ilustrativo, vejamos algumas das principais hipóteses que poderiam ser aventadas para semelhante comportamento:

³ Excerto extraído do jornal “O Estado de São Paulo”, edição de 03 de março de 1963, página 16.

⁴ N. do A.: grifo nosso.

⁵ Op. cit p. 5

- A- A semelhança entre o discurso da carta e aquele presente no jornal e nas narrativas se deve à um alinhamento ideológico entre a direção do instituto e do jornal, quer seja por meio do pertencimento de classe, quer seja pela ação de convencimento do próprio jornal sobre seu público leitor, que inclui a direção?
- B- Trata-se de uma carta falsa escrita pelo próprio jornal possivelmente sob a anuência da direção de tal instituto. Esse artifício visa corroborar com uma matéria que possivelmente foi questionada quer seja no âmbito político, quer seja no meio jornalístico, atribuindo assim ao conteúdo jornalístico prévio ares de autoridade técnica e moral?
- C- Há na sociedade um clamor uníssono pela queda de Goulart devida a sua baixa popularidade e por isso discursos insatisfeitos e carregados de adjetivos estão em voga no tempo presente da fonte analisada?

Por ora nos ateremos a análise das demais cartas selecionadas e buscaremos na análise conjunta das fontes o estabelecimento ou não de indicativos acerca das questões levantadas nesta abordagem.

Manifestações cotidianas

São diversas as manifestações de leitores nos vários espaços dedicados à correspondência e ainda mais diversos os temas os quais elas versam. Há espaço para solicitações de informações⁶, respostas a reportagens e a outras cartas de leitor⁷, solicitações à órgãos públicos⁸ e reclamações sobre serviços⁹.

Pequenos excertos chamam a atenção por demonstrar situações cotidianas e problemas corriqueiros na vida do público leitor, o que nos dá um pequeno vislumbre acerca da vida de tais correspondentes. Na edição do dia 02 de fevereiro de 1964 temos a

citação de duas cartas que tratam de temas cotidianos.

Vila Maria Baixa

Protesta um leitor contra o estado de conservação das ruas e a falta de iluminação pública no bairro de Vila Maria Baixa.

Alega o leitor que o bairro existe há 40 anos, recolhendo anualmente 20 milhões de cruzeiros aos cofres municipais, mas mesmo assim o bairro continua abandonado pelos poderes públicos.¹⁰

Pernilongos

O sr. Augusto Martin, residente nesta Capital, escreve-nos sugerindo a limpeza dos bueiros da cidade como medida para combater os pernilongos.¹¹

Central do Brasil

Leitor informa que nas viagens da Central do Brasil, entre São Paulo e Mogi das Cruzes, frequentemente são atiradas pedras nos trens. Já houve, inclusive, pessoas feridas.¹²

Além do curioso registro que retrata uma realidade nem sempre privilegiada nas páginas do jornal,

⁶ O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de fevereiro de 1962. Caderno principal, p.25

⁷ O Estado de São Paulo, São Paulo, 3 de março de 1963. Caderno principal, p.16

⁸ O Estado de São Paulo, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Caderno principal, p.15

⁹ Idem

¹⁰ Op. cit p. 7

¹¹ Idem

¹² Idem

outro detalhe sobressai na leitura e análise dos pequenos textos publicados. Tanto no primeiro (Pernilongos) quanto no segundo (Central do Brasil) não há uma reprodução literal do conteúdo da carta, mas sim uma citação indireta do tema por ela abordada, diferindo do que ocorreu com a primeira carta, analisada anteriormente. Outrossim, o fato de termos duas cartas em que se menciona apenas "Leitor" como autor da manifestação nos leva a questionar a autoria destas, uma vez que sua comprovação, de difícil, passa para impossível.

Em reportagens e fotografias ao longo do período analisado é comum não se deparar com a informação da autoria. Em alguns casos a autoria de um determinado texto jornalístico é atribuída a sucursal onde tal peça fora produzida. A supressão da autoria no caso de reportagens investigativas pode ser justificada pelo fato de o jornal apenas atribuir autoria aos articulistas e deixar para o jornal os créditos dos textos produzidos. Contudo essa lógica não poderia se aplicar às cartas de leitores pois coloca em dúvida a autoria de tal texto.

Isso não ocorre apenas em textos com citação indireta ou em relação àqueles voltados à temas com menor impacto na política nacional. Tal prática reflete em textos fortes, com acusações graves e carregados de adjetivos, como veremos posteriormente. Porém, atenhamo-nos ainda a mesma página da edição de 02 de fevereiro de 1964.

A carta como endosso político

Na mesma seção de correspondências as quais ainda nos

debruçamos, encontramos uma manifestação de um leitor, novamente não identificado, expondo suas queixas acerca do DCT (Departamento de Correios e Telégrafos)¹³. O suposto leitor, cuja única pista que a carta fornece é que solicitou o serviço da empresa a partir de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, tem um excerto de sua carta publicada, ao contrário dos demais, que tem apenas citações indiretas.

A carta conta o processo enfrentado pelo leitor para enviar um telegrama pelos Correios, os atrasos e, de acordo com o suposto leitor, o "descaso dessa repartição federal". Conta o leitor durante a carta que o telegrama, típica correspondência de urgência, levou três dias para chegar ao seu destino, o que, considerando o meio de envio (telégrafo) é de fato um tempo desproporcionalmente longo. Ao final da carta, conta o leitor:

Nesse interim, como minha urgência fosse grande, passei um telegrama via "Western" às 9 horas e 30 da manhã do dia 20 e recebi resposta às 12 horas e 30 do mesmo dia. Por aí v. sas. podem aquilatar os benefícios sem demagogias que a iniciativa privada presta à comunidade brasileira.¹⁴

O leitor não identificado se mostra crítico ao sistema de envio de telegramas dos Correios e atribui os defeitos por ele enfrentados ao fato de se tratar de uma repartição pública, utilizando para isso uma comparação com um serviço privado. Trata-se de um discurso comum nas páginas do jornal, tanto no período estudado quanto em diversos outros momentos em que o jornal se expressa, quer seja

¹³ Idem, p.10

¹⁴ Idem, p.10

de maneira direta, ou seja, opinativa e por meio de editoriais ou colunas, ou indireta, por meio de reportagens de cunho privatista.

Na mesma página, de número quinze¹⁵, temos uma reportagem que trata da intenção do governo de Goiás em explorar as reservas de mogno da região de Itaguatinga e cidades adjacentes a partir de uma parceria (ou ajuda, como definiu o jornal) da iniciativa privada. Ao longo da reportagem diversos são os benefícios apontados para tal exploração, como a sua aceitação no mercado europeu, o benefício econômico para a região e para os investidores em geral. Em certo ponto da reportagem, a fim de citar a lei 4216 de 5 de maio de 1963, o jornal cita fala de Archimedes Pereira Lima, secretário de agricultura de Goiás:

A referida lei faculta a todos os contribuintes do imposto de renda destinarem metade da importância que tiverem de pagar à Nação a um investimento em projeto julgado pela SPVEA¹⁶ de interesse do desenvolvimento da Amazônia. Estaremos em São Paulo com o objetivo de conclamar os homens de empresas, os

homens de recursos, os contribuintes do imposto de renda a examinarem esse projeto: exortá-los a uma contribuição para a empresa em que, ao lado do cunho patriótico, poderão encontrar seguro emprego da quota do imposto de renda que, de outra forma, reverterá, definitivamente, no prazo de um ano, aos cofres da União.¹⁷

A leitura deixa claro que há um interesse do governo de Goiás em obter repasses de verbas advindas do imposto de renda de grandes empresários paulistas em prol da exploração do mogno. A reportagem, a seguir, faz ampla defesa da extração, com os recursos já apresentados. Os subtítulos da matéria impressa também criam uma espécie de micronarrativa favorável ao posicionamento do governo goiano, sendo eles: a- *A empresa*; b- *Vantagens*; c- *O que é o Mogno*; d- *Reservas*.

Como vemos na figura 1, abaixo, há uma ordem no posicionamento dos dois textos analisados nesse momento (a carta e a reportagem):

¹⁵ O número não pode ser precisado pois sua reprodução digital não favorece a leitura. A estimativa atual ocorre por conta das páginas vizinhas terem números mais legíveis, possibilitando uma presunção aproximada.

¹⁶ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

¹⁷ O governo de Goiás deseja explorar o mogno com a ajuda da iniciativa privada. O Estado de São Paulo, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964, Caderno Principal, p. 15



Figura 1: Recorte da página 15 do jornal "O Estado de São Paulo", edição de 02 de fevereiro de 1964. Note o posicionamento de ambas as seções estudadas: Correspondência, a esquerda da fotografia e a reportagem, a direita.

Apesar da qualidade da fotografia não nos permitiu, por esse meio, ler a íntegra dos textos, podemos notar o posicionamento dos conteúdos analisados. Correspondência, cuja seção contém a manifestação contrária aos Correios e favorável ao serviço prestado pela iniciativa privada, situa-se a esquerda da página, o que a torna possivelmente a primeira seção a ser lida da página, por questões relacionadas ao hábito de leitura (usualmente lemos da esquerda para a direita, ao contrário de algumas línguas orientais, que perfazem o caminho oposto em seu trajeto de leitura).

A conclusão talvez pareça discutível, mas há de se considerar que em páginas que são analisadas uma a uma, em cartas que são "selecionadas" dentre diversas outras, entre reportagem que poderiam

ocupar diversas outras páginas, a suposta coincidência parece pouco crível. Trata-se de um discurso arquitetado e que utiliza da carta do leitor para validar a posição defendida pelo secretário de agricultura goiano, além de valer-se do espaço jornalístico para incentivar um determinado repasse de verbas em detrimento de outro. São ações que tornam as cartas de leitor instrumentos de complementação de argumentações ideológicas que muitas vezes alienam o leitor da posição real do jornal, favorecendo a imagem de um suposto jornalismo imparcial.

Semelhante posição é adotada quando da reprodução da carta do leitor na edição de 12 de novembro de 1961, apenas 3 meses após a posse de João Goulart sob o regime parlamentarista. Diferente das demais cartas até aqui analisadas, temos um posicionamento distinto, com a

manifestação ocorrendo na prestigiosa página 3 do jornal, tradicionalmente reservada para a divulgação de editoriais políticos e econômicos.

A carta não fica posicionada em uma seção, como as demais, intitulada "Correspondência", mas sim sob um subtítulo "Dos Leitores", no centro geométrico da página, posicionamento esse que representa, sob nossa análise, um prestígio não comumente cedido a manifestações não editoriais. Assim como na carta do leitor que versava acerca da ineficiência dos correios, o editorial apenas refere o autor como "um leitor de Porto Alegre, R.G. do Sul", sem mencionar seu nome e, tal qual a carta enviada por dirigente da Associação dos Aposentados das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões de São Paulo, prevalecem os adjetivos e discurso catastrófico.

Há também um elogio à um texto editorial prévio, de 13 dias antes, que aliás, é o mote da carta do leitor:

Se existem vocábulos que possam exprimir certas verdades atualmente ofuscadas por muitos patricios, quer sejam por motivos de receio, quer por serem de ordem política, então o redator do editorial publicado em 31 de outubro passado e, sob o título "Os nossos eternos agressores", teve a coragem de revela-los em cheio.¹⁸

Há, ao longo do texto, uma argumentação contrária a retórica de Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, que visa à crítica ao posicionamento do estado de São Paulo em questões políticas e econômicas. Alega o suposto leitor que o governador "está tomando um

rumo altamente perigoso em querer jogar os Estados de nossa Pátria contra o Estado bandeirante" apesar de que "homens como estes (...) não possuem gabarito profissional, político e administrativo para criticar o Estado de São Paulo". Como em diversos outros textos, editoriais ou supostamente enviados por leitores, busca o apelo à massa (nesse caso a gaúcha) para justificar que tal ação/discurso não reflete aquilo que a maioria do povo pensa/deseja.

O tom do editorial e da carta praticamente se equivalem. São textos escritos em maior ou menor grau de detalhe, mas com um único objetivo: denunciar uma possível "luta fratricida"¹⁹ no qual o governador do Rio Grande do Sul e grande aliado do presidente João Goulart, aparentemente colocava o país. Além do tom, adjetivos, enaltecimento da história bandeirante do estado de São Paulo, ressalto das supostas disparidades orçamentárias e o fracasso administrativo do governador Brizola são pautas comuns à ambos os textos.

Obviamente não devemos afastar a possibilidade de o jornal posicionar a carta junto aos editoriais como forma de justificar o tema desta, ou seja, uma resposta direta a um editorial. Contudo, na análise do período não encontrou outra manifestação semelhante com posicionamento tão privilegiado como este, o que também não deve afastar a possibilidade desta escolha se dar por justamente validar o editorial supracitado. Validações, aliás, comuns em cartas que oferecem apoio a determinados editoriais ou a reportagens investigativas, quase sempre citadas de maneira direta, ao

¹⁸ O Estado de São Paulo, São Paulo, 31 de outubro de 1961. Caderno principal, p.3

¹⁹ O Estado de São Paulo. "Os nossos eternos agressores" – 31/10/1961, p.3

passo que as demais, de caráter cotidiano ou prático, de maneira indireta.

Mais uma vez devemos alertar para o fato de que a análise da carta foi feita em conjunto com uma extensa análise do discurso do jornal ao longo do governo de Goulart, representando assim não apenas um caso isolado de linguagem forte e adjetivada contra o presidente Goulart e seus aliados, mas sim fazendo parte de uma grande narrativa no qual as cartas desempenham papéis específicos de validação do posicionamento do jornal com base nas opiniões do seu público leitor, denotando assim uma suposta sintonia entre jornal e a sociedade o qual está inserido e trabalha para informar.

Considerações

A máxima historiográfica que impele aos historiadores e a todos aqueles que se embrenham nas análises das evidências para construir uma narrativa de determinado acontecimento social e que, insiste em ressaltar a necessidade de questionar as suas fontes ao passo que busca nelas as evidências, ainda que ocultas, de maneira a construir uma narrativa sólida, são, há muito tempo, comuns e até mesmo exaustivamente repetidas. Essa exaustão se deve ao fato de que a produção de materiais que sobreviverão ao presente, quer seja de uma empresa, de um governo, de um grupo social, de um indivíduo ou de uma classe, são muitas vezes intencionalmente lapidadas, quando não forjadas, de maneira não só a ludibriar o presente analista, auditor ou investigador, mas também para construir uma memória intentada,

com um viés favorável àquele que a produz.

Essa construção pode ser significativa para o agente histórico das mais diversas formas, quer seja garantindo uma visão futura positiva para si, quer se salvaguardando de atitudes que lhes possam ser atribuídas, imputando assim responsabilidades as quais não se deseja ou não se pode assumir. Contudo, tomar para si que a construção pode ocorrer somente de formas deliberadas pode afastar do espectro analítico do historiador os inúmeros meios com que determinadas memórias se forjam em um indivíduo, desconsiderando assim as experiências sociais e psicológicas que afetam a percepção subjetiva.

É pouco provável, porém, que grandes conglomerados empresariais, jornalísticos e atores de grande importância política, econômica e social hajam de maneira espontânea ao moldar documentos e referências futuras em seu favor. Nestes casos há, e de maneira claramente identificada aos olhos daqueles que questionam sempre suas fontes, uma concepção de tempo muito mais avançada do que aquela presente na maioria dos indivíduos. São entidades (assim resumindo) que compreendem a ação da análise historiográfica e que buscam forjar um caminho que as retrate de forma mais ou menos favorável à determinadas causas, que, com o tempo, serão invariavelmente julgadas, não pela história, mas pela moral comum à uma sociedade.

Quando a elite brasileira irrompe em associação para a derrubada do governo de João Goulart, logo após a sua posse em

setembro de 1961, diversas são as frentes que se abrem para tornar tal façanha possível. Isso leva a organização daquilo que René Armand Dreifuss chamou de “elite orgânica” em sua obra “1964 a conquista do Estado”, que nada mais seria do que uma elite que é capaz de refletir sobre sua própria atuação em prol da manutenção do status quo que a privilegia. Essa elite, que a partir de 1961 se organiza em torno do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, ou IPES, tem uma visão ampla das manobras que estão por vir o que a leva a ter consciência de seu papel golpista, iminentemente ameaçador para sua condição dominante, o que poderia levar a um processo de contragolpe culminando numa eventual revolução.

Era importante assegurar que a ação dessa elite se daria dentro de limites moralmente aceitos pela sociedade, não como forma de manutenção do status, mas sim de salvaguarda da própria estrutura social. Assim, não só o jornal “O Estado de São Paulo”, mas diversos outros veículos de imprensa são impelidos a criar narrativas de longo prazo que demonstrem a premência da demissão de um presidente inadequado para as funções a ele atribuídas.

Ora os historiadores e analistas sociais são capazes de identificar dentro das páginas, discursos e imagens da imprensa nacional as intenções golpistas com longo tempo de antecedência²⁰, não só alertando, mas também desmoralizando a ação consciente dessa imprensa. Essa ação seria combatida utilizando a legitimidade da maioria, maioria essa incessantemente convencida pelas

próprias empresas de mídia de que no país reinava o mais absoluto caos social. A legitimidade viria do suposto apoio das ruas, das distintas classes sociais, das associações de classe, sindicatos, políticos de variados espectros ideológicos e manifestações espontâneas destes. Dentre as manifestações que esses conglomerados midiáticos entendem por validadores de seu posicionamento por meio da legitimidade do clamor da maioria, destacamos as cartas do leitor, objeto de análise do presente texto.

Em nossa análise pudemos notar que os métodos de publicação, reprodução, diagramação e posicionamento dentro das páginas e das edições do jornal são facilmente manipulados de maneira a influenciar os leitores a tomar determinadas conclusões. A carta do leitor, como os conteúdos produzidos pelo próprio jornal, está suscetível aos artifícios não textuais que buscam utiliza-las de maneira indireta no processo de convencimento do leitor e sua consequente mobilização.

Acreditamos que, quanto as questões levantadas na análise da correspondência enviada pela Associação dos Aposentados das Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões de São Paulo, não há dúvidas de que não existe somente uma maneira de classificar a escolha da carta (e conseqüentemente de diversas outras), mas sim uma ampla gama de hipóteses a serem levantadas, como a de alinhamento ideológico entre jornal e associação, manipulação do conteúdo da carta, com ou sem a anuência de tal associação, falsificação da carta e da própria existência da associação da

²⁰ Para isso basta observar as constantes denúncias ocorridas, especialmente por meio de mídias sociais, da manobra político judiciária para se remover Dilma Rousseff do poder em 2016.

forma como retratada, dentre outros. O importante neste caso e nos demais de análise de correspondência entre jornal e público leitor é o questionamento dos motivos que levaram à publicação de determinadas cartas em detrimento de outras e da possibilidade de estas não serem cartas verdadeiras.

Contudo, a análise das cartas também é capaz de evidenciar questões cotidianas que escapam ao rigoroso controle ideológico do jornal, como questões de zeladoria pública, transportes, urbanismo e, acima de tudo, o cotidiano de parte do leitor do jornal. Essa análise pode, a longo prazo, servir como baliza para conceber questões de cidade, trabalho

e cultura, infelizmente não plenamente abordadas nesse texto.

Por fim é importante ressaltar que a análise contida neste texto se refere à um período de extremos da história brasileira, onde a elite impôs de maneira agressiva e até violenta a perpetuação dos sistemas de espoliação do capital estrangeiro a massa proletária do país. Em outros tempos, ações como essa poderiam ter tomado rumos distintos, o que demandaria de veículos de imprensa e outros meios de convencimento um instrumental distinto deste obtido após essa análise, não servindo esse artigo como forma de generalização da análise das correspondências entre leitor e jornal.

Referências

Bibliografia

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil: (1964-1984)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BANDEIRA, Luiz A. M.. *A Renúncia de Jânio Quadros e a crise Pré 64*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

BENASAYAG, Miguel; AUBENAS, Florence. *A Fabricação da Informação: Os Jornalistas e a Ideologia da Comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, Vitor Arzani. *O jornal "O Estado de São Paulo" e o governo de João Goulart: ação e percepção (1961-1964)*. 2017. 162 f. Dissertação (mestrado) – Curso de Mestrado em História Social, Programa de Estudos Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; CRUZ, Heloisa de Faria. *Na Oficina do Historiador: Conversas sobre História e Imprensa*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduação em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 35, n. 1, p.255-272, dez. 2007. Semestral.

PILAGALLO, Oscar. *História da Imprensa Paulista: Jornalismo e Poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

WILIAMS, Raymond. *Palavras-Chave: Um Vocabulário de Cultura e Sociedade*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1983.

_____. *A Imprensa e a Cultura Popular: Uma perspectiva Histórica*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História e do Departamento de História, São Paulo, v. 35, p.15-26, dez. 2007. Semestral. Trad.: Ricardo B Iannuzzi; Rev. Técnica.: Heloisa de Faria Cruz.

Fontes

O Estado de São Paulo, São Paulo, 31 de outubro de 1961. Caderno principal, p.3
O Estado de São Paulo, São Paulo, 12 de novembro de 1961. Caderno principal, p.3
O Estado de São Paulo, São Paulo, 4 de fevereiro de 1962. Caderno principal, p.25
O Estado de São Paulo, São Paulo, 3 de março de 1963. Caderno principal, p.16
O Estado de São Paulo, São Paulo, 2 de fevereiro de 1964. Caderno principal, p.15

RECEBIDO 20/01/2018

ACEITO 23/01/2018

ESCRITOS E DESLOCAMENTOS LITERATURA EPISTOLAR NO PROCESSO DE E/IMIGRAÇÃO PORTUGUESA (SÃO PAULO-PORTUGAL 1890- 1950)

Maria Izilda Santos de Matos
PUC/SP e CNPq

RESUMO

Esta investigação rastreia a presença dos e/imigrantes portugueses em São Paulo (1890 e 1950). Entre várias questões abordadas, recupera as redes constituídas, as sociedades de saídas e de acolhimento, os preparativos para viagens, desejos de reunificação familiar e sensibilidades envolvidos nesse processo. Encontra-se assentada numa ampla documentação epistolar, as analisadas foram localizadas na antiga Hospedaria dos Imigrantes (atualmente depositadas no Arquivo Público do Estado de SP-APESP) e em Arquivos Distritais portugueses.

Palavras chave: cartas, e/imigrantes portugueses, deslocamentos, sensibilidades

ABSTRACT

This research traces the presence of portuguese e/immigrants in São Paulo (1890 and 1950). It recovers established networks, departure and reception societies, travel arrangements, desires for family reunification and sensitivities involved in this process. It is based on a large epistolary documentation, the analyzed ones were located in the Old Hotel of the Immigrants in SP (currently deposited in the Arquivo Público do Estado de SP-APESP) and in Portuguese District Archives.

Key words: letters, portuguese e/immigrants, displacements, sensitivities

... eu para mim tenho uma fé em deus que breve mente nos tamos abraçar um outro que só aqim suçegarei u meu ispirito assim que apanhar meu amor au meu lado que tam pouca alegria tenho tido em me ver tam longe de quem eu mais istimo nesta vida que tenho passado um progatorio neste mundo com a tua ausemçja não im manginas como eu ando sempre com os meus holhos rasados dagua por

causa du meu amor du coração...arecebe mil abraços i mil beijos deste teu esposo muito umilde adeus ate deus nos deichar abraçar.
(Carta de 8/7/1910, ADP, proc. n.420)

Nesta carta, enviada por Antonio de Almeida para Teresa da Costa de Oliveira, datada de 08 de julho de 1910, observa-se o sentimento de saudades e as relações afetivas do casal separado pelo Atlântico, assim, como outras correspondências apresenta um amplo potencial para os estudos dos deslocamentos dos portugueses. As missivas utilizadas nesta pesquisa foram localizadas na antiga Hospedaria dos Imigrantes (atualmente depositadas no Arquivo Público do Estado de SP-APESP) e em arquivos portugueses. Dentro da perspectiva da história cultural, esta investigação discute a presença dos e/imigrantes portugueses em São Paulo (1890 e 1950), entre várias questões abordadas, recupera as redes constituídas, as sociedades de saídas e de acolhimento, os preparativos para viagens, desejos de reunificação familiar e sensibilidades envolvidos nesse processo.

Deslocamentos: presente-passado e historiografia

Os processos migratórios recentes vislumbram o estabelecimento de novas ordens demográficas, não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, contudo, se constituem outros pontos de partida e polos de atração. As facilidades e agilidades das viagens, somadas as múltiplas possibilidades comunicação dinamizam os deslocamentos, tornando-os perceptível e provocando tensões, hostilidades, rejeições, conflitos e

xenofobia nas sociedades receptoras. Estas tensões atuais levam ao reconhecimento da importância da temática das mobilidades, ampliam-se seus estudos com diferenciadas perspectivas de análise, iluminando interpretações, enriquecendo abordagens e contribuindo para rever estereótipos.

Os deslocamentos carecem de novas análises além das assentadas nos condicionamentos demográfico-econômicos e no paradigma da miserabilidade, as mobilidades não devem ser vistas apenas como resposta à pobreza, fruto das pressões do crescimento das populações ou de mecanismos impessoais do *push-pull*.¹ Os processos de deslocamentos superaram os limites das necessidades estritamente econômicas, incluindo questões étnico-raciais, culturais, políticas (refugiados, perseguidos e expulsos), religiosas, familiares, geracionais e de gênero. (CORTI, 2007)

Uma gama abrangente de sujeitos históricos encontrou nos deslocamentos uma alternativa, alguns inseridos em fluxo familiares e de grupos, outros em percursos individuais; abrangendo processos de migração engajada ou voluntária, abarcando diversos extratos sociais, levas e gerações; envolvendo agentes inspirados por estratégias e motivos diferenciados, inclusive culturais e existenciais. Entre as múltiplas motivações que levaram às mobilidades encontram-se a procura da realização de sonhos, abertura de novas perspectivas, fugas das pressões cotidianas e a busca do "fazer a América", em variadas representações construídas e vitalizadas neste universo.

Entre os mecanismos que viabilizaram estes processos merecem ressalva a constituição de redes (DEVOTO, 1988; TRUZZI, 2008), com o estabelecimento de relações interpessoais e institucionais (agenciadores, aliciadores, aparatos de propaganda, meios de comunicação), organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa e o estabelecimento de circuitos de sustentação nas regiões de saída e de acolhimento.

No Brasil, a temática da imigração vem sendo privilegiada pela historiografia, tendo uma produção ampla, diversificada e enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão. Os deslocamentos dos portugueses só mais recentemente têm instigado pesquisadores, contudo, parte significativa dos trabalhos se volta para o Rio de Janeiro, aonde a presença lusa foi significativa e marcante. Os estudos sobre imigração em São Paulo priorizaram certos grupos, em particular, os italianos e japoneses. Contemporaneamente, apareceram trabalhos que analisam os portugueses, sendo poucas as investigações sob a perspectiva cultural. (FRUTUOSO, 1989; FREITAS, 2006; MATOS, 2013; PASCAL, 2005)

A ferrovia Santos-Jundiaí (1863) conectou a cidade de São Paulo, com o porto-exportador (Santos) e a zona produtora de café (interior do Estado). Os trilhos não só transportavam rápida e eficientemente o café, também traziam de várias partes do mundo, particularmente, da Europa, uma ampla gama de imigrantes, além de toda uma variedade de produtos e influências,

¹ Não basta que existam dificuldades econômicas para que os deslocamentos ocorram, estas dificuldades têm que estar vinculadas a percepção de que a emigração é uma alternativa aceitável e os canais necessários têm que estar constituídos para viabilizar as saídas (BAGANHA, 2009).

gerando e dinamizando um “vetor modernizador”. (ELIAS, 1994)

Neste período, a expansão urbana de São Paulo esteve vinculada diretamente aos sucessos e/ou dificuldades da economia cafeeira, a cidade consolidou-se como centro econômico e político, polo de desenvolvimento industrial, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços. No ano de 1872, a população da São Paulo era de 31.385 pessoas; segundo o censo de 1890, elevou-se para 64.934 habitantes; já em 1900,

atingiu 239.820 moradores. Em 1920, a população da cidade mais do que dobrou, chegando a 579.033 pessoas. Já entre 1920 e 1940, a população da cidade mais que duplicou, saltando para 1.326.261 habitantes. Em 1934, totalizavam 287.690 estrangeiros (destes 79.465 eram portugueses, Censo Estadual), que formavam um mosaico diversificado de grupos étnicos com seus descendentes, que juntamente com os migrantes constituíam-se numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques.

Entradas de estrangeiros em São Paulo
(maiores grupos)

Anos	TOTAL GERAL	Portugueses	Italianos	Espanhóis
1885-09	1.059.199	134.594	744.244	180.361
1910-34	654.637	263.063	187.558	204.016
1935-59	311.987	156.536	90.130	65.321
1960-61	31.665	14.982	4.144	12.539
Total	2.057.488	569.175	1.026.076	462.237

Fonte: Departamento de Imigração e colonização. São Paulo, 1962 .p. 44.

Deslocamentos os portugueses: mobilidades, políticas e ações

A e/imigração portuguesa para o Brasil foi um processo contínuo, que envolveu experiências múltiplas e diversificadas, abarcando várias levas, de diferentes regiões do continente e das ilhas; uns vieram subsidiados, outros por conta própria; alguns chegaram nos anos finais do século XIX e nos inícios do XX, outros após a Primeira Grande Guerra ou durante o período salazarista.

Entre 1887 e 1900, os portugueses representaram 10% do total de entradas em São Paulo,

proporção que entre 1900 e 1920 subiu para mais de 29%. Em termos de período, os anos de 1910 a 1914 marcaram a vinda do maior contingente luso (111.491), em função da crise econômico-social e das dificuldades políticas com o fim do regime monárquico português, também pela preferência dos imigrantistas paulistas por esse grupo.²

Os portugueses emigravam por vários motivos: dificuldades econômicas, sociais e familiares, fugas ao recrutamento militar, poucas oportunidades de trabalho, baixos

² Depois do Decreto Prinetti (1902, pelo qual o governo italiano proibiu a emigração subsidiada para São Paulo) e de medida similar do governo espanhol reduziram-se consideravelmente as entradas de italianos e espanhóis, passando-se a priorizar os lusos. Boletins do Serviço de Imigração e Colonização, nº 2, outubro de 1940. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo.

salários, tipo de propriedade e sua exploração, tensões políticas, atraso tecnológico, além do desejo de "fazer a América". Portanto, as partidas foram contínuas e frequentes, vinculadas aos descontentamentos, estratégias familiares, buscas de outras possibilidades e realizações de sonhos.

Para o recrutamento de e/imigrantes portugueses foi organizada redes regulares de propaganda, divulgação de informações (notícias na imprensa, panfletos, cartas), agenciamento e transporte, com a participação de companhias e empregadores, alguns recebiam subsídios do governo brasileiro e/ou paulista ou trabalhavam para eles. Constituíram-se cadeias que tinham como elos moradores das aldeias e freguesias, religiosos, autoridades e empresários. Estas redes funcionaram entre Portugal continental e as Ilhas sendo intensificadas para o porto de Santos, nos anos iniciais do século XX.

Política portuguesa de emigração era considerada ambígua, ora repressiva (especificamente em relação aos jovens, mulheres só e saídas clandestinas) ora permissiva. A emigração sofria a oposição dos grandes proprietários rurais, para os quais significava a evasão de braços, estes buscavam conter as saídas; entretanto, o governo via na emigração uma possibilidade de limitar as tensões no campo, além do que as remessas adquiriram importância nas finanças portuguesas, estimulando investimentos e tornando-se decisiva para a balança de pagamentos. (PEREIRA, 2002)

Os e/imigrantes eram majoritariamente do Norte de

Portugal, áreas de predominância da pequena propriedade; os que vinham do Noroeste eram na maior parte homens sozinhos (solteiros e casados), já entre os do Nordeste predominava a emigração familiar; no Sul, o interesse nas saídas tornou-se mais expressivo a partir da Primeira Grande Guerra. Analisando o perfil dos e/imigrantes observam-se tendências: numa primeira notam-se os que vinham por conta própria, destacando-se os jovens solteiros, alfabetizados, com algum capital, em busca de constituir uma trajetória profissional, geralmente possuíam contatos no Brasil. Um segundo grupo de homens adultos, muitas vezes casados, artesãos de profissão, que se fixavam nas grandes cidades (preferencialmente São Paulo e Santos), muitos destes buscavam retornar a Portugal, depois de juntar algum pecúlio. Outro grupo era dos que vinham subsidiados, embarcavam em família, motivados pelas dificuldades cotidianas, sem entrever possibilidades efetivas de regresso. (LEITE, 2000)

A emigração masculina continuamente ultrapassou a familiar. As saídas de família eram o centro das preocupações das autoridades portuguesas, pois além de provocar a desaceleração do crescimento demográfico (com o envelhecimento da população e a falta de perspectivas matrimoniais), afetava as remessas, que se tornaram fundamentais para superar os déficits da balança de pagamentos portuguesa.

A prática dos homens saírem primeiro visava criar condições para chamar os familiares, podendo ser identificada como uma ação preventiva frente aos possíveis infortúnios.

Contudo, estas saídas afetaram a estrutura familiar, ampliando a responsabilidade das mulheres que passaram a arcar, além das atividades domésticas, com os cuidados e sustento dos filhos, a manutenção da propriedade e dos negócios.

Se a emigração portuguesa foi a princípio prioritariamente masculina, o contingente feminino cresceu gradualmente, verificando-se um aumento no número de mulheres casadas, ampliando as entradas de famílias de acordo com os parâmetros da política imigrante paulista. Na primeira década do século XX, a porcentagem de mulheres alcançava cerca de 25% do total de entradas e no início da segunda oscilou entre 35% e 40%. Deste modo, a e/imigração lusa caracterizada como individual, masculina e temporária, tornou-se, tendencialmente, familiar e permanente.

Durante o Governo Vargas (1930-45) foram criadas medidas restritivas às entradas, ampliaram-se as preocupações em filtrar os considerados "imigrantes desejáveis". Apesar da política anti-imigratória, os deslocamentos portugueses foram defendidos por autoridades brasileiras e portuguesas - que apregoavam a exclusão do sistema de cotas, concretizando-se em leis que favoreceram aos lusos em detrimento de outros estrangeiros.³

Cabe destacar que não houve um único padrão de deslocamento, muitos imigrantes eram chefes de família, vieram antes de seus familiares que ficaram aguardando as chamadas; outros chegaram crianças ou jovens, sem a família nuclear; em outros casos, a família veio junta, algumas delas não permaneceram

unidas no novo contexto ou nunca se encontraram e/ou não voltaram a se constituir, gerando toda uma complexidade de situações vivenciadas.

Deslocamentos: discutindo a documentação

Falar da imigração portuguesa constitui "o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual e uma atitude coletiva" (PEREIRA, 2002), de tal modo, se sintetiza a importância das histórias de vida para entender o conjunto de experiências individuais e transformações sociais. Esta investigação sobre os e/imigrantes portugueses se insere numa corrente que pretende estabelecer as articulações entre relações sociais, étnicas, de gêneros, gerações, práticas e modos de vida, cessando de considerá-los como objeto dado, para conhecê-los como sujeitos históricos que se constroem na e pela experiência cotidiana.

Reconhece-se a pesquisa empírica como elemento indispensável, valorizando-se o uso de diversas fontes, um mosaico de referências do passado, com destaque para as correspondências. A dificuldade enfrentada pelo investigador está mais na fragmentação do que na ausência documental, requerendo uma paciente busca de indícios, sinais e sintomas, acrescida da análise detalhada para esmiuçar o implícito e oculto, atentando para os múltiplos significados da documentação.

Os estudos das cartas têm privilegiado as escrituras de figuras de destaque intelectual e político. Na atual pesquisa, as missivas endereçadas e recebidas envolveram sujeitos

³ Foram várias restrições na política imigratória nos anos de 1930, presentes na "Lei dos 2/3" (decreto 19.482 de 12/12/1930) que garantia a cota de 2/3 de trabalhadores brasileiros natos em todas as categorias profissionais, entre outros decretos e resoluções, medidas alternativas e acordo favoreçam a imigração lusa (MENDES, 2010).

históricos populares e anônimos – e/imigrantes lusos-, tornando a análise mais complexa, porém com grande potencial para descobertas. As cartas dos e/imigrantes se caracterizam como um verdadeiro “tesouro documental” da escritura popular, testemunho precioso de fragmentos de diálogos entre dois mundos, entretanto, a despeito da sua potencialidade⁴, seu reconhecimento historiográfico no Brasil ainda é restrito, especialmente, se for comparado com as pesquisas realizadas na Europa⁵ ou em outros países receptores, como EUA e Argentina.

As missivas se constituem num corpo documental irregular, apesar de serem dirigidas a um destinatário (com o qual se deseja estabelecer uma prática interativa), muitas vezes não se obtinha respostas, foram extraviadas ou então não foram preservadas. Apesar de focalizar experiências individuais, trazem luzes ao social e cultural, com aspectos quase impossível de se perceber em outros documentos, permitindo observar as dificuldades do cotidiano no campo e na cidade, táticas de sobrevivências, possibilidades de ascensão social, relações afetivas e sensibilidades, permitindo adentrar no universo das subjetividades. (CAFFARENA, 2012)

Todas estas escrituras cotidianas, en sus múltiples manifestaciones y tipologías, vinieron a cumplir unas funciones determinadas, entre las que predominaron la necesidad de mantener la unión y la identidad del grupo familiar y la cultura de procedencia en la distancia; y la voluntad de registrar y transmitir informaciones esenciales, no sólo de tipo personal (como la salud, las impresiones o los sentimientos)

sino también concernientes a las condiciones de vida y de trabajo (como los salarios, los precios, las posibilidades de ascenso económico o los envíos de dinero). El estudio de las escrituras migrantes nos permite comprender la variedad de los usos y las funciones de lo escrito en este momento histórico, dependiendo de los lugares en los que se escribe y de los motivos por los que se hace; y en función de todo ello, de las diferencias materiales que presentan los distintos documentos. Volver la mirada hacia los protagonistas de este fenómeno y emplear como fuentes las producidas por ellos mismos lleva al historiador a contemplar la emigración desde una perspectiva nueva y fundamental. A comprender, en suma, que estos documentos no sólo nos hablan de la experiencia de los hombres y mujeres corrientes, sino que son el producto y la consecuencia directa de ella. (BLASS, 2004)

Nesta investigação, as cartas se destacam, não só pela sua quantidade, mais também pela riqueza de seus relatos, elas foram localizadas na Hospedaria do Imigrante de São Paulo⁶ e em arquivos portugueses (Arquivo Distrital do Porto/ADP, Viana do Castelo/ADVC e Guimarães/ADG). Nestes acervos foram encontradas missivas variadas: cartas oficiais e de chamada, cartas de luto e de amor, correspondência familiar e de negócios, algumas prestando contas, outras apenas informativas. Estes escritos encontram-se marcados pelos desejos da manutenção dos vínculos com as origens, privilegiaram questões da vida doméstica e do cotidiano, relatavam tensões familiares, faziam referências às remessas⁷ e seus aplicativos; já outros escritos eram pessoais e até íntimos, expondo relações afetivas, desabafos e

⁴ Inicialmente, estes documentos aparecen na historiografía como fontes alternativas e/ou complementares, o seu uso se difundiu com a emergência das “outras histórias”, que gerou a necessidade de novos corpos documentais, que permitissem observar as experiências históricas dos populares, incluindo sua cultura escrita, comportando descobertas frutíferas, com a valorização dos denominados “escritos ordinários”. (CHARTIER, 1991)

⁵ Neste sentido, se destacam os estudos desenvolvidos no SIECE (Seminário Interdisciplinar de Estudos sobre a Cultura Escrita/Universidade de Alcalá/Espanha), merecendo menção os trabalhos de Veronica Blass e Laura Martinez e Martin, que priorizam as cartas de e/imigrantes espanhóis para a América Latina. Também na Espanha, o Centro de Estudos da Emigração Galega, da Universidade de Santiago de Compostela, as pesquisas de Xosé M. Nuñez Seixas e de Raúl Soutelo Vázquez. Na Itália, no Archivio Ligure della Scrittura Popolare, da Universidade de Genova, destacam-se as investigações capitaneadas por Antonio Gibelli e Fabio Caffarena e para os e-imigrantes italianos no Brasil os estudos de Federico Croci. Em Portugal, merece menção as pesquisas de Henrique Rodrigues e Carmen de Moraes Sarmiento Cunha.

⁶ Fundada em 1886/87, a Hospedaria visava abrigar os recém-chegados na cidade de São Paulo, sendo permitido permanecer no local por até oito dias, havia um setor no qual os imigrantes se encontravam com os empregadores, para firmar os contratos de trabalho. (MOURA e PAIVA, 2008) Na sua trajetória histórica a Hospedaria esteve vinculada e/ou subordinada a várias Inspetorias, Secretarias e Departamentos, da mesma forma junto a ela gravitaram outros organismos envolvidos nos serviços da imigração, colonização e terras. Esta inserção produziu uma ampla documentação, alguns fundos merecem destaque: o da Inspetoria de Imigração do Porto de Santos, com os documentos produzidos pelas Companhias Armadoras, como as Listas de bordo de navios que aportaram em Santos; também os livros de registro de imigrantes e migrantes alojados na Hospedaria e, particularmente, as cartas e correspondências trocadas entre os imigrantes e seus países.

⁷ As remessas de dinheiro se converteram numa obrigação para com a família, seja dos filhos para com os pais, do marido para com a esposa e seus filhos, tornando-se significativa para o sustento familiar, da comunidade e também para a economia portuguesa, as referências a estas remessas são constantes na correspondência, muitas vezes justificando a impossibilidade de enviá-las, descrevem as dificuldades (reais ou não), também sinalizavam (ou ocultam) sucesso e insucesso.

confidências, possibilitando captar sensibilidades.

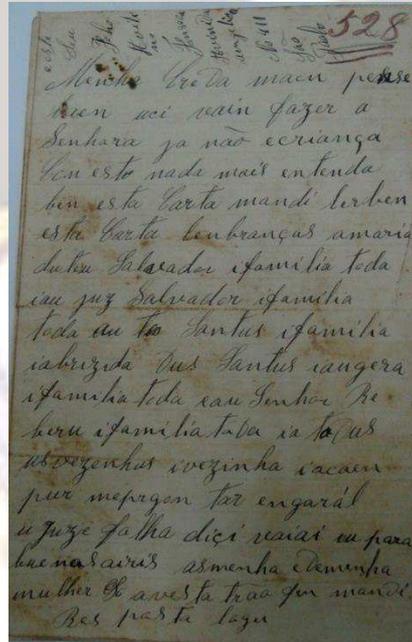


Imagem 1

Acervo da Hospedaria dos imigrantes de São Paulo APESP

Cruzando mares: democratização da escritura

Apesar da sua ancestralidade, a escrita epistolar se alargou com a ampliação das comunicações e intensificação das mobilidades. Facilitados pela expansão dos transportes a vapor (trens e navios), os deslocamentos se tornaram “fenômenos” de massa, o que se denomina de a grande e/imigração.⁸ Esta experiência histórica ampliou as distâncias entre pessoas, dilatando a sensação de ausência, suscitando sentimentos de saudades que geraram a necessidade de comunicação como esforços de aproximação. Como bálsamos á separação, a escrita de cartas foi difundida, incorporando os populares, num desafio para uma massa pouco letrada que com grande esforço procurava manter os vínculos. Deste modo, disseminaram-se novas

experiências da prática epistolar, democratizando a escritura.⁹ As cartas podem ser consideradas paradigmas dos deslocamentos, das separações, tentativas de anular as distâncias, necessidades de comunicação, testemunhos e provas das múltiplas experiências de mobilidade.

Os vapores cruzavam os mares transportando pessoas, mercadorias, ideias e ainda carregavam a mala postal, repleta de mensagens. As missivas traziam boas e más novas, comunicavam alegremente nascimentos e casamentos, também, doenças e mortes, enviavam declarações de amor e fidelidade, fotos de família, encaminhavam conselhos de velhos, pedidos de ajuda e de dinheiro, expediam cartas bancárias e de chamada. Pelos correios, múltiplas histórias escritas atravessavam o oceano buscando por notícias de filhos

⁸ No bojo dos deslocamentos um conjunto de manuais e guias, opúsculo, folhetos, periódicos, revistas, indicações de viagem e das condições nos países de destino, orientações sobre os trâmites burocráticos (passaporte e autorizações), este amplo espectro que passou circular contribui para difusão e consolidação da escritura e leitura. (CAFFARENA, 2012)

⁹ Desde os meados da Época Moderna, que os populares exercitaram a escritura frente às necessidades de enfrentar as exigências burocráticas do Estado Moderno, o que coincidiu com certa difusão dos processos de alfabetização e escolarização. Apesar de se reconhecer as relações entre a aceleração dos processos de alfabetização/escolarização e o aumento das escrituras populares, indiscutivelmente, o mote central para tal expansão foram os distanciamentos familiares que levaram os populares a enfrentar o desafio da escritura, tornando-a uma prática cotidiana, obrigação moral e até ritual. (BLASS, 2014)

e pais, irmãos, maridos e esposas, noivos e noivas, estas correspondências encontrando-se plenamente marcadas por múltiplos sentimentos: saudades, esperanças, amor, ódio, rancor, sonhos e medos, ilusões e desilusões.

Constituindo um movimento entre a ausência e a busca da presença, quem escrevia buscava manter contatos, laços afetivos, esperava por notícias e/ou comunicava novidades. Escrever cartas atenuava a solidão e as saudades, contudo, exigia tempo, dedicação e reflexão, grande parte dos populares estava pouco familiarizada com o texto, que para eles era um desafio, um verdadeiro fardo escrever.

A composição das cartas seguia um protocolo estabelecido e difundido pelos manuais epistolares, que disseminavam os dispositivos que regulavam práticas que passaram a ser reconhecidas e aprendidas.¹⁰ Instituiu-se uma estrutura, certa fórmula de uso continuado, caracterizada por elementos como: datação, tratamento, saudações, cumprimentos e abertura, desejos de saúde, despedidas, finalização, assinatura, envelope e identificação do destinatário, no caso das missivas analisadas as fortes marcas de religiosidade com bênçãos, graças e referências de proteção (graças a Deus, com as bênçãos de Deus, que Deus abençoe).

As práticas de trocar cartas difundiram novos indicadores de comunicação e expressão, permitindo rediscutir as fronteiras entre a oralidade e o registro escrito. Apesar dos populares não dominarem plenamente estes códigos, passaram a exercitar certo "direito a escrita" (CROCI, 2008), mesmo que fosse se

utilizando de um escrevente. Na maioria das vezes, o papel escrevente/leitores foi assumido pelo mestre escola, pároco ou um letrado da aldeia, que podia fazer a leitura/escritura "a rogo", em troca de um agrado ou por pagamento. Eles foram protagonistas estratégicos para preencher as necessidades tanto da correspondência burocrática, como das cartas particulares. Em várias missivas justificam-se a demora em mandar notícias pela dificuldade em encontrar alguém que se dispusesse a escrever, merecendo menção aos esforços das mulheres, frente ao maior grau de analfabetismo feminino. Desta forma, foi criada toda uma comunidade de escreventes/leitores, destacando-se que muitas vezes essa leitura era compartilhada com outras pessoas, realizada em voz alta e em público, expondo intimidades, preocupações, conflitos, dificuldades econômicas e financeiras. (DAUPHIN, 1995)

Na análise das correspondências, não se pode separar o conteúdo da forma de escritura. As correspondências revelam diferentes níveis de escolarização, em poucos casos apresentam uma caligrafia esmerada, bem contornada e firme, sendo raras as datilografadas, na maioria delas a letra é pouco cuidada, rústica e irregular, tornando-se muito difícil de ser compreendida.

As missivas pesquisadas apresentam um português fonético, marcado pela oralidade, com erros de ortografia, uso aleatório das maiúsculas e minúsculas, dificuldades ou inexistência de pontuação, separação e/ou articulação indevida de palavras, troca de consoantes (v pelo b), expressões em desuso, denotando conhecimentos escassos da cultura

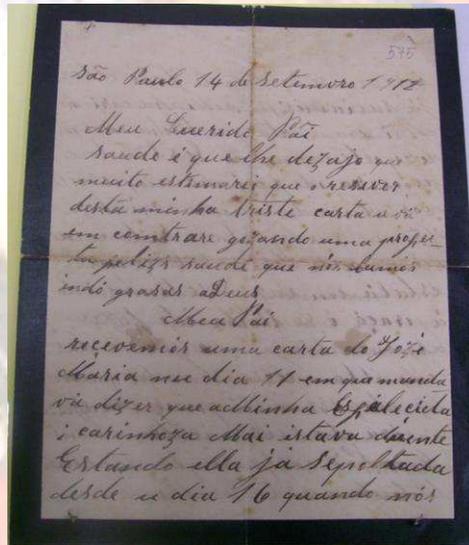
¹⁰ Os modelos textuais e as características gráficas podem ser atribuídos a formas de aprendizagem por imitação e cópia, a transmissão de modelos através dos manuais de correspondência, guias, revistas e periódicos, também aprendidos nos bancos escolares (GIBELLI, 2001).

letrada, exigência de esforço mental e físico na escritura.

Outros aspectos de forma denotam a baixa escolarização como o emprego desordenado do papel, dificuldades de manter letra alinhada, texto ora comprimidos ora alargado, não sequência das folhas, com discurso espontâneo, improvisado, muitas vezes com ausência de estrutura lógica.

Sobre o tipo de papel utilizado, sua escolha foi mais ocasional do que proposital, quando havia falta

escrevia-se nas margens e bordas da folha. Aparecem nas correspondências diversos tipos de papel, como os de borda preta das missivas de luto. O uso de papel timbrado (em geral no ângulo superior esquerdo) era considerado prestigioso, podendo demonstrar vínculo profissional, prosperidade nos negócios. Em alguns poucos casos encontram-se timbres de hotéis ou companhias de navegação, que também demonstrava status - o de viajante.



Carta de luto

Acervo da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo- APESP

Cartas de chamada: exigências burocráticas e desejos de reunião familiar

Dentre as missivas trocadas pelos i/emigrantes, distinguem-se diferentes tipos, como as cartas rituais (comunicam nascimentos, mortes, casamentos etc), cartas informativas (transmitem-se notícias não rituais), cartas sentimentais (de amor, rompimento, aspectos mais íntimos), cartas literárias (leitura pública, com interesses estéticos) e cartas de

negócio e trabalho, incluindo-se também as cartas de chamada.

As correspondências de chamada são específicas do processo migratório, constituem-se numa documentação especial e reveladora. Elas foram originadas pelas exigências da burocracia no controle das saídas ou entradas, visavam facilitar os trâmites burocráticos; compondo fragmentos isolados, fortuitos que faziam parte do pedido de passaporte em Portugal e respondiam as exigências do governo brasileiro, como comprovação da

existência de conhecidos que poderiam acolhê-los, possibilitando ajuda, hospedagem e emprego.

Em Portugal, os processos de pedidos de passaportes eram uma ação de controle do governo sobre as saídas¹¹, sendo constituídos pelo termo de abonação de identidade, requerimento e outros documentos do peticionário, ou quando se tratava de passaporte coletivo/familiar, de todos os seus membros; excepcionalmente, integravam os bilhetes de viagem. Frequentemente, incluíam-se missivas, que eram endereçadas por familiares com os quais pretendiam se juntar. O candidato(a) a emigrante aguardava pela carta para encaminhar os trâmites na burocracia lusitana, quando de posse desta, deveria registrá-la em cartório, reconhecendo a sua legitimidade pela presença e assinatura de duas testemunhas.

A legislação portuguesa (em diferentes momentos, particularmente, a partir da lei de 25/04/1907) determinava que toda a mulher casada precisava da licença do marido para viajar, da mesma forma, os filhos menores necessitavam da autorização dos pais, tal consentimento era concretizado através da Carta de Chamada. A partir do Decreto n.7427 de 30/03/1921, mudando as práticas por novas formalidades, a carta foi substituída por um tipo de impresso consular, no qual se preenchiam objetivamente os dados.

No Brasil, o recém-chegado ansioso entregava as "chamadas" nas mãos dos funcionários da Inspetoria de Imigração no porto de desembarque. Estas cartas podiam ser oficiais, se utilizavam de formulário próprio, como os da Inspetoria de Imigração do Porto

de Santos, concedidos por autoridade consular ou registrados no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS); ou eram cartas privadas manuscritas, testemunhos da existência de um contato no Brasil, como se fossem uma chamada informal.¹²

Uma pequena parte destas correspondências foi localizada nos acervos da Hospedaria dos Imigrantes, já que os recém-chegados entregavam estes documentos no porto de Santos, junto a Inspetoria de Imigração, e estes eram anexados as listas de desembarque que foram arquivadas na Hospedaria. Este acervo está composto por aproximadamente oito mil cartas, neste todo, foram localizadas cerca de 600 cartas de portugueses.

Na sua maior parte, as missivas visavam consentir o embarque, porém, em certos casos, os remetentes desestimularam a partida para o Brasil, relatando as dificuldades. Os remetentes identificados são variados em geral parentes, entre eles encontram-se maridos e esposas, primos (as), amigos (as), afilhados (as); com destaque de filhos (as), genros e noras, sobrinhos (as), netos (as) que acompanhando as exigências da legislação, chamavam parentes com idade avançada e/ou não aptos para o trabalho.

Veja a carta datada de 1914, de João Maria Campamedo chamando o pai.

Santos - Brazil - 2 - 2 - 1914
Ao senhor Antonio de Miranda
Caetano
Mira Portugal
Meu querido pai
Desejo-lhe uma feliz saude que a
minha e de nos todos vamos bem.
Meu pai, Visto aí esta colocado em
casa do Snr. Costa e estarmos bem

¹¹ Restringiam-se as saídas para o estrangeiro, já que a permanência dos laços conjugais e manutenção da família em Portugal funcionavam como um suporte ampliando às possibilidades do retorno e facilitavam os fluxos das remessas, que se tornaram essenciais para a família e a economia do país.

¹² Apesar da anterioridade da prática das "chamadas", a partir de 1911, legislação brasileira introduziu a obrigatoriedade de documento comprobatório para maiores de 60 anos e não aptos para o trabalho. (BASSANEZI, 2008)

pedia-mos para o pai vir para aqui[---] era conveniente vir até ao Fim de março afim do Sr. Costa lhe arranjar um emprego no escritório dele porque Mesmo como velho pondo os seus olhos ainda verifica quais quer contas e isso da pouco trabalho e para vocemecê serve de divertimento.

Com isto não o enfado mais aceite muitas
Lembranças de todos muitos beijos dos seus
Netos e nós aguardamos a sua chegada pelo
Que ficamos como sempre ao seu dispor.
Seu filho obediente,
João Maria Campamedo (Carta de 1912, APESP, n.98)

Cartas: laços de sangue

As partidas ampliavam a sensação de separação, antes mesmo que a visão do porto de saída se dissipasse no horizonte a escritura se iniciava, como um antídoto á saudades e uma busca de manter vínculos; quem ficava esperava ansiosamente pelas cartas e queixava-se da falta de respostas, evidenciando o desejo do diálogo.

El momento de la separación, e alejamiento físico de casa, la sensación de lejanía cuando se ha llegado ya al país de acogida, desencadena el impulso decisivo para coger pluma y papel y enfrentarse a la escritura. A menudo los intercambios epistolares con los parientes empiezan ya a bordo de los barcos, o en el momento de la partida, física y mental, de quien abandona el contexto familiar y social. (CAFFARENA, 2012, p. 19)

Nos primeiros meses se respondia com rapidez e se escreviam textos longos, cheios de detalhes, explicações e narrando as primeiras impressões; com o passar do tempo a regularidade e extensão decresciam,

as temáticas centravam-se no trabalho, negócios e novas relações. Apesar de todos os esforços de aproximação, gradativamente, se estabeleciam distâncias culturais, devido ás experiências transformadoras como cruzar o oceano, a chegada num território desconhecido, enfrentar desafios e privações.

Através das missivas comunicavam-se notícias, formulavam-se perguntas, transmitiam-se orientações e manifestavam-se preocupações, explicitavam-se as estratégias pessoais e familiares. Alguns casais e parentes mantinham uma correspondência regular, em outros casos, não se dava mais notícias gerando aflição, cobrança, toda uma trama de questões que tinham como mote principal - o reagrupamento familiar.

Como já pontuado, nos deslocamentos portugueses para o Brasil as saídas masculinas foram majoritárias, assim, o grosso das cartas localizadas nos processos de passaporte portugueses eram de homens chamando esposa e filhos. Alguns o faziam afetivamente, demonstrando sentimentos de saudades e tristeza, com expressões de amor e carinho, desejosos pela reunificação familiar. Outros maridos declaravam que as mulheres faziam falta no cotidiano, já que os afazeres domésticos (comida e lavanderia) causavam gastos, que se somavam ás despesas com as remessas.

Determinados maridos esperavam pacientemente, outros apresentavam ultimatoss. Diziam que não iriam escrever mais, que aquela seria a última tentativa e intimidavam

com o abandono caso elas não fossem. Manuel de Sousa Monteiro usando de subterfúgios relatava

... É por que tinha uma mulatinha comigo muito bonita até tu mesmo se a vises ficabas em cantada com ella e não queria que tu chigases de supetão e brigases comigo ... e mais visto que estava a ber no que dava o negocio a sim como já acabei e fui obrigado a hir para campos para não estar sempre mudando de escrever ora já sabes a rezão que querias saber. Já que bens não demores porque não poso com tanta despeza... (Carta 1905, ADG)

As mulheres que ficavam enfrentavam um cotidiano árduo, envolto em muito trabalho, trato da lavoura e dos animais, responsabilidades dos negócios, somados aos cuidados com a casa e os filhos. Os conflitos familiares se ampliavam com a distância, perceptíveis através das queixas das esposas que se sentiam desprezadas, desamparadas, sós com os filhos, muitas vezes passando necessidades. Na correspondência, as mulheres acusavam os maridos de se mostrarem indiferentes aos problemas e se manifestavam enciumadas frente a boatos e maledicências. Já outras esposas não desejam se unir aos maridos, a partida destes, apesar dos múltiplos afazeres, representou certo alívio,

... mais senhoras de si, livres da gravidez não desejada. Muitas delas retornam a casa dos pais... a economia camponesa do Minho girava em torno da mulher. O governo da casa pertencia-lhes...estava habituada a lidar com dinheiros e pequenos negócios... com a emigração masculina, e na ausência prolongada dos maridos, o seu papel de gestora dos

assuntos familiares mais se evidencia. (CUNHA, 1999)

Havia mulheres que manifestavam receios da viagem, da volta á subserviência doméstica e das incertezas de um país desconhecido. Elas criavam desculpas para não ir (doença dela, dos filhos ou pais), buscavam escapatórias para retardar a viagem, gastavam o dinheiro enviado e não partiam; outras embargavam, depois de muitas ameaças e reclamações dos maridos.

Outras esposas ansiavam pelo reencontro, insistiam, pressionavam pela chamada, ameaçavam partir para o Brasil, mesmo sem autorização, buscavam brechas e alternativas. Alguns maridos respondiam com mensagens apaziguadoras, outros impunham condições (não trazer a mãe, não vir com os irmãos, conter o mau gênio) e diversos acabavam cedendo ás solicitações e mandavam-nas chamar. Sós elas enfrentavam a saga do deslocamento transatlântico, a chegada num país desconhecido, embarcavam com os filhos menores, em busca do sonho de voltar a reconstituir a família.

Em alguns casos, os maridos não manifestavam qualquer desejo do reencontro. Eles viajaram sós ou com amigos, reuniram-se com conterrâneos estabelecidos, encontraram atividades, usufruíam de liberdade (impossível na sociedade de onde vinham), não desejavam voltar à situação anterior, referiam-se de modo indefinido á reunificação familiar. Nas missivas eram poucas as referências ao regresso, alguns homens não chamaram as esposas, nunca retornaram, deixavam de mandar notícias, constituindo novas

famílias no Brasil. As mulheres se deixaram ficar envoltas em saudades e numa espera sem fim, tornavam-se “viúvas de maridos vivos”.

Na correspondência se observa as preocupações em orientar os familiares (particularmente as esposas) nas questões do cotidiano, nos negócios, problemas com as terras e a criação, eles assumiam um discurso de recomendação de como tratar, o que, para quem, quando e por quanto vender. As cartas se converteram numa representação da autoridade ausente e, apesar da distância, reproduzem relações e hierarquias familiares.

Através das missivas se percebem as afetividades e rivalidades entre parentes, conterrâneos e vizinhos, principalmente as amizades, com destaque para os laços de compadrio. Com a madrinha se deixava as crianças, quando não se podia trazê-las; se contava com o compadre para a intermediação nos negócios e na viagem. Alguns maridos, ou por cuidados ou demonstrando pouca confiança nas mulheres em relação ao trato com o dinheiro, preferiam enviar as remessas para os compadres, a quem delegavam o encaminhamento dos negócios, pagamento de contas e outras ações, também a compra dos bilhetes, providências burocráticas da documentação (passaporte) e do embargo da família.

Cartas não só retrataram os afastamentos, também foram produtos destes, o gesto epistolar era considerado privilegiado, sendo secreto, íntimo, porém, tornava-se também público, constituindo vínculos e estabelecendo sociabilidades. Através destas missivas buscava-se

superar distâncias, perpetuar afetos, censurar os silêncios, se fazer presente na ausência e combater a saudade.

Lidas e relidas em público, as cartas funcionam como um boletim informativo, elementos de divulgação e propaganda das representações do Brasil como um país de possibilidades, alimentando sonhos, estimulavam partidas e constituindo que dinamizaram os deslocamentos.

As cartas constituem um registro e mote da constituição de redes, veículos de difusão da e/imigração favorecem saídas, constituindo circuitos que envolviam parentes, amigos, conterrâneos, através de chamadas e convites, estabelecendo bases de apoio que ajudavam a integração, ampliando as possibilidades de achar colocação, montar negócios e de enfrentar as agruras do cotidiano na sociedade de acolhimento.

Travessia: ações, cuidados e recomendações

Todas las historias de emigrantes, independientemente del soporte en que se registren, empiezan a bordo de un barco. El viaje representa el primer paso del proceso migratorio y, para muchos, la toma de conciencia de la realidad de ser emigrante; el viaje se convierte en la metáfora del pasaje y del cambio de estatus existencial, profesional, mental y cultural. En la travesía oceánica se concentra y expresa un valor simbólico entre el antes y el después de la emigración. El viaje es, además de un topos propio de la literatura de emigración, el tema con el que se inician miles de cartas, diarios, memorias o autobiografías de emigrantes. Como los diarios, las cartas, cuyo tema central es la salida de casa, la despedida de los suyos y la

narración del viaje, tienen siempre un trasfondo traumático; el mito de cruzar el océano, el miedo a lo desconocido y la incertidumbre que provoca abandonar la seguridad del ámbito doméstico y enfrentarse a un nuevo mundo, a una nueva vida, quedan patentes en estos escritos. El emigrante narra el largo trayecto y las peripecias del mismo con todos los pormenores, registra los lugares por los que pasa, apunta las fiestas que tienen lugar a bordo, los mareos y las enfermedades, y se queja de la incomodidad, del frío, del hambre, de estar lejos de casa. (BLASS, 2004)

Marco temporal e de mudança espacial, a viagem era uma experiência memorável, que geravam transformações culturais significativas, nas missivas eram frequentes as referências e orientações para a viagem. O conhecimento contraído pelo e/imigrante durante a travessia transatlântica, somado às experiências adquiridas no Brasil, levavam-nos a guiar seus parentes sobre procedimentos e cuidados nos preparativos da partida, compra de passagem, providências de documentação, embarque e na viagem transoceânica.

Algumas vezes as passagens eram remetidas do Brasil, para evitar oportunistas e falsos agentes que ludibriavam os poucos experientes, em outros casos, era cuidadosamente explicitado aonde e como comprar os bilhetes, para tanto eram enviados os valores necessários.

eu lhe remeto o dinheiro para as duas passage, e mais dispezas, é preciso tirar os passaporte ahi e apresentar-se e Lisboa no governo civil que é para poder tirar as passagens e vir para aqui, é necessario ter muito cuidado com

as compras das passagens com os correctos costumam roubar de que não conhesse E nessesario deixar uma pessoa conhecida para tomar conta das ou vender ou arrendar ou deixar um procurador de confiança ahi as passagens é para tirar ate Santos que eu vou lhe esperar lá peço mandar dizer quanto precisa para as dispezas todas e passagens. (Carta de 10/08/1921. APESP, n.896)

Incluía-se, também, a indicação da companhia de navegação julgada de maior credibilidade, segurança e que possibilitasse maior conforto. Detalhavam-se os tramites para a solicitação e obtenção do passaporte

Vais nu padre tiras as assertidões i bens a Guimaraes na ademenistração corres folha i dipoes bens para Braga nu governo sivil tiras u pasaporte. Cando sahir vapor du porto tu vens i la nu mesmo dia compras a paçagem não te e preçizo encommudar peço alguma. Eu quero que tu venhas na mala Real Egleza que e de muito respeito não temas de vir que nu Vapor tomas muito conhecimento com familias. (Carta 03/1904, ADG)

Orientavam-se sobre várias outras ações, como fazer o percurso até o porto de embarque e os cuidados antes de tomar o vapor. Mulheres, crianças e idosos deveriam ir acompanhados ou com apoio de conhecidos, familiares, vizinhos, pessoas de confiança, honestas e respeitadoras; de preferência experientes, que soubessem ler; nesse sentido, eram feitas as indicações.

Não venhas como a ovelha sem pastor. Fala com o filho do Meco das Porreiras, que eu já lhe escrevi, pedindo-lhe para tu vires na

companhia dele e da senhora dele, porque ele parece que deve vir logo e eu faço gosto que tu venhas com ele. (Carta de 10/1896, ADVC, Proc. n. 715)

Se o cunhado José vier então ainda é melhor, porque sabe ler para perguntar para onde há-de ir e para não, porque sempre é cunhado e amigo. (Carta de 03/1898, ADVC, Proc. n. 143)

Eram frequentes as preocupações em regradar comportamentos, normas de conduta e regras de sociabilidade durante a viagem, especialmente, para com as mulheres, com orientações do cuidado na embarcação, de como se portar a bordo, sendo conveniente evitar exposições, perigos e promiscuidades.

No vapor porta-te bem, sempre séria com toda a gente. Quando eu vim, vim com a cabeça perdida com umas mulheres. (Carta 05/1893, ADVC, proc. n. 516)

Acautelava-se sobre possíveis acidentes á bordo, apontando os cuidados a tomar com as crianças e os mais idosos.

Emquanto a viagem peço te que tenhas todo cuidado principalmente no vapor principalmente com a mãe que não de algum tombo nas escadas do vapor so depois de estares dentro examina bem o cuidado que deves ter cuidado au pinchar da lancha para o vapor. (Carta de 03/06/1913, APESP, n. 205)

Descrições que circulavam nas cidades e aldeias alimentavam os temores de enfrentar a viagem transatlântica. Mesmo com o estabelecimento de linhas regulares de vapores que garantiam percursos

mais seguros e rápidos, ainda persistiam as histórias de trajetórias difíceis e naufrágios. Nas missivas palavras de alento visavam tranquilizar o/a viajante para enfrentar a longa travessia, lembrava-se das ações de solidariedade e cooperação com possibilidade de construir amizades.

Traga uns 2 trocas de roupa direitinhas e não muito grossas e tenha muita coragem para atravessar o mar: lembre-se que vem abraçar todos os seus filhos para ganhar mais animo. (Carta de 10/05/1919. APESP, n. 438).

Devido as constantes denúncias sobre as condições de viagem, desde os meados do século XIX (1855) implementaram-se ações regulamentadoras, visando o controle de excesso de passageiros e bagagens, além de possibilitar assistência aos viajantes em situação de adoecimento a bordo (as naus necessitariam ter uma botica e apoio médico). O regulamento de 07 de março de 1863 determinava-se que os vapores deveriam garantir alojamentos em condições de salubridade e higiene, alimentação de boa qualidade e em quantidade, água bem acondicionada. Contudo, apesar destas medidas legais, persistiam as irregularidades, que eram constantemente denunciadas pela imprensa, já que a maioria dos imigrantes se encontrava durante a travessia numa situação subalterna e de desamparo.

Irregularidades tornavam a viagem precária, devido à falta de higiene, más acomodações, alimentação mal preparada e em pouca quantidade. Neste sentido, aparecem várias recomendações, visando evitar privações e amenizar

desconfortos, como levar alguns alimentos para consumir durante a travessia, indicava-se ações para diminuir o mal-estar e os enjoos (trazer limões e açúcar, frente às questões com água).

... trás também um pouco de bacalhau, ia sim como também meia dúzia de chouriços para vosses comer em viaje ia sim como também comora um pouco de queijo que a sim te é perciso e o que mais te a petesser. (Carta de 01/08/1912. APESP, n. 255)

Alertava-se para os cuidados com dinheiro e objetos de valor, prevenindo-se de roubos, aconselhava-se que os bens deveriam ser guardados, disfarçadamente escondidos, tendo-se como alternativa:

o dinheiro poiz um halço na saia branca i cozio o cardão trazio o pescoso. (Carta de 13/04/1912. ADP, proc.n.691)

méte no bolso que te fáz fáta na viagem o seu cordão e as argólas guarda elas com sigo de módo que lhe não sêja tirado. (Carta de 10/08/1912. ADP, proc. n.389)

Prevenindo perdas ou extravios das malas, sugeriam-se marcas de identificação na bagagem (faça três cruces negras no baú). Indicava-se colocar numa mala de mão acessórios e roupas práticas para serem usadas á bordo e no momento do desembarque.

... compra uma mala de mão para trazeses alguma roupa melhor para saltar em terra para não parsseres uma Patricia i não tragas lenosso na cabessa que nesta terra não se uza i pairesse Mal. (Carta de 09/04/1912. ADP, proc. n.599)

A chegada era um momento especial de reencontro, para tanto devia apresentar-se bem com roupa nova ou traje domingueiro. Nas correspondências aparecem as orientações de vestir-se "a brasileira" e não aparentar "costumes da aldeia":

Enviote esse catalogo para veres mais ou menos como deves te vestir assim como a menina visto os costumes d'aqui serem outros tomarais nota de tudo que gastaste Lucelia procura vestir mais ou menos custume de cidade e não de aldeia. (Carta de 06/07/1912. ADP, proc. n. 951)

Compra uma malla e roupas Brasileira, lenços da cabeça e do pescoço é só para a viagem. (Carta de 13/07/1912. ADP, proc. n.1060)

Sobre as vestimentas masculinas, nas missivas pedia-se que trouxessem paletós, ternos, casacos, camisas, ceroulas, chinelos, meias, sapatos, chapéus e guarda-chuvas, recomendava-se que as roupas fossem de qualidade nos tecidos e modelagem. Alguns imigrantes que conheciam os trâmites alfandegários aconselhavam á trazer os tecidos cortados e alinhavados e as solas dos sapatos sujas, evitando assim que fossem retidos na entrada.

Nas correspondências especificava-se com detalhes o que deveria ser levado ou deixado, vendido ou doado. Os objetos que apresentarem possibilidade de uso no Brasil eram transportados, como ferramentas de ofícios (lápis de carpintar, esquadro, martelo, serrote, prima, lima, cinzel), utensílios agrícolas (foice, pá, enxada, machado), incluindo instrumentos musicais (violão, violino, guitarra,

pandeiro, adufe, castanholas, concertina, flauta e gaita).

Enquanto a roupas tanto grossas como finas tudo é preciso tanto de cama como de corpo, ferramenta traz um prisma ½ kilo e traz uma colher grande d' aço que seja boa para rebocar traz um ou dois metros de molas traz trez timas das mais compridas feitas em sinzel que chamamos talha deixa o martelo compras cá não precisas de mais ferramentas. (Carta de 03/06/1913, APESP, n.205)

Eram vários os apetrechos e maquinário considerados de serventia, por carta Antonio Fernandes pedia à esposa que trouxesse sua máquina de costura bem encaixotada, igualmente, aparecem referências a fusos para fiar, teares e utensílios de costura.

Que não esqueçam bordados a retrós bonitos e compra para tua cunhada 6 peças de renda de linho, 2 da largura de um dedo, dois de dois, 2 de três dedos, da mesma qualidade da que veio no saio que mandara pelo Simão para tua cunhada. Compra 6 jogos de agulhas amarelas para ensinar tuas sobrinhas a fazer meia e traz dois arráteis de algodão fino para meias, talvez um arrátel chegue. Minha irmã que te dê amostras de crochê. (Carta de 01/04/ 1884. ADP, proc. n. 241)

Entre os objetos trazidos na mala do imigrante, encontravam-se diversos utensílios de uso doméstico, como: louças, talheres, roupas de cama e mesa, travesseiros, cobertores, mantas, colchões e móveis, estes componentes sugere a manutenção de costume e hábitos da terra.

Anna traz com tigo os lenções que tiveres, e traz 2 cobertores, e a tua roupa toda, e traz a fáca que

era minha, e toalhas um trabeceiro ou 2; os colxões, tudo isto que venha lavado, tráz isto tudo dentro da minha caixa, e 2 mantas das milhores, e o resto que tiveres, vende tudo a quem tepágue logo. (Carta de 10/08/1912. ADP, proc. n. 482)

Em várias mensagens aparecem pedidos para que se trouxessem objetos de valor, joias, cordões, medalhas, brincos, broches e anéis de ouro, também relógios; todavia, se alertava guardá-los com cuidados durante a viagem. Estes valores poderiam significar uma forma de transportar um capital, manter um bem ou presentear:

Também lhe dirás que se ella vier que traga uns brincos para a D. Maria (a espanhola) bem sabes quem tem o valor de 2\$500 reis mais ou menos porque será a primeira mulher amiga que ella aqui terá. (Carta de 08/07/1912. ADP, proc. n.983)

Eram comuns os pedidos de produtos alimentícios terra como presunto, embutidos, amêndoas, noz, azeites, vinhos, salpicões, pinhões, entre outros. Era a oportunidade de matar as saudades dos sabores de além-mar; na experiência de deslocamento, a alimentação era o último costume abandonado, podendo ser considerado até um fator de resistência.

Nas epístolas pedia-se a confirmação do nome do vapor e data de chegada, cuidava-se para que no porto ou na estação ferroviária tivesse alguém para recepcionar o recém-chegado, ajuda-lo na terra desconhecida.

Se eu não estiber em Santos e a Snra. não puder tirar as caixas ou

bagagem que trouxer a Snra. bai na estação do caminho de terra e compra bilhete para Pirituba ali eu tenho dado probidências leve o conhecimento de bagagem que no dia seguinte eu benho buscar as ditas. (Carta de 22/07/1912, APESP, n.126)

#

Estas correspondências se apresentam como uma documentação com grande potencial, para revelar relações pessoais, familiares (desagregação, distanciamento e reencontro), laços de parentesco, compadrio e conterraneidade; envolvendo solidariedades, expondo interesses, perspectivas e possibilidades na sociedade de saída e de acolhimento; novas experiências e projetos, mudanças e permanências, dificuldades, desafios, perspectivas e possibilidades. Desvelam cobranças, compromissos, desabafos, conflitos, confidências, segredos, intrigas, amores e rompimentos, ciúmes, medos, saudades e esperanças, assim

como, outros sentimentos, sensibilidades, sonhos e opiniões. Dessa forma, as missivas permitem recuperar diversas questões que envolvem os deslocamentos, cabendo destacar que o maior sentido observado na documentação era o desejo de reunificação familiar.

Para o pesquisador, as correspondências provocam muitas inquietações sobre os desdobramentos das trajetórias, se a reunificação familiar foi possível, se maridos e esposas se reencontraram. Mas, infelizmente, torna-se impossível responder a todas estas inquietações. Se a missão do historiador é questionar o passado contando suas histórias, cabe encerrar esta narrativa, com uma adaptação do dito popular... "Entre uma carta e outra, quem quiser que conte outra"

Bibliografia:

- ALVES, Jorge Fernandes. Os Brasileiros. S/e, Porto, 1994.
- BAGANHA, Maria Ioannis. Migração transatlântica: uma síntese histórica, in: Desenvolvimento econômico e mudança social. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- BASSANEZI, M. Silvia, e alli. Repertório de legislação brasileira e paulista referente a imigração; SP, EDUNESP, 2008.
- BLASS, Veronica, "Puentes de papel": apuntes sobre las escrituras de la emigración", in Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 10, n. 22, p. 93-119, jul./dez. 2004.
- CAFFARENA, Fabio. Introduccióin, in: CAFFARENA, Fabio e MARTÍN, Laura M. Escrituras migrantes: una mirada ítalo-española. Genova, Franco Angeli, 2012.
- CHARTIER, Roger. Avant-propos, in La correspondence, les usages de la lettre au XIXe siècle. S.l.: Flayard, 1991.
- CORTI, Paola. Storia delle migrazioni internazionali. Roma, Editori Laterza, 2007.
- CROCI, Federico. "O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil", in Revista Locus, v.14, n.2

julho/dez/2008.

CUNHA, Carmen Alice Aguiar de Moraes Sarmento "Minha querida marida" subsídios para o estudo da família emigrante através das cartas de chamada 1890-1914, in: Actas do Congresso Maia, história regional e local, 1999. pp. 285 a 296.

DAUPHIN, Cécile. Questions à l'histoire culturelle des femmes. Les manuels épistolaires au XIXe siècle. In: Genèses, 1995, v. 21, N.21, pp. 96-119.

DEVOTO, FERNANDO J, Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino. In: Estudios Migratorios Latinoamericanos, n. 8, CEMLA/Buenos Aires, 1988, pp. 103-123.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. RJ, Jorge Zahar, 1994.

FREITAS, Sonia M. Presença Portuguesa em São Paulo, SP: Imprensa Oficial, 2006;
FRUTUOSO, M. Suzel G. A Emigração Portuguesa e sua influência no Brasil: O Caso de Santos (1850-1950), mestrado, FFLCH/USP, 1989;

GIBELLI, Antonio. "Fatemi unpo sapere...": scrittura e fotografia nella corrispondenza degli emigrante liguri. In: LA VIA delle Americhe: l'emigrazione ligure tra evento e racconto. Catalogo della mostra, Genova, set.-dic/1989. Sagep Editrice, pp. 87-94.

GIBELLI, Antonio; CAFFARENA, Fabio. Le lettere degli emigrante. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina e FRANZINA, Emilio. Storia dell'emigrazione italiana. Roma: Donzelli, 2001. v. 1, p. 563-574.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a Emigração Portuguesa (1855-1914). in: FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América. São Paulo: Edusp, 2000.

MATOS, M. Izilda S. de. Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano SP séculos XIX e XX. Bauru: EDUSC, 2013.

MENDES, José Sacchetta Ramos. Laços de sangue; privilégio e intolerância á imigração portuguesa no Brasil. Porto, CEPESE, 2010.

MOURA, Soraya e PAIVA, Odair da Cruz. Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, São Paulo, Paz e Terra, 2008.

PASCAL, Maria Aparecida. Portugueses em São Paulo. SP: Expressão e Arte, 2005.

PEREIRA, Miriam Halpern. A política portuguesa de Emigração, 1850-1930, Bauru, EDUSC, 2002.

RODRIGUES. Henrique. Escrita de Emigrantes: Abordagem à Correspondência Oitocentista. In: Escritas das Mobilidades, Centro de Estudos de História do Atlântico. Funchal, Madeira. 2011.

TRUZZI, Oswaldo. "Redes em processos migratórios". In: *Tempo Social, Revista de sociologia da USP*. São Paulo: v. 20, 2008, p. 199-218.

RECEBIDO 10/01/2018

ACEITO 11/01/2018

CARTAS E DESCOBERTAS: O TERRITÓRIO PAULISTA NOS ESCRITOS DE TAUNAY (1865-1866)

Airton José Cavenaghi

Professor Pesquisador, Mestrado e Doutorado em Hospitalidade. Universidade Anhembi Morumbi (UAM-SP). Email: acavenaghi@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a produção epistrológica de Alfredo de Taunay (1865-1866), durante sua jornada na região do conflito da Guerra do Paraguai, quando atravessou o território da Província de São Paulo. Procura compreender os aspectos narrativos e etnográficos desta produção textual, associando-a às percepções do caminho e ao território da jornada, a recepção recebida nos lugares de hospedagem, bem como a análise e recuperação de narrativas associadas aos processos constituintes de o setor de serviços de hospitalidade, nesse momento histórico específico. Além disso, apresenta a relação entre a produção das narrativas de Taunay, associando-a a outras produções documentais de outros personagens, presentes ou não, nas suas narrativas originais.

Palavras chave: Epistolografia; Hospitalidade; Província de São Paulo; Século XIX.

ABSTRACT

This article analyzes Alfredo de Taunay's epistolographic production (1865-1866), during his journey to the region of the conflict of Paraguayan War, when he crossed the territory of the São Paulo Province. It seeks to understand the narrative and ethnographic aspects of this textual production, associating it with the perceptions of the way and the territory of the journey, the reception received in the lodging places, as well as analyzing and recovering narratives associated with the constituent processes of the hospitality service sector, in that specific historical moment. Besides this, it presents the relation between the production of the narratives of Taunay, associating it with

other documentary productions of other characters, present or not, in their original narratives.

Keywords: Epistolography; Hospitality; Province of São Paulo; XIX century.

O espaço vivenciado é a experiência de construção do coletivo, e fundamenta-se na expressão da formação da memória humana. É necessário um substrato que acomode esses compostos que fazem com que as memórias ganhem espaço e sejam vivenciadas por outros. Na análise aqui apresentada, utilizam-se das cartas escritas pelo então Visconde de Taunay quando em seu caminho para a Campanha de Mato Grosso, entre 1865 e 1866, no início da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.

Para Maretti (1996, p. 130), esse material é classificado, pela forma como foi escrito e, posteriormente publicado, como Memórias. Há um lapso entre a produção e a publicação do livro. Essa realidade mostra que os acontecimentos relatados remetem as primeiras impressões de seu observador. São relatos não lapidados, "diamantes brutos", cujo valor está em expor uma personalidade e provocar reações satisfatórias ao seus leitor.

Em um cenário pouco vivenciado pelo "colonizador europeu", ainda na segunda metade do século XIX, o que se percebe são as descobertas de seu olhar epistrológico. Encaminhado pelo governo Imperial, para a região dos conflitos da Guerra do Paraguai entre 1865 e 1866, foi ajudante da Comissão de Engenheiros, responsável por levar notícias e caracterizações do território percorrido. O interior do Brasil, em

especial a região Noroeste da Província de São Paulo era conhecida como "Sertão Desconhecido", "Terrenos habitados por indígenas ferozes", etc.; entre inúmeras expressões semelhantes que circularam na representação de muitos objetos cartográficos divulgado no período e que já demonstravam o desconhecimento do governo brasileiro, da real situação da região. Um melhor caminho por terra que levasse aos locais do conflito bélico, fazia-se necessário e Taunay, ao fazer parte dessa Comissão de Engenheiros, ajudou a coordenar os trabalhos e a produção de uma cartografia de referência.

Na obra "Cartas da Campanha de Mato Grosso (1865-1866)", o que se observa é um Taunay "deslumbrado" por esse "sertão", descrevendo a sua fauna e flora, construindo hipótese interpretativas, reproduzindo história populares, quase e forma etnográfica. São relatos precisos de um cotidiano pouco estudado do país naquele momento e as análises de suas cartas, referentes a sua presença em solo paulista, são bem oportunas para se compreender as reais situações de formação do cotidiano da região no período.

Seus relatos começam com sua chegada a cidade de Santos, data de sua primeira correspondências; entre 07 e 09 de abril de 1865; aos seus familiares. Na cidade, por exemplo, descreve os serviços de hospitalidade existentes, hotéis, restaurantes, etc;

[...]depois almoçamos no Hotel Millon cujas peixadas são muito afamadas e merecem a reputação que têm. A que nos serviram estava esplêndida. Todos nós a ela

nos atiramos com apetite de lobisomens. (TAUNAY, 1944, p. 13).

O que se observa nesse primeiro momento é a busca de uma suposta civilidade, uma comparação necessária do viajante, na procura de uma razão para a viagem. Taunay demonstra impressões de viagens, situações rotineira que estarão presentes em suas narrativas. Há, nesse sentido, uma etnologia descritiva, carregada de classificações, orientadas pelo padrão cultural do observador. Não há isenções, há relatos e descrições, comparativos. A criação de uma espécie de aceite para o deslocamento, em uma situação de conflito.

Para esse jovem Taunay, que assinava suas cartas como "Alfredo", tudo remete a um descoberta, uma aventura ao desconhecido.

No mesmo dia sai da cidade Santos e chega ao pé da Serra de Cubatão para assim poder subir a Serra do Mar. Taunay, como outros viajantes que o antecederam, admira a paisagem, mas não esquece de comparar com outras já conhecidas. Esse modelo de análise mostra a quem sua escrita era direcionada.

[...] a subida da Serra do Cubatão, trecho de caminho de que jamais me poderei esquecer. [...] Do alto da serra descortinamos uma dessas paisagens imensas que ao crente e ao artista obumbram porque lhe dão a conhecer a sublimidade da criação. Penso que este panorama se pode comparar com muitos dos mais belos pontos de vista observados da nossa serra da Tijuca. (TAUNAY, 1944, p. 14).

Na fala de Taunay, a descrição de “nossa serra da Tijuca”, aparenta ter um sentido de posse. Embora as cartas tenham sido direcionadas a sua família, a ideia que somente poucos poderiam entender essas colocações mostra que a descrição proposta não apresenta uma isenção e assim, traz a marca das futuras narrativas do autor.

Ao chegar em São Paulo, os elementos ligados ao setor de serviços em hospitalidade são descritos.

Seriam umas nove horas da noite quando desembarcamos à porta do Hotel Europa, À rua do Rosário, onde estamos hospedados. [...] O hotel dirigido por um francês, Mr. Planel, antigo zuavo, é excelente. Mesa ótima, fartíssima, serviço irrepreensível tudo feito por escravos que Mr. Planel governa com os olhos inteiramente à militar. (TAUNAY, 1944, p. 15).

A interessante descrição Taunay, mostra uma característica pouco explorada pela historiografia, ou seja, a maneira como o trabalho se organizava em São Paulo à época da escravidão. Pouco se sabe do trabalho escravo urbano paulistano, mas aqui é possível de se perceber que as relações domésticas escravocratas tradicionais, ou seja, familiares e restritas a Casa Grande, transmutavam-se e adaptavam-se, criando outros modelos não tradicionais. A descrição do “serviço excelente”, que Taunay descreve, pode representar um padrão percebido anteriormente por ele na Corte? Essa é uma questão que pode ser trabalhada e analisada. Fato é que talvez essa seja a única descrição existente sobre a organização do setor de serviços em hospitalidade em São Paulo no período.

Outro fator é perceber que a presença de viajantes na capital da Província, estimulava o crescimento desse tipo de serviço e o setor hoteleiro começava a ganhar espaço em território paulista, antes da presença da ferrovia que iria, nos anos seguintes, modificar totalmente o panorama cultural paulista a partir de 1867.

As relações escravocratas são também detalhadas e demonstram, pela naturalidade das descrições de Taunay, um fundamento pouco descrito pela a grande maioria dos estudiosos da escravidão no Brasil.

É um senhor humano que embora exija disciplina férrea do seu pessoal, sabe reconhecer os préstimos e avaliar as forças de de cada um de seus auxiliares. Também, disse-me, se um dos escravos não pode ou não quer dar de si o que poderia fazê-lo imediatamente o vende. (TAUNAY, 1944, p. 16).

Na descrição de Taunay percebe-se que para o proprietário, escravo é mercadoria. Troca-se ou vende-se na medida que não satisfaz as necessidades instituídas. O fato é narrado com simplicidade e o ideia de que o proprietário “é humano” significa, aparentemente, que faz bom uso dessas” mercadorias” sobre sua jurisdição.

Na descrição proposta também, Taunay fala dos estudantes da Academia de Direito e de um convite que recebera para participar de um “lunch” oferecido por eles:

Fui incumbido do *speech* de agradecimentos. Já escrevi e vou mandar figurar na Semana

Ilustrada. À qual mando uma correspondência sobre nossa chegada a São Paulo. (TAUNAY, 1944, p. 18).

Assim, a carta de Taunay contempla seu objetivo. Naquele mesmo ano a *Semana Ilustrada* noticiava.

AVISO AOS NOSSUS ASSIGNANTES.

Temos a satisfação de anunciar aos leitores da *Semana Ilustrada* que uma comissão de engenheiros da força expedicionaria de Matto-Grosso, que segue hoje para essa provincia, estudou em nossa casa a photographia e levou uma machina e as necessarias preparações afim de tirar vistas e tudo o que possa haver de interessante, para junto com as necessarias descrições ser publicado na *Semana*.

Congratulamo-nos por tão importante coadjuvação, que de certo augmentará muito o interesse que o publico tão benevolamente tem mostrado á nossa publicação.

Os cinco membros da comissão photographica são : capitão, *Antonio Florencio Pereira do Lago*; tenente, *João da Rocha Fragoso*; dito, *Catão Augusto dos Santos Roxo*; dito, *José Eduardo Barbosa*; dito, *Alfredo d'Escraquole Taunay*.

Typ. do IMP. INST. ARTISTICO — Largo de S. Francisco n. 16.

Figura 01. Fonte: *Semana Ilustrada*, edição 00225, Abril de 1865, p. 1802. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pasta=ano%20186&pesq=<acesso 14/11/2017>](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702951&pasta=ano%20186&pesq=<acesso%2014/11/2017>)

Alardeava-se a presença de uma câmera fotográfica, instrumento pouco conhecido e que apenas alguns dominavam sua técnica no Brasil. No período em São Paulo, o fotógrafo Militão Augusto de Azevedo, já trabalhava com imagens da cidade e retratos de pessoas, pelo menos desde 1860. Da imagem retratada já faziam uso os estudantes da Academia de Direito que se deixavam fotografar, encaminhando suas

imagens aos seus familiares, futuras pretendentes, etc. (CAVENAGHI, 2000).

A viagem de Taunay mostra-se muito interessante na descrição do trajeto para o interior da então Província de São Paulo. Ao deixar a capital, em 10 de abril de 1865, o escritor comenta:

[Pouso de Taipas] É esse o primeiro pouso da nossa

expedição que tão longe tem de ir pelos sertões até chegar às terras que os invasores estão. (TAUNAY, 1944, p. 22).

Saindo para a cidade de Campinas, a expedição cruzou a Ponte Grande, na zona norte da capital, seguiu até a Freguesia do Ó e acampou em "um pouso de tropeiros chamado Taipas". Nesse pequeno trecho demorou-se o dia todo, pois em carta datada do dia, 13 de abril, dizia que em 12 de abril encontrava-se caminhando em direção a Perus, no pouso Olhos d'água, que possuía uma "fonte de águas termais". No dia 12 estavam a caminho de Jundiá, hospedando-se em uma estalagem, em um lugar chamado "Califórnia" (TAUNAY, 1944, p.22-23). O alemão que dirigia o estabelecimento, dizia que "tinha encontrado a sua Califórnia", e em função disso dera o nome ao lugar. Um nome que remete a forma como as notícias circulavam. A ocupação da Califórnia, no Oeste do território Norte Americano a partir da segunda metade do século XIX, repercutia em todas as direções, e locais ainda pouco povoados, como o interior de São Paulo no período, eram comparados diretamente a região norte americana, oferecendo infinitas possibilidades de enriquecimento aos que se aventuravam, como exemplo, com o desenvolvimento de atividades comerciais na região.

Na próxima parada, a expedição, Taunay chega a Jundiá, e é festivamente bem recebido. A cidade um dos pontos de parada da futura estrada de ferro e para Taunay, já se "encontrava animada" com o comércio advindo desse processo.

O CAMINHO PERCORRIDO

O caminho inicial percorrido por Taunay nessa passagem pela Província, já era bem conhecido e mapeado desde 1837. Daniel Pedro Müller em seu "*Ensaio de um quadro estatístico da Província de São Paulo*", anexou um mapa com as principais caminhos da Província.

Nele é possível de observar que antigos caminhos herdados dos naturais do território ou mesmo estabelecidos desde a época dos bandeirantes, são apresentados, inclusive, com referências de distâncias a serem percorridas. A obra de Pedro Müller por essas características, entre outras, mostrou-se fundamental aos planos administrativos do governo provincial. Esse fato levou a Província a financiar sua publicação e durante muito tempo o livro de Müller foi considerado o primeiro livro editado na Província em 1838. Na atualidade, sabe-se que não, embora isso não o descaracterize como um dos principais instrumentos utilizados para a produção de dados necessários a conduzir a realidade administrativa da Província.

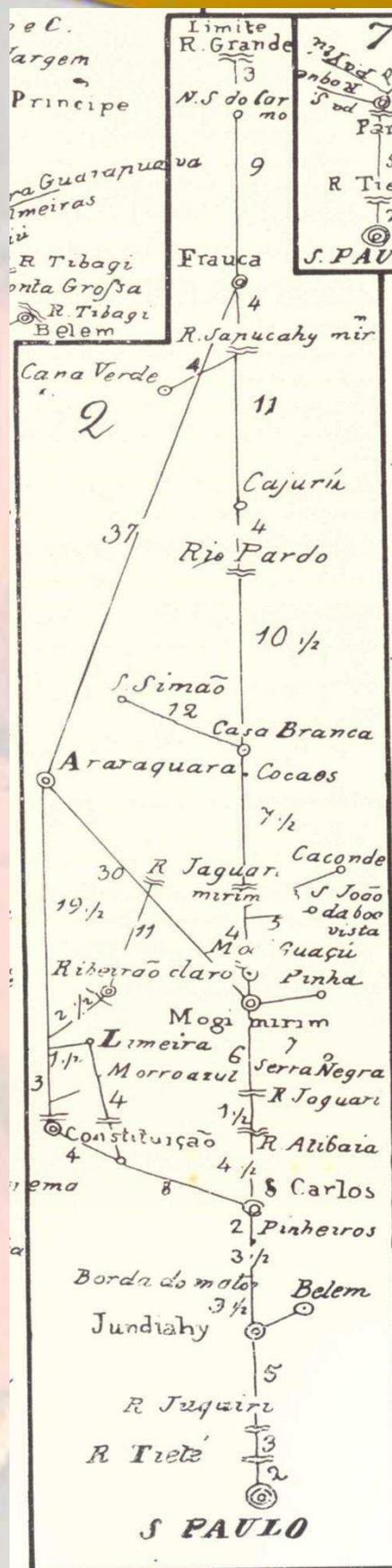


Mapa 01: Itinerário das principais Estradas da Província. In: MÜLLER, D. P. (1978, p.A-244)

Mapa 02: Itinerário das principais Estradas da Província. In: MÜLLER, D. P. (1978, p.A-244), recorte mostrando o caminho entre São Paulo e a fronteira com Minas Gerais: "Estrada Geral que vai para Goiazez" (MÜLLER, D. P., 1978, p.60) . "Dº.º, a o Rio Grande, limite com Goyaz".

Bom tempo depois a obra de Müller, no ano de 1874, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publica em sua edição, o "Relatório Geral da Comissão de Engenheiros ás forças em expedição para a Província de Mato Grosso: 1865-1866". Neste material é possível de se observar esse detalhamento capturado por Taunay, na exposição mais detalhada das

distâncias percorridas, descrição de obras estruturais; pontes e estradas; além das



características econômicas de cada local, no qual a Expedição de Taunay passou. Essas características são mostradas com imensa riqueza de detalhes, diferente da narrativa das cartas de Taunay encaminhadas aos seus parentes.

As estradas e caminhos, em especial aqueles que levavam ao interior do Brasil eram pouco percorridas por aqueles que não estavam diretamente envolvidos com o processo de ocupação de determinada região. As narrativas propostas por Taunay, mostram o que um “estrangeiro” poderia observar daquele cotidiano e espaço territorial pouco conhecidos, pelas elites administradoras do país e o território paulista é um exemplo desse desconhecimento.

Analisando a hospitalidade dos paulistas, Taunay fala bem de Campinas e de Jundiá. Para as cidades de Itú, Mogi-Mirim, Limeira e São João do Rio Claro, argumenta que são localidades conhecidas pelo seu isolamento, ao contrário da cidade de Sorocaba sobre a qual dizia-se que havia mais sociabilidade: as históricas feiras de animais, que existiam no local desde o século XVIII, permitiram isso.

“Caipira escorraçados” porém são os que teremos de encontrar em nossa marcha para o Oeste da província, de São Paulo e o antigo sertão da Farinha-Pôdre em Minas, anunciou-se. _Com a sua chegada as casas de beira de estrada ficarão vazias, tudo fugirá, afirmou-se. (TAUNAY, 1944, p. 31).

Esta ausência de pessoas relava uma característica comum na região, ou seja, a não sociabilidade

com viajantes. Mostra-se, também, que esse necessário acolhimento só acontecia, com maior facilidade, em locais de intensa circulação de pessoas, nos quais o elemento estrangeiro era reconhecido e acolhido, e não apenas temido.

Na sequência de seus relatos Taunay descreve tudo aquilo que lhe chamava a atenção na cidade de Campinas. Descreveu o arruamento, as construções em taipa de pilão; criticando limitações técnicas construtivas deste método. Comentava com seus companheiros, do atraso para recuperar os animais de montaria que fugiam, entre outros assuntos. De suas refeições sempre tecia um comentário, como exemplo.

Durante toda minha primeira semana de viagem só comi churrasco (carne assada com sal). A ele me atirei com uma apetite de lobisomem e às vezes até sem fome. (TAUNAY, 1944, p. 36)

Essa última fala de Taunay mostra uma curiosidade sobre o cotidiano das viagens nesse locais mais isolados do país. As refeições eram sempre limitadas ao preparo de um único tipo de alimento. O preparo do arroz tropeiro, por exemplo, é consequência das chamadas tropas de animais em viagem para os locais das feiras. Na descrição do preparo do churrasco, observa-se uma outra opção de alimentação e isso talvez seja um fator que represente a classe social a qual pertencesse o viajante, além do tipo de pessoas que faziam parte da expedição.

Nas tropas de mulas e gado, o uso do arroz tropeiro, por exemplo, era comum pois não havia tempo hábil

para a existência de uma cozinha aparelhada. Poderia se prepara-lo, com apenas uma panela. O próprio arroz tropeiro, também poderia receber como ingrediente da receita, a carne não utilizada no churrasco da véspera.

Outro elemento de curiosidade nas escritas de Taunay, é observado na descrição do uso da fotografia, que sempre desperta em Taunay um comentário favorável. Como por exemplo:

A aplicação da fotografia para o levantamento topográfico é muito importante e dela fale a alguns companheiros, apesar de não termos ainda feitos experiências. Parece-me aliás que não as faremos. (TAUNAY, 1944, p. 40).

Sobre essa questão relacionada ao desenvolvimento da fotografia no Brasil, quando Taunay estava na região de Campinas, procurou e encontrou Hercules Florence, que vindo da Savoia, território anexado pela França, fixou residência na região. As primeiras experiências com o uso da fotografia em território brasileiro foram desenvolvidas por ele. No mapa das *"Itinerário das principais Estradas da Província"*, publicado por Daniel Müller, observa-se em seu rodapé a autoria do objeto: *"Polygraphia de Hércules Florence, inventor d'esta nova arte"*. Já em 1838, Hércules Florence pensava em usar os recursos da fotografia para a produção de cópias de documentos evitando, assim, possíveis falsificações. Sua descoberta fez com que Borys Kossoy, o responsabilizasse por ser o "(...



descobridor isolado da fotografia no Brasil". (KOSSOY, 2006).

Essa aproximação de Taunay com as novidades tecnológicas de sua época, é um assunto recorrente na correspondência enviada para os familiares na Corte. Ele fala de seus projetos de engenharia, o uso da fotografia em topografia; que reclama serem quase impossíveis de se realizarem-se, pois era difícil a manipulação da imagem fotográfica (revelação) em campo; dos viveres que recebe de casa, sapatos e lenços bordados, enlatados escova de dentes, etc. O que se observa é um jovem obediente, em busca de reconhecimento e sempre preocupado com a aprovação dos seus familiares.

[05 de junho de 1865 (Campinas)]. Meu caro Papai. Responda às pressas algumas palavras somente para cumprir o dever de sempre lhe escrever. A mala aqui chegou às 6 horas da noite e só li as suas cartas às 2 da

madrugada. (TAUNAY, 1944. p. 57).

Ao final de junho de 1865, a expedição finalmente sai em viagem para a região do conflito da Guerra do Paraguai. Ela segue em direção a cidade de Mogi-Mirim, até atingir a cidade de Franca, caminho que levaria a Província de Minas Gerais e posteriormente a província de Mato Grosso.

Em função desse fato, Taunay pede aos seus parentes que enviem as cartas para a cidade de Uberaba pois acreditava que estaria lá, em 12 dias. No caminho afirmava que em sua passagem "[...] encontrávamos quase todas as casas fechadas. Fogem os moradores ao nos aproximarmos" (TAUNAY, 1944, p. 66).

Nesse momento se fossemos observar apenas esses escritos de Taunay, reforça-se a ideia que a região no interior da

Figura 02: FLEIUSS, Henrique. (atribuição). Comissão de engenheiros da Campanha de Mato Grosso e Retirada da Laguna (o Visconde de Taunay aparece na foto de pé, ao centro). Impressão sobre papel, 14,5 cm x 11,2 cm. In: TAUNAY, Visconde de. Memórias do Visconde de Taunay. São Paulo: Melhoramentos, [1946-1948]. p. 164-165. (CAVENAGHI, 2009, p. 196).

"Tiramos [uma fotografia] um grupo em volta de uma mesinha de trabalho. Saiu muito bem e é um mosaico do qual Miranda ocupa o centro. Rosen me fotografou quase de perfil e ficou entusiasmado com a prova, que saiu com efeito excelente. (TAUNAY, 1944. pp.48-49). Nesse livro Taunay identifica o fotógrafo. O sueco Rusen, e não Henrique Fleiuss, como tradicionalmente é noticiado. Nesse momento a fotografia já era bastante conhecida e utilizada e passava a ser para inúmeros propósitos. Os membros da expedição de Taunay se deixarão fotografar ao redor de um mapa, criando a alusão, no registro fotográfico, para referendar a própria função que exerceria uma "comissão de engenheiros".

Província vivia um isolamento e um medo constante do viajante. Mas, em outro de seus escritos, publicados já ao final do século XIX, isso é esclarecido. Ele argumenta, neste caso, que a ausência de pessoas referia-se ao “medo do alistamento militar”. De fato a situação cotidiana no território do interior da província, relacionada ao acontecimento ligado ao conflito bélico no território Paraguai, despertava medo, e o temor do alistamento forçado era uma constante. (CAVENAGHI, 2009).

A presença de tropas a caminho do conflito também alimentava uma outra situação, ou seja, o desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas ao abastecimento destas, mas esse tipo de comércio havia diminuído naquele momento pois, segundo Taunay:

A navegação do rio Paraguai desviou o comércio de tropas para Mato-Grosso provocando sensível diminuição do movimento em diversos lugares da Província de São Paulo, desde Mogi-Mirim e Casa Branca até Franca e Santa Rita. (TAUNAY, 1944, p. 73).

A cidade de Franca é a última que a expedição visita em território paulista.

Transpusemos o Sapucaí numa ponte que *murablie dictu* está bem conservada e afinal, depois de atravessarmos os dois ribeirões chamados dos Coqueiros, avistámos a Franca do Imperador onde escolhemos ótimo lugar para camparmos (...). O local da cidade é muito bonito e foi muito bem escolhido. Assenta-se ela num chapadão que descamba para os córregos das Catocas e dos Coqueiros. Terá Franca perto de sessenta anos (...) o nome lhe

venha do antigo Governador da Capitania de São Paulo, Franca e Horta, no princípio desse século. Como seja um lugar de ótimos ares e boas terras cresceu bastante apesar da extrema turbulência dos indivíduos que para ali afluíram de todos os recantos do sertão. (TAUNAY, 1944, 71).

Estas informações, presentes nos relatos de Taunay, mostram a dinâmica formativa da região paulista na fronteira com a Província de Minas Gerais. A decadência da produção aurífera, por volta das duas décadas iniciais do século XIX, motivou a migração dos habitantes de Minas Gerais para regiões próximas ao Rio Grande, marco natural da divisa das Províncias de São Paulo e Minas Gerais. Franca enfrenta seu maior desenvolvimento no período extensível a outras cidades localizadas nessa região de fronteira, e na região noroeste da Província de São Paulo; local cartografado muitas vezes na época como “sertão desconhecido”, por exemplo, observará a fundação de novas vilas. As chamadas Revoltas Liberais desencadeadas a partir do ano de 1842, contribuíram decisivamente por força uma migração de pessoas para a ocupação da região dessa região que ainda não estava totalmente mapeada (ALMEIDA, 1942). É nesse cenário de imposição de uma civilidade, que a expedição da qual fazia parte Taunay, se deparou. Os escritos do Visconde refletem esse posicionamento de busca dessa civilidade.

HOSPITALIDADE E ACOLHIMENTO PELAS CIDADES E PELO SERTÃO PAULISTA

Na questão as hospitalidade, referenciada nesse artigo como a análise da aceitação do viajante – o estrangeiro – na região da Província de São Paulo, Taunay em seus escritos demonstra aspectos interessante e poucos explorados pelos estudos relacionados a história da região. Neste artigo já foram referenciados, por exemplo, uma preocupação constante na descrição de locais de hospedagens e de alimentação.

Logo no início o Visconde fala do Hotel de sua chegada, o Hotel Million:

Adolfo Augusto Millon nasceu na velha Ubatuba, em 29 de junho de 1851. Foram seus pais os súditos franceses Pierre Millon e Aimée Louise Millon, que na segunda metade do século passado (N.E.: século XIX) fixaram residência em Santos, onde estabeleceram um hotel, na Rua Septentrional da matriz. O Hotel Millon encerrou seu funcionamento em 1871. Esse hotel dirigido com esmero por mme. Millon, que enviudara em 1865, ficou fixado em livro, pela memória do visconde de Taunay, que nesse ano aí se hospedara. (NOVO MILENIO, 2017)

A descrição de um estabelecimento de hospedagem é uma constante nos textos produzidos pelos viajantes do período. Acredita-se que ao realizar a descrição, estabelece-se um efeito comparativo que possibilita a compreensão maior daquilo que é observado. Nessas comparações, características de civilidade, associadas ao

desenvolvimento material do local visitado, é o elemento mais citado e lembrado. Neste caso, a cidade de Santos reproduzia aspectos civilizatórios típicos de cidades brasileiras de passagem de viajantes. Nesse momento da história do Brasil, a presença de um porto marítimo ou fluvial, é a principal consequência para desencadear este tipo de análise. Quanto maior a diversidade de pessoas de passagem, maior será a possibilidade de encontros e como consequência direta, a aceitação do estrangeiro, do viajante, do estrangeiro e de novos comportamentos culturais.¹

Na cidade de São Paulo, Taunay descreve essa movimentação:

São Paulo nesse momento está muito movimentado, contando grande afluência de estrangeiros por causa dos trabalhos da estrada de ferro. No nosso hotel vários deles se acham hospedados, havendo na cidade mais dois hotéis que dizem ser muito bons também. Os progressos têm sido rápidos nos últimos tempos, nesta capital, augurando-se que a abertura da linha da estrada de ferro para Santos trará enorme desenvolvimento ao comércio e à lavoura da província. (TAUNAY, 1944, p. 19).

Conhecida pelo seu isolamento social, cultural e econômico, a cidade de São Paulo ficou com seu desenvolvimento urbano, praticamente inalterado durante seus séculos iniciais de povoamento europeu, entre os anos de 1554 e 1850, ficando restrita ao espaço entre os vales dos Rios Tamanduateí e Anhangabaú, e somente irá se desenvolver urbanisticamente, com

¹ A análise aqui descrita refere-se ao seu tempo histórico específico. Na época contemporânea de extrema mobilidade humana, a equação não se aplica, ou seja, cada momento histórico, com suas especificidades culturais, políticas e econômicas. Para detalhes dessa análise ver: VESENTINI, 1997.

os trabalhos da ferrovia que seria inaugurada em 1867.

Apesar dos aspectos aparentes do desenvolvimento local, Taunay comenta sobre a cidade e seu cotidiano:

Tenho gostado muito da estada aqui. Estamos sendo obsequiados sobretudo pelos estudantes e lentes da Academia. Das paulistas pouco poderei dizer por enquanto, pois muito pouco as tenho avistado. São as famílias aqui em geral muito retraídas, como bem sabemos, pouco saem a passeio. (...) Muitas mulheres de mantilha se veem pelas ruas encaminhando-se às igrejas. Dizem-me aqui que em Campinas há muito mais sociabilidade do que em São Paulo. (...) Na representação teatral que assistimos, a assistência se compunha de homens em enorme maioria, poucas famílias pelos camarotes. (TAUNAY, 1944, p. 20)

Talvez a fala descrita por Taunay nessa carta, destinada para a sua irmã, ajude a compreender a sua preocupação com a presença e comportamento, das mulheres na região. Sua escrita é de construção de uma imagem comparativa, ou seja, como é o comportamento feminino em terras paulistas e aparentemente mostra assuntos que interessariam a sua irmã.

A presença dos estudantes da Academia é um outro exemplo interessante descrito por Taunay. Ao falar da receptividade que teve deles, além daquilo já descrito nesse artigo, percebe-se que somente a presença da Academia criada em 1828, não foi o suficiente para modificar os comportamentos sociais e culturais que caracterizaram o isolamento da região. De fato, a presença de poucos

estudantes pouco alterou a maneira do habitante acolher o estrangeiro. As modificações significativas só acontecem com a presença dos trabalhos da estrada de ferro, que movimentavam a cidade e começaram a tirá-la desse já reconhecido isolamento cultural.

A historiografia tradicional alimentou durante muito tempo, o mito de que um pequeno grupo de estudantes modificou o desenvolvimento urbano da urbe, principalmente Ernani Silva Bruno, que inclusive dedicou a esse assunto, um capítulo de seu trabalho chamando-o de: *Burgo de Estudantes*.

Dizia ele, citando Richard Morse:

Foi a Academia de Direito que principalmente arrancou a capital da província do seu sono colonial e foi a presença dos estudantes — observou Morse — que criou condições para que se inserissem em sua existência, alterando-lhe a estrutura e os costumes tradicionais, os hotéis, as casas de diversão, o teatro e as atividades intelectuais. A vida nas repúblicas — escreveu esse pesquisador — provocou um rompimento abrupto do austero código do sobrado e da família. (BRUNO, 1954, p.455-456).

No setor de hospedagem, o fator fundamental para o desenvolvimento de situações estruturais para o acolhimento, remete a ideia de que:

A ferrovia que havia chegado a cidade desde 1867, passa a receber um volume cada vez maior de viajantes, mudança que, em certos aspectos, elucida o perfil da ocupação urbana da urbe.

A presença do *Hotel da Estação*, demonstra esta transformação, apontando para o caminho de ocupação e desenvolvimento que a cidade seguia, ou seja, o ritmo dos caminhos a serem percorridos pelos viajantes. (CAVENAGHI, 2011, p. 131).

Com a crescente presença de viajantes, o setor de hospedagem e alimentação na cidade, ganha um perfil que não era mais compatível com a formação histórica inicial da urbe. O rompimento desse isolamento histórico transforma o panorama cultural predominante até então, e aquilo que Taunay relata da região em suas cartas reflete essa nova percepção. É nesse exato momento que Taunay descreve suas impressões. Aquilo que se observava mostrava o momento de uma espécie de ruptura, ou seja, permanência de antigos valores, mas em certos aspectos, já considerados não pertinente com aquilo que o desenvolvimento material apregoava no período. Assim, é possível de se analisar propagandas relacionadas ao setor, que já circulavam em meios de comunicação, tais como jornais e almanaques.

O meio de hospedagem propagava possuir "sala de banhos" e "jardim de recreio", elementos que identificam uma urbanidade crescente, além de oferecer "comida a toda hora". Oferecer alimentos aos forasteiros em todos os momentos do dia demonstra que São Paulo absorvia a tendência de centros urbanos com características metropolitanas no qual um horário fixo para as realizações cotidianas de seus habitantes, começava a perder o sentido original. (CAVENAGHI, 2011, p. 132).

Nos pensamentos e escritos de Taunay, a civilidade que se buscava associava-se a presença dos setores de serviços e neste aspecto, o setor de hospitalidade passa a refletir diretamente a percepção deste novo cenário que se apresentava.

CIVILIDADE E SERTÃO

"Sertão Desconhecido", "Sertão habitado por índios selvagens", etc; era assim que grande parte do território paulista; em sua porção noroeste mais especificamente; era conhecido na época da viagem de Taunay. A sua presença nesta região significou, de maneira simbólica, a presença do Estado preocupado em conhecer o espaço existente e sua possibilidade de classificação e ordenação.

Na porção mais a noroeste do território, era comum encontrar-se a classificação descrita, reproduzida em vários objetos cartográficos produzidos no período. A expedição da qual fazia parte Taunay também foi responsável pela produção de alguns mapas desta região, mas segundo Afonso de Taunay, seu neto e responsável pelo prefácio do livro aqui analisado:

Numerosas cartas remetidas dos sertões de Goiás e Mato-Grosso ao Barão de Taunay e a sua filha [perderam-se] nas calamidades da Retirada de Laguna. Do mesmo modo se perdeu o copioso material de vocabulários indígenas, desenhos, plantas topográficas, que o V. de Taunay executava e colecionava deixando-os em Niouc. (TAUNAY, 1944, p.10)

Os originais das correspondências aqui analisadas, só sobreviveram pois o Visconde, ao retornar de sua missão, recuperou-as com seus parentes, destinatários dessas cartas. Da produção cartográfica acredita-se - pois somente este mapa foi encontrado em pesquisas recentes - que apenas um mapa tenha sobrevivido, pois teria sido produzido na volta da expedição.

O objeto cartográfico conhecido trata-se do: *"Itinerário topográfico da marcha da Força Expedicionária a província de Mato Grosso desde São Paulo até o Coxim compreendendo a estrada que da cabeceira de Boa Vista se dirige à cidade de Campinas pôr Sant'Anna do Parnaíba, São Francisco de Salles, São Bento de Araraquara, e a parte da estrada-geral que do rio Paranaíba se dirige a Cuiabá pela capital de Goiás segundo as observações de d'Alencourt, construído e oferecido ao Governo de S. M. O Imperador pelo Capitão do Estado Maior de 1ª Classe B.el Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, membro da Comissão de Engenheiros junto à Força Expedicionária. 1867"*.

Essa documentação encontra-se depositada no setor de Cartografia da Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro, e nela é possível de se perceber esse desconhecimento do território, pois a forma como o objeto cartográfico é produzido demonstra isso. As localidades citadas ainda são pequenos arrais, fazendas ou sítios, que posteriormente seriam loteadas e transformadas em embriões de futuras cidades. No traço do cartógrafo há particularidades interessantes, como exemplo, o fato do cartógrafo apenas registrar o

traçado do caminho de volta da expedição, limitando-se a expor ou "mapear" o terreno ao redor desse mesmo caminho. A expedição não fez explorações ou descreveu particularidades regionais e assim, o mapa é apenas indicativo e não representativo da vivência da viagem.

Essa vivência da volta da Expedição, poderá ser observado em outras obras do Visconde, como nos exemplos dos livros "Visões do Sertão" e "Céus e Terras do Brasil", nos quais nota-se um Taunay mais amadurecido que aquele jovem "Alfredo", de vinte e poucos anos, que assinava as cartas produzidas entre os anos de 1865 e 1866.

CONCLUSÃO

A maneira como as cartas de Taunay sobreviveram ao tempo, são situações que na história de preservação de uma documentação, são pouco usuais. Depende-se para isso, de uma série de fatores, entre eles o momento de sua produção, conhecimento do valor da guarda e a identificação simbólica do material produzido com seu produtor ou destinatário. No caso aqui analisado nota-se isso muito bem.

O momento da produção é como se a carta a ser escrita, fosse a interlocução direta com o destinatário. Um conversa registrada. Nota-se que em alguns acervos documentais atuais, há uma série de "Livros Copiadores de Cartas", usados inicialmente para documentação comercial, mas posteriormente adotados por muitas pessoas ao final do século XIX como algo rotineiro. Nota-se aqui, que o que é registrado refere-se a situação de uma elite

letrada, na grande maioria urbana e possuidora de bens de consumo.

O conhecimento do valor da guarda é quase impossível de ser classificado ou mensurado. Pode representar um valor sentimental, amoroso ou não, ou mesmo representativo de uma situação única, que se confundiria com a identificação simbólica do material produzido com seu produtor ou destinatário.

No caso da identificação simbólica, significa transformar o objeto em algo passível de transmutação, em parte daquele que irá receber a carta que foi escrita. Trabalhar sentimentos e necessidade

que identificam-se com o patrimônio imaterial desses grupos. Uma escrita é uma memória materializada, que sedimenta esse sentimento coletivo.

Para o Alfredo das "Cartas de Mato-Grosso", a interlocução com seus parentes era mais que mostrar o "menino" obediente e bem educado. Significava, em especial, expor seus conflitos e desejos, estabelecendo uma nova realidade de vivência.

Para o Taunay, as cartas caracterizam sua inserção no mundo "dos adultos", dos medos e obrigações de um gestor, desejoso de ver a continuidade dos frutos de seu trabalho

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Aluísio de. **A revolução liberal de 1842**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

BRUNO, Ernani Silva. **História e Tradições da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro : José Olympio, 1954. [V.II Burgo de Estudantes (1828-1872)].

CAVENAGHI, A. J. **Imagens que falam: Olhares Fotográficos sobre São Paulo (Militão Augusto de Azevedo e 'São Paulo Light and Power Co'. Fins do Século XIX e Início do Século XX)**. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 2000.

_____. Uma Guerra, Dois Mapas E Duas Fotografias. O Sertão Do Noroeste Paulista E A Aventura Do Registro Iconográfico Ao Final Do Século XIX.

Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História (PUC-SP), [S.l.], v. 32, dez. 2009. ISSN 2176-2767. Disponível em:

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2424/1514>>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. J. Hotéis paulistanos: das razões da hospedagem urbana na cidade de São Paulo e as notícias em almanaques e memoriais do século XIX.

Revista Turismo em Análise, Brasil, v. 22, n. 1, p. 119-145, apr. 2011. ISSN 1984-4867. Disponível em:

<<https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/14243/16061>>. Acesso em: 01 dec. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i1p119-145>.

KOSSOY, Boris. **Hércules Florence: o descobridor isolado da fotografia no Brasil**. 3ª ed. São Paulo : EDUSP, 2006.

MARETTI, Maria Lídia Lichtscheidl, **Um Polígrafo Contumaz (O Visconde de Taunay e os fios da memória)**. Campinas-SP, UNICAMP, Tese de Doutorado, 1996, 291 f.

MÜLLER, D. P. **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo:** ordenado pelas leis municipais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. 3ª ed. Fac-similada. São Paulo : Governo do Estado, 1978 (Coleção Paulística, v.11).
NOVO MILÊNIO. **Histórias e lendas de Santos**, 2017 Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0171b3.htm> <acesso 28/11/2017>
TAUNAY, A. de E. **Visões do Sertão**. São Paulo, Melhoramentos, s.d.
TAUNAY, A. de E. **Cartas da Campanha de Mato Grosso: 1865-1866**. (tradução de Affonsode Escragnolle Taunay). Rio de Janeiro : Biblioteca Militar/Instituto de Geografia e História Militar, 1944.
TAUNAY, A. de E. **Céus e Terras do Brasil:** Viagens de Outrora. São Paulo, Melhoramentos, 1948, p. 106
TAUNAY, A.de E. Relatório Geral da Comissão de Engenheiros ás forças em expedição para a Província de Mato Grosso: 1865-1866 (...). In. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil**. Tomo XXXVII, 1874, pp. 79-177 (1ª parte); pp.209- e seguintes. Disponível em: https://drive.google.com/open?id=0B_G9pg7CxKSsRGo2NzJKOUpNb2M
VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato:** uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1997.

RECEBIDO 07/12/2017

ACEITO 10/12/2017

COMUNICA-ME AS OCORRÊNCIAS DA CASA: O PADRE IBIAPINA E AS MINORIAS SEGREGADAS DO SÉCULO XIX

Noemia Dayana de Oliveira – PPGH/UFCG
noemia_oliveira@hotmail.com
Dr. João Marcos Leitão Santos –
PPGH/UFCG
tmejph@bol.com.br

RESUMO

Raymond Williams e Michelle Perrot ao proporem as categorias de instituições e minorias oferecem importante chave analítica para compreender processos socioculturais do Nordeste do século XIX, principalmente a partir da intervenção do padre Ibiapina que geria as Casas de Caridade através de cartas, como se evidencia de forma mais precisa nas correspondências dirigidas a irmã superiora Demásia de Pocinhos/PB. Ao recolher essas cartas e observá-las amiúde problematizam-se as relações institucionais travadas entre o idealizador desse projeto expressivo em termos sociais e culturais, além da significativa extensão territorial, e as mulheres responsáveis pela organização e manutenção desses espaços. Igualmente, interroga-se o discurso do padre que se direciona a defesa dos pobres e miseráveis, sem perder de vista a importância de colaborar para a transformação do cotidiano de muitos homens e mulheres em situação de pobreza que caracterizava a sociedade do Nordeste oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE

Padre Ibiapina. Instituições sociais. Excluídos. Processos comunicacionais. Correspondências.

RESUMEN

Raymond Williams y Michelle Perrot al proponer las categorías de instituciones y minorías ofrecen una importante clave analítica para comprender procesos socioculturales del Nordeste del siglo XIX, principalmente a partir de la intervención del padre Ibiapina que gestionaba las Casas de Caridad a través de cartas, como se evidencia de forma más precisa en las correspondencias dirigidas a la

hermana superiora Damásia de Pocinhos/PB. Al recoger esas cartas y observarlas a menudo se cuestionan las relaciones institucionales trabadas entre el idealizador de ese proyecto expresivo en términos sociales y culturales, además de la significativa extensión territorial, y las mujeres responsables de la organización y el mantenimiento de esos espacios. Igualmente, se interroga el discurso del sacerdote que se dirige a la defensa de los pobres y miserables, sin perder de vista la importancia de colaborar para la transformación del cotidiano de muchos hombres y mujeres en situación de pobreza que caracterizaba a la sociedad del Nordeste oitocentista.

PALABRAS-CLAVE

Padre Ibiapina. Instituciones sociales. Excluidos. Procesos de comunicación. Correspondencias.

"Escreva-me, larga-te sobre todas as coisas".
(Padre Ibiapina)

As Casas de Caridade foram instituições religiosas que tinham o objetivo de ensinar e profissionalizar meninas órfãs entre os anos de 1860 e 1883. O seu idealizador, o padre Ibiapina, geria esses espaços através de cartas dirigidas às irmãs superiores, que eram as administradoras locais, como também as meninas internas e as outras irmãs da caridade. Contudo, essas correspondências não possuíam o caráter administrativo, muito menos a descrição de relatórios institucionais, ao contrário, elas correspondiam ao compartilhamento de informações, de maneira coloquial, nas diversas casas espalhadas pelo Nordeste oitocentista.

Existiam vinte e duas casas nas cinco principais províncias do Nordeste – Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí –,

todas mantidas pela arrecadação de esmolas feita pelos beatos ou a doação de homens e mulheres influentes nas regiões onde funcionavam essas instituições. Inclusive, a terra e os imóveis onde se localizava esse projeto foram frutos de concessões feitas ao padre Ibiapina, um homem que possuía considerável rede de sociabilidades, bem como projeção política e jurídica num período que antecede a década de 1860.

As mulheres que estavam ligadas as Casas de Caridade eram de origem pobre e não vislumbravam oportunidades educacionais e/ou profissionais nas localidades em que viviam. O interior nordestino no século XIX era carente de incentivo econômico e, de acordo com as condições miseráveis em que estavam condenados os seus habitantes, a instrução intelectual não aparecia como uma ferramenta necessária para sobrevivência. Além disso, a realidade apontava para o patriarcalismo, onde prevalecentemente os homens ocupavam os cargos dos afazeres públicos, portanto, precisavam ter maior instrução, e as mulheres eram relegadas as tarefas privadas, que preliminarmente não exigia a alfabetização ou qualquer outro conhecimento letrado.

Com o incentivo das casas parte as meninas órfãs que antes eram direcionadas aos conventos, aos prostíbulos e até mesmo atingidas pela morte, puderam contar com oportunidade de se alfabetizar, de se especializar em trabalhos manuais e a partir daí decidir entre o matrimônio realizado e financiado por essas instituições ou permanecer na

organização desses espaços, o qual oferecia as atividades de professora, cozinheira, porteira, superiora, vice-superiora, inspetora, zeladora, secretária, roupeira, enfermeira e corista. Além das meninas, as casas também recebiam mulheres mais velhas para compor o quadro interno de atividades, que se renovava e passava a comportar as próprias aprendizas.

O impulso e a expansão das obras do padre Ibiapina não obedeceu aos limites fronteiriços das províncias do Nordeste, o que ocasionou impacto na vida de muitos pobres relegados pelos projetos sociopolíticos do Império brasileiro. A chegada da educação – ferramenta encarada pelo projeto das casas não somente pela dimensão escolar, mas principalmente pela formação e emancipação humana – nessa região marginalizada, viabilizou a inserção social e econômica, ainda que de forma tímida, de muitos sujeitos através dos conhecimentos adquiridos e das oportunidades viabilizadas por intermédio do padre Ibiapina.

Em fins do século XIX, a consolidação das Casas de Caridade se dava, sobretudo, pelo empenho de um conjunto amplo de mulheres que administravam essas instituições, limitando significativamente o poder dos beatos em qualquer dimensão do projeto, seja interna ou externamente. Por isso, os cargos institucionais eram majoritariamente ocupados pelas irmãs da caridade, as quais possuíam formação para cumprir os cargos a que estavam destinadas, assim como emancipadas para fazer valer as suas autoridades diante da ameaça do modelo vigente

da sociedade e das regras oficiais da Igreja Católica¹.

Diante disso, a partir das categorias de *instituições* e de *minorias* presente nos estudos de Raymond Williams e Michelle Perrot, respectivamente, revelam-se chaves analíticas potenciais para compreender a comunicação definida por meio das cartas entre o padre Ibiapina e as casas, particularmente no exemplo que elegemos, com a irmã superiora Damásia (da casa de Pocinhos/PB), e problematizar as relações estabelecidas entre ele e os pobres e miseráveis do Nordeste do século XIX. Nota-se que a singularidade da interlocução presente nesses documentos ultrapassa aspectos institucionais e administrativos, o que reafirma a especificidade do projeto, o modo como ele entendia a comunicação e o papel das mulheres no desenvolvimento das Casas de Caridade, que se desdobrava em situações diversas sobre o espaço social.

O PODER INSTITUCIONAL FEMININO NAS CASAS DE CARIDADE

As Casas de Caridade tinham o caráter institucional, sendo instituição entendida aqui conforme Fichter conceitua como “uma estrutura relativamente permanente de padrões, papéis e relações que os indivíduos realizam segundo determinadas formas sancionadas e unificadas, com o objetivo de satisfazer necessidades sociais básicas” (FICHTER *apud* LAKATOS, 1979, p. 157). Mais especificamente, essas instituições eram de origem religiosa, cujo objetivo “não se baseia

apenas em necessidades físicas do homem” (SUMNER; KELLER *apud* LAKATOS, 1979, p. 165), mas em intelectuais, artísticas, profissionais e sócio-afetivas.

Portanto, seguindo Fichter, tinham *estrutura* determinada enquanto casas de acolhimento e instituições religiosas, *definiam papéis* e no rastro forjavam identidades, na medida em diferenciava as acolhidas das outras meninas em condições similares, *fixavam padrões relacionais*, entre os diversos sujeitos que vivenciavam os processos de contato social, *estavam sancionadas* por força de instrumentos normativos e regulamentos, e promoviam *unidade*, já que a experiência nas casas e sua gestão eram padronizadas.

Esses espaços funcionaram durante mais de duas décadas na segunda metade do século XIX, isto é, entre os anos de 1860 e 1883, momento em que o padre Ibiapina, idealizador do projeto, esteve desempenhando o papel de inspetor. No entanto, esse trabalho exercido externamente às casas não se efetivava por meio da imposição de ordens, estabelecimento de regras e administração apenas, mas em proporcionar condições sociais de estabilidade material para as supervisoras e demais mulheres, além de incentivar a educação formativa para a humanização das internas, através da instrução das letras, das artes e do trabalho.

Os trabalhos das mulheres nas Casas de Caridade eram guiados pelo princípio da educação e do trabalho, ambos compreendidos a partir da interdependência, isto é, os conhecimentos intelectuais eram

¹ O processo de Romanização da Igreja Católica censurou as autoridades de líderes leigos dentro de instituições religiosas, isto é, que não tinham formação conventual e seminarista, bem como a ordenação eclesial.

convertidos em práticas que intervinham no cotidiano delas e no de outros sujeitos que solicitassem o apoio dessas instituições. A iniciativa do padre Ibiapina proporcionou a inclusão cultural e social de minorias segregadas, as quais eram excluídas pela condição econômica miserável, bem como pelos modelos institucionalizados (e limitados) da educação e da religião oficiais, que eliminavam o aprendizado e a religiosidade que se distanciava dos padrões culturais. Diante disso, vale salientar que as relações socioculturais nas casas não estavam alinhadas com esse padrão oficial excludente, ainda que por serem espaços históricos não pudessem está totalmente fora dele. Portanto, assim afirma Williams:

Propomos o seguinte, como distinção inicial: por um lado, as relações variáveis entre "produtores culturais" (termo deliberadamente neutro, embora abstrato) e *instituições* sociais reconhecíveis; por outro lado, as variáveis em que os "produtores culturais" têm sido organizados ou se têm organizado eles próprios, suas *formações*. Essa é uma distinção operacional, para tornar possível uma certa (sic) variedade de abordagens da questão das reais relações sociais da cultura. Não se pretende, com isso, dizer que não haja ligação significativa ou até mesmo casual entre as relações institucionais e formacionais; de fato, como veremos, esse tipo de interação estará muitas vezes e talvez sempre presente. Porém, se deduzirmos vinculações culturais significativas apenas do estudo das instituições, correremos o risco de deixar escapar alguns casos importantes em que a organização cultural não tiver sido, em qualquer de seus

sentidos comuns, institucional (WILLIAMS, 1992, p. 35).

Diante disso, podemos perceber que as relações institucionais culturalmente legitimadas no século XIX marginalizavam o papel da mulher, de modo que as funções exercidas por elas eram restritas ao espaço privado. Nesse sentido, as atuações femininas davam-se majoritariamente fora das instituições, o que comprova que analisar as *vinculações culturais* apenas no âmbito institucional pode deixar escapar alguns casos importantes de organização cultural (grifo nosso). Para tanto, o perfil que orientava as atitudes femininas no Nordeste e no Brasil condizia com a boa dona de casa, a qual as atividades correspondiam à educação dos filhos, servir ao marido e orientar os empregados. No entanto, a situação entre os pobres se caracterizava de outra forma, visto que as atividades econômicas nordestinas permitiam formas de atuação mais expansivas, embora fossem menos reconhecidas e pouco remuneradas.

Em que pese a prevenção necessária de não promovermos o anacronismo de comparações entre os debates contemporâneos sobre a condição feminina e o Nordeste oitocentista do Brasil, alimentando expectativas quase irrealizáveis da variação desse papel, o nosso estudo aponta que os exercícios nas Casas de Caridade não é sinônimo de mudança social, ou de mudança de papel ou de status social nos termos que a teoria sociológica ensina.

Isto posto, constata-se como nas Casas de Caridade o modelo institucional vigente se invertia, pois a formação educacional proporcionava as mulheres atuarem sob suas próprias tutelas, sem a necessidade de legitimação masculina para as suas ações. Assim, a educação provocou variáveis institucionais, em sentido lato, dado o resultado desse processo na vida desses sujeitos nas mais diferentes localidades. A capacitação profissional dava mobilidade às mulheres, o que nos faz problematizar as fronteiras entre público e privado, especificamente na sociedade do século XIX. Segundo Michelle,

As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo. Sua evolução, a fragilidade do seu equilíbrio, a tendência global à privatização com fases alternadas de "público" e "privado" são um dos principais temas da reflexão contemporânea, ilustrada principalmente por J. Habermas, R. Sennett, Hirschman. O século XIX liberal marcaria um divisor na questão, mesmo que a "sociedade civil", entre o Estado e o indivíduo privado, continue a ser... Um conceito um tanto vago (PERROT, 2017, p. 186).

Para tanto, as mulheres que atuaram nas Casas de Caridade correspondiam a essa parcela social que se movimentou entre as fronteiras do público e do privado, cuja repercussão cultural teve suas origens na busca do padre Ibiapina em atuar efetivamente no cotidiano dos pobres e miseráveis, empenhando-se na educação mais do que na simples instrução. Esse

diferencial educativo proporcionou às mulheres, órfãs, pobres, nordestinas, estímulo para o conhecimento de outra realidade ligada aos trabalhos de fiar, tecer, fazer sapatos, cantar, teatralizar, escrever poemas, entre outras coisas que a vida na casa oferecia, transformando-as social e politicamente. A passagem dessa produção sociocultural para o ambiente público se dava através do pequeno comércio, da atuação teatral nas missões², da publicação dos poemas e da busca por patrocínio financeiro em outras localidades.

Por isso, a educação promovida nas casas estava associada a outro padrão que não o vigente na época, isto é, que priorizava a aquisição de conhecimentos para repercussão no espaço doméstico. Ao contrário disso, o padre Ibiapina em conjunto com as mulheres responsáveis pela manutenção das instituições priorizava o

[...] conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBÂNEO, 2001, p. 157).

O conhecimento adquirido pelas mulheres nas casas desencadeava numa prática que

² No modelo peculiar que Ibiapina as realizou, uma vez que tradicionalmente missões referiam-se à instrução religiosa.

modificava os seus estados natural e social, mas principalmente cultural, visto que o seu potencial intelectual era direcionado a própria emancipação. O poder relegado a essas mulheres por serem pobres e órfãs as isolava e ao mesmo tempo as “protegia” da própria capacidade de ser ativamente individual e também em grupo. Isso alimentou a resistência, que no encontro com essa educação, viabilizou a ruptura com os padrões sancionados pela cultura para a condição feminina e religiosa do século XIX.

Nas casas, a educação também refletia na convivência com os beatos, cuja relação de poder limitava-se a determinados espaços e afazeres. O lugar institucional das irmãs era mais favorável que o dos homens, dado que elas exerciam o poder na administração, ditando as regras e as normas a serem seguidas, inclusive regrido a condutas dos homens aos quais subordinava na casa. No trecho dessa carta direcionada à irmã superiora Damásia é possível visualizar esse processo:

[...] Não receba direção nem imposição alguma do irmão Francisco, e sua comunicação com ele seja só para pedir-lhe o necessário, e receber o que pedir, e quando falte, me faça aviso, que remediarei de pronto, querendo Deus; portanto você é quem dirige o portão e a portaria, permitindo, se lhe convier, que as mães das órfãs, visitem suas filhas no Domingo, marcando hora para isso.

Ninguém lhe pode impedir de ir a missa no Domingo, somente lhe recomento muita vigilância sobre as órfãs inquietas para que não pareça que você não pode ou não

sabe sustentar e dirigir o governo da casa; e se alguma coisa extraordinária aparecer, mandarei para aí Superiora que se faça temer e você terá melhores filhas em outra casa. Como, porém, você tem bem acomodadas suas filhas, nada temo, confiando na Divina Providência... (IBIAPINA, Fev./1875).

³ E aqui se situa relevante elemento simbólico da linguagem religiosa, pois quem detém as chaves [do reino] regulamenta os destinos.

Abusando do poder, o beato Francisco é mencionado por Ibiapina através de uma alerta para Damásia, que não deveria receber ordens já que a direção da casa de Pocinhos/PB é exclusivamente dela. Isso tudo revela o entendimento de Ibiapina enquanto inspetor, o qual prioriza o trabalho das mulheres frisando que elas são as únicas benfeitoras do desempenho dessas instituições. Afinal, *quem dirige o portão e a portaria*³ é quem possui o controle maior da casa, e ainda que outra irmã desempenhasse essa atividade, a legitimação só se efetivava sob a ordem da superiora. Damásia era ciente da sua posição na casa, uma vez que mantinha a dinâmica interna bem *acomodada*.

O limite do papel masculino nas casas é assinalado pelo padre Ibiapina quando substitui o beato Francisco pelo irmão David, com o cuidado de descrever exatamente o que este deveria se ocupar na casa, isto é, no espaço externo, único permissível a atuação dos homens:

Irmã superiora,
Vai o irmão David substituir ao irmão Francisco na qualidade de gerente da casa somente para promover a sustentação dela e nas horas vagas cuidar dos roçados e mais que aproveite em benefício da casa (IBIAPINA, Mar./1875).

O quadro externo da casa é composto pelo inspetor (Ibiapina), gerente (nesse caso é o irmão David), capelão (variava de acordo com a localidade), tesoureiro, curador, gedeões⁴ ou amigos da caridade e beatos. Considera-se que alguns cargos foram desnecessários ou inexistentes, a exemplo do tesoureiro que não tinha afazeres sem ter doações em dinheiro. O que recorrentemente acontecia era as doações em mantimentos, roupas e até mesmo imóveis.

O gerente, como se pode ver na carta, ocupava-se em sustentar as casas, cuidando de atividades agrícolas ou comerciais, a depender da situação. Portanto, "a relação com os beatos é só para dizer-lhes o que falta; *sem mando na casa nem ingerência nos regulamentos interiores dela*" (grifo nosso), isto era definitivamente papel da irmã Damásia, como Ibiapina pontuava recorrentemente nas correspondências, a fim de conferir o poder à ela destinado.

As diversas atividades internas exercidas nas Casas de Caridade formavam um complexo de poderes que ia desde a porteira, responsável pela entrada e saída de meninas órfãs ou pensionistas⁵, até a superiora que tinha a responsabilidade e obrigação de ordenar a instituição. Fundamentada por meio da especialização de trabalhos, a estrutura que é composta de *peçoal, organização, comportamento* conforme indica Lakatos (1979), definiam o propósito do grupo que se articulava nas mais variadas habilidades culturais.

A especialização de atividades compunha a estrutura interna e externa das casas, o que não impedia a movimentação de funções, oriunda de uma educação versada em múltiplos conhecimentos. Antes dessas instituições ou mesmo em outras de caráter parecido, as especialidades administrativas centralizavam-se – o que caracteriza monopólio e autoridade – entre os homens, únicos "aptos ao exercício do poder". A ruptura das casas possibilitou a presença de mulheres na administração, na contabilidade e na inspetoria.

Vale salientar que as funções nas casas estavam orientadas pelo limite de interno e externo, o que não pode ser entendido de forma restritiva. Isto é, as mulheres ocupavam os cargos de direção, o que não as limitava ao espaço interno; ao passo que os homens eram responsáveis pelo trabalho braçal, subordinados as exigências femininas. Nesse trecho, o padre Ibiapina retorna ao papel "submisso" dos beatos:

[...] Não recebi carta sua depois que lhe mandei uma carga de farinha, e tirei o irmão Francisco substituindo por outro.

Dei dinheiro ao Beato e direção para que não falte nada do necessário na casa; convém por isso que você me escreva expondo a diferença que houve nessa mudança, se a casa tem sofrido, e o mais que possa habilitar-me para de cá remediar. O Beato é apenas esmolar da casa para subministrar o necessário; segure você o governo interior da casa, como fazem as outras superiores, e não me obrigue que vá conter a casa, de fugida de órfãs e irmãos dormindo fora, o que tudo isso

⁴ Referência ao herói bíblico que libertou o povo judeu, porque reconhecidamente "homem de fé".

⁵ Meninas que ao ingressarem nas Casas, os pais deveriam pagar a quantia adiantada de 10 a 13 mil réis, além da exigência de um enxoval. Embora pertencessem a importantes famílias da região, elas estavam ausentes de qualquer privilégio vindo das mestras ou das supervisoras (Ver NASCIMENTO, 2009).

tem sucedido com quebra da direção de quem governa a casa. Por hora é só o que lhe digo a respeito... (IBIAPINA, Abr./1875).

A comunicação de Ibiapina com as mulheres das casas, como se pode perceber, não correspondia somente as questões administrativas, tendo em vista a forma como ela se dá nessa carta. Isolar uma intenção e identifica-la como matriz de uma determinada comunicação é realizar uma abstração. Toda intenção pode ser mais bem entendida como uma totalidade de atos-fim e de atos-meio (SEMAMA, 1981). Para tanto, a relação que o inspetor mantinha com as superiores era muito mais ampla, pontuando trocas afetivas próprias de parentesco, lógica que guiava as casas sem que houvesse submissão da “filha em relação ao pai”.

A preocupação em saber como foi a substituição dos beatos, quais os malefícios e os benefícios dessa mudança e como Ibiapina poderia ajudar para melhorar a condição material da casa corresponde a uma atitude de protetor, entendido aqui como uma espécie de patrono cultural paternalista, um sujeito que luta por uma causa e não se sobrepõe a ela, distante da ideia de tutela, mais próxima daquela que remete a *facilitador*. A decisão do padre em fundar Casas de Caridade propõe isso, reforçando a sua disposição em manter-se ao lado das minorias e não dos privilegiados. Decidir atuar como patrono significa que a posição social foi instituída como tal, e como parte integrante da organização social geral (WILLIAMS, 1992).

A decisão de reconhecer as mulheres como administradoras, além das inúmeras outras atividades exercidas por elas não as circunscreveu apenas numa esfera – a institucional. Ao contrário, vistas também como artistas, os poemas escritos por elas ganhavam visibilidade através do espaço na coluna *Literatura* do jornal *A Voz da Religião no Cariri*, periódico organizado pelo padre Ibiapina e que teve publicação semanal por dois anos.⁶ Esse movimento representou a primeira inserção das irmãs no espaço público da sociedade oitocentista, tendo em vista que esse veículo de comunicação comportava conteúdos variados, além de circular em regiões estratégicas do Nordeste.

As casas rompiam com as relações normativas comuns as instituições da época, ao estimularem a produção cultural. Em cada localidade se tinha acesso ao teatro, a música e a literatura, além “dos trabalhos manuais de tecer pano, fiar no engenho, fazer sapato e quaisquer gênero de indústria que a casa tenha adotado” (IBIAPINA, 1860). No trecho dessa carta do padre à Damásia ele relata a experiência teatral vivida na casa de Santa Luzia/PB:

[...] Representou-se a cena do feiticeiro, que de repente escrevi, e com 3 dias se executou. Senhorinha foi o Manoel José feiticeiro, que desempenhou otimamente.

Muito agrado tem conquistado as órfãs no cântico da missa, e discursos.

A companhia que vem comigo vive alegre, sadia, e as órfãs tem engordado, principalmente

⁶ A informação é oriunda da pesquisa, que se encontra em andamento, sobre as produções literárias das Irmãs de Caridade publicadas no jornal *A Voz da Religião no Cariri*, durante os anos de 1868 a 1870.

Marcolina, e Conceição...
(IBIAPINA, Out./1875).

A comunicação entre a superiora e o inspetor mantinha-se mesmo com acentuada distância (aproximadamente 106 km) entre Pocinhos e Santa Luzia. Esse processo comunicacional acima apresentado se dava como uma espécie de modificação dos dois interlocutores, que aconteceu anteriormente num conjunto de eventos externos a relação (SEMAMA, 1981). Ou seja, o trecho é demonstrativo no aspecto da mudança externa aos dois, uma vez que descreve a experiência das internas com as artes, mas os aproxima do contexto daquela casa. A carta narra o episódio de *Senhorinha*, uma interna da casa que interpreta um homem na peça – o personagem *Manoel José feiticeiro*. Mais uma prova da educação emancipadora, cuja menina mencionada ganha elogios do padre-mestre.

A *conquista do agrado das órfãs no cântico e nos discursos* ratifica a transformação, a posição das meninas em lugar privilegiado nos espaços onde estavam inseridas. Mencionadas pelos nomes próprios, companhias de Ibiapina nas caminhadas pelo interior do Nordeste, esse sinal de comprometimento do patrono cultural indica para mais um detalhe, afinal

Esse é o começo de uma transição das relações sociais de uma instituição regular (com seus fatores de troca plenamente integrados e, nesse sentido,

coerentes) para as relações sociais de troca deliberada, muito embora não ainda de troca completa... Era assumir o que, ao mesmo tempo, constituía uma responsabilidade de uma honra (WILLIAMS, 1992, p. 39).

Nas Casas de Caridade as relações sociais e culturais se davam pelas trocas, seja entre as internas e o inspetor, entre elas e os beatos e entre elas e as famílias que auxiliavam na manutenção financeira dessas instituições. Não eram definidas pela subordinação, mas pelas relações de troca, isto é, a compreensão de que todas as funções partilhavam do mesmo grau de importância e de necessidade. Sem a mestra, não haveria instrução, sem a cozinheira não haveria alimentação, sem o beato não haveria alimentos e assim se sucedia com todos os cargos.

As relações se interligavam através da troca de responsabilidades que ao serem entrelaçadas formavam a estrutura das casas. Embora os afazeres estivessem postos entre a direção e as sujeições, cujas mulheres se sobrepunham no poder em detrimento dos homens, reconhecer as funções não significava dividi-las racionalmente como se fez durante todo o século XIX, onde tarefas e os espaços tinham lugares quase predeterminados, até em seus detalhes. "Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos" (PERROT, 2017, p. 187).

O que se pontua aqui não é unicamente a disparidade de poderes entre os gêneros onde se ambientavam as Casas de Caridade, ao contrário, é a oportunidade que as mulheres conquistaram de ter

autonomia em meio a escassez de recursos e a sociedade patriarcal da época, bem como uma educação capaz de oferecer suporte para driblar as péssimas condições de vida que elas tinham antes de conhecer essas instituições, ou que poderiam continuar a ser relegadas caso não tivessem o apoio desses espaços, que constitui o escopo dessa discussão.

Para tanto,

Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas. Mas com algumas ressalvas preliminares. Primeiramente, nem todo o público é o "político", nem todo o público é masculino... Por outro lado, nem todo o privado é feminino... A fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o microespaço doméstico (PERROT, 2017, p. 188-189).

Qualquer definição dos papéis sociais e culturais pode limitar a análise do contexto das Casas de Caridade mesmo que fique evidente a preocupação do fundador em prol das mulheres. Não se pode generalizar a observação da vida feminina do século XIX, especialmente no Nordeste do Brasil, visto que as situações se davam de acordo com as necessidades apresentadas em cada contexto. É importante lembrar que essas instituições comportavam mulheres que optavam pelo matrimônio ou pela vida conventual, esclarecendo que esta última possuía

inúmeras diferenciações com as demais experiências das ordens religiosas, que eram mais dogmáticas, portanto, limitadas culturalmente.

A educação nas casas era oferecida igualmente para os dois grupos (conventual ou matrimonial), ou seja, sem apropriações por conta de uma ou outra exigência. Vale ressaltar que essas "mulheres do povo têm outros saberes e poderes, principalmente médicos, religiosos e mesmo culturais" (PERROT, 2017, p. 190), detalhe conferia regalia ao grupo como um todo, que se utilizava desse saber como instrumento de resistência e emancipação frente a miséria da qual eram vítimas.

No caso aqui analisado, Damásia fazia do seu conhecimento um benefício para a instituição, com autonomia para reconfigurá-la de acordo com as condições de carência de mantimentos e pelo descaso dos beatos em tomarem posse de suas atividades sem, contudo, extrapolar a zona de atuação. A experiência dessa superiora remonta de outra Casa de Caridade que se localizava no Cariri Novo, isto é, no interior da província do Ceará, como se pode confirmar no trecho dessa carta:

[...] Felizmente você conheceu de pronto o erro que cometeu levada das lágrimas dessa menina; já devia ter tomado essa lição desde a choradeira do Cariri Novo, que lhe fizeram aceitar aquelas que lhe deram fel a beber.

Atualmente não recebe a ninguém na casa de órfãs, nem consinto que se faça sem ordem minha. Nós estamos em uma crise bem penosa por falta de dinheiro, e carestia dos gêneros; é uma razão demais para não se

receber quem venha agravar a nossa sorte... (IBIAPINA, Mar./1875).

O poder institucional de Damásia nas Casas de Caridade se inscreveu em diversos aspectos, principalmente na admissão ou rejeição de meninas. Esse movimento ofereceu resultados inesperados, mas que a fizeram cultivar artimanhas relacionadas a si como uma forma de proteger-se, além do seu grupo que ansiava pelas decisões da superiora versada numa prática consolidada. No entanto, ao relembrar as dificuldades enfrentadas no Cariri Novo, Ibiapina não tinha apenas a intenção de puni-la, mas principalmente a de fazê-la entender a imponência que tinha frente as outras funções institucionais.

A compreensão disso se estende as demais internas através da educação emancipadora, a qual reverbera no novo entendimento do papel sociocultural das mulheres no século XIX. Ou seja, a partir disso, essas mulheres se distanciaram da submissão masculina e da impossibilidade de se inserirem na sociedade, passando a atuar no comércio, na educação, nos serviços de saúde e nas artes. No espaço interno, driblar a miséria, a fome e a seca significou por alguns anos o legado das irmãs da caridade.

Dos inúmeros exercícios que precisavam cumprir as superiores, Damásia é alertada para fazer:

[...] Toda economia em todo tempo é uma virtude, agora é uma necessidade imperiosa; atenda, portanto, a dispensa, e que haja economia no azeite e no sabão, veja tudo isso com

atenção que é um dos grandes méritos das superiores, ver tudo, corrigir faltas, estabelecer planos de economia... (IBIAPINA, Mar./1875).

A sua atenção no ano de 1875 deveria se manter nos planos de economia, os quais renunciavam a seca de 1877, acontecimento que marcou ferozmente a história das províncias do Nordeste brasileiro. Nesse contexto, abrem-se as articulações das principais elites nordestinas, que reivindicavam o poder político e econômico novamente para si, já que até o início do século XIX este era exercido por elas que se encontravam desfalcadas pelos barões do café. Essa discussão está presente em inúmeros estudos⁷, os quais vão comprovar o jogo político por trás dos discursos desses sujeitos suplicantes que se mantinham tanto quanto antes o poder dessa região.

Por isso, as famílias "patrocinadoras" assumiam a responsabilidade para com as Casas de Caridade, visando, entre outras coisas, proteger-se e privilegiar-se cada vez mais na sociedade em que estavam inseridas. O recurso era revertido em manutenção e instrumento de educação, que objetivava a formação humana para inserção social das mulheres. Contudo, esse apoio converteu-se em ameaça para os beneficiados, grande maioria mulheres, uma vez que as instituições passaram a ser negadas após a morte do padre Ibiapina.

Negar essas personagens simbolizava negar o poder delas, que "se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente as 'influências', difusas e periféricas, em

⁷ Ver ALBUQUERQUE JÚNIOR (2012); ANDRADE (1986); SILVEIRA (1984).

que as mulheres têm sua grande parcela” (PERROT, ANO, p. 177). O padre Ibiapina vislumbrava em Damásia, assim como nas demais superiores, a amplitude e a dispersão dos poderes, que se transformava em ramificações de educar para transformar, para emancipar, para fortalecer.

Ao longo dos vinte e três anos, Ibiapina peregrinou pelo Nordeste oitocentista aguçando as suas percepções acerca do cotidiano das casas, passagens possíveis de serem observadas nas correspondências que trocou com Damásia. Esses documentos mostram a ruptura alcançada por essa minoria segregada numa sociedade que as eliminava sem direito de sobreviver com as condições básicas de alimentação, saúde e moradia. A última carta de Ibiapina enviada à superiora pontua mais conquistas:

Recebi a sua carta, que é sempre de consolação, por noticiar-me a boa ordem na marcha da casa, e que nada falta. Contudo, de Santa Fé virá fava ou feijão para ajudar a essa casa.

Senhorinha, órfã de Santa Fé ficou mestra de letras em Souza, Felicidade vice-superiora, e S. Joaquina companheira da superiora que sairá a pedir esmola para sustentar a casa, porque os beatos não prestam.

Em Cajazeiras – Marcolina mestra de letras e aprendendo música, findo o que será substituída por outra órfã de Santa Fé. Irmã Ana de S. Francisco vice-superiora e Iris zeladora desta casa.

A casa de Souza prima pela agulha e principalmente pelas flores, por lá não se faz as que iguale. Em letras mal, e pior na ordem interior. Cajazeiras o

mesmo, menos a excelência das flores... (Dez./1875, IBIAPINA).

No final do ano de 1875, o peregrino estava em Cajazeiras/PB e mantinha a comunicação com a superiora, que a informava sobre as boas ocorrências na casa e sobre a fatura em termos materiais. Ao final de uma nova temporada como superiora (relembrando a sua experiência no interior do Ceará), Damásia parece ter consolidado as lições aprendidas nessas instituições, colocadas em prática de acordo com as situações a qual era desafiada. Outras irmãs, igualmente mencionadas por Ibiapina, ganhavam espaço e visibilidade no meio em que estavam inseridas, a exemplo de Marcolina que era *mestra de letras e estava aprendendo música, sendo substituída por outra órfã*, revelando que o conhecimento absorvido lhe abria a oportunidade de mobilização na sociedade.

Cada casa possuía uma singularidade que se moldava ao espaço, ao público e as relações institucionais que se travavam interna e externamente a elas. A de Cajazeiras/PB primava pela produção de flores, o que representou a comercialização e a aquisição de verbas pelas próprias internas. Numa outra casa próxima dali (Souza/PB), as irmãs saíam em busca das esmolas, *porque os beatos não prestam* para desempenhar o ofício que era por excelência deles. A ousadia das mulheres era acompanhada pelo padre Ibiapina, que reconheceu os primeiros sinais da verdadeira conquista de independência feminina efetivada somente no século seguinte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto social e cultural das Casas de Caridade representou um rompimento com o modelo das instituições religiosas e educacionais do século XIX, especialmente no Nordeste. Isso não significa dizer que as mesmas estivessem completamente deslocadas do espaço-tempo em que foram produzidas, e nem poderia, tendo em vista que toda instituição é historicamente pensada e historicamente estabelecida. Diante disso, pensa-las a partir das relações culturalmente construídas mais do que institucionalmente legitimadas foi o que fomentou a discussão no presente estudo.

O padre Ibiapina não conseguiu prever as dimensões tomadas pelo movimento no qual foi fundador, uma vez que as instituições se ramificaram em termos culturais, proporcionando maior visibilidade às mulheres que não eram pensadas somente como vítimas da fome e da miséria, mas sim como potencialmente capazes de ler, escrever, ensinar, trabalhar e outras tantas habilidades conquistadas por elas e mencionadas pelo patrono cultural nas cartas enviadas a superiora Damásia.

Nesse sentido, a ferramenta que possibilitou a emancipação humana e, portanto, a percepção da condição em que viviam e que poderiam transformar, atuando sobre ela, foi a educação. Ainda que nem

todas as casas primassem pelas instruções letradas, numéricas e profissionais, a educação vista como uma experiência, especificamente de autonomia, foi a principal motivação de todas e todos os que estiveram envolvidos com esse projeto.

As mulheres que estiveram no comando das instituições representavam a maioria – entendida como uma minoria – silenciada, tanto pelas condições econômicas quanto pelos padrões culturais estabelecidos na sociedade oitocentista. Inserir-se social, política e culturalmente foi o que determinou as rupturas e, posteriormente as ameaças, desse papel feminino construído e logo questionado no século XIX. As conquistas alcançadas nesse momento foram essenciais para marcar definitivamente o espaço da mulher nordestina na sociedade brasileira.

Por isso, observar as instituições somente como modelos normativos limita as compreensões e as possibilidades de perceber experiências singulares como as das Casas de Caridade. Faz-se necessário pontuar as nuances do contexto, já que cada situação é fruto de uma motivação e esta tem uma origem relacionada as necessidades do meio e dos sujeitos envolvidos. A atuação da superiora Damásia é fruto dessa variação institucional, desse rompimento cultural e da abertura que começava a se fazer ao entorno da sociedade patriarcal oitocentista.

FONTES

IBIAPINA, Padre. *Cartas dirigidas à Damásia da Imaculada Conceição de Maria Ibiapina indicando, informando e compartilhando questões referente as Casas de Caridade*. Ano 1875.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. São Paulo: Atlas, 1986.
- LAKATOS, Eva Maria. *Estrutura Social – Instituições sociais*. In: _____. Sociologia Geral. São Paulo: Editora Atlas, 1979. p. 152-194.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. *Educar*, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora UFPR. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>>. Acesso em 16 out. 2016.
- NASCIMENTO, Maria Célia Marinho. *Filhas e irmãs do Padre Ibiapina: Educação e devoção na Paraíba (1860-1883)*. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação (Mestrado). João Pessoa, 2009. 168f.
- PERROT, Michelle. *Parte II – Mulheres*. In: _____. Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- SEMAMA, Paolo. *A comunicação humana*. In: _____. Linguagem e poder. Tradução de Wamberto Hudson Ferreira. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981. p. 9-21.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: Existência e consciência da desigualdade social*. São Paulo: Editora Moderna, 1984.
- WILLIAMS, Raymond. *Instituições*. In: _____. Cultura. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 33-55.

RECEBIDO 11/12/2017

ACEITO 14/12/2017

CARTA A PROBA, DE SANTO AGOSTINHO LETTER TO PROBA, BY SAINT AUGUSTINE

Marinalva Vilar de Lima
(Professora da UAHIS/PPGH/UFCG)

RESUMO: Em 14 de agosto de 410 Alarico, rei dos visigodos, conquistou Roma. Faltônia Proba, viúva do aristocrata Probus, parte com sua família para o exílio em Cartago, na África. Durante o exílio tem oportunidade de conhecer Agostinho, então bispo de Hipona (cidade vizinha à Cartago), com quem vai ter uma interação espiritual. Desejosa de obter uma compreensão maior do bem proceder cristão interroga o bispo sobre a oração, visando dirigir-se a Cristo corretamente. Agostinho, ao observar o temor de Proba de não estar preparada para o que pedir, é conduzido a produzir uma carta-resposta em que os temas da valorização da beatitude, da felicidade, da vida bem-aventurada, do cuidado com as ilusões provocadas pela riqueza material, pelos deleites e pelos desejos carnis, constituem a base de sua argumentação. Carta que, a priori, foi destinada à viúva Proba, mas que posteriormente integra o hall da produção agostiniana em sua vontade de edificação e defesa do credo cristão, projetando a "vida eterna" em detrimento da "vida no tempo".

PALAVRA-CHAVES: Santo Agostinho. Epístolas. Proba.

ABSTRACT: On August 14, 410 Alaric, King of the Visigoths, conquered Rome. Faltônia Proba, widow of the aristocrat Probus, leaves with his family to the exile in Carthage, in Africa. During the exile she had the opportunity to meet Augustine, then bishop of Hippo (a neighboring town of Carthage), with whom she will have a spiritual interaction. Desiring to obtain a greater understanding of the good Christian proceeding the bishop asks about prayer in order to address Christ correctly. Augustine, in observing Proba's fear of not being prepared for what to ask, is led to produce a response letter in which the themes of valuing beatitude, happiness, blessed life, care of the illusions provoked

by material wealth, pleasures and carnal desires, form the basis of his argument. A letter which, a priori, was intended for the widow Proba, but who later integrated the hall of Augustinian production into her will to edify and defend the Christian creed, projecting "eternal life" to the detriment of "life in time."

KEY-WORDS: Saint Augustine. Epistles. Proba

A Proba, piedosa serva de Deus, Agostinho, Bispo, Servidor de Cristo e dos servidores de Cristo, Saudação no Senhor dos senhores (SANTO AGOSTINHO, carta 130, introito).¹

À Proba, destinatária da missiva citada, Santo Agostinho dirige estas palavras na abertura da carta. É este trecho da carta preenchido de elementos que informam sobre os interessados do conteúdo de que se ocupa. Explícitos estão emissor e receptora da missiva: Agostinho e Proba; do caráter privado de que, a mesma, se reveste: "Agostinho para Proba"; e do modelo relacional que subsidia a "conversa": de um servo de Cristo para uma serva de Deus. Trata-se de um texto endereçado a quem, privadamente, interessa seu conteúdo.

Este introito da carta traz, ainda, o reforço à crença que anela e compromete a ambos (Agostinho e Proba), uma vez que a divindade cristã é referenciada a partir de três modos distintos: "Deus", "Cristo", "Senhor dos senhores". Marca textual que delimita a natureza discursiva por que optou o emissor da carta e alimenta na receptora expectativas sobre o conteúdo a ser tratado.

¹ Utilizamos, para todas as citações da carta de Santo Agostinho a Proba, a tradução de Nair Assis de Oliveira, publicada pelas Edições Paulinas, em 1987. O tradutor da carta utilizada informa-nos que, no conjunto da obra de Agostinho foram localizadas duas cartas dirigidas à Proba, são as de número 130 e de número 131. A 130 tem como data de confecção fins do ano de 411 ou início de 412 e a 131 início do ano 411. Há uma terceira missiva de Agostinho que é do final de 412 ou início de 413 dirigida não apenas à Proba, como também à Juliana (nora daquela), que foi escrita por ocasião da consagração de Demetriadés (neta de Proba).

É a carta, em sua inteireza, escrita com a intenção de orientar espiritualmente a viúva Proba e, conseqüentemente, poderá servir para manter os vínculos entre o Bispo, autoridade eclesial, e a discípula, representante dos leigos cristãos.

Em se tratando de um texto que, originalmente, foi produzido para o âmbito privado vai ter esse aspecto corrompido, na medida em que seu conteúdo vai, posteriormente, tornar-se de conhecimento público, integrando o *hall* dos escritos de Agostinho.

A fórmula epistolar praticada por Agostinho se mantém e nos alcança, mesmo contemporaneamente, popularizando-se a partir de outros suportes materiais e se prestando a outros interesses, considerando-se os usos que lhe vão ser dados no transcorrer das épocas.

Aqui, é a análise historiadora que matiza o texto da carta de Agostinho à Proba, sendo este apropriado com o interesse de problematizar sentidos sociais, temporais, religiosos, epistolares e, mesmo, de propedêutica. Portanto, nosso exercício é também produtor de outros significados à carta em questão, a ela sendo amalgamados.

Com o foco na análise de um exemplar do *corpus* epistolar de Agostinho, cabe considerar que a prática missivista vai alimentar e constituir um gênero discursivo com elementos que o compõe, o da correspondência.

Pensar o diálogo proposto por Agostinho com Proba nos permite, também, articular distintos regimes de historicidades (HARTOG, 2015),

uma vez que distintos lugares vão servir de solo a carta, dela se apropriando, mas, também, a ela articulando aspectos de significação. Analisar a interlocução entre Agostinho e Proba, tomando a carta como referencial, passa, também, por considerar o contexto em que essa se dá.

O século V, temporalidade cronológica em que, aqui, localizamos Agostinho em seu exercício missivista, tem na experiência do diálogo presencial a base maior das relações interlocutivas. Naquele contexto, o objetivo elementar almejado pela carta, chegar ao seu destinatário, é, em si mesmo, incerto, uma vez que: *"A correspondência era levada por portadores, o que constituía sério risco. Muitas vezes, a carta envelhecia nos caminhos antes de chegar às mãos do destinatário"* (OLIVEIRA, 1987, p.07).

A própria biografia de Santo Agostinho (GILSON, 2006) demonstra bem o quanto o caráter presencial era crucial na experiência social do século V, pois esta é preenchida por informações que o localizam em distintas cidades, tais como: Tagaste, Hipona, Milão, Roma. A busca por um aprendizado diferenciado impunha migrações. O acesso ao saber e aos seus detentores exigiu, de Agostinho e de sua família, investimentos que incluíam, especialmente, cobrir as necessidades próprias das viagens a que se submeteu. Nesse pormenor, nos informa Gonçalves (2016, p.28): “*Como seus pais não podiam pagar por seus estudos, Agostinho foi patrocinado por Romaniano, um poderoso local e amigo de sua família*”.

Na impossibilidade de se pôr na estrada, o envio de uma missiva por um portador se apresentava como uma opção a ser considerada, sendo, também, um gesto de “fé” da parte do remetente para com o portador.

Sem dúvida, Agostinho não inventou o gênero correspondência, uma vez que a historiografia antiga nos dá notícia de experiências missivistas² que articularam todo um conjunto de ações levadas a efeito por reis e escritores, motivados por variados interesses³. Mas, vale registrar que ele tornou a prática de produzir cartas como parte relevante de seu ministério eclesiástico, tendo dedicado parte de seu tempo à formação dos conversos da Igreja cristã. Os Maurinos, no século XVII sistematizaram o material epistolar de Agostinho em 270 cartas,

quantitativo confirmado pelo *Corpus de Viena*, no século XX.

Muitos séculos nos separam da carta de Agostinho a Proba e dos envolvidos nela. No entanto, um dos sentidos fundamentais articulados ao gênero da correspondência, desde seus primórdios, se mantém: a efetivação de um diálogo. Comunicação que articula sentidos temporais e espirituais, com vistas a atingir os objetivos do emissor para com a destinatária: orientá-la sobre *o quê e o como pedir* em suas orações, mas, e não menos importante, fazê-lo a partir do convencimento de que são as coisas do espírito superiores as mundanas, uma vez que “tudo é incerteza no tempo”!

Ainda que contemporaneamente todo um aparato técnico sirva para subsidiar e dá agilidade ao processo de envio e recepção de mensagens, é a fórmula textual (simbólica, icônica, alfabética) tradição sobrevivente, articulando emissor (remetente) e receptor (destinatário) em suas vontades de interlocução.

O século XXI, nosso lugar-tempo de discurso, tem como marca a virtualização das experiências dialogais, subsidiadas pelo sofisticado nível que a técnica atingiu, daí contarmos com a informática que dá suporte à rede de *internet* e efetiva “viagens” para aquilo que se deseja transmitir em tempo real. Cenário que intensificou a prática missivista, que vai assumir variadas formas de expressão, a exemplo da mensagem cifrada dos *emotions*, da gravação de áudios e de vídeos, que podem ser

² Veja o Capítulo 1 da tese de doutorado: GONÇALVES, José Mário. Entre táticas e estratégias: tolerância e intolerância religiosa no epistolário de Agostinho de Hipona (390-430), Vitória-ES, 2016. (Tese de defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social das relações políticas, da UFES. Orientador: Sérgio Alberto Feldman). O autor historiciza a prática missivista na antiguidade greco-romana e no cristianismo antigo, sistematizando informações que dão conta dos gêneros, dos objetivos e dos debates sobre classificações. http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5875_GON%C7ALVES%2C%20J.M.%20tese%20.pdf.

³ Na obra *Histórias*, de Heródoto, há uma série de referências a prática missivista. No Livro I vimos o rei Lídio, Cresos, encaminhar mensageiros, portando mensagens, ao oráculo de Delfos. Prática que ele e outros reis do Oriente e do Ocidente vão adotar quando da necessidade de tomar decisões importantes para seus reinos. Mesmo os reis Dario e Xerxes vão fazer uso da correspondência no exercício de seus governos, como forma de evitar viagens, que seriam exaustivas para si, mas que vão se realizar por mensageiros incumbidos da atribuição. Do período romano, Jérôme Carcopino registra, na obra *Roma no apogeu do império*, ter Plínio (Pretor) consultado o imperador romano sobre decisões que deveria tomar no exercício da pretura na província da Bética, tendo-o feito a partir do uso da correspondência. Além da modalidade privada, administrativa, de aconselhamento, vamos verificar, mesmo em um livro como a Bíblia, o uso ordinário das missivas, a exemplo das Cartas de Paulo. O Apóstolo é apresentado como tendo escrito 13 Cartas do Novo Testamento, endereçadas a diferentes comunidades, ao longo de uns cinquenta anos.

encaminhadas em um toque a partir do uso de canais de comunicação que se caracterizam enquanto redes sociais (*whatsapp, facebook, instagram, etc*). Tecnologia que também fez encurtar o tempo na expectativa de resposta por parte daquele a quem se endereça uma mensagem, operando no âmbito do imediato.

É a correspondência alimentada pelo estilo dialógico, que pode se dá entre dois correspondentes, mas que pode articular um emissário a variados destinatários. Cabe considerar que cada carta efetiva-se por preocupações específicas. Assim, as cartas de Santo Agostinho, classificadas como de orientação espiritual, tem como eixo um texto seu em direção às correspondentes sob seu trabalho. Tratar-se-á de um diálogo cujo emissário (Agostinho) assume a direção, por vezes, a partir de um questionamento das dirigidas.

Porém, em se tratando de uma correspondência de um homem público, ligado à Igreja, a missiva veio a ser de conhecimento mais amplo do que aquele a que se destinava, aproximando esse modelo epistolar de outros, a exemplo das cartas ou mensagens de amor, de cunho privado, sob clima de segredo alimentado entre os amantes que, também, foram publicadas.

Nesse sentido, cabe aqui mencionar a correspondência de Abelardo e Heloísa⁴ que, ao ser publicizada, nos permitiu acessar informações da intimidade do par romântico e observar que se caracteriza enquanto meio pelo qual alimentaram a relação afetiva. Casal que vive a saga da separação e do

interdito ao amor vai ter, quase que exclusivamente na emissão de cartas, o fio que os mantém ligados. Correspondência que documenta uma experiência romântico-trágica que foi largamente praticada no contexto histórico em que viveram, uma vez que a Igreja vai imprimir sua marca social e privadamente aos indivíduos (LE GOFF, s/d).

Há, dentre as variadas modalidades de cartas praticadas, uma utilização do gênero discursivo enquanto meio que propicia a defesa de ideias, quer direcionando-se a um destinatário com existência física ou ideal.

Esse modelo de produção escriturística recebeu uma importante contribuição de *Lucius Annaeus Seneca*, ou como é conhecido entre os leitores de língua portuguesa, Sêneca. Aristocrata romano, homem público e escritor que viveu no século I, e que praticou exemplarmente o modelo missivista tratado na obra *Cartas a Lucílio*. É toda uma expressividade de sua compreensão da filosofia estoica apresentada em um diálogo, pretensamente, dirigido a Lucílio.

Nas *Cartas a Lucílio* Sêneca assume a fórmula epistolar para a narrativa, provocando análises posteriores que a consideraram a partir de uma dupla possibilidade de compreensão, conforme registra o tradutor da obra na introdução da edição da Fundação Calouste Gulbenkian: "...quer se pense, como estamos em crer, que as cartas representem uma correspondência efetiva mantida por Sêneca com seu destinatário, quer, como alguns entendem, que apenas resultem de

⁴ Veja: ANÔNIMO. *Correspondência de Abelardo e Heloísa*, trad.: Lúcia Santana Martins, texto de apresentação: Paul Zumthor, São Paulo: Martins Fontes, 1989. Sobre a conservação da correspondência trocada pelo casal Zumthor coloca: "A correspondência nos foi conservada por vários manuscritos dos quais o arquétipo parece ser aquele que pertence à biblioteca de Troyes sob número 802, e que foi copiado em fins do século XII: cento e cinquenta anos depois dos acontecimentos que relata". Material constituído não apenas das cartas, mas, também, uma autobiografia de Abelardo; uma Consolatio, de Heloísa para Abelardo; uma série de três cartas (entre o casal); três cartas de caráter impessoal, relativas à administração do monastério do Paraclete; e

uma mera ficção literária" (CAMPOS, in: SÊNECA, 1991, Introdução).

Portanto, ter destinatários com existências físicas a quem as cartas eram dirigidas foi a escolha feita por Santo Agostinho. O que não significa dizer, no caso da carta aqui analisada, que o conteúdo de que a preenche se esgote na condição imediata das dúvidas para que a dirigida solicitou orientação, uma vez que Agostinho vai aproveitar o canal de comunicação para, sobretudo, edificar os pilares do credo cristão.

Na produção escriturística de Santo Agostinho as cartas vão constituir um gênero específico e bastante desenvolvido por ele. No conjunto epistolar é possível localizar cartas destinadas ao tratamento de aspectos pontuais de sua compreensão cristã no diálogo com outros homens da Igreja, a exemplo daquelas dedicadas à graça, aos cismas africanos, ao paganismo, à salvação, etc; às questões temporais, que se destinam a tratar de negócios de seu interesse ou da Igreja, de caráter oficial; às prédicas de que se ocupou em seu trabalho pastoral; e às orientações espirituais (GONÇALVES, 2016). Escopo que permite, a partir do uso de outro gênero discursivo, efetivar a defesa da fé. Gênero que permitirá "ensinar" os dogmas, para que faz uso de partes da Bíblia que considerava relevantes em seu exercício de prelado.

Ao retornarmos a carta 130 temos que, Proba vai ser reverenciada por Agostinho enquanto reconhecida servidora de Deus, a quem ele se dispõe a empregar tempo na empresa de orientação espiritual para que é solicitado.

Ficamos sabendo, na continuação da leitura da carta, tratar-se de uma resposta à Proba. Fora a viúva a iniciar a interlocução, solicitando tratar de assunto que a ela causava preocupação, qual seja, sobre o que deveria pedir quando de suas preces na condição de cristã. Como Agostinho destaca na carta: "*Recordo que pediste e eu te prometi que em tua intenção haveria de escrever algo sobre a oração*" (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 1, sessão 1). Assim, a carta 130 pode ser caracterizada enquanto uma carta-resposta.

Visualiza-se que já havia se passado algum tempo entre a carta da viúva e a conseqüente resposta emitida por Agostinho, o que se evidencia na justificativa que elabora para minorar os efeitos da demora a que a emissária esteve submetida. Então vejamos: "*Agora, esse Deus a quem oramos concede-me o tempo e a oportunidade. Venho pagar minha dívida e pôr-me a serviço de teu piedoso desejo, na caridade de Cristo*" (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 1, sessão 1).

Parece ser a interlocutora de grande estima de Agostinho, sendo-lhe do agrado ter a oportunidade de dirigir-lhe conselhos que seguem no sentido de ajudá-la no bem proceder. Admite o contentamento que a procura de Proba lhe proporcionou, aproveitando para explicitar a forma como recepcionou o pedido: "*Não posso exprimir, por meio de palavras, a alegria que me causou o teu pedido. Nele reconheci quanto te preocupas com tão importante assunto*" (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 1, sessão 1).

É a solicitação de Proba base motivadora para Agostinho referenciar as palavras do Apóstolo sobre aquilo que vem a ser a situação de perfeição que deve ser buscada por ela, na condição de viúva. Encontra naquele (o apóstolo) apoio orientacional para bem dirigir-se a Proba, garantindo uma interlocução que não incorra em equívocos de intimidade excessiva. Assim coloca:

O que de melhor pode te proporcionar a viuvez do que te dar a ocasião da oração constante, dia e noite?

Eis o conselho do Apóstolo, assim expresso: "Aquele que é verdadeiramente viúva, que permaneceu sozinha, põe a sua confiança em Deus, e persevera em súplicas e orações dia e noite" (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 1, sessão 1).

Aqui Agostinho coloca a questão da viuvez enquanto situação que retira de Proba as "obrigações" adquiridas com o matrimônio o que lhe permite utilizar o tempo, outrora dedicado ao esposo, à oração. Recorre ao apóstolo (1TM, 5,5) para enfatizar a privilegiada situação em que se encontra a viúva, demonstrando ser a condição já tratada na bíblia. Assim, Agostinho assevera que a viúva deve compreender que Deus assumirá a dianteira da vida da viúva, não devendo, a mesma, desviar-se de sua obrigação em manter sua situação de privilegio. Obviamente que Agostinho tem consciência de poder Proba ter despertado para os prazeres mundanos, haja vista tratar-se de senhora possuidora de riqueza. Daí elogiar a escolha de sua

orientada a partir da compreensão de ter ela tomado consciência do quão inseguras são as condições da existência humana.

Poderia causar admiração - sendo tu, neste mundo, nobre, rica, mãe de numerosa família e viúva não desamparada - que essa preocupação de orar tenha chegado a ocupar e a dominar o teu coração. Tal não se explica senão por teres compreendido sabiamente que neste mundo e nesta vida, não há real segurança para pessoa alguma (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 1, sessão 1).

A única seguridade está para Agostinho em Deus, Senhor da Providência cristã. É nele que o cristão deve depositar as certezas de crença em uma vida eterna, livre dos incômodos da instabilidade que as coisas humanas produzem. Conforme vai advogar com maior destaque em *A cidade de Deus* (SANTO AGOSTINHO, 2002; 2008).

A busca a que Proba se dedica é vista, por Agostinho, como já provocada (naquela) pelo Deus cristão, tendo aquele atuado de forma semelhante com seus discípulos, quando aqueles se angustiavam pela humanidade quanto às reais possibilidades de salvação. Teriam eles despertado interesse pelo assunto por observarem que o gênero humano é tendente ao imediatismo das coisas mundanas que lhes obsidiam para que busquem os prazeres e descuidem da salvação. Situação que se aprofunda por terem conhecimento de que a riqueza é um dos facilitadores da entrega humana aos prazeres, pois que ela promove o acesso imediato àqueles. Nesse

pormenor, Agostinho admoesta Proba, senhora não desamparada, assemelhando sua situação àquela vivida pelos discípulos de Jesus, como nos diz na carta:

Aquele que infundiu em ti esse pensamento realizou, sem dúvida, contigo, o mesmo que com os seus discípulos. Ficaram estes entristecidos – não por si mesmos, mas pelo gênero humano em geral – e desprovidos de esperança pela salvação dos homens, ao ouvirem ser mais fácil um camelo passar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no reino dos céus. O Senhor fez-lhes, então, admirável e mui misericordiosa promessa, ao responder que para Deus era fácil o que aos homens é impossível (Mt 19,24-26).

Assim, aquele, para quem é fácil fazer entrar um rico no reino dos céus, te inspirou esta piedosa solicitude sobre a qual te decidiste a consultar-me: como convém orar.

Enquanto estava Jesus nesta terra, garantiu ao rico Zaqueu o reino dos céus (Lc 19,9). Depois de ressuscitado e glorificado na ascensão, fez com que muitos homens ricos desdenhassem este século, enviando-lhes o Espírito Santo. Tornou-os ainda mais ricos, pondo fim à cobiça de riquezas que tinham (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 1, sessão 2).

É nas palavras dos apóstolos Mateus e Lucas em que Agostinho se acosta para melhor demonstrar a certeza que tem do acerto da viúva na escolha pela salvação. A situação exemplar testemunhada pelos apóstolos de Jesus é mencionada como garantia da salvação pós-morte. Portanto, na esperança que Proba deve depositar na divindade cristã encontrar-se-á a chave para a

salvação, como enfatiza na continuação da missiva. A isso se agregam o combate ao orgulho; o alerta para a prática do bem e do partilhamento das benesses advindas da riqueza, como forma de acúmulo que resulta em belo tesouro promotor, no futuro, do encontro com a vida verdadeira. Na confiança que Proba deve ter no poder da oração repousa a certeza de estabilidade, que se impõe como promessa divina aos fiéis que se dedicam a orar e a realizar boas obras. É a alegria proporcionada pela reta orientação que trará à comunidade cristã a felicidade. Nos termos da carta:

Como te preocuparias com orar a Deus se não tivesses esperança nele? E como esperarias nele, se confiasses na incerteza das riquezas? Se assim fosse, desprezarias o preceito muito salutar do Apóstolo que diz: "Aos ricos deste mundo, exorto-os que não sejam orgulhosos, nem deponham sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus, que nos provê tudo com abundância para que nos alegremos. Que eles façam o bem, se enriqueçam com boas obras, sejam pródigos, capazes de partilhar. Estarão, assim, acumulando para si mesmos belo tesouro para o futuro, a fim de obterem a verdadeira vida" (1Tm 6, 17-19) (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 1, sessão 2).

À riqueza material, que aos olhos mundanos sobressaem, deve Proba dar combate de modo a portar-se enquanto desamparada para a consequente bem-aventurança. A experiência de felicidade prometida não tem parâmetros comparativos na relação

com aquilo a que se tem acesso antes da vida verdadeira. Agostinho aqui estabelece o binômio “vida no século” e “vida verdadeira”, sendo a primeira concernente à experiência humana encarnada e a segunda atrelada à desencarnação. Disso resulta pensar a experiência pós-morte enquanto superior e, portanto, a alma como a parcela maior de que deve cuidar o cristão. Nesse aspecto, Agostinho vai desenvolver, ao longo de sua obra, verdadeiros tratados explicativos sobre as ideias de corpo e de alma, demonstrando compreensão de que o corpo nada mais é do que o invólucro da alma (SANTO AGOSTINHO, 2002). Então vejamos como trata a questão na carta:

Deves, pois, pelo amor da verdadeira vida, considerar-te desolada neste século, seja qual for a felicidade que te envolva. Em comparação com aquela vida verdadeira, esta – ainda que muito amada – nem merece o nome de vida, por mais alegre e pródiga que seja (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 3).

Aqui conclama Proba a se perceber sozinha, a desconfiar dos próximos e até mesmo dos parentes imediatos, pois que tudo isso, também, é passageiro. Qualquer tipo de sensação de segurança mundana deve ser evitada com vistas a atingir a verdadeira vida, só possível de ser alcançada a partir do desprendimento praticado enquanto estiver encarnada. O apego aos bens materiais resulta em ilusão de consolo de que se deve libertar para a conquista do consolo verdadeiro,

Também é verdadeiro o consolo que o Senhor promete pelo profeta, dizendo: “Eu lhe darei consolação verdadeira, paz sobre paz” (Is 57, 18-19 – versão da setenta). (*Dabo illi solatium verum, pacem super pacem*). Sem esse consolo, em todos os outros consolos terrenos mais se encontra desolação que consolo (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 3).

Em seguida, Agostinho apresenta o problema da felicidade, transparecendo, mais uma vez, o combate à riqueza, de modo a imprimir em Proba o temor pelo apego aos bens mundanos. Combate que se impõe no transcorrer de toda a carta por tratar-se de aspecto fundamental no trato que dispensa a orientada. É preciso que ela perceba o quanto há de perigoso no conforto promovido pelo acesso aos bens mundanos e a necessidade que, a mesma, perceba a misericórdia divina, até mesmo para com aqueles que trazem essa condição. Ideário que institui o núcleo duro do cristianismo e que imprime uma leitura que se distingue daquelas feitas pelos cultos tradicionais em Roma. Se aos deuses antigos o culto se dá pelo exagero e excessos, ao Deus cristão se impõe o regramento. Desse modo, é a vida em simplicidade o ideal de “vida no século” e esta dicotomiza com a vida em fartura que resulta da promoção da riqueza de que se dispõe:

As riquezas, o brilho das honras e as demais vaidades com as quais os mortais se julgam felizes – por não conhecerem a verdadeira felicidade – nada trazem de seguro. Pois, que consolo podem trazer, quando para essas pessoas é mais importante a

ostentação do que o necessário? Quando os bens adquiridos atormentam mais pelo temor de os perder, do que pelo prazer de os possuir?

Com tais bens os homens não se tornam bons. Os que chegam a se tornar bons, na verdade, é pelo bom uso que fazem deles. O verdadeiro consolo não se acha neles mesmos, e sim na verdadeira vida. É necessário, pois, que o homem se torne bem-aventurado, ao mesmo tempo que se torna bom (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 3).

A bondade que pode resultar do ter riqueza está no bom uso que o indivíduo venha a fazer de seus bens. Há em Agostinho valorização e importância ao sofrimento e humildade, pois destes resultam coisas boas, a exemplo da solidariedade. Ponto crucial em que se apoiam muitas das prédicas cristãs, haja vista ser esta uma religião em que se pode contar com a solidariedade que institui a certeza do cultivo da amizade. Assim, é que na dor vai se testar a assistência solidária do bom cristão que, antes de qualquer coisa, realiza atos de bondade com o próximo pela consciência da importância destes diante de Deus e na consecução da graça. Desprendimento praticado como obra para a própria bem-aventurança. Portanto, a comunidade cristã é assim definida por Agostinho:

Parece que os homens bons recebem nesta vida não pequenos consolos. Se a pobreza aperta, se o luto entristece, se a dor corporal atormenta, se o desterro oprime, se qualquer calamidade angustia, existem, contudo, outros homens bons, que não só sabem se alegrar com os que se

alegram, mas também chorar com os que choram (Rm 12,15). Há pessoas que sabem falar e solidarizar-se amavelmente. Suavizam muito os pesares, aliviam as sobrecargas, ajudam a superar as adversidades. É o Espírito Santo que as torna boas e age nelas e por elas (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 4).

Aqui Agostinho apresenta dois outros elementos da situação em que se encontra a viúva: luto e desterro, mas o faz em meio a sofrimentos que poderiam ser ainda mais penosos a ela e a sua família, tais como pobreza e dor corporal. Ela é vista por ele como fazendo parte dos "homens bons" a quem o Espírito Santo atingiu, tornando-a boa e agindo para que não perdesse a vida eterna.

Por outro lado, acontece que, mesmo se as riquezas são abundantes, que nenhuma orfandade suceda, que haja saúde corporal e moradia segura na própria pátria, nela se encontram também homens perversos em quem ninguém deve confiar, e sim temer. Deles é preciso superar a fraude, o dolo, a ira e as discórdias e traições. E acaso isso tudo não converte em amargas e duras todas as riquezas? Haverá algo de alegre e doce nessas coisas? (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 4).

Para Agostinho, foi Proba visivelmente tocada pelo Espírito Santo, uma vez que a riqueza em abundância não a torna igual aos "homens perversos", que se guiam por ações fraudulentas que os preenche de amargura a ponto de os bens materiais em nada adiantar,

mesmo para o tempo mundano. Na sequência do apelo a crítica das coisas mundanas lança mão do aparato filosófico socrático, pondo em suspeição a confiança do indivíduo até mesmo em si próprio, uma vez que a fórmula “conhece-te a ti mesmo” é para o Bispo inalcançável. Ainda que, conforme identificado por Gilson (2006, p.18), “o preceito fundamental do socratismo é, num sentido, o ponto de partida de Santo Agostinho”, isso observado para o conjunto da obra. Conhecimento que só viria pela beatitude, uma vez que esta é a condição para a sabedoria, sendo a filosofia sem esta uma experiência vazia de saber. Portanto, como não é dada ao homem a possibilidade de conhecer-se, tampouco pode ele confiar que conhece o amigo ao ponto de confiar nas intenções daquele, sendo a amizade também um campo de insegurança:

Qualquer que seja sua situação, o homem não pode considerar a vida amiga, se não tiver outro como amigo. Mas quem poderá encontrar tal amigo, em cujas intenções e conduta possa ter total segurança nesta vida? Assim como ninguém é conhecido tão bem por outra pessoa, como se conhece a si mesmo, tampouco ninguém conhece a si mesmo a ponto de estar seguro de sua própria conduta no dia seguinte (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 4).

Daí ser necessário a Proba compreender a condição humana de solidão, só confiando na fé que deve conduzi-la e a partir de que deve conduzir sua própria casa. A vida verdadeira é promessa de Deus aos cristãos para após a morte, sendo a

vida terrena prenhe de ilusão. Nas palavras de Agostinho:

Considera-te desolata nas trevas deste mundo, nas quais peregrinamos para o Senhor. Enquanto caminha pela fé e não pela visão (2 Cor, 5, 6-7), a alma cristã deve considerar-se desolata, e não cessar de orar. (...)

Após a morte haverá, então, a verdadeira vida, o verdadeiro consolo depois da desolação. Aquela vida arrancará a nossa alma da morte, e aquele consolo enxugará as lágrimas de nossos olhos. (...) ‘Agradecei o Senhor na região dos vivos’, onde então estaremos, e não no deserto dos mortos onde agora estamos (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 5).

Assim, a riqueza, os amigos, os entes queridos não passam de artefatos ilusórios que levam os indivíduos, pela sua própria condição humana, ao apego às coisas mundanas e ao afastamento da salvação. Portanto, Proba que já viveu tantas desilusões, deve observar uma vida de oração e de rejeição àquilo que poderia obter por ser uma mulher rica. Ela, talvez mais do que outras mulheres, é vista por Agostinho como tendo tido provações suficientes para não se apegar a vida terrena e seguir em frente pela promessa do que virá, conforme coloca:

Viste que esta vida é vida moribunda, por mais consolos humanos que a rodeiem, por muitos companheiros de caminhada que se tenha, por toda abundância de bens que a cumule. Bem sabes quão incertas são todas essas coisas que delectam. E em comparação com a felicidade prometida, que

poderiam ser elas senão incertezas? (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 2, sessão 5).

Proba experimentara em sua condição humana a incerteza dos deleites advindos pelos bens materiais, uma vez que, ao presenciar o saque de Roma em 410 se viu compelida a abandonar sua pátria e exilar-se, juntamente com sua nora Juliana e sua neta Demetriades, em Cartago, na África. Condição que era de conhecimento de Agostinho que se aproximara da família no exílio e passara a exercer sua influência enquanto líder espiritual.

Agostinho passa, então, a apresentar o modelo de vida a ser seguido por Proba em sua condição de viuvez, com o objetivo de estar apta a obter a promessa divina de vida feliz. O capítulo 3 é dedicado, especificamente, a prédica para a viuvez. Assim, o cuidado com o corpo não pode ser em demasia, mas apenas para o bem da saúde; o cuidado dos entes queridos deve ser moderado; a oração deve ser posta a frente de todas as outras obrigações. Acerca dos deleites do corpo faz uma ligação direta entre a riqueza e a promoção destes, referenciando terem os santos e as santas os evitado de todos os modos, para que "distribuíram pelas mãos dos pobres essa mesma riqueza que é como a mãe dos deleites" (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 3, sessão 8).

Agostinho considera estar na oração a força maior de sua orientação à Proba, ocupando grande parte da carta (capítulos 09, 10,11,13 e partes dos 12 e 14) para

tratar exclusivamente do tema. Lembra a sua discípula que não é apenas a quantidade de tempo dedicada a oração, por si mesmo, promotora de graça, mas como esta é feita. O tempo dedicado é um dos aspectos relevantes, sendo dedicação já praticada pelos apóstolos, ainda que não esteja na "palavra em excesso" a maior valia da prática, mas na "constância do afeto" alimentado. Portanto: "Não haja, pois, na oração muitas palavras, mas não falte muita súplica, se a intenção continuar ardente" (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 10, sessão 20).

Ao tema motivador da carta-resposta do bispo à Proba, *do como e o que pedir*, dedica os capítulos 4, 5, 6, 7 e 8; também partes do 12 e do 14. Assim, a oração, meio pelo qual se deve pedir aquilo que se almeja alcançar, é a prática maior a ser executada e fórmula cristã de consecução dos desejos. Do temor da viúva em pedir como não convinha ao cristão, Agostinho é incisivo naquilo que a orienta pedir: "pede a vida bem-aventurada!" (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 4, sessão 9), residindo nesta o alcance da felicidade. É o ser feliz que Agostinho compreende desejar todos os homens, tanto os bons, quanto os maus.

Gilson traz esse aspecto do pensamento de Agostinho, a partir da referência aos tratados em que o bispo discute suas ideias de beatitude e de felicidade. Nesse sentido, Gilson coloca-nos:

Todos os homens querem a felicidade. Mas em que consiste a própria felicidade? Aqueles que

não têm o que desejam não são felizes, mas não se pode dizer felizes todos aqueles que têm o que desejam. Isso depende do que eles desejam, pois, assim como dizia Cícero no *Hortensius*, 'a malícia da vontade causa-nos mais mal do que a fortuna não nos faz bem'. Ninguém é, portanto, feliz se não tem o que quer, mas não basta ter o que se quer para ser feliz. O problema da beatitude, portanto, consiste em saber o que o homem deve desejar para ser feliz e como pode adquiri-lo (GILSON, 2006, p.18-19)⁵.

A articulação feita por Gilson do ideal de felicidade em Agostinho com o pensamento de Cícero vai ser explicitamente reivindicada pelo bispo no capítulo 5, em que argumenta sobre o ser feliz fazendo-se tudo o que se quer. Nas palavras de Agostinho:

Com muita razão opuseram-se a essa opinião, mesmo os que filosofavam sem adorar a Deus. Um deles, Cícero, em Hortêncio, varão muito eloquente, disse: 'outros que não são filósofos, mas que estão dispostos a discutir, afirmaram que são felizes os que vivem como querem. É isso falsidade, porque querer o que não é correto é misérrimo. Sentir falta de algo muito desejado não é tão triste quanto obter o que não convém'. (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 5, sessão 10).

Ainda que Agostinho oriente sua discípula a pedir a vida de bem-

aventurança, preocupa-se em detalhar em que consiste esta, descrevendo os pedidos legítimos em contraponto aos que conduzem a corrupção da alma. É a insistência do pedido demonstração do desejo em alcançar dádivas de Deus. No desfecho do diálogo promovido pela carta mantém o tema da antinomia riqueza/pobreza; a necessidade, enquanto viúva, de se manter em oração; e pede para que ore por ele. Exemplarmente compara a situação de duas Anas, uma casada e uma viúva, demonstrando ser esta segunda em quem deve espelhar-se Proba:

Atende, agora, o que está dito da outra Ana, a viúva: "Não deixava o templo, servindo a Deus dia e noite com jejuns e orações (Lc 2, 37). (...) Mais do que ninguém devem as viúvas entregar-se à oração. Isso se depreende ao ver que o Senhor, para nos animar ao esforço da oração, apresenta-nos o exemplo das viúvas com exortação. (SANTO AGOSTINHO, carta 130, capítulo 16, sessão 29).

Está na condição de viúva, na compreensão de Agostinho, a necessidade maior de oração para que venha a dar o exemplo às demais cristãs, donzelas e casadas. Sobre a viúva repousam muitas das inquietações cristãs, pois é já uma conhecedora dos prazeres da carne.

⁵ O autor faz referência ao *De Trinitate* e ao *De beata vita* de Agostinho, bem como, articula as ideias de Agostinho, no tocante aos ideais de beatitude *Hortensius* de Cícero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANÔNIMO. *Correspondência de Abelardo e Heloisa*, trad.: Lúcia Santana Martins, texto de apresentação: Paul Zumthor, São Paulo: Martins Fontes, 1989.
Bíblia de Jerusalém.
CAMPOS, 1991, Introdução in: SENECA, *Cartas a Lucílio*, Lisboa-PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.

DUJOVNE, León. *La filosofía de la historia en la antigüedad y en la edad media*, Buenos Ayres: Galatea-nueva vision, 1959.

GAARDER, Jostein. *Vita Brevis* (A carta de Flora Emília para Aurélio Agostinho), trad.: Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GILSON, Etienne. *A filosofia na Idade Média*, São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GILSON, Étienne. *Introdução ao estudo de Santo Agostinho*, trad.: Cristiane Negreiros Abbud Ayoub, São Paulo: discurso editorial; São Paulo: Paulus, 2006.

GONÇALVES, José Mário. Entre táticas e estratégias: tolerância e intolerância religiosa no epistolário de Agostinho de Hipona (390-430), Vitória-ES, 2016. (Tese de defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social das relações políticas, da UFES. Orientador: Sérgio Alberto Feldman). http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5875_GON%C7ALVES%2C%20J.M.%20tese%20.pdf.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2015.

HERÓDOTO. *Histórias*, trad.: Mário da Gama Koury, Brasília: Editora da UnB.

CAROPINO, Jérôme. *Roma: no apogeu do império*, Trad.: Hildegard Feist, São Paulo: Companhia das Letras; Círculo do livro, 1990.

LE GOFF, Jacques. *A civilização do Ocidente medieval*. Lisboa: Estampa, 1983 (v.I e II).

LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva, s/d.

LIMA, M.V. "Santo Agostinho: apropriações clássicas na *De Civitate Dei*", in: LIMA, M.V. & CORDÃO, M.P.S. (Org.) *História, memória e tempo: Estudos de apropriações antigas e medievais*, Campina Grande-PB: Editora da UFCG, 2018 (no prelo).

MAZZARINO, Santo. *O fim do mundo antigo*, São Paulo: Martins fontes, 1991.

OLIVEIRA, Nair de Assis. "Introdução", in: SANTO AGOSTINHO. *Cartas a Proba e a Juliana*, São Paulo-SP: Edições Paulinas, 1987.

SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus* (Contra os pagãos) – Parte 1, trad.: Oscar Paes Leme, 7ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2002; SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus* (Contra os pagãos) – Parte 2, trad.: Oscar Paes Leme, 8ª ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

SANTO AGOSTINHO. *Cartas a Proba e a Juliana*, trad.: Nair Assis de Oliveira, São Paulo-SP: Edições Paulinas, 1987.

SANTO AGOSTINHO. *Confissões*, trad.: Oliveira Santos e Ambrósio de Pina, São Paulo: Nova cultural/Círculo do Livro, 1996.

SANTO AGOSTINHO. *Contra os acadêmicos/ A ordem/ A grandeza da Alma/ O mestre*, 1ª Ed., São Paulo: Paulus, 2008.

SANTO AGOSTINHO. *O mestre*, trad.: Antonio Soares Pinheiro, São Paulo: Landy, 2002.

SANTO AGOSTINHO. *Solilóquios*, Trad.: Antonio Minghetti, São Paulo: Escala, s/d.

RECEBIDO 30/01/2018

ACEITO 01/02/2018